UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

Centro de Estudos Africanos

Mestrado em Estudos Africanos

ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ensaio de Metodologias de Análise

Orientador: Prof. Doutor, Carlos José Gomes Pimenta

Realizado por: Rui Alberto Pinto Amador

PORTO, Junho de 2009

Dedico este trabalho ao menino e à menina ainda "esquecidos" da África a Sul do Sara porque acredito que, tal como todos os outros, também eles se poderão vir a tornar Homens de espírito positivo.

Agradecimentos

Para além da visão científica que me proporcionou num contexto de complexidade global, agradeço ao Professor Carlos Pimenta todo o apoio prestado na elaboração desta Tese.

No primeiro "desbravar" destes diferentes horizontes, agradeço aos professores do Mestrado em Estudos Africanos que, para além do seu conhecimento científico e seus pontos de vista, me facultaram os "utensílios" para mais facilmente ultrapassar muitos dos obstáculos que foram surgindo.

Nesta travessia, a João e o Diogo acompanharam-me de muito perto. Pelo ambiente, ajuda e paciência oferecida ao longo de todo este intrincado processo, um agradecimento muito especial para eles, assim como para a família que sempre acreditou em mim e me apoiou nos momentos mais e menos difíceis.

Não poderia deixar de agradecer a oportunidade proporcionada pelos Leigos Voluntários Dehonianos, ao satisfazerem um desejo antigo de contactar na primeira pessoa com algumas das realidades africanas, que muito me ajudaram na elaboração desta tese.

Sendo muito possível que me esteja a escapar algum outro merecido agradecimento, desde já fica a palavra, de no tempo mais propício, tal falha ser emendada.

ÍNDICE

ÍNDICE I

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES III

RESUMO V

ABSTRACT VI

ACRÓNIMOS VII

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 2. ESPAÇO, HUMANIDADE E SUAS MOTIVAÇÕES 13

2.1. ÁFRICA NO CONTEXTO MUNDIAL CONTEMPORANEO 13
2.1.1. As Crianças e os Idosos Africanos 13
2.1.2. A População Activa e o Espaço Africano 20

2.2. ONDE SE ENCONTRA A ORIGEM DA CULPA? 24
2.2.1. Recuando no Tempo 25
2.2.2. Globalização. Uma solução ou um Problema Global? 30
2.2.3. O que mudou e o que se perpetuou ao longo da História da humanidade? 37
2.2.4. Onde se encontra a origem da culpa? 39
2.2.5. É possível um novo procedimento à escala global? 41

2.3. A HUMANIDADE E AS SUAS MOTIVAÇÕES 44
2.3.1. Algumas Considerações Introdutórias 44
2.3.2. Teorias da Motivação Humana 45
2.3.3. Se a Humanidade é una, qual a sua grande motivação? 53

CAPÍTULO 3. DA REALIDADE AOS ÍNDICES 64

3.1. PROLEGÓMENOS À ANÁLISE DOS ÍNDICES 64

3.2. OS INDICADORES E OS ÍNDICES NO CONTEXTO MUNDIAL 70
3.2.1. Os Indicadores Sociais 70
3.2.2. Algumas dificuldades e criticas levantadas à utilização de Indicadores 71
3.2.3. Elaboração de Indicadores Sociais 72
3.2.4. Evolução do Conceito de Desenvolvimento e de seus Indicadores 73

3.3. DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 75
3.3.1. As Listas Multidimensionais de "Finalidades" Humanas 76
3.3.2. Porquê Especificar as Dimensões de Desenvolvimento Humano? 76

3.4. ÍNDICES: UM TIPO ESPECIAL DE INDICADORES 77

3.5. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH 78
3.5.1. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) 78
3.5.2. Avaliar o Desenvolvimento Humano 78
3.5.3. Calculo dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) 79
3.5.4. Ferramentas do Relatório do Desenvolvimento Humano 82

3.5.5. A História Contada Pelos Relatórios de Desenvolvimento Humano 83
3.5.6. Relatórios de Desenvolvimento Nacional, Subnacional e Regional 99

3.6. VOZES CRÍTICAS AO IDH 102
3.6.1. Algumas Considerações Gerais 102
3.6.2. Apresentação de Propostas Alternativas ao IDH 104

3.7. QUAL O MODELO A SEGUIR E QUEM TERÁ CAPACIDADE PARA O REALIZAR? 119

CAPÍTULO 4. UMA NOVA QUESTÃO PROBLEMA 123

4.1. MOTIVAÇÃO E PONTOS DE VISTA DO SUJEITO 123

4.2. CONCLUSÕES, CONJECTURAS OU UTOPIAS 124

4.3. NOVAS QUESTÕES PROBLEMA 127

CAPÍTULO 5. ENSAIO DE METODOLOGIAS DE ANÁLISE QUANTITATIVA 131

5.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA 131

5.2. METODOLOGIA UTILIZADA 133

5.3. DO CONTEXTO AO CONCEITO DE BEM-ESTAR SOCIAL 136
5.3.1. O Primeiro Patamar de Abstracção – Conceptualização do Contexto 136
5.3.2. Conceitos em Estudo 136
5.3.3. Como podem jogar estes conceitos? 145

5.4. DO CONCEITO À SUA QUANTI-QUALIFICAÇÃO - IBESE 147
5.4.1. Segundo patamar de abstracção – Quantificação dos Conceitos 147
5.4.2. Caracterização Geral dos Países em Estudo 148
5.4.3. Caracterização dos Países Através do IBESE Provisório 151
5.4.4. Comparação do IBESE Provisório com outros Índices 170
5.4.5. O Índice de Bem-Estar Sócio-Espacial 173
5.4.6. Representação Gráfica 175

5.5. DA QUANTI-QUALIFICAÇÃO AO CONTEXTO 181

CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES 189

BIBLIOGRAFIA 193

ANEXOS 199

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Necessidades alimentares 13
Ilustração 2: Distribuição da Mortalidade Infantil 14
Ilustração 3: Crianças Soldado 15
Ilustração 4: Ensino Elementar em África 17
Ilustração 5: Recursos Naturais. Uma Farmácia no Quénia. 20
Ilustração 6: A África Subsariana e os resultados tão díspares do resto do mundo 23
Ilustração 7: Estudo da Motivação Humana ao longo do tempo - Organograma 24
Ilustração 8: Os conflitos humanos para além da sua História. 25
Ilustração 9: O Homem e o Espaço. África Pré-Histórica 26
Ilustração 10: O Homem e o Espaço. África Medieval 26
Ilustração 11: O Homem e o Espaço. Da África do século XIX à actualidade 28
Ilustração 12: A "imprevisibilidade climática" e a diminuição do espaço vital. 35
Ilustração 13: O Espaço, o Homem e as suas Motivações 35
Ilustração 14: A fome e a mortalidade infantil face aos Objectivos do Milénio. 36
Ilustração 15: Organograma do Ciclo Motivacional 45
Ilustração 16: Comparação entre a Pirâmide de Maslow e a Pirâmide de Alderfer 46
Ilustração 17: Pirâmide invertida de Amorim 47
Ilustração 18: Pirâmide de Van Kempen 47
Ilustração 19: O Espaço o Homem e as suas Motivações. Comportamento e atitude. 53
Ilustração 20: Cobertura dos meios de comunicação e consciencialização pública. 67
Ilustração 21: Diagrama dos cinco índices que compõem o Desenvolvimento Humano 79
Ilustração 22: Cálculo do IDH - Balizas 80
Ilustração 23: Diagramas dos Índices de Pobreza Humana – IPH1 e IPH2 81
Ilustração 24: Diagramas referentes ao Género – IDG e MPG 82
Ilustração 25: Consumo de matérias-primas, energia e suas principais consequências. 90
Ilustração 26: Evolução do PIB/capita 91
Ilustração 27: Prioridade face aos ODMs 94
Ilustração 28: O IDH entre o *Ser* e o *Ter* 112
Ilustração 29: O Desenvolvimento Humano segundo a visão clássica 112
Ilustração 30: O Desenvolvimento Humano na óptica do capital humano 113
Ilustração 31: A conjugação entre a problemática humana e a riqueza 113
Ilustração 32: O IBH e o IDH na proposta de Fongang 113
Ilustração 33: Estrutura dos serviços dos ecossistemas, na avaliação do Milénio 116
Ilustração 34: A Terra - Uma unidade sócio-espacial? 124
Ilustração 35: A imprevisibilidade dos tempos futuros 124
Ilustração 36: A influência dos sistemas de informação sobre a motivação humana 125
Ilustração 37: O poder da informação sobre a motivação humana 126
Ilustração 38: Bem informar, para bem educar a motivação 126
Ilustração 39: O aumento de desenvolvimento humano, garante aumento de bem-estar? 129
Ilustração 40: Haverá necessidade de modular o mercado livre? 130
Ilustração 41: Organograma da metodologia de trabalho 133
Ilustração 42: Como podem jogar os conceitos 146
Ilustração 43: Selecção dos países utilizados no estudo 148
Ilustração 44: Força de Trabalho e Índice de Pressão Demográfica 149
Ilustração 45: População com idade superior a 64 anos e inferior a 15 anos 149
Ilustração 46: Percentagens de População Urbana e de Força de Trabalho Feminina 149
Ilustração 47: Representação Gráfica do IBESE provisório 152
Ilustração 48: Comparação do IBESE provisório com outros Índices 171

Ilustração 51: Possível representação gráfica do IBESE - Estudo 1 176
Ilustração 52: Possível representação gráfica do IBESE - Estudo 2 176
Ilustração 53: Possível representação gráfica do IBESE - Estudo 3 177
Ilustração 54: Análise gráfica decomposta do IDH: (PIB/cap); (IDH-PIB/cap) 178
Ilustração 55: Aplicação do IBESE em contexto Específico 181
Ilustração 56: Comportamento Económico - Estudo comparado 183
Ilustração 57: Alimentação e Agricultura – Estudo comparado 185
Ilustração 58: Adaptação dos resultados qualitativos à escala do IBESE 187
Ilustração 59: A Sondagem como "afinador" do IBESE Específico 188

RESUMO

O objectivo central deste trabalho é o estudo de metodologias de análise sócio-espacial que permitam contribuir para a obtenção de uma informação sistemática e homogénea no espaço e no tempo, o menos possível afastada da realidade presente em cada unidade social. A partir de um modelo de informação com estas características, julga-se tornar mais profícuo, todo o esforço económico e humano, consumido na elaboração e aplicação de políticas de interesse local. Perante a natureza desta investigação, optou-se por centrar a nossa atenção sobre o *Índice de Desenvolvimento Humano* - IDH, parte integrante do *Relatório de Desenvolvimento Humano* – RDH, executado pelo *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* - PNUD. Após uma apresentação das suas características e potencialidades, faz-se referência a alguns estudos críticos e modelos alternativos à sua metodologia, nos quais se inclui, a própria vontade do PNUD em melhorar o seu IDH. Desta análise ressaltou a ideia que o designado *Desenvolvimento Humano* pode não ser condição suficiente para o aumento do bem-estar humano. Procurando determinar quais os factores em falta para que isso possa vir a acontecer, surgiu a necessidade de, a partir de um extenso número de conceitos e suas significâncias, seleccionar e redefinir aqueles que parecem ser a fonte de motivação da generalidade humana, ao longo de toda a sua existência, independentemente do espaço que ocupa. O conceito de "Bem-Estar Social" acabou por se destacar como o aglutinador de outros sub-conceitos, tanto de ordem humana, como referentes à sua envolvência social e ambiental. No entanto, para que seja possível a criação de um novo índice ou, eventualmente, um "afinador" do próprio IDH, é necessário que estes conceitos sejam passíveis de quantificação. É sobre este processo de abstracção que se desenrola a última parte deste trabalho, tentando nunca perder de vista a necessidade de voltar ao campo do real com uma margem de erro considerada aceitável. Como já esperado, mediante o carácter abrangente de que se reveste este trabalho, ficámos muito longe de ter conseguido atingir resultados definitivos quanto à metodologia mais eficaz para a construção de um índice de interesse global. No entanto, foi possível reunir uma série de premissas, por nós consideradas pertinentes, face ao difícil caminho que conduz à aproximação do conhecimento à realidade.

.

Palavras chave: Desenvolvimento Humano; Informação; Índices; Motivação; Segurança; Bem-Estar Social

ABSTRACT

The main objective of this work is to study the methodologies on social and space analysis which will contribute to obtain systematic information in time, homogeneous in space and not very far from the present reality in each social unit. From a model of information with these characteristics, it seems to be more profitable that all the economic and human effort ought to be consumed in the preparation and implementation of policies of local interest. Given the nature of this research, we chose to focus our attention on the Human Development Index - HDI, an integral part of the Human Development Report - RDH, run by the United Nations Program for Development - UNDP. After a presentation of its features and potentialities, reference is made to some critical studies and alternative models to its methodology, which includes the very willingness of UNDP to improve its HDI. This analysis highlighted the idea that the so-called Human Development may not be a sufficient condition for the increase in human welfare. From a large number of concepts and its significance, came the need to select and redefine those that seem to go along with the motivation of the Human Being throughout its existence, regardless the space where he is. The concept of "Social Welfare" was put in evidence as an agglutinate of other sub-concepts, both of human nature and social and environmental kind. However, so that a new index can be created or, eventually a "tuner" of the HDI itself, these concepts must be quantifiable. It is about this process of abstraction that the final part of this work deals with, trying not to lose sight of the need to return to the real field with an acceptable level of error. As we expected, the present work, having such an embracing nature, made us think that we are still far from having achieved definitive results on the most effective methodology for the construction of an index of global interest. However, it was possible to gather a number of assumptions that we considered relevant, given the difficult path that leads to the approach of knowledge to reality.

Keywords: Human Development; Information; Indexes; Motivation; Security; Social Welfare.

ACRÓNIMOS

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNB	Bem-Estar Nacional Bruto
CE	Comportamento Económico
CEA	Comissão Económica para a Africa
CPI	Corruption Perception Index
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CUA	Comissão da União Africana
DH	Desenvolvimento Humano
DS	Desenvolvimento Social - IBESE
EF	Espaço Físico - IBESE
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FFP	Fund For Peace
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNUAP	Fundação das Nações Unidas Para a População
FSI	Failed States Index
GPI	Global Peace Index
GRDH	Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano
GTI	Global Terrorism Index
IBESE	Índice de Bem-Estar Socio-Espacial
IBH	Índice de Bem-Estar Humano
IC	Informação e Conhecimento - IBESE
IDA	International Development Association
IDG	Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPS	Índice de Progresso Social
IQV	Índice de Qualidade de Vida
IRAI	IDA Allocation Index
IRT	Índice de Realização Tecnológica
MA	The Millennium Ecosystem Assessment
MEW	Measurement Economic Welfare
MS	Motivação Social - IBESE
NEPAD	Nova Parceria Para o Desenvolvimento de África
NSO	Serviço Nacional de Estatística
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização de Unidade Africana
PAM	Programa Alimentar Mundial
PMD	Países Menos Desenvolvidos
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUA	Programa das Nações Unidas Para o Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PO	Poder e Organização - IBESE
PTS	Political Terror Scale
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SE	Segurança e Estabilidade - IBESE
SWBM	Medida Subjectiva de Bem-Estar
TLE	Taxa Líquida de escolarização
UA	União Africana
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNEP	United Nations Environment Programme
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo de Auxilio para as Crianças das Nações Unidas
USEE	Unidade Socio-Espacial Específica
USEN	Unidade Socio-Espacial Nacional
WDH	World Database Happiness
WPF	World Press Freedom

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

O Ser Humano, apesar de todas as adversidades a que esteve sujeito durante a sua existência, conseguiu sobreviver e, em determinados casos, com maior ou menor êxito, melhorar de um modo continuo a sua "qualidade de vida", assim como a dos seus descendentes.
Acontece que, chegados aos dias de hoje, para que parte da população mundial continue a usufruir deste aumento de nível de vida, toda a humanidade se encontra a pagar um elevado preço, sem que este esforço ou pressão se esteja a traduzir num respectivo aumento do seu bem-estar, colocando mesmo em risco o futuro das novas gerações.
Neste mundo, em que as fronteiras se vão tornando cada vez mais permeáveis, em que "tudo" o que existe de melhor ou pior, visível ou "invisível", se pode deslocar no espaço de um modo previsto ou imprevisto, cada vez menos parece adiantar "criar castelos" que nos façam sentir bem, se quem se encontra em nosso redor, hoje, com acesso a toda e qualquer tipo de informação, não o sente.
De facto, no que se refere à "realidade" que nos é possível observar, ou que determinados sistemas de informação já não deixam camuflar, somos confrontados diariamente com notícias e estudos que nos apresentam sinais preocupantes de crescente insegurança social ou ambiental, com repercussões mundiais.
Tomando como exemplo as palavras de Michael Fay, conservacionista da *National Geographic Society*, com um trabalho de grande dedicação à floresta africana, "nos últimos 60 a 80 anos queimámos o equivalente a 100 milhões de anos de carbono acumulado durante mais de 200 milhões de anos" (Fay, 2008). Só no ano de 2007, oito milhões de toneladas de CO_2 foram libertadas na atmosfera e 11 mil milhões de árvores derrubadas.
Perante estes factos, neste mesmo ano, a ONU organizou um painel intergovernamental para as alterações climáticas, no qual finalmente foi reconhecida a extensão do problema da subida das temperaturas do ar e do mar devido ao consumo de combustíveis fósseis e desflorestação, o que levou a considerar como urgente uma acção interventiva.
No entanto, na generalidade dos casos, mesmo que em presença de verdades científicas irrefutáveis, tais consensos não existem ou, se existem, não se reflectem em actividades práticas positivas. Os interesses espartilhados e divulgados pelos diversos paradigmas político-económicos, assim como por *motivações* nacionais, individuais, raciais, religiosas, corporativas ou outras, nem sempre claras, continuam a gerar acções antagónicas capazes de se desenvolver em *conflitos* considerados graves.

Por outro lado, um fenómeno que apresenta características tão ou mais preocupantes que o anterior, apesar das indiscutíveis mais-valias que em determinados campos facultou e continua a facultar ao ser humano, diz respeito ao crescente distanciamento e diferença de "poderes" existente entre o *conhecimento científico* e a *capacidade tecnológica*. Sendo o avanço do conhecimento proveniente em grande parte, dos resultados obtidos através de metodologias de análise de comportamentos inter-factoriais, não deixa de ser uma verdade que os níveis de correlação existentes entre muitos dos intervenientes que compõem a dinâmica sócio-espacial, ainda permanecem pouco conhecidos, com a agravante do *poder tecnológico* estar a permitir um aumento exponencial de novas inter-dependências, ou mesmo, a criação de novos intervenientes, não permitindo muitas vezes à ciência, o espaço de manobra suficiente para que esta obtenha um conhecimento atempado e consistente sobre as consequências de tais práticas, tanto ao nível das ciências naturais como humanas.

Muitos outros factores e suas inter-relações capazes de estar a comprometer a pretensão humana em aumentar a sua qualidade de vida ou no mínimo, sustentar o nível já conquistado, existem.

Será possível estabelecer com o rigor necessário uma hierarquização destes factores, baseada nas suas relações de dependência? Existirá algum factor comum a todos eles, com o poder de os condicionar de um modo positivo ou negativo?
Um procedimento intemporal criado e, em alguns casos, constantemente recriado pelo Homem, que se pode considerar intimamente relacionado com todas as questões da vivência humana, nas quais se incluem as questões do conhecimento ou da motivação humana anteriormente descritas, é proporcionado pelos *sistemas de informação*[1]. A sua importância e o grau de desenvolvimento de alguns deles são tão evidentes que, o próprio homem, acabou por designar a época contemporânea como a *Era da informação.*
Poderá ser então, o modo como se está a desenvolver esta prática, um dos principais responsáveis pelo actual estado em que se encontra o Planeta e as suas sociedades? Do mesmo modo, será possível a partir desta prática, encontrar o meio para a resolução dos problemas? Sendo os sistemas de informação, fruto da criação do Homem, a atribuição de responsabilidades fica, numa primeira análise, bem estabelecida, o que nos permite afirmar, a não impossibilidade das questões problemáticas virem a ser resolvidas, assim seja a vontade do Homem com poder para tal.
Partindo do princípio que seria essa a motivação Humana e estabelecido o factor *informação* como uma das prioridades com necessidade de ser repensada para a resolução do problema, qual a metodologia a utilizar, para que tal factor de intervenção seja portador de uma acção de reconhecida e incontestada utilidade pública ao nível mundial?

Tomando como exemplo a busca e a selecção da informação mais adequada ao conhecimento da evolução e actual estado em que se encontra o planeta nas suas vertentes ambiental, social e económica, constata-se que são muitas e multi-paradigmáticas as instituições que se encontram vocacionadas para cada uma destas áreas, apresentando muitas vezes diferentes coberturas geográficas e inconsistências no tempo. Para além disso, são multi-variadas as metodologias e a definição de conceitos que se podem encontrar versando o mesmo tema, pelo que se torna necessário, apesar da previsibilidade do erro, seleccionar apenas aquelas que mais nos parecem credíveis ou que aparentam um maior reconhecimento a nível mundial.
Perante esta situação, sente-se quanto seria desejavelmente prático, a existência de uma base de dados que englobasse e correlacionasse todos os factores económicos, políticos, ambientais e sociais, definidores de cada uma das realidades sócio-espaciais presentes no globo, de modo a permitir a sua análise comportamental ao longo do tempo com rigor e consistência.

Terá sido a partir desta necessidade, deste desafio face à utopia, que a nossa questão de base se coloca. Julgando de toda a pertinência a existência de um sistema central de informação de abrangência global, independente de qualquer tipo de pressão, e capaz de obter, analisar e transmitir um conhecimento homogéneo e sistemático no espaço e no tempo, o mais próximo possível da realidade específica de cada contexto sócio-espacial, para, se caso julgado necessário, melhor nelas se poder intervir, com o objectivo de sustentar ou aumentar o seu nível de bem-estar e assim, mantê-la ou torná-la em mais uma componente positiva para construção de uma nova visão e actuação global:

> Qual a metodologia mais correcta para que tal utopia fosse derrubada?
> Quem teria capacidade para realizar tal hercúlea tarefa?

É face às questões anteriormente apresentadas e à consciência das nossas limitações quanto à possibilidade de apresentar resultados definitivos, devido à natureza abrangente a que ficou

---

[1] É conhecido o poder que os seus vários processos podem exercer sobre a motivação humana, seja através da família, dos rituais de iniciação muito específicos, ou do impacto massivo produzido pelos *mass-media* sobre a consciência colectiva e, consequentemente, sobre o seu comportamento.

sujeito o nosso trabalho, que surgiu o objectivo central do presente trabalho. O estudo de metodologias de análise sócio-espacial que eventualmente permitam contribuir para a obtenção de uma informação sistemática no tempo, homogénea no espaço, e o menos possível afastada da realidade presente em cada unidade social.

No capítulo designado por *Espaço, Humanidade e suas motivações*, procurou-se realizar uma pequena contextualização sobre o que poderá ser a realidade vivida no mundo contemporâneo. Embora os aspectos aqui apresentados sejam, na sua generalidade, conhecidos de um modo mais, ou menos aprofundado, pareceu-nos adequado uma vez mais referenciá-los porque nos permitirão, numa fase posterior da nossa investigação, obter uma visão mais clara sobre a escolha dos factores que mais parecem afectar o equilíbrio das sociedades e dos seus espaços num contexto global.
Preocupando-nos mais em citar testemunhos e dados do que propriamente em tecer considerações pessoais sobre eles, foram utilizadas várias fontes de *informação* nas quais a quantificação e qualificação histórica apareceram como ferramentas essenciais para uma aproximação ao conhecimento. Esta selecção não deixou de ser uma tarefa complexa devido ao avolumar de referências possíveis para cada situação em concreto. No entanto e apesar de sistematicamente tentados pela incursão nas teias da totalidade, tentamos ser o mais sintéticos possível, tendo sido necessário para isso, limitar a nossa área de investigação.

Sendo a problemática que nos ocupa, respeitante a toda e qualquer área geográfica, a todo e qualquer cidadão vamos, sempre que possível, restringir-nos ao continente africano, em particular à sua grande região subsariana. Esta opção deve-se a factores tanto de ordem pessoal, como pragmática e científica. Pessoal porque uma pequena experiência de voluntariado realizada em África foi capaz de despoletar uma empatia e um respeito muito grande por este continente. Pragmática porque a nossa tese se encontra inserida num Mestrado em Estudos Africanos e científica porque o subdesenvolvimento e as potencialidades que tivemos oportunidade de presenciar neste continente, evidenciam situações que se julgam merecedoras de uma abordagem deste tipo, para além de poder proporcionar um melhor entendimento do que terá sido a motivação dos seres humanos desde o seu aparecimento até aos dias de hoje, já que, até à data, tudo indica que terá sido a partir desta zona do globo que toda a odisseia humana se terá originado.

Com o intuito de especificar ainda um pouco mais a nossa apresentação, o subcapítulo África no contexto mundial contemporâneo foi subdividido em duas partes, reservando a primeira para a condição das crianças e dos idosos, por se julgar que estas duas faixas etárias podem servir como um bom indicador sobre o estado de uma determinada sociedade. Numa segunda parte, é abordada a problemática da população em idade activa no ambiente geográfico em que se encontra inserida. Estará ela a tirar o melhor partido do seu espaço? Deste primeiro subcapítulo a ideia que parece trespassar, indica-nos que a sociedade humana e a natureza que a suporta, não atravessam um período que se poderá considerar como "o mais saudável".
No caso específico da região subsariana, porque é que tudo se parece agravar? Porque não está a sua população, na generalidade dos casos, a tirar o melhor partido do seu espaço de um modo sustentado? Será dos seus jovens e menos jovens, anteriores crianças cheias de vida e simpatia, a culpa desta região apresentar resultados de Desenvolvimento tão díspares do resto do mundo? Certamente que não o será.
Onde se encontra então a origem da culpa para que, na generalidade dos casos, tal situação se perpetue no tempo? São muitas e variadas as opiniões sobre as raízes que fizeram nascer, alimentaram e em muitos casos ainda alimentam o actual estado em que se encontra a região a Sul do Sara.
Neste sub-capítulo, a partir da análise diacrónica comparada entre o que terão sido as fontes de motivação básicas dos povos primitivos, com as que fazem mover as sociedades contemporâneas mais, ou menos "desenvolvidas", pretende-se determinar a origem da culpa

do estado da humanidade e, em particular, da situação subsariana. Tal reflexão obriga o uso da intuição pelo que se tem a noção perfeita que, embora se saiba que o caminho até à real verdade dos factos existe, muito dificilmente será encontrado pelo comum dos mortais.
Salvaguardando as excepções, incapazes de invalidar a regra, é possível com uma margem de erro, julga-se aceitável, intuir sobre pelo menos uma característica imutável no comportamento humano. Inerente à incontestável necessidade de consumo do "seu" espaço assim como da "sua" sociedade, como práticas vitais à sua própria sobrevivência, o homem continua a ter como sua principal motivação, a conquista, a manutenção ou o aumento da sua segurança, em toda a acepção da palavra[2]. Desde muito cedo terá sido percebida a importância do *ter poder* para dela usufruir, assim como dos factores necessários para que a sua obtenção fosse possível nos diferentes contextos.
Partindo do princípio, que se trata de uma hipótese plausível, como se poderá fazer a ponte com a origem da culpa do actual estado do mundo e, em particular, da generalidade da região subsariana?
Poder-se-á afirmar que, de um modo simplista mas pragmático, a culpa da situação em que se encontra a humanidade e, neste caso particular, a região a Sul do Sara, não é de ninguém em particular, mas sim da inevitabilidade herdada ao longo de gerações e gerações, num clima condicionado pela sobrevivência ou satisfação de um outro qualquer desejo, num contexto mais, ou menos permanente de conquista ou de ser conquistado, vivido pela generalidade da população humana, independentemente do espaço que ocupa?
Não tendo sido de facto possível, determinar a *origem da culpa* de todo este longo processo, parece-nos fazer mais sentido, substituir a questão da sua atribuição, orientando as energias para uma nova consciência e actuação sobre o mundo e a sua sociedade, sendo para isso necessário, capacidade, poder e motivação. Se quanto à capacidade humana não será necessário enfatizar os feitos positivos que, nas mais diversas áreas, foi e continua a ser capaz de alcançar e sendo o poder originado a partir de uma conjugação de diferentes forças motivacionais, será exactamente nestas motivações, que se encontrarão as "portas que necessitam de ser abertas", para que o derrube da tal "utopia" da construção de um mundo mais "saudável" seja possível?

Cientes que ficámos, sobre a importância do impacto que a *motivação humana* exerceu ao longo da história, retratando-se naquilo que é hoje a grande linha orientadora do comportamento humano e no papel que continuará a desempenhar no futuro da humanidade, sentimos a necessidade de aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre esta matéria, especialmente no que diz respeito aos factores que a poderão condicionar, libertar, fortalecer ou enfraquecer.

Para isso, no subcapítulo *A Humanidade e as suas motivações*, realizamos uma breve referência à origem do pensamento racional que, nos dias de hoje, pode servir de alicerce à temática do comportamento humano, do seu querer, da sua vontade ou motivação. Utilizando como base bibliográfica o trabalho sobre *Comportamentalismo* realizado pela Doutora Ana Maria Santos (Santos, 2003), são apresentadas algumas das teorias da motivação, que mais se destacaram até aos dias de hoje. De entre elas, o trabalho de Maslow parece ter abordado o problema central, quando define claramente a satisfação das necessidades vitais como ponto de partida para que todas as outras derivações sejam possíveis. Segundo a sua pirâmide de prioridades, será neste patamar que certamente se posicionará grande parte da população humana, em especial nos países designados de subdesenvolvidos, uma vez que as questões

[2] Deste sentimento de segurança fazem parte a estabilidade na satisfação das necessidades que cada um dos seres humanos considera vitais para o seu bom funcionamento, e na capacidade de prevenção e resposta face a conflitos ou imprevistos tanto de ordem humana como natural.

básicas de segurança nem sempre são atendidas, e muito menos, as questões do 'poder' ou auto-realização.
No entanto, a ideia que ressalta da generalidade dos investigadores citados, como um dos factores pelo qual se rege o comportamento humano, é a sua necessidade de segurança, corroborando a ideia por nós anteriormente expressa.

Chegados a este ponto, em que arriscamos afirmar ser possível de encontrar na generalidade dos cerca de 6,5 mil milhões de humanos, a existência de uma motivação primária comum a todo o ser humano, independente da sua condição, muitas vezes sobre uma forma latente, esquecida porque regida pelo instinto de sobrevivência satisfeito, e uma motivação secundária distinta, mesmo perante igual contexto, o que pode acontecer quando todas estas motivações se conjugam numa Humanidade que, dependendo do ponto de vista, também se poderá considerar como um "único ser"?
A satisfação de uma necessidade, realizada por um comportamento que esteve na base de determinada motivação, só tem possibilidade de vir a acontecer, se existir *poder* para a realização desse comportamento. Partindo do princípio, que nos encontramos perante duas motivações de igual poder, se elas forem direccionadas em sentidos opostos anulam-se, mas se concordantes dobram a sua possibilidade de concretização. Perante esta situação, o ser humano tornou-se gregário. Como constatou Echaudemaison, é possivel falar-se de comportamento de classe, e como tal, da existência de uma motivação de classe que lhe dê origem. De facto, Marx mantem-se actual quando refere que a história da humanidade é realizada tendo por base a luta de classes. Também nos dias de hoje, por exemplo, os regimes democráticos permitem que mediante determinadas regras, forças opostas se confrontem, dando origem a resultados mais, ou menos positivos ou, por outro lado, acabando por enfraquecer a sociedade civil, favorecendo um poder politico-económico crescente, mais, ou menos visivel.
Neste "caldo" de motivações, quais as "energias" que de facto as criam e sustentam, as moldam, as fazem ser capazes de se traduzir numa satisfação de desejo? Não nos encontrando habilitados para falar sobre Deus, ou sobre outra qualquer força oculta mais, ou menos terrestre, não descartamos no entanto a sua importância crucial como "fontes de energia" transmitida sobre as formas de fé, crença ou cultura ancestral. Como tal, para o prosseguimento do nosso estudo e por uma questão pragmática, iremos considerar que a Humanidade, apesar de una, é composta pelo menos por duas grandes classes de motivação distintas: uma que faz mover a sociedade civil, orientada ou subjugada pelo poder mais, ou menos legítimo, e outra, respeitante a uma força inerente a esse mesmo poder.
Não poderíamos terminar esta problemática das energias criadoras da motivação humana sem fazer referência aos sistemas de informação que, no fundo, se podem encontrar como parte integrante e imprescindível de todas as concepções de poder até agora apresentadas, seja o civil seja o instituído.
Sendo um dos objectivos, comum a algumas das teorias apresentadas por Ana Santos, o facto de se encontrar direccionado para a motivação de cariz laboral, podemos intuir, estarmos em presença de motivações de grupo capazes de ser orientadas.
É possível então, que os *mass-media*, do mesmo modo que também são passíveis de "distrair", iludir, ou prejudicar a conduta humana, possam contribuir para a tornar mais consciente, no mínimo, das suas próprias limitações e condutas a tomar?
Será que, tal como se interroga Steiner, "Aquilo a que chamamos realidade virtual poderia perfeitamente alterar o funcionamento habitual da consciência" (Steiner, 2007) e como tal ser a chave capaz de abrir a porta à mudança da motivação humana? Por outro lado, podem os sistemas de informação contemporâneos ajudar a conhecer melhor o mundo e as suas populações, para melhor poder agir sobre eles? Será exactamente no estudo desta questão que nos debruçaremos durante este trabalho.

Deste modo, no capítulo *Da realidade aos Índices* começaremos por referir que, seja ou não possível o conhecimento da realidade, a utilização deste conceito, estará sempre intimamente relacionada com a *informação* que, a partir dessa "fonte emissora", conseguimos captar através da especificidade dos nossos sentidos e reproduzir através da nossa capacidade ou modo de processamento específico. Para que este procedimento se tornasse mais entendível entre humanos, foram criadas metodologias de homogeneização de processamentos, dos quais destacamos o momento de racionalidade lógica, no mínimo, para demonstrar a sua não necessidade.

Parecendo então indiscutível o papel da informação, se não, para o *conhecimento da realidade*, no mínimo, para uma sua *aproximação* ou, na pior das hipóteses, para um não afastamento desta, o que pode ser essa informação, quais são os seus processos, quais são as caracteristicas de que se reveste?
Somo capazes de distingur dois processos através dos quais essa informação pode ser obtida. De um modo directo (*in loco*) ou, indirectamente através do processamento que alguém já fez sobre o facto, sendo a sua relatividade possível, tanto num como noutro caso.
Chun Choo, no seu livro *Gestão da Informação para a Organização Inteligente*, apresenta algumas das suas caracteristicas, potencialidades e problemas, referindo a aplicação da internet e da estatistica, como duas potentes tecnologias ao dispor do ser humano indispensáveis à aquisição, transmissão e sistematização de dados.
Um processo de informação que tira grande partido da conjugação destas duas ferramentas é a elaboração de indicadores e índices. Será sobre estes dois processos especiais de informação que nos iremos debruçar e como tal, merecedores de uma breve e sintética apresentação.

Quando se pretende entrar no campo da elaboração de indicadores sociais, é necessário estar ao corrente das características que estes devem possuir, para que se possam tornar viáveis e consistentes na sua aplicação prática. Com o intuito de perceber um pouco melhor a evolução que estes indicadores sofreram ao longo do tempo, é realizada uma resenha histórica, tendo por base as referências apresentadas por Eliane Fonte e Ruas. A lenta evolução dos indicadores sociais, como instrumentos efectivos de tomadas de decisão é explicada por Fonte, pelo facto destes não poderem ser vistos isolados da evolução do próprio conceito de Desenvolvimento Social.
Ainda sobre a questão dos indicadores, Fonte, apresenta algumas dificuldades e críticas levantadas à utilização dos mesmos. Aproveitando para citar, entre outros, Januzzi que afirma: "apesar do esforço de actualização tecnológica para armazenamento, tratamento e consulta de indicadores, isto não parece ter sido acompanhado de um aprofundamento analítico efectivo no uso desses indicadores no processo e formulação de políticas públicas e melhor gestão dos recursos e programas sociais." (Fonte, 2004).
Sendo por si só, uma razão legítima para que todo este processo de análise, esteja sujeito a críticas, nem por isso deixa de ser considerado pelos especialistas do desenvolvimento humano, como uma das ferramentas mais potentes e que, tal como qualquer outra, se aplicada com seriedade, livre de qualquer tipo de pressão ou favorecimento, se julga capaz de contribuir para uma maior aproximação entre a realidade global em que vivemos e a motivação que, de facto, necessitamos de interiorizar.
Numa perspectiva mais técnica coloca-se a necessidade e o problema das dimensões a utilizar na caracterização, quantificação e qualificação do desenvolvimento humano. Sobre esta questão, Alkire, no seu trabalho intitulado *Dimensions of Human Development* refere que "Se o desenvolvimento humano é 'multidimensional', então também precisamos discutir o que significa multidimensional. O que é uma dimensão e quais são as múltiplas dimensões implicadas?" (Alkire, 2002) Estes e outros temas são abordados por Alkire entre os quais fazemos especial referencia às Listas Multidimensionais de "Finalidades" Humanas propostas por diversos investigadores.

Entre os indicadores, especial destaque é atribuído aos índices por estabelecerem relações observáveis entre variáveis ou entre uma variável e uma constante.

Alguns dos avanços mais significativos na construção de índices avaliativos da situação social mundial foram realizados por agências da Organização das Nações Unidas (ONU), destacando-se de entre estes o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
O *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) é o organismo das Nações Unidas que coordena o trabalho das demais agências, fundos e programas que têm por missão promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Entre outras actividades, este organismo produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano e sobre as condições de vida das populações, bem como executa projectos para melhorar essas mesmas condições, nos países onde possui representação.
Com o objectivo primário de poder retirar recomendações políticas para os países, o PNUD desenvolveu um instrumento de análise científica. Esta abordagem é objecto de uma publicação anual desde 1990, intitulada Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), tendo na sua composição a elaboração de vários índices, dos quais se destaca o *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH) composto pela combinação, num único indicador sintético, de três dimensões parciais: o rendimento, a saúde e a educação, por serem consideradas, estados ou habilidades essenciais à expansão das capacidades humanas.
Através de diagramas disponibilizados pelo PNUD de 2005, referimos os processos básicos de cálculo de cinco índices representativos do desenvolvimento humano actuais, nos quais se inclui o próprio IDH.
É apresentada uma panorâmica geral sobre a história contada por estes mesmos relatórios, através das temáticas centrais que serviram de base a cada um desses mesmos relatórios anuais processados entre 1990 e 2007/2008, sendo referido que, embora estes relatórios sejam patrocinados pelo PNUD, não reflectem necessariamente a política da ONU ou do próprio PNUD, ganhando, ao longo dos anos, uma reputação de excelência, a nível mundial, como uma voz firmemente independente e eloquente.
Também os Relatórios de Desenvolvimento Nacional, merecem uma breve referência, por se julgarem de capital importância pois, para além de se poderem considerar como oficinas de ensaio e surgimento de novas ideias para futuras remodelações, possuem o objectivo de construir bases de dados que contribuam para a implementação de uma agenda de desenvolvimento específica para cada país ou região. A própria ONU estimula os países a produzirem os seus próprios relatórios nacionais e regionais por abordarem matérias de interesse específico, capazes de melhor orientar políticas de necessidade também muito próprias. Também procura fazer um acompanhamento permanente desses mesmos indicadores, publicando dados actualizados e fazendo projecções, para saber se os objectivos propostos serão alcançados pelos países, pelos continentes e, porque todos eles inseridos no mesmo contexto, por todo o mundo.

No entanto, e apesar do enorme esforço perpetrado pelo PNUD e pelos organismos a ele associados, face às gigantescas dificuldades com que um trabalho desta dimensão se confronta, vozes críticas são ouvidas referentes tanto ao processo como é elaborado o IDH, assim como mesmo em relação à sua aplicabilidade prática.
De facto, ao mesmo tempo que o IDH apresentado pelo PNUD, continua a ser um modelo de informação de referência mundial no que diz respeito às questões do desenvolvimento humano, também parece cada vez mais consensual a ideia que ainda muito há a fazer para o aperfeiçoar ou, segundo opiniões mais extremas, a substituir ou mesmo, extinguir.
Uma das críticas apontadas prende-se com o facto de, apesar de ser um índice portador de um conceito de desenvolvimento que, vai além da dimensão puramente económica, continua no entanto por resolver o problema do PIB dentro do próprio Índice onde, tomando como exemplo o IDH de 2007/2008, são analisados 173 países, "milimetricamente" ordenados numa escala numérica.

Fonte apresenta várias falhas deste instrumento, como por exemplo a sua insuficiência para revelar aspectos de natureza subjectiva capazes de influenciar a vida das pessoas ou o facto de ser muito discutível a sua eficiência devido à estreita abrangência de factores que abarca, quando confrontado com o objectivo primário a que se propõe, que provavelmente será o conhecimento da "intrincada verdade" do desenvolvimento humano. Dois dos investigadores que nas palavras de Fonte, convergiram para uma necessidade da inclusão da "ética da capacidade" foram Amartya Sen e Martha Nussbaum. Mas as dúvidas colocadas à eficiência do IDH, quanto à possibilidade de atingir os seus propósitos, não se ficam por aqui. São apresentadas a partir do trabalho realizado por Alkire, os fundamentos conceituais e estruturais em que alguns dos principais especialistas na matéria alicerçam as suas teorias alternativas ao IDH. Siméon Fongang, no seu livro *L'Indicateur de Développement Humain du PNUD*, (Fongang, 2000) apresenta algumas sugestões para afinar metodologicamente o Índice de Desenvolvimento Humano. Segundo o autor, novos métodos de medição do desenvolvimento humano devem dar atenção às necessidades das populações, assim como ao seu potencial, enquanto Ivone (Barreiro, 2006), refere como principal objectivo da sua Tese de Doutoramento, contribuir com conhecimentos metodológicos e conceptuais, com o propósito de apresentar novas ideias que permitam avançar na construção de possíveis estratégias para o desenvolvimento humano sustentável, dentro de uma esfera política. Por seu lado, Wintrebert leva a questão mais longe ao interrogar-se como medir a felicidade (Wintrebert, 2007). De facto, a questão da insuficiência do Produto Interno Bruto para medir o bem-estar da sociedade não é nova, referindo Wintrebert, que é uma questão que se coloca nos meios universitários há mais de 25 anos. Também para este investigador, sendo o IDH, o único indicador sintético 'oficial' que se lhe conseguiu impor, não deixa ainda de se encontrar bastante limitado no seu campo de investigação, por fazer referência a apenas três critérios, já de todos conhecidos.

Tal procedimento de medição do Desenvolvimento Humano foi, e continua a ser alvo de inúmeros problemas e controvérsias, para as quais o próprio PNUD não se encontra alheio, pelo que apela aos leitores e utilizadores dos seus relatórios que forneçam sugestões com vista a melhorar a pertinência do seu IDH.

No entanto, tal como é referido por (Fongang, 2000 p. 16), "modificações demasiado frequentes tornam difíceis as utilizações do IDH", especialmente quando se pretendem realizar comparações de resultados ao longo do tempo. Tal situação origina o levantamento de novas críticas.

Espartilhados por estes dois grandes problemas contraditórios, onde, a uma necessidade premente de aperfeiçoamento do IDH, se sobrepõe toda uma panóplia de diferentes obstáculos, especialmente no que se refere à comparação de resultados no tempo, três atitudes são então possíveis de tomar: 1ª- Abandonar os índices de desenvolvimento humano, porque em nada de positivo se conseguem traduzir, ao nível das condições de vida das populações mais carenciadas; 2ª- Manter tudo como está; 3ª- Não desistir de procurar um modelo alternativo exequível.

Cada vez mais evidente que práticas individuais[3] nocivas se podem repercutir de um modo negativo sobre todo o planeta, sendo que estas se encontram relacionadas com todos os factores, dos quais depende a sobrevivência humana, sente-se a necessidade, também cada vez maior, da existência de uma base de dados que, para além da sua abrangência mundial, integre os factores humanos, sociais e ambientais, julgados prementes para uma aproximação às realidades específicas.

[3] Estamos a referir-nos em concreto às práticas desenvolvidas por alguns países.

Como se poderá então resolver este problema de saber o que exactamente anseiam ou necessitam, cada uma destas especificidades sociais que compõem o todo da humanidade?
Como já foi referido, a elaboração dos relatórios nacionais, apesar de serem uma ferramenta importante para a resolução de algumas destas contrariedades, especialmente ao nível do conhecimento das especificidades locais, parecem levantar alguns entraves, quando o objectivo é a elaboração de um modelo de abrangência global, pois o grande problema também já se coloca nesta dimensão. A capacidade para a realização destes estudos de pormenor é muito díspar de país para país, sendo de esperar um avolumar de obstáculos à sua cabal execução, de um modo geral, exactamente naqueles países que apresentam problemas mais graves de desenvolvimento humano. Por outro lado, a minúcia a que poderão ser levados alguns destes relatórios nacionais, podem torná-los impraticáveis, se nos seus objectivos constar uma apreciação homogénea e consistente no espaço e no tempo, capaz de permitir "traçar" uma tendência dos factores em análise.

É conhecida a extrema dificuldade com que se depara, quem aspira levar a "bom porto" um trabalho estatístico, especialmente quando, para além de se pretender quantificar ou qualificar a realidade social objectiva e/ou subjectiva, se pretende correlacionar algumas dessas classificações. O problema coloca-se, logo à partida, pela disparidade na utilização e definição de conceitos praticada pelos inúmeros organismos, Nacionais, Regionais e Mundiais, vocacionados para esta problemática. Utilizando diversas metodologias, são apresentados resultados abrangendo maiores ou menores áreas geográficas e diferentes períodos de tempo, não permitindo avaliar com rigor a evolução ou a estabilidade dos indicadores em causa. Quando o horizonte que se pretende atingir, diz respeito à recolha e análise de dados referentes a diferentes países, entende-se a extrema complexidade de tal processo.
Deste modo, tanto o esforço humano e económico praticado na elaboração destes trabalhos, como o das instituições que investigam e apresentam os seus resultados, não consegue surtir o máximo do seu efeito, só possível, através de uma unidade de critérios,

Uma possível resolução para tal problema, vaticinada pelo PNUD, passa pela urgente necessidade de *construção de uma capacidade estatística* sustentável em todos os países, só possível com o empenho político e financeiro, não só Nacional como Internacional. Neste sentido, foram dados os primeiros passos com as estratégias definidas pelo *Plano de acção de Marraquexe para a Estatística* e pelo apoio da *Parceria para o Desenvolvimento Estatístico do Século XXI* (Paris 21).
Todo este processo está associado a grandes dificuldades, especialmente em muitos países considerados de prioridade máxima e alta, onde, segundo o PNUD, a realização de inquéritos regulares ao rendimento e ao consumo, com o objectivo central de avaliação da pobreza extrema e das condições básicas de vida, necessita de muita ajuda externa para ser efectuada com êxito.

No capítulo *Novas Questões Problema*, utilizando a informação recolhida nos capítulos anteriores, fazemos um ponto da situação, a partir da selecção dos factores que julgamos merecedores de uma atenção especial, face ao trabalho que pretendemos desenvolver na segunda parte da investigação. Sobre eles, tecemos algumas considerações, proferimos conjecturas e sempre que possível, tiramos conclusões ou na sua impossibilidade, reformulamos ou lançamos novas dúvidas especialmente direccionadas para a definição de conceitos, suas inter-relações e implicações. O "bem-estar" pode não ser uma consequência directa do desenvolvimento e, por sua vez, este, uma consequência directa do crescimento económico? Como podem "jogar " estes três conceitos? É possível haver aumento do desenvolvimento sem que o mesmo se traduza em aumento de bem-estar? E aumento de bem-estar mantendo os níveis do PIB? Partindo do princípio que é possível distinguir sociedades desenvolvidas das subdesenvolvidas, não será licito considerar a existência de sociedades sobredesenvolvidas? Como pode o "sobredesenvolvimento" ser negativo? Que outras

situações poderão acontecer? Como passar do campo *real* para o *abstracto* e a ele regressar, com uma margem de erro aceitável? O conceito de "Bem-Estar Social" acabou por se destacar como o aglutinador de outros sub-conceitos por se considerar o que mais se aproxima ou deveria aproximar do fim último a que deveria aspirar a humanidade. Será possível quantificar o bem-estar social?

Foi a partir de questões como estas, e da necessidade de um índice social e ambiental que mais se aproxime da realidade, que se originou a estrutura e o conteúdo da segunda parte deste trabalho que, voltamos a afirmar, não tem a pretensão de apresentar resultados definitivos quanto à definição e quantificação dos conceitos por nós apresentados.
Após se referirem algumas considerações sobre investigação sociologia, dá-se inicio ao capítulo Ensaio de Metodologias de Análise Quanto-qualitativa. Este, encontra-se dividido em três etapas.

Na primeira, a que se resolveu chamar *Do Contexto Global à definição e hierarquia de Conceitos*, pretendemos estabelecer o primeiro patamar de abstracção, ou seja, uma conceptualização do contexto. Para isso, a partir dos capítulos II e III, é seleccionada, do extenso e complexo emaranhado de inter-relações factoriais traduzidas ou não em indicadores ou índices, uma série de factores que julgamos mais afectar o funcionamento das sociedades no seu espaço geográfico.
Alguns destes conceitos, porque compostos por um agregado de outros conceitos, são pré-definidos de um modo esquemático com o objectivo de melhor estabelecer as suas inter-relações e hierarquias, que na fase posterior servem de base à sua quantificação ou qualificação.
Para a elaboração desta selecção são utilizadas fontes bibliográficas provenientes de vários organismos que, de um modo geral, se têm distinguido sobre esta problemática, tentando-se cimentar esta estrutura com algumas considerações próprias, de modo a obter um enquadramento lógico não muito distante da condição real, tal como por nós é interpretada.

Na segunda fase deste capítulo que designamos por *Do Conceito à sua Quanti-Qualificação* é realizado um segundo patamar de abstracção. Quais os conceitos passíveis de ser qualificados e/ou quantificados? Por uma questão prática, esta segunda fase é decomposta nas seguintes partes.
Na primeira, efectua-se a selecção dos conceitos a utilizar no que se convencionou designar por Índice de Bem-Estar Sócio-Espacial provisório (IBESE), tendo por base o modelo de relações inter-conceituais hierarquizadas e esquematizadas anteriormente, de modo a tornar possível enquadrá-los numa linguagem matemática simples.
Numa segunda parte, a partir do que é hoje possível encontrar de um modo "livre" nos sistemas de informação, no que em concreto diz respeito à quantificação dos mais variados tipos de indicadores (objectivos e subjectivos), é feita uma triagem, dos que se julgam mais capazes de ir ao encontro do conhecimento do homem, da sua sociedade e do seu espaço, estando esta escolha sujeita a determinados critérios de selecção. Por outro lado, a selecção dos países que servem de base à apresentação dos resultados estatísticos também foi sujeita a determinados critérios, entre os quais a preferência dada aos países de expressão portuguesa.
É exactamente com a Caracterização Geral destes Países ao nível da população, do espaço e de algumas relações mantidas entre eles que, de uma forma muito sucinta, nos ocupamos nesta parte do trabalho.
Na terceira parte estes mesmos países são caracterizados, mas agora, através da elaboração de um índice de Bem-Estar sócio-espacial provisório. Para isso, após estar concluído o trabalho de selecção e distribuição dos factores (sob a forma de Índices ou não), pelos diferentes componentes da nossa "fórmula" provisória, houve a necessidade, de homogeneizar as diferentes escalas em que se encontravam representados os seus dados, utilizando para isso tabelas de conversão para uma escala de 0 a 20, de modo a permitir realizar somatórios,

médias e uma representação gráfica. Existem parâmetros que, devido às suas características, consoante o contexto, poderão ser ajustados no seu processo de conversão.
Através dos valores obtidos anteriormente, na quarta parte, efectua-se um estudo comparado entre países, para o qual se utiliza uma representação gráfica que ilustra a posição "aproximada" para cada um dos factores que compõem a fórmula do "IBESE provisório". São comparados os Valores do *PIB/capita* inicial, com o posterior IDH. Por sua vez estes dados são comparados com o *Índice de Qualidade de Vida* (IQV) que, por sua vez, serve para confrontar os resultados obtidos no nosso já designado IBESE provisório. É de salientar que tudo isto não passa do ensaio de uma metodologia, pelo que não se deve dar grande relevância aos resultados, embora não fosse impossível que os hipotéticos erros de uns, anulassem os erros de outros, especialmente se provenientes de fontes multi-paradigmáticas.
Qual o aspecto que terá então a fórmula final, que pretende representar o IBESE especifico de uma determinada "unidade social", presente e futura? Qual o seu significado e objectivos? Quais os seus parâmetros? Quais os indicadores já criados por outros organismos, que se enquadram na nossa fórmula? Existem indicadores que na nossa opinião se encontram em falta por deficiência de pesquisa, ou por inexistência? Quais os problemas que se levantam quando se pretende utilizar uma fórmula geral? Será mais vantajoso individualiza-la? Estas e outras questões, merecem algumas considerações na quinta parte da segunda fase, aonde se arrisca expressar, o que seria a composição da fórmula geral do IBESE.
Na sexta e última parte da segunda fase são referidos alguns aspectos sobre a hipotética representação gráfica do IBESE com o objectivo de realizar uma leitura de quatro tipos de resultados para cada um dos sus índices: *Tendência*, *Evolução*, *Estabilidade* e *Eficiência*. Quando se pretende estabelecer comparações de valores entre datas, serão as linhas de tendência um modelo de apresentação razoável para a visualização e análise da evolução e estabilidade dos diversos índices que compõem o IBESE? Quais os problemas que se levantam? São apresentadas algumas reflexões sobre esta temática, terminando com um exemplo prático, que pretende comparar a evolução entre o PIB/capita e o que nós viremos a designar por um dos componentes já quantificáveis do desenvolvimento social. Aproveita-se este mesmo estudo para testar os eventuais desvios que a aplicação do PIB/capita provoca na fórmula geral do IDH.

Finalmente, na terceira fase, que se designou por *Da Quanti-Qualificação ao Contexto Específico*, pretende-se fechar o ciclo do processo iniciado na primeira fase, através de um regresso ao mundo real..
Devido à extensão do trabalho, e sendo esta uma matéria complexa que, só por si, mereceria uma investigação mais aturada, apenas lançaremos algumas questões e conjecturas respeitantes ao modo como se processaria a recolha de informação ao nível local, de modo completar o carácter específico do IBESE. Do mesmo modo, fazemos uma abordagem ao trajecto que este mesmo índice deveria seguir, para que a resolução dos problemas detectados em cada unidade social se tornasse mais efectiva.
Aproveita-se também esta fase do trabalho para apresentar alguns dados estatísticos que, embora julgados essenciais ao conhecimento da realidade, não foram possíveis de incluir no IBESE provisório, devido ao facto de não ser exequível convertê-los na escala por nós estabelecida. Um exemplo que se pode apontar, diz respeito à repartição da despesa pública ou privada, muito variável segundo as especificidades ou necessidades do país[4] e que, face a uma boa aplicação dos conhecimentos fornecidos pelos índices, poderiam levar ao seu ajustamento. Do mesmo modo, e por se considerar a satisfação das necessidades alimentares como condição primária para que todo e qualquer desenvolvimento seja realizável, apresentam-se alguns dados sobre os valores referentes à importação de produtos alimentares

[4] O que poderá ser considerado um valor positivo ou suficiente para um país, poderá não o ser para outro.

face às potencialidades agrárias e respectiva eficiência que determinada região consegue retirar delas. A inter-relação destes factores só faz sentido quando relacionada com questões de natalidade que por sua vez se podem relacionar com a capacidade humana e esta, com a repartição da despesa pública.
Como já atrás foi referido, são muitos os factores em jogo em todo este complexo sistema, bastando que apenas um deles se encontre como limitante ou excedente, para que a instabilidade seja atingida.

Dado por terminado este ensaio de metodologias, ficou a forte convicção que, seja qual for o processo de construção de um índice que nos permita uma maior aproximação ao conhecimento da realidade específica de cada unidade social, terá de partir de uma base holística porque o contexto também o é.
Neste mundo globalizado, dificilmente se conseguirá atingir o bem-estar da sua humanidade se não for criada uma "nova linguagem universal", orientada para a educação de uma nova motivação global. Quem poderia ter capacidade e poder legitimado para realizar esta gigantesca tarefa? Tal como para o desenvolvimento de capacidade estatística e sua coordenação a nível mundial, só uma verdadeira organização de nações, imbuídas por um mesmo ideal Universal, livre de qualquer tipo de pressão ou interesses individuais e alicerçada num tratado de deveres e direitos do Homem, das Sociedades e da Terra, conseguirá atingir tal objectivo. Terá a ONU, coadjuvada por instituições especializadas credíveis, motivação, poder e capacidade para se remodelar, para fazer frente a estes e muitos outros desafios mais, ou menos utópicos, com que terá de se deparar?
Por outro lado, qual o Papel da CPLP em todo este processo?

Acaba-se este trabalho com a sensação que quase nada é impossível de realizar e quase tudo é muito difícil que venha a ser realizado. Os preconceitos sobre o que é utopia e o que não é, muitas vezes originados a partir de interesses particulares por enquanto pouco divulgados, inundam a inteligência colectiva e só quando o medo dos factos for maior que o medo da mudança alguma coisa com verdadeiro impacto positivo se fará, se ainda houver tempo para tal.

CAPÍTULO 2. ESPAÇO, HUMANIDADE E SUAS MOTIVAÇÕES

> "O comportamento humano pode ser genuinamente intencional porque só os seres humanos guiam o seu comportamento por um conhecimento do que aconteceu antes de eles nascerem e uma preconcepção do que pode acontecer depois de eles morrerem; assim só os seres humanos encontram o seu caminho graças a uma luz que ilumina mais do que o pedaço de terreno sobre o qual se encontram"[5]
>
> P. B. Medawar e J. S. Medawar. The Life Science (1977)

2.1. ÁFRICA NO CONTEXTO MUNDIAL CONTEMPORANEO

2.1.1. As Crianças e os Idosos Africanos

As crianças ocupam um lugar de honra na cultura africana, não deixando no entanto de ser possível, ainda nos dias de hoje, continuar a ganhar o prémio *Pulitzer* com uma fotografia deste calibre:

Ilustração 1: Necessidades alimentares

Uma fotografia[6] pode ser suficiente para retratar uma realidade, mais, ou menos afastada no tempo e no espaço. A sua composição pode ser suficiente para despoletar indiferença ou uma série de emoções que se podem transformar, ou não, nas mais variadas acções.

No *Africa Environment Outlook* de 2006, relatório desenvolvido pela UNEP, é referido que no ano de 2001, cerca de 28 milhões de pessoas do continente africano, enfrentavam emergências alimentares devido a secas, cheias e conflitos, dos quais cerca de 25 milhões precisavam de ajuda alimentar e assistência agrícola.
Refere o artigo *Where and why are 10 million children dying every year?* (Black, et al., 2003 p. 2226), que a generalidade das mortes de crianças com menos de cinco anos, ocorre nos

---

[5] Citação recolhida em (Boorstin, 1994)
[6] Kevin Carter – 1994 Pulitzer prize — Obtida durante a fome do Sudão (1994) a um quilómetro do campo alimentar das Nações Unidas. Três meses após a fotografia Carter suicida-se devido a um estado de depressão.

países pobres sendo que no início deste milénio 41% destas mortes ocorreram na África Subsariana, apontando a desnutrição e a debilidade corporal a ela associada, como o principal factor do grande número de doenças infecciosas sendo as princiais a pneumonia e as diarreias

Com o intuito de atenuar o problema da fome, diz o mesmo relatório, que a prática de importação de produtos agrícolas têm vindo a crescer sendo a região africana, no seu todo, uma região de importação agrícola por excelência, desde 1980. Estima-se que só em 2000, África tenha gasto 18 700 milhões de dólares Americanos em importações de comida para além dos 2.8 milhões de toneladas de Ajuda Alimentar[7]. (UNEP, 2006 p. 84)

Ilustração 2: Distribuição da Mortalidade Infantil. Cada ponto representa 5000 mortes. Adaptado de (Black, et al., 2003)

Um excerto de uma conversa, mantida entre Rufin e o general Henoch, comandante em chefe do exército etíope[8], acrescenta às evidências causais da fome ou má nutrição anteriormente apresentadas, o seguinte:

> "- A que se deve a fome nesta região?" Pergunta Rufin. "- Ao excesso de população. Olhe para estas terras: eram as mais férteis do país; estão praticamente desérticas. Porquê? Porque estão desgastadas. Como um seio que alimentou muitos filhos deram o que tinham a dar e agora não têm forças. Muita gente, recursos insuficientes. Chega a miséria e, com ela, a guerra. Passa-se rapidamente da miséria à fome, verdadeira, total, terrível, impiedosa. Que fazem as nações ricas para nos ajudar? Enviam camiões de alimentos e equipas de médicos. O resultado é satisfatório a curto prazo: alimentam-se os esfomeados. Mas as consequências mais remotas são desastrosas. Todas estas crianças salvas, estes velhos, estas mulheres constituem outras tantas bocas a alimentar amanhã nestas mesmas terras improdutivas. E todas estas ajudas prestadas sem discernimento a esta zona beneficiam mais os rebeldes do que os civis. De resto, a maior parte das vezes é impossível destrinça-los. É a guerra que está a ser alimentada. Amanhã, uma vez terminada a ajuda estrangeira, que restará? (...)" (Rufin, 2001 p. 52)

Embora o excerto anterior se reporte a um caso específico, facilmente se depreende que, se poderá generalizar a muitas outras situações ainda hoje vividas por muitas regiões do globo, mas com uma especial incidência, a Sul do Sara. Parece ser uma evidência histórica especialmente vivida nos países mais pobres que, quando um certo número de condições se torna favorável à produção de alimento, esta se repercute num aumento da população que por sua vez, de um modo natural se pode reflectir num respectivo aumento da pressão demográfica sobre o espaço que a suporta. Se a este fenómeno se aliarem más práticas agrícolas e toda a panóplia de imprevistos ambientais ou cobiças externas, ficam reunidas razões mais do que suficientes para o clima de constante instabilidade vivido por estas populações, que os modelos de ajuda até agora instituídos, nada de positivo e durável conseguem concretizar, como tão bem e sinteticamente é apresentado no texto anterior

Ainda a este respeito, Amartya Sen considera que a fome não é um fenómeno natural, mas sim um subproduto da organização político-social do "simbólico mercado."

> "Não é difícil de encontrar a conexão entre democracia e inexistência de fomes. As fomes matam milhões de pessoas em diferentes países do mundo, mas não matam governantes. Reis e presidentes, burocratas e patrões, chefes militares e dirigentes nunca são vítimas da fome. E se não

---

[7] O Programa de Alimentação Mundial gastou 12 500 milhões de dólares Americanos em África, 45% do seu investimento total desde o seu estabelecimento.

[8] Registada no diário do autor em 22 de Junho de 1985

há eleições, nem partidos da oposição, nem expectativa de crítica pública independente, então essas autoridades não têm de sofrer as consequências políticas do seu fracasso na prevenção da fome. A democracia, pelo contrário, estenderia a punição das fontes tanto aos grupos dirigentes como aos chefes políticos. Isso traz-lhes um incentivo político para tentarem evitar qualquer ameaça de fome e, dado que as fomes são, de facto, fáceis de prevenir, (…), a aproximação das fomes é evitada com decisão." (Sen, 2003 p. 192)

Considerando ainda Sen que, esta é "uma realidade que se funde com as contradições da sociedade actual porque a capacidade para adquirir comida no mercado depende dos ganhos que têm, dos preços correntes da comida e das suas despesas não alimentares necessárias. A sua capacidade de adquirir comida depende das condições económicas: emprego e níveis salariais para os assalariados, produção de outros bens e respectivos preços para os artesãos e fornecedores de serviços, etc." (Sen, 2003 p. 177)

Pelo que foi apresentado até este momento, pensamos estar reunido um número significativo de motivos, que poderão estar na origem desta condição de carência ou mesmo ausência de alimento, sendo possivel subdividi-los em duas grandes classes quanto à sua fonte: os imprevistos naturais, sejam eles climatéricos, biológicos ou geológicos e os provocados pelo próprio homem através de deficientes práticas agricolas, ambientais, conflitos armados, "sabotagem", mas não só. Se quanto aos imprevistos de origem natural pouco há a fazer, a não ser ganhar capacidade de prevenção e reacção, no que diz respeito aos segundos, caberá apenas ao Homem resolvê-los. Sendo a implementação das boas práticas agricolas, um problema que, em grande parte dos casos, poderá ser hoje em dia de fácil resolução técnica, não deixa de ser uma verdade, que tal processo só será possivel de aplicar de um modo sustentado, na ausencia de situações de conflito.

Acontece que, cada vez mais, parecem estar criadas as condições para que esses conflitos ocorram, uma vez que, entre outras razões, tudo parece indicar uma tendencia para a diminuição de certas matérias primas assim como do "espaço habitavel", acompanhada pelo forte aumento demográfico. Será de facto, o crescimento populacional e tudo o que a ele está associado, um dos grandes problemas globais com que se depara a humanidade? Sem dúvida que o será, como o referiu já há dois séculos atrás Thomas Malthus[9]: "o crescimento populacional tende a ultrapassar os recursos disponíveis para o seu sustento. Caso as pessoas não limitassem a frequência das suas relações sexuais, o excesso de crescimento populacional asseguraria um futuro de miséria e fome."

Ilustração 3: Crianças Soldado NewWeek - 05/03/07

Sendo um facto que o excesso de população face às condições oferecidas pelo espaço, continua a ser um problema actual, o processo de o resolver encontra-se hoje mais facilitado, através da aplicação das novas técnicas de controlo da natalidade, processo que, tudo indica, ser mais digno e civilizado, do que qualquer tipo de exterminio que pelas mesmas razões se continue a processar ou a deixar processar.

Uma prática capaz de tornar ainda mais abjecto o próprio conflito, diz respeito à utilização directa ou indirecta, de crianças nessas mesmas acções.

O Professor Jaap E. Doek, (Doek, 2008) servindo-se dos dados respeitantes ao período de Abril de 2004 a Outubro de 2007 disponibilizados pelo Global Report 2008, realiza uma análise aos progressos obtidos sobre esta matéria nos passados 4 anos, confirmando, por exemplo, que dezenas de milhares de crianças-

[9] Citado por (Giddens, 2007 p. 635):

soldado foram desmobilizadas durante esse período. Mas, como esse mesmo relatório documenta, dezenas de milhares de outras crianças, permaneceram ou foram novamente recrutadas e utilizadas em conflitos armados, sobretudo por grupos armados não estatais, mas também por alguns exércitos nacionais, sendo agora usadas como espiões ou fontes de inteligência, em vez de lhes ser facultado apoio ao nível da reabilitação e reintegração.[10]
Mas as acções nefastas a que podem estar sujeitas as crianças, não se encontram limitadas apenas a situações de guerra. Também a "paz", pode mascarar situações de uso e abuso infantil, independentemente do continente em que nos encontremos, tendo no entanto, particular incidência e visibilidade nos países mais pobres. Um estudo apresentado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), através de um relatório datado de 2003, apresenta África como sendo provavelmente a região do mundo, mais afectada pelo tráfico de crianças. Como refere José Luís Mendonça:

> "(…) historicamente, o tráfico de crianças realizou-se sob diferentes formas, mas no contexto da globalização, adquiriu novas e chocantes dimensões (…). Constitui uma actividade comercial a nível global, orientada pela procura, com um mercado enorme para mão-de-obra barata, sexo comercial, confrontado, muitas vezes, por quadros legislativos e políticas reguladoras insuficientes ou não experimentadas e sem pessoal adequadamente treinado para lhe fazer frente".

Sobre um outro estudo apresentado pela organização *Molo Songololo* no ano 2000, referente ao tráfico de crianças na África do Sul, Mendonça escreve o seguinte: "existiam mais de 20 mil crianças trabalhadoras, muitas delas refugiadas moçambicanas, em fazendas agrícolas sul-africanas onde recebiam pagamentos miseráveis ou trabalhavam a troco de alimentação e alojamento." Sobre uma notícia publicada pela Agência Lusa em 2006, escreve: "o tráfico de mulheres e crianças de Angola para os países vizinhos estava a preocupar a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Também, segundo um relatório do Departamento de Estado norte-americano de 2005, Angola é identifica como um país de origem de crianças traficadas para exploração sexual. "A elevada percentagem de população jovem, a grande disparidade económica no país e a existência de fronteiras extensas são alguns dos factores apresentados por Mendonça, que potenciam o tráfico de seres humanos no país."[11]

Muitas outras situações de exploração, mau trato ou morte de crianças, cada vez mais conhecidas do domínio público, poderiam aqui ser apresentadas, como actos contínuos de incivilização que, as "limitações da rede global", não conseguem resolver. Como afirma ainda (Mendonça, 2007), a generalidade das crianças africanas não parecem estar a beneficiar com o fenómeno global, sendo que "Uma das maiores angústias de 45 por cento das crianças africanas a Sul do Sara é viverem sem água potável nem luz eléctrica num mundo com imensas potencialidades, que atingiu um desenvolvimento técnico científico e um progresso sociocultural sem precedentes."

Sentindo-se a necessidade de conhecer com mais profundidade e a nível oficial, o desvio existente entre a realidade e o que foi reconhecido e ratificado na Convenção sobre os Direitos da Criança[12], várias iniciativas foram criadas. Um caso que pode ser dado como exemplo[13] diz respeito à 17ª conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho (ICLS) realizada em

---

[10] Professor Jaap E. Doek; Presidente Comité dos Direitos da Criança 2001 a 2007. Informação mais detalhada pode ser encontrada no Global Report 2008. Este relatório cobre o período de Abril de 2004 a Outubro de 2007. http://www.childsoldiersglobalreport.org/files/country_pdfs/FINAL_2008_Global_Report.pdf
[11] Excerto de artigo publicado por José Luís Mendonça; África 21, Nº6; Junho de 2007
[12] Adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989
[13] Child Labour Statistics. Meeting of Experts on Labour Statistics. Report I. Geneva, 1-10 April 2008. International Labour Off ice Geneva
http://www.ilo.org/global/What_we_do/Statistics/events/MeetingsOfExperts/lang--en/docName--WCMS_091533/index.htm

2003, na qual um grande número de participantes enfatizou a importância das estatísticas do trabalho infantil para além de comentar as suas experiências na sua medição, assim como a complexidade envolvida na realização de tal levantamento. Nesta conferência, muitos dos seus participantes realçaram a necessidade de desenvolver uma definição estatística internacional do trabalho infantil, incluindo o trabalho perigoso e guiões metodológicos para assegurar a comparabilidade entre países e ao longo do tempo.[14]

Mas se é importante identificar o que se passa no mundo, mais importante se torna, a partir desse conhecimento, resolver os seus problemas. Neste campo, nem tudo poderá ser considerado negativo. Tanto ao nível da saúde como da educação alguns avanços sobressaem da estagnação que, de um modo geral, ainda assola o Sul do Sara. Muitas vezes, apenas fruto de motivações individualizadas locais ou externas, ou do trabalho desenvolvido por algumas instituições não governamentais, é reconhecido que, a diferença de resultados obtidos entre os diversos países, muito fica a dever-se ao tipo de motivação e sinergias estabelecidas entre as forças governamentais envolvidas no processo.
Uma investigação transversal a vários países, publicada na Lancet em 2003, identificou 23 intervenções que tiveram o maior impacto sobre a mortalidade de crianças. Essas intervenções, 15 delas preventivas e 8 curativas, cobriam as necessidades prioritárias de saúde, que passavam e ainda continuam a passar pelo fornecimento de terapia de reidratação oral, medicamentos e mosquiteiros tratados com insecticida para prevenir a malária, assim como cuidados pré-natais e obstétricos. A mesma investigação refere ainda que através do uso de trabalhadores de saúde treinados e da colaboração das próprias comunidades locais, foi possível que estas intervenções se realizassem e continuem a realizar numa base de baixo custo. Usando dados de 2000 e assumindo uma cobertura de 100% para essas intervenções, os autores do estudo da Lancet concluíram que cerca de duas em cada três mortes de crianças, 6 milhões no total, podiam ter sido evitadas.[15]

Estes resultados, apesar de positivos a curto prazo, podem não o ser a médio e longo prazo. De facto, serão estas mesmas crianças que, bem ou mal "cuidadas, educadas e habituadas", poderão ditar o futuro destas nações, tal como outras o farão em qualquer outra parte do planeta.
Qual será então o modelo educacional, capaz de transmitir a ideia de fundo que se pretende seja absorvida pelas futuras gerações face aos novos desígnios que tanto seriam de desejar para um mundo mais "saudável"? Não será pertinente, tornar mais discutível o paradigma educacional vigente no "mundo ocidental", suportado e acompanhado a par e passo por todo o processo de globalização,

Ilustração 4: Ensino Elementar em África (NG, 2007 p. 31)

[14] Houve um apoio unânime da conferência para o desenvolvimento de uma resolução sobre as estatísticas do trabalho infantil, que terá tido continuidade através da (18ª) conferência no final de 2008 em Geneva.
[15] Fonte: Cousens, Lawn e Zupan 2005; Mills e Shilcutt 2004; Wagstaff e Claeson 2004. (PNUD, 2005 p. 33)

caracterizado por, entre outros factores, transmitir uma ideia de desmesurada competição, consumo, … que, nada de mais positivo poderá trazer para a humanidade, tal como começa a ficar ou virá a ser provado?

Reportando-nos por agora ao caso específico da África subsariana e em concreto, a uma acção desenvolvida por seis países[16] através de uma acção conjunta da Fundação Nelson Mandela, da UNICEF e da Promoção da Democracia e do Direito Internacional de Hamburgo foi lançada em 2004 na Cidade do Cabo, a campanha *Escolas para África*, com o objectivo de acelerar o acesso à educação primária de qualidade, com ênfase especial para as meninas, os órfãos e crianças vulneráveis.
No entanto, até que sejam atingidos níveis satisfatórios de escolarização, mas muito mais importante do que isso, que essa escolarização se traduza num aumento das capacidades da população activa, um longo caminho há a percorrer. Para Mendonça "calcula-se que, em Angola, um milhão e duzentas mil crianças com idade de frequência do ensino primário, estão fora da escola. A qualidade da educação é ainda fraca, como resultado de uma falta crónica de professores qualificados, de uma falta crónica de materiais de ensino e infra-estruturas escolares sem as devidas condições."
Para além deste problema é de salientar que, embora as taxas de inscrição variem de país para país, grande parte das crianças que conclui a instrução primária, não transita para o secundário. (NG, 2007)
Em termos de conclusão, afirma Yvone Chaka-Chaka: "As crianças de África continuam a sofrer violência. Nos lares, onde ela é amplamente escondida, as crianças são humilhadas, batidas e é-lhes negada alimentação. Em alguns casos, elas são mesmo assassinadas."[17]

Mas a sociedade africana, tal como qualquer outra, não é só composta por crianças. Também os idosos desempenham um papel importante no seu funcionamento, transmissão de cultura e educação, como refere o poeta Hampaté Bah, do Mali: "O idoso é o sábio. (…) Quando morre um africano idoso, é como que se queimasse uma biblioteca." Para o Padre Nunes, esta frase "exprime bem o valor que tem o idoso na sociedade tradicional africana (…). O idoso, com a sua sabedoria adquirida nos seus muitos anos de vida, torna-se o transmissor dos valores da cultura tradicional herdada dos seus antepassados." (Nunes, 2008)
Cientes da importância de estudo que também esta faixa etária necessita, um problema se coloca. Sendo a esperança de vida tão diferente de país para país, como definir a idade a partir da qual, um ser humano é considerado velho?
No *International Population Reports* de Junho 2007 (Victoria, et al., 2007) pode ler-se que a definição cultural de "velho" difere grandemente entre e dentro dos países, sendo que a atribuição de uma idade cronológica a "velho" serve, muitas vezes, propósitos práticos ou oficiais. Com o objectivo de contornar este problema, de modo a comparar e contrastar com maior profundidade as diferentes culturas subsarianas, este relatório estratifica as suas populações envelhecidas em três grupos etários (com 50 e mais, 60 e mais, e 80 e mais).

No prefácio deste mesmo relatório, Sokolovsky faz uma referência ao problema do envelhecimento da população mundial, começando por dizer que em 2006, 64% da população com mais de 60 anos residia nos países desenvolvidos, sendo de esperar que esse valor aumente para os 73% em 2030.
No entanto, destaca que a compreensão do real estado da população idosa, ao nível da maioria dos países subdesenvolvidos, é muito limitada se comparada com os "bem documentados rumos e implicações dos idosos em países desenvolvidos." Debruçando-se em concreto sobre as particularidades Subsarianas tece os seguintes comentários:

---

[16] Angola, Malawi, Moçambique, Ruanda, África do Sul e Zimbabué.
[17] Afirmação de Yvone Chaka-Chaka na sua intervenção sobre o Dia da Criança Africana em 2006

> "A África Subsariana (…) talvez seja a região com menor compreensão das tendências do envelhecimento. Uma combinação de factores limita a nossa compreensão da situação dos idosos na África Subsariana. O principal factor é que a informação demográfica em geral, e nesta população em particular, é escassa na maioria dos países da África Subsariana. Na África Subsariana, os mais velhos constituem uma pequena proporção da população e as suas proporções são projectadas para crescerem muito devagar relativamente a outras áreas no mundo. Em adição a isso, outras questões políticas, demográficas e de saúde confrontaram o sub-continente ao longo das duas últimas décadas e os sistemas de recolha de informação essencial para obter estimativas e projecções demográficas actualizadas estão a faltar em grande escala."

A título de exemplo, Sokolovsky refere que apenas dez países na África Subsariana têm sistemas de registo vitais que produzam informação útil e disponível e só a Mauritânia e as Seycheles são capazes de cobrir pelo menos 80% da população. Declara o autor que os recursos disponíveis para responder às mudanças demográficas e problemas de saúde em África, têm focado a sua atenção em assuntos de preocupação mais imediata com pessoas que ainda não estão envelhecidas: bebés, crianças e saúde materna, nutrição e sida. No entanto, novas conjunturas, consequência das recentes agitações sociais e políticas, sida, pobreza e conflitos violentos, afectaram muitas sociedades africanas e colocaram os mais velhos em novos papéis com maiores responsabilidades nas famílias e nas comunidades, como fica provado no seguinte registo disponibilizado pela (HIV/SIDA, 2006):

> "Às vezes, quando o debruçado e grisalho Kuzonyawo Tanko pega na sua enxada para ir ao cultivo, desata a chorar a má sorte que a Sida trouxe à sua família. Kuzonyawo e esposa, Tani, tiveram seis filhos. Quatro morreram – um num acidente de viação e três com a Sida. Nos primeiros anos da independência da Nigéria, Kuzonyawo, que não sabe ler nem escrever, investiu na educação dos seus filhos. Imaginava que tomariam conta dele. "Quando eu ainda era forte (…) esperava que os meus filhos cresceriam e teriam bons empregos como qualquer um. Mas, agora é o contrário," disse Kuzonyawo[18], (…)

Ainda nesta página pode ler-se que a Unicef calcula que 1.8 milhões de crianças nigerianas perderam um dos progenitores ou ambos devido à Sida, valor superior a qualquer outro país africano. Assim, a responsabilidade de cuidar dos órfãos faz com que muitas famílias alargadas esgotem as suas capacidades alimentares. Será o caso de Kuzonyawo que, angustiado, tenta cuidar dos seus 10 netos órfãos. No entanto, com mais de 70 anos e agricultor durante toda a sua vida, já não consegue trabalhar como antes, dependendo da ajuda que a sua mulher de 60 anos ainda lhe consegue proporcionar.

Apesar da população envelhecida ser uma pequena proporção da população na maioria dos países da África Subsariana, como refere ainda (Sokolovsky, 1997): "o número absoluto de idosos está a aumentar. Em 2006, 35 milhões de pessoas tinham 60 ou mais anos na África Subsariana, e este número está projectado para crescer até acima dos 69 milhões em 2030. De facto, o número total de idosos está a aumentar mais rapidamente na África Subsariana do que em países desenvolvidos. Este aumento do número de idosos irá ocorrer, apesar do excesso de mortalidade, devido à sida que muitos países da África Subsariana estão presentemente a experienciar."

Perante o que acabou de ser exposto neste primeiro subcapítulo, entende-se que o futuro de qualquer tipo de sociedade, que possamos designar como equilibrada, deve começar por possuir necessariamente uma distribuição etária, o mais próximo possível das necessidades ou possibilidades contemporâneas e possivelmente, cada vez menos, alicerçada em práticas culturais ancestrais, tantas vezes causadoras de miséria e sofrimento.

---

[18] Nome que significa "escuta o meu ponto de vista", na língua Gbagyi.

Para que tal seja possível, parece ser necessário dar mais importância ao acompanhamento sério e consistente do envelhecimento das populações, independentemente do estado de desenvolvimento dos países. Em ambos os casos, a família e os seus idosos, deveriam continuar a desempenha um papel importante no futuro de gerações mais "sãs", seguras, equilibradas e educadas, em primeiro lugar, nos bons princípios das suas culturas e porque não, numa nova cultura universal formadora de uma população activa, capaz de tirar o melhor partido do espaço que ocupa.

Será tudo isto, uma grande utopia? Terá entrado a humanidade num processo motivacional negativamente irreversível? Como transmitir a ideia a quem de direito que, mesmo que tudo continue a correr "bem", cada vez mais cedo as novas gerações serão substituídas pelas seguintes, ou, como aliás já acontece, substituídas pela própria "máquina", sendo que esta, apesar de gradualmente ocupar o lugar do homem na criação de riqueza, começa a dar sinais de "fraqueza" por não contribuir como seria desejável, para a sua distribuição, de modo a que seja possível alimentar essa própria "máquina", assim como proporcionar uma vida mais digna e estável dos herdeiros que a ajudaram a construir.

2.1.2. A População Activa e o Espaço Africano

Um dos factores primordiais para o desenvolvimento equilibrado de uma determinada região, deveria passar pela sincronização do homem com o espaço que o envolve. Por outras palavras, a população activa deve encontrar-se capacitada, em primeiro lugar, para retirar do seu espaço todos os factores possíveis, indispensáveis à sua sobrevivência, fornecendo, por sua vez, a esse mesmo espaço, todas as condições necessárias à sua sustentabilidade.

Um dos grandes potenciais do continente africano é exactamente o seu espaço, com base nos diversos *Terroirs* que é capaz de proporcionar. Uma prova indiscutível do que acabou de ser dito, é o interesse que este continente sempre proporcionou para além das suas fronteiras.

> "A África é o 2º maior continente do mundo, logo a seguir à Ásia, com uma área terrestre total de mais de 3 025.8 milhões de hectares. (…) um mosaico rico e dinâmico de recursos, que inclui florestas e matas, terra arável, montanhas, desertos, terras costeiras e sistemas de água fresca, que oferecem vastas oportunidades de desenvolvimento e melhoria do bem-estar humano, se gerido com sustentabilidade." (UNEP, 2006 p. 78)

Ilustração 5: Recursos Naturais. Uma Farmácia no Quénia. (UNEP, 2006 p. 201

No que se refere à actividade agrícola, segundo dados fornecidos pelo (UNEP, 2006 p. 84), África abarca 60% da sua força de trabalho total, 20% do total das mercadorias exportadas e 17% do PIB. No entanto, na África Subsariana, só 3.7% de terra arável é irrigada, apresentando um valor francamente abaixo dos apresentados pela América do Sul (10%), Este e Sudeste Asiático (29%) e Sul da Ásia (41%).

Ao nível da sua riqueza em biodiversidade, são múltiplas as potencialidades, sendo a sua conservação e uso sustentável de uma importância crítica. No entanto, em grande parte dos casos, tal situação não se verifica.

Com o objectivo de melhor explicitar as peculiaridades de cada região, assuntos particulares sobre as suas características e impactos são esclarecidos em secções sub-regionais, não por serem restritos a essas áreas, mas porque são melhor ilustrados aí. É o caso do trabalho desenvolvido pela UNEP de onde se extrai o seguinte fragmento (UNEP, 2006 p. 102):

> "A desflorestação é discutida abaixo da África Central, enquanto relações entre áreas protegidas e populações adjacentes são tratadas abaixo da África de Este. A biodiversidade marginal é discutida no Norte de África, as mudanças climáticas e espécies alienígenas invasoras na África do Sul, a desertificação no Oeste de África, endemismos nas ilhas do Oeste do Oceano Índico. A degradação do habitat e a sub-exploração dos recursos são discutidos nesta síntese regional, porque são esmagadoramente importantes como condutores da perda da biodiversidade por toda a África."

Não se reportando este problema apenas ao continente african, mas sim a praticamente todo o globo terrestre, escreve (Giddens, 2007 p. 635): "Há poucos aspectos do mundo natural que não foram afectados pelas actividades humanas. Todas as sociedades enfrentam preocupações relacionadas com a economia ambiental. (...)" No entanto, terá sido nos últimos anos, que esta actividade provocou maior impacto negativo sobre os ecossistemas terrestres, se estabelecermos uma comparação com períodos de tempo semelhantes, sendo as necessidades alimentares, um dos factores que mais terá contribuído para que tal acontecesse, como atestam os mais de 15 milhões de quilómetros quadrados reservados para a prática agrícola em todo o mundo, sem podermos deixar de referir o dobro desta mesma área, ocupada com pastagens naturais.
Sendo as florestas que cobrem quase um terço do globo, a última grande fonte de novos terrenos agrícolas, casos de arroteamento florestal continuam a ser extremamente graves, em especial nos trópicos e em particular no continente africano e na América Centro e Sul.

Será então inevitável que esta acção do homem sobre a natureza tenha de ser sistematicamente negativa? Tudo indica que não, como fica patente nos exemplos apresentados em seguida, dignos representantes dessa nova maneira de pensar e actuar:

> "(…) desertos que florescem e árvores plantadas para trazer sombra, abrigo, estabilidade a paisagens degradadas. (…) Novas plantações de árvores correspondem a 5% da floresta mundial. (…) O alcance da nossa actividade de transformação é vasto; o seu carácter positivo ou negativo depende de nós. (…) Como a população e a riqueza continuam a crescer, será necessária criatividade e dedicação para controlar o impacto ambiental da espécie humana.[19]

Para Abdul-Hakim Rajab Elwaer, no que em concreto diz respeito ao desenvolvimento económico do continente africano, refere que este se encontra sustentado, na qualidade e integridade da base de recursos naturais e nas suas vantagens ambientais, razões que na sua opinião: "fornecem oportunidades para que a África consiga atingir os objectivos do Novo Parceiro para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e para fazer bons progressos em direcção aos objectivos do Desenvolvimento do Milénio (MDGs)." Elwaer afirma ainda que a África não pode dar-se ao luxo de perder as suas vantagens ambientais por causa da degradação pois considera que centenas de milhares de pessoas dependem directa ou indirectamente desses recursos. (UNEP, 2006)[20]

Mas como atingir então tais objectivos? Será suficiente apenas possuir o potencial dos recursos naturais? Qual ou quais as outras potencialidades que teriam ser incrementadas ou quais os estrangulamentos que deveriam ser minorados para que essas centenas de milhares de pessoas venham a sentir a mais-valia de todos esses recursos?

---

[19] O Estado do Planeta. National Geographic – Portugal. Edição especial; 2007
[20] Secretary of the Peoples' Committee of Environment General Authority, Libyan-Jamahiriya and President of the African Ministerial Conference on the Environment (AMCEN)

Para que seja possível passar das situações pontuais anteriormente descritas, classificadas como benéficas, para a sua generalização, é necessário que as populações implicadas, se encontrem motivadas e capacitadas para o fazer. Apresentará a população africana, estes requisitos essenciais a que esta mudança se processe?
Quando pretendemos analisar a África Subsariana podemos cair no erro grosseiro da generalização. De facto, a imensa região para uns, para lá do Sara, para outros, até ao Sara, é composta por uma não menos imensa quantidade de sub-regiões ou lugares portadores das suas especificidades. 'O que poderá ser ali, acolá já não o é.' Conscientes da impossibilidade de abarcar o todo, mas teimando em não querer abandonar a pesquisa, apresentam-se de seguida algumas opiniões (ou constatações) que apesar de reduzidas no número, se julgaram representativas dos problemas vividos por grande parte das sociedades africanas contemporâneas.

Afirma Mendonça (2007) que: "Crianças de rua são um lugar-comum em quase todas as grandes cidades africanas. Com o aumento do seu número, as autoridades escolhem a opção mais fácil: fazer operações de limpeza e colocá-las em recintos de detenção." [21]
Numa pequena experiência de voluntariado realizada em Moçambique[22], foi uma constatação de todos os presentes, a quantidade de crianças que, ao longo dos caminhos percorridos pela Alta Zambézia, apareciam para nos dizer 'tátás'[23] cheios de alegria. "Por quanto mais tempo sentirão felicidade com a nossa passagem? Qual vai ser o futuro desta geração de crianças ainda cheias de vida, educação[24] e felicidade? Que oportunidades terão, para que a sua existência tenha um pouco mais de sentido, conforto e segurança? Quem se lembra ou importa com o futuro destes meninos, senão os próprios familiares que pouco ou nada têm para lhes dar a não ser o seu próprio amor? Sabem que existem porque sentem fome, dor, ou quando alguém os faz sorrir" ou lhes proporciona a satisfação de uma carência por vezes desconhecida.
Por outro lado, no mesmo espaço-tempo, é grande o número de jovens e menos jovens incapazes ou impotentes para poder criar riqueza. Existe um sentimento latente de malfadada "desgraça"[25] que tudo faz desmotivar e "deixar andar". Trabalhar mais que o vizinho pode não compensar. Só o presente parece contar. Para quê fazer planos? Pouco tenho a perder, "há-de se fazer", há-de chegar". Mais habituados a perder do que a ganhar, entes queridos vêem e vão com a maior das facilidades. A doença e o vício tornam-se fáceis" e inimigos de uma população que deveria começar a ser positivamente activa.
Mesmo, sobre aquela pequena minoria que se consegue habilitar a praticar uma "actividade técnica produtiva", escreve Mia Couto, existir: "(...) uma cada vez maior distanciação desses jovens formados, em relação ao seu próprio país. Quando eles saíam de Maputo em trabalhos de campo, esses jovens comportavam-se como se estivessem emigrando para um universo estranho e adverso. Eles não sabiam as línguas, desconheciam os códigos culturais, sentiam-se deslocados e com saudades de Maputo. Alguns sofriam dos mesmos fantasmas dos exploradores coloniais: as feras, as cobras, os monstros invisíveis."
Porque fogem do interior os seus técnicos? Porque abandonam África, os seus "cérebros"? Porque se torna fácil o vício, a doença e a morte?

---

[21] Excerto de artigo publicado por José Luís Mendonça; África 21, Nº6; Junho de 2007
[22] Proporcionada pela Associação dos Leigos Voluntários Dehonianos na região da Alta Zambézia no ano de 2004
[23] Aceno, comprimento de adeus. Talvez reminiscências dos *Tatas* que passam pelas estradas de Moçambique.
[24] Na realidade, nunca se assistiu a uma acção de má educação ou falta de respeito, tal como por nós, ocidentais, é entendida.
[25] Expressão utilizada por um jovem/adulto "bem posicionado" da cidade do Gurue.

Será destes jovens e menos jovens, anteriores crianças cheias de vida e simpatia, a culpa da África a Sul do Sara apresentar resultados de Desenvolvimento tão díspares do resto do mundo?

Ilustração 6: Porque apresenta a África Subsariana resultados tão díspares do resto do mundo? Fonte - PNUD, 2005 p. 19

Certamente não será. Por outro lado, qual o interesse em melhorar as taxas de mortalidade das crianças se, como atrás já foi referido, estas não vierem a usufruir no futuro de condições dignas de vida, como parece ficar bem patente nos resultados apresentados nos gráficos anteriores, nos quais se pode ler um cada vez maior afastamento da África Subsariana em relação aos resultados obtidos pelas restantes grandes regiões mundiais?
Por outras palavras, porque continua a África Subsariana a apresentar resultados tão díspares do resto do Mundo? Onde se encontra a origem da culpa para que, na generalidade dos seus casos, tal se perpetue no tempo?

2.2. ONDE SE ENCONTRA A ORIGEM DA CULPA?

São muitas e variadas as opiniões sobre as raízes que fizeram nascer, alimentaram e em muitos casos ainda alimentam o actual estado em que se encontra a região a Sul do Sara.

> "Os dramas africanos actuais são demasiado frequentes, demasiado repetitivos para serem fruto do acaso"[26]

Se como diz (Carneiro, 2004 p. 13), a história não é fruto de acasos, importa reflectir sobre os constrangimentos internos e externos que condicionaram e moldaram (e continuam a condicionar e moldar) uma realidade que consubstancia na gravidade dos actuais índices de pobreza, de degradada situação económica e de crescente dependência externa da África Subsariana. Será possível afirmar com toda a certeza que o causador de tal situação é este ou aquele indivíduo, esta ou aquela sociedade? Onde se encontra, na realidade, a origem da culpa? Embora saibamos que estamos perante um objecto perdido no tempo, é o que tentaremos fazer neste sub-capítulo. Mas como? Corroborando a ideia transmitida por (Boorstin, 1994 p. 583) na qual refere que "os modos antigos continuam a ser o substrato de toda a vida moderna, não existindo nenhum pensamento humano tão primitivo ao ponto de ter perdido a relação com o nosso próprio pensamento, nem tão antigo que tenha quebrado a sua conexão com a nossa própria vida"; aproveitando ainda a citação de Tylor apresentada por este mesmo autor na qual afirma que: "O passado é constantemente necessário para explicar o presente, e o todo para explicar a parte.", não parece restar outra alternativa para o nosso intento senão, o de fazer um recuo no tempo.
Mas este processo levanta, por si, um outro grande problema: "Um velho conceito latino ensina que as palavras voam e os escritos ficam – *verba volant, scripta manent* – parecendo apontar os caminhos alternativos da perdição ou da salvação da memória dos factos, das ideias, dos valores e dos homens." (Moreira, 2005)

Na verdade, a falta de dados ou, pior do que isso, a existência de dados viciados ou camuflados, por alguns "donos ou fazedores da verdade escrita" institucionalmente aceite que, muitas vezes, ao longo da História se vieram a provar como inverdades ou como verdades entretanto desajustadas dos novos contextos, não estarão a condenar a própria Humanidade a pagar um elevado preço pelos fundamentos falsos em que se poderá ter alicerçado, e que alguns teimam em continuar a alicerçar a vivência humana?

Neste sub-capítulo, para além de se tentar determinar a origem da culpa do estado da humanidade e, em particular, da situação subsariana, aproveitar-se-á para tentar detectar, se a motivação humana terá mantido algumas características imutáveis ao longo de toda a sua história.

Ilustração 7: Estudo da Motivação Humana ao longo do tempo - Organograma

[26] É com esta ideia-força que Coquery-Vidrovitch inicia o seu livro *Afrique Noire, Permanences et Ruptures.*

Será possível indagar, se desde os primeiros seres humanos aos dias de hoje, independentemente da cultura ou nível sócio-económico[27]que possuam, o seu comportamento se manteve inalterado quando confrontado perante um mesmo contexto de risco ou extrema carência? Excluindo as excepções, incapazes de invalidar a regra, será que existe um comportamento primário comum a todo o ser humano, independente da sua condição, e um comportamento secundário específico para cada um de nós, mesmo perante o mesmo contexto sócio-espacial? Se a resposta for positiva, será isso suficiente para nos servir de orientação na escolha dos principais indicadores humanos, capazes de contribuir para a "afinação" dos Índices de Desenvolvimento Humano, de modo a torná-los mais próximos da realidade e das necessidades Humanas?

Sem nos podermos alongar em grandes considerações, apresentamos em seguida uma breve reflexão que, a razão obriga a que também seja intuitiva e descomprometida, tendo a noção perfeita que, embora se saiba que o caminho até à real verdade dos factos exista, muito dificilmente será encontrado pelo comum dos mortais.

2.2.1. Recuando no Tempo

Ao longo do processo evolutivo do ser humano, é notória a grande diferença no tipo, e quantidade de informação que serve de base para todas as ilações que se podem tomar sobre o que terá sido o passado da humanidade.

No entanto, nos dias de hoje, é possível provar com a base científica proporcionada pelo cromossoma y e pela tecnologia do marcador genético a ele associado que, ao longo de toda a história da humanidade o ser humano, fruto de grandes alterações da biosfera, mas não só, movimentou-se ou fixou-se no espaço, procurando rodear-se de tudo o que lhe pudesse proporcionar aumento do seu "bem-estar".

Ilustração 8: Os conflitos humanos para além da sua História. Les Grands Dossiers des Sciences Humaines L´Origine des Sociétés Nº 9 – Décembre 2007 /Janvier-Février 2008. Alain Testart Pag.58

Sobre esta temática, Gildas Simon no (L'Atlas des Migrations 2008, p. 14) apresenta as principais razões responsáveis pela origem das grandes deslocações humanas, das quais destaca, as mudança climáticas, a satisfação das necessidades alimentares, o crescimento demográfico e a consequente diminuição dos recursos alimentares.

Não será difícil de intuir que, muitas vezes, grupos populacionais bem instalados se tenham visto expropriados dos seus bens, por grupos mais fortes, mais inteligentes ou mais bem armados, movidos pela descoberta e posse de um espaço mais favorável do que aquele em que se encontravam. O conflito pela posse do espaço parece assim ter sido inevitável entre os primeiros humanos e, mesmo entre estes e os primeiros hominídeos[28], herdeiros também eles,

---

[27] Mundo da Maioria – Refere-se, regra geral, aos países da Ásia, África e América Latina. Expressão usada em ves de «Terceiro Mundo», reflectindo o facto de a maioria da população mundial viver em países em vias de desenvolvimento (Abbott, et al., 2007 p. 116)

[28] A atestar esta possibilidade (Posnansky, 1983 p. 548) refere as pesquisas arqueológicas realizadas na África subsaariana que provam a existência contemporânea de povos em diferentes estágios de desenvolvimento tecnológico, vivendo em diversas partes da África.

da constante competição com os outros predadores seus contemporâneos. "Exactamente" como aconteceu no bem provado "passado recente" e, ainda nos dias de hoje, continua a acontecer com grande frequência. Poder-se-á afirmar então, sem grande margem de erro, que a generalidade do espaço habitável foi "propriedade" de vários inquilinos, muitas vezes através de batalhas ferozes tanto em África, como na Europa, Ásia, América ou Oceânia.

De facto, desde sempre habituados a conquistar ou ser conquistados, a "essência da humanidade" terá ficado imbuída de um sentimento de competição e conquista ou no mínimo, de tudo fazer para não ser espoliado dos seus bens. (Yahmed, 2000)

Contudo, nem tudo foram conflitos. Como refere Posnansky no caso africano: "nenhuma sociedade se manteve estática, e, na maioria dos casos, estabeleceram-se contactos culturais muito intensos, apesar das distâncias por vezes consideráveis. Paradoxalmente, esses contactos ocorreram com maior intensidade através da barreira supostamente impenetrável do Sara, desempenhando um papel unificador na história de África."

Mais diz Posnansky que, através de uma profunda e exaustiva análise dos dados genéticos, (obtidos principalmente graças à expansão das pesquisas médicas na África), ficou evidente a homogeneidade biológica de todas as populações africanas desde a África Ocidental até à meridional, o que atesta a grande amplitude e duração dos contactos físicos e culturais ocorridos na área Subsaariana. Somente as regiões remotas, como o habitat

Ilustração 9: O Homem e o Espaço. África Pré-Histórica – Adaptado de Yahmed, 2000 p. 27)

Ilustração 10: O Homem e o Espaço. África Medieval – Adaptado de (Yahmed, 2000 p. 29)

florestal dos Pigmeus no Zaire ou o território dos San[29] no Calaari, abrigavam populações de um tipo sensivelmente diferente, sendo as razões para tal acontecimento procuradas no isolamento genético (Posnansky, 1983 p. 548)
Mas se até aqui se poderá dizer que não existem grandes diferenças entre o homem africano e o ocidental, o que terá acontecido, para que se viessem a processar diferenças tão significativas no modo de viver a norte e a sul do Sara?

Como atrás já foi referido, certamente que para a região subsariana, a barreira física proporcionada pela inospitalidade do Sara ou da densa floresta equatorial, terão sido grandes obstáculos ao contacto com outras civilizações que, devido às constantes provações a que foram sujeitas ao longo da sua longa "caminhada" a partir de África, ficaram obrigadas ao desenvolvimento "do engenho e da arte" para as superar. Não parece estranho então, que o desenvolvimento tecnológico se tenha processado de um modo bastante mais acelerado nos países do Norte e que, só em casos pontuais tenha conseguido atravessar a grande barreira física através das caravanas trans-sarianas ou do estreito corredor formado pelo Nilo, tal como a História e a arqueologia nos fazem provar. Sobre esta temática escreve (Ribeiro, 1989 pp. 260):

> "São múltiplas e graves as fraquezas africanas. (…) Invenções decisivas se lograram insinuar-se ao longo das pistas do maior deserto do mundo, não atravessaram a barreira da savana e da floresta que se estendem ao sul: ela deteve o arado, a roda, com suas múltiplas aplicações (transporte, moenda, olaria), a escrita alfabética. O mundo negro também não conheceu formas políticas que não fossem evanescentes, baseadas em poder discricionário, tantas vezes cruel e absurdo, sempre à mercê da cobiça alheia e que, não raro, se instaurava entre verdadeiras hecatombes dinásticas, pela eliminação dos possíveis concorrentes. Possuindo ouro, não inventou a moeda e a ausência dela permitiu ver medrar por toda a parte, ao contacto sucessivamente do Islame, da China e da Europa, uma economia de «resgate», em que *cauris*, a quinquilharia, o sal, os panos, se trocam por valiosos produtos, o ouro, o marfim, os escravos, com grande desvantagem para quem os ministra.
> Possuindo um razoável património agrário e conhecendo a vocação pastoril, a África negra, terra de camponeses e de criadores de gado, não se elevou ao nível superior da civilização, mantendo na pobreza e na inferioridade os seus naturais, conservando a terra aberta a todas as cobiças e a gente sujeita sucessivamente à escravatura, à servidão, ao trabalho forçado, à marginalidade económica – tudo formas, embora cada vez mais atenuadas, de dependência em relação a senhores, estranhos e poderosos. " (Ribeiro, 1989 pp. 260-261)

Por seu lado, e apesar de todo o avanço tecnológico que já se fazia sentir na Europa, o seu ambiente social não era o melhor. Para além do efeito nefasto das epidemias que frequentemente a assolavam, a sua vivência realizava-se mais em clima de guerra do que de paz. Sempre presente a vontade de conquista, umas vezes foram conquistados, outras, conquistadores. África seria mais um campo de batalha, igual e simultaneamente diferente, como todos os outros.
Terá sido a partir do século XV que a África Subsaariana começa a ser descoberta pelos Europeus, sendo que grande parte deste extenso território era já habitada essencialmente por povos de raça negra. Nesta época, estes povos, designados no seu conjunto por *bantus*, também mediam forças pela conquista dos melhores espaços de terra, tal como é referido por Strachey[30]: "(…) A expansão *bantu*, de recente data, não encontrara ainda a sua estabilidade. As guerras tribais eram e continuariam a ser um problema dilacerante (…)"
Será neste contexto que os *Europeus Ocidentais* e o povo *Bantu* vão entrar em contacto e, medir forças "diplomáticas" ou militares. Durante todo este longo processo, "Depararam os Europeus Ocidentais com formas e valores culturais completamente diferentes dos seus (…) o

---

[29] Os San hoje reconhecidos como prováveis antecessores de toda a raça humana tal como é apresentado na *Journey of Man* editada em DVD pela National Geographic Society –Portugal, 2009
[30] Strachey (1961, p. 65). Citado por (Amador, 1970)

seu primeiro juízo de valor de carácter etnocêntrico, foi considerar essas culturas primitivas e atrasadas.
A transformação e a adaptação dessas culturas aos valores e conceitos culturais europeus e, algumas vezes, às suas motivações económicas e políticas, aos seus interesses e intenções, foi tentativa a que se dedicou a Cultura ocidental, nem sempre com o maior êxito" (Amador, 1970)

Após uma fase de expansão colonial iniciada no século XV pelos portugueses, África ficou ao abandono, continuando a ser um continente misterioso por descobrir. Foi necessário chegar ao século XVIII, para uma nova energia despoletar uma segunda fase de descoberta e expansão a nível mundial.

Um processo que viria a trazer consequências muito negativas para toda a África a Sul do Sara ocorreu em finais do século XIX. Reivindicações territoriais, levaram à completa mas fictícia partilha do espaço africano pelas grandes potências colonizadoras europeias, idealizada durante a Conferência de Berlim, entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885. Sem ter em consideração as nações e as tribos que, ao longo de milénios, tal como na Europa, tinham construído a sua própria identidade e dinâmica social, através de relações de amizade e partilha, ou pelo contrário, de inimizade e conflito, novos estados independentes foram criados, com base nas linhas de paralelos e meridianos, muitas vezes sem olhar às condições geográficas.
Desta nova divisão, povos inimigos autóctones passaram a coabitar dentro dos novos limites, enquanto povos amigos foram separados, com a agravante de todos eles passarem a ficar subjugados às novas e "estranhas" leis. Como seria de prever, grandes tensões étnicas foram criadas, podendo-se afirmar que, ainda nos dias de hoje, se reflectem através de guerras altamente mortíferas que, em certa medida, sempre facilitaram a apropriação da riqueza por terceiros.

Ilustração 11: O Homem e o Espaço. Da África do século XIX à actualidade – Adaptação de (Yahmed, 2000 p. 31) com sobreposição aproximada das fronteiras actuais.

No entanto, também este novo traçado virá a sofrer alterações após a Primeira Guerra Mundial, sendo a Alemanha obrigada a ceder as suas colónias.

Com o fim da Segunda Grande Guerra, com o intuito de gerir a ordem Mundial, face ao medo ou receio de grandes novas convulsões, é criada pelos Estados vencedores da Segunda Guerra Mundial uma organização internacional com vocação universal que deu pelo nome de Organização das Nações Unidas. Composta originariamente por 51 Estados, a ONU contava, em 1997, com 185 membros. No entanto, logo de início a sua acção encontrou-se limitada por essa mesma ordem mundial. Embora o principal conflito armado tivesse terminado, a guerra pela conquista do "espaço" não terminou, dando origem a um novo período que alguém designou como sendo de "guerra fria". Não o sendo certamente para muitos povos, será neste clima de constante intranquilidade, que se dará inicio ao processo de independência, de onde virão a surgir os novos países, definidos nas fronteiras entretanto criadas e que se perpetuam até aos dias de hoje, num processo que se julga já irreversível.
Apesar de todas as contrariedades provocadas pela nova guerra de interesses e consequente motivação pelo controlo do poder, refere (Boniface 2000) que, durante os anos 50 e 60 a ONU conseguiu desempenhar um papel não menosprezável no processo de descolonização, dando uma tribuna aos pequenos Estados e aos Estados recentemente independentes.

Entretanto, outras organizações tenderam a concretizar solidariedades regionais (Comunidade Europeia, Organização dos Estados Americanos, Organização da Unidade Africana ou Liga dos Estados Árabes). Surgiram também organizações inter-regionais de vocação económica, política ou militar (OPEP, OTAN, etc.).

Afirma (Boniface, 2000): "a organização internacional é o símbolo de uma evolução das relações internacionais que se situam doravante entre o relacional e o institucional. Os Estados são senhores do jogo, porque eles têm o poder de criar organizações internacionais". No entanto, como refere este mesmo autor, estas mesmas organizações podem escapar ao seu controlo. Neste sentido, especialmente os estados mais poderosos, através da sua contribuição financeira, controlam as organizações, "mas não têm o monopólio das relações internacionais. As OIG não são nem simples instrumentos dos Estados, nem actores de parte inteira, mas uma solução e uma necessidade para conciliar cooperação e soberania."

Terá sido também dentro deste espírito motivado pela necessidade de organização que, em 1963, é criada em Adis Abeba, por iniciativa do imperador da Etiópia Hailé Selassié a *Organização de Unidade Africana* (OUA). Entretanto, com a rápida evolução da política internacional, esta organização deixou de satisfazer as necessidades dos seus membros, tal como é referido por (Cristóvão, et al., 2007 p. 929). Uma das razões apontadas por estes autores, para tal desfecho prende-se com "a maneira de entender a não-ingerência na vida interna de outros Estados africanos" o que levava "à perpetuação de regimes autoritários e a grandes injustiças sociais." Deste modo, no seguimento da Declaração de Syrte, de Julho de 1999, Chefes de Estado e Governos da OUA, propõem a criação da União Africana (UA) que perdura até aos dias de hoje continuando, no entanto a região subsariana, uma extensa "manta de retalhos" onde cada país ou sub-região procura resolver os seus problemas com maior ou menor êxito, envoltos por uma intrincada rede de interesses internos e externos que, cada vez mais tornada visível, parece compensar apenas uma pequena minoria de todas as forças envolvidas.

Nos dias de hoje são imensas a organizações governamentais e não governamentais que no caso de África actuam com impacto positivo, ou não, sobre uma diversidade de problemas conjunturais ou estruturais do continente. De carácter humanitário, ambiental, político, religioso, No caso particular das ONGs, como menciona (Boniface, 2000) e de acordo com as definições estabelecidas, as estimativas variam entre cinco e vinte e cinco mil com dimensões muito variadas. Nesta grande "selva" organizativa, quais as que possuem interesses mais, ou

menos claros quanto à sua positividade. Possuindo esta positividade, quantas se conseguem impor a todas as forças contrárias existentes no processo global? Ultrapassadas todas estas contrariedades o que será possível de atingir, se os próprios países africanos implicados, não estiverem motivados para a mudança, ou mais em concreto, não tiverem algo ou alguém que os ensine ou incentive com o seu exemplo, para que isso aconteça? Estarão de facto reunidas todas as condições necessárias para enfrentar os novos desafios do Milénio?

Um exemplo de determinação e "ruptura" com o passado sujeito a constantes "boicotes", que não se quereria deixar passar em claro devido à inteligência e determinação inicial de um único homem, diz respeito à fundação da África do Sul pelo seu povo em 27 de Abril de 1994. Sobre ela diz Nelson Mandela[31] (PNUD, 2004 p. 43):

> "Ao longo de gerações, milhões de pessoas tinham sido deliberadamente reduzidas à pobreza. E para se perpetuar, o sistema do *apartheid*, que afirmava ser ordenado pelo Céu, apenas se mantinha por meio da força bruta, despojando-nos de toda a nossa humanidade – tanto oprimidos como opressores. (…) Quando assumimos o projecto de transformar a nossa sociedade, uma das nossas palavras de ordem era "não à privação". O nosso objectivo era banir a fome, o analfabetismo e a falta de abrigo e garantir que todos tivessem acesso a comida, educação e alojamento.
> Considerávamos a liberdade inseparável da dignidade e da igualdade humana. Já foram lançadas as fundações de uma vida melhor e a construção começou. (…) Há muita gente na comunidade internacional que, observando à distância o modo como a nossa sociedade desafiou os profetas da desgraça e as suas previsões de um conflito interminável, falou de milagre. Todavia, os que estiveram intimamente envolvidos na transição saberão que foi o resultado da decisão humana."

2.2.2. Globalização. Uma solução ou um Problema Global?

> "Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que as minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro da minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha por qualquer outra."
> Mahatma Gandhi[32]

Corroborando desta visão de Gandhi, pelo facto de a considerarmos um princípio básico pelo qual se deveria orientar todo o processo globalizante, qual o contexto em que todo este processo se desenrola nos dias de hoje?
Como é relatado no (PNUD, 1999 p. 25), a globalização é a força dominante que está a configurar "uma nova era de interacção entre países, economias e povos. Está a aumentar os contactos entre os povos através das fronteiras nacionais – na economia, na tecnologia, na cultura e na governação."
O que terá despoletado toda esta dinâmica de contacto e permutas planetárias iniciada com as grandes descobertas e que, no ano de 1983, o economista americano Théodore Levitt resolveu designar por *globalização*, termo que se viria a popularizar em 1990 através do consultor japonês Kenichi Ohmae, como aplicado às estratégias das empresas multinacionais?

Após a Segunda Guerra Mundial, para além do progresso verificado nos meios de comunicação de amplitude nacional, internacional ou transcontinental, um dos países que mais encorajou a liberalização das economias e das trocas foi os Estados Unidos, que viram na criação da OMC e nas consequentes regras por "ela" ditadas, quanto ao modo como todo este processo se desenrolaria, um meio vantajoso para os seus intentos de intensificação de um câmbio, que em caso algum poderia ser desfavorável. Esta" liberalização do comércio" para uns, e a "obrigação do mesmo" para outros, acabou gradualmente por transferir o poder dos Estados para uma minoria de empresas multinacionais num processo facilmente entendível nas palavras seguintes proferidas por Boniface:

---

[31] Vencedor do Prémio Nobel da Paz de 1993
[32] Citado por PNUD 2004

> "(…) através de fusões e concentrações, tendem a integrar a nível mundial a gama completa das suas matérias-primas e, além disso, a diversificar-se nos serviços, especialmente bancários e financeiros. Esta evolução é pressuposta pela lógica do lucro, que suplanta a lógica tradicional dos territórios. Isto suscita o fantasma de um mundo regido por um pequeno grupo de multinacionais, que escapariam a todo o tipo de regulamentação e ditariam a sua lei aos Estados e aos políticos."(Boniface, 2000 p. 42)

De facto, vários sintomas negativos de ordem económica, social ou ambiental surgiram, essencialmente despoletados pelos galopantes desiquilibrios que desde então se veem criando. Segundo o parecer do próprio PNUD, já no ano de 1999 se detectou que a Globalização, através de fenómenos "desintegradores, marginalizadores" se encontrava a "fragmentar o processo de produção, mercados de trabalho, entidades políticas e as próprias sociedades (…), conduzida pelas mudanças de política para promover a eficiência económica, através da liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais e da retirada do Estado de muitas actividades económicas, incluindo a reestruturação do estado Providência."(PNUD 1999 p. 25)

Sendo a Globalização, de facto, o contexto em que, de uma forma directa ou indirecta, se ditam as regras do jogo praticado por muitos e variados interlocutores[33] (individuais e institucionais), e constatando-se que a aplicação dos termos conceituais a ela associados, nem sempre serem aplicados de uma forma normalizada entre todas as partes, (Pimenta, 2004 pp. 21-22) tece as seguintes considerações, sobre a necessidade de uma clara e homogénea definição destes conceitos, como factor essencial para um melhor entendimento desta realidade de nivel mundial:

> " «Globalização», «mundialização», «internacionalização» são três denominações que surgem frequentemente para designar uma determinada realidade social actual que todos admitem conhecer e interpretar. Em algumas circunstâncias, em alguns trabalhos começa a surgir uma quarta designação: «metanacionalização». (…) estamos a falar das formas de relacionamento entre homens, isolados ou agrupados de alguma forma, que se vivem nos últimos quinze a vinte anos. Talvez há mais tempo, mas esse reduzido horizonte temporal permite-nos entender-nos. (…) A opção entre os três termos inicialmente apresentados não é fácil."

Como alerta Pimenta, "nenhuma das designações é imune à crítica, à ambiguidade interpretativa, à fragilidade conceptual", o que se torna problemático quando se pretende, mais do que nunca, sincronismo de reflexão mundial. Por outro lado, existe apenas uma globalização ou várias globalizações? Intorroga-se o autor:

> "Este processo de inter-relacionamento entre cidadãos num quadro de mudança do espaço-tempo existente entre eles deve ser considerado como uma realidade única ou como um conjunto de realidades suficientemente diferentes e autónomas para serem tratadas cada uma per si? Estamos perante uma globalização que tem múltiplas facetas e partes constitutivas, uma totalidade que contém e está contida nas partes, ou perante um conjunto de processos de inter-relacionamento específicos e autónomos que exigem um tratamento separado? Deveríamos falar de «globalização» ou de «globalizações»? (Pimenta, 2004 p. 36)

A estas questões, responde Pimenta citando Martin & Schumann[34]: "Não há só uma mas muitas mundializações: a da informação, a das drogas, das epidemias, do ambiente e, claro, sobretudo a das finanças. Além disso surgem grandes dificuldades, porque as globalizações

---

[33] "Frequentemente apresentada como o produto de um número limitado de intervenientes – alguns Estados, especialmente os do G7, algumas organizações (FMI, Banco Mundial), algumas firmas multinacionais e os mercados financeiros –, a mundialização traduz de facto a concretização de estratégias planetárias por um número muito maior de actores. Cada um deles, em grau diverso, participa na mundialização e sofre os seus efeitos." (Boniface, 2000 p. 42)

[34] *A Armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao Bem-Estar Social*; Terramar; 2ª Edição; 1999, Lisboa.

avançam a ritmos muito diferentes." Ainda a este respeito, refere (Pimenta, 2004 p. 37) que é cómodo falar-se de cada um destes processos de um modo autónomo, mencionando quatro exemplos:

> - Existe um estreitamento da inter-relação entre os homens na produção e circulação da informação? Eis a «globalização da informação».
> - Existem novos impactos sobre a natureza e nas relações entre esta, a que o homem pertence, e a sociedade? Eis a «globalização ecológica».
> - Com o amento da mobilidade dos cidadãos as doenças, incluindo as epidemias, propagam-se de novas formas? Eis a «globalização das epidemias».
> - Existe uma tendência para a uniformização cultural, para a generalização de alguns símbolos? Eis a «globalização cultural».

No que em concreto diz respeito às questões económico-financeiras mundiais, quais as bases em que se fundamentam as suas acções e quais as suas implicações no funcionameno das sociedades?
Como diz Castel, a base orientadora de todo este processo, preconiza o liberalismo do comércio internacional através da "livre-troca" de bens e serviços. Sobre o que se considera a vantagem tórica defendida pelos adeptos deste modelo de transacção, o mesmo autor refere:

> - A abertura comercial permite alargar o mercado. Este alargamento tem efeitos de variedade, reforça a concorrência e possibilita beneficiar de rendimentos crescentes;
> - A abertura comercial permite, igualmente, alargar a oferta de "intrants". Esta oferta alargada é portadora de ganhos de eficácia. Permite, ainda, beneficiar de coisas externas, nomeadamente pela difusão de conhecimentos que os numerosos canais de transmissão oferecem: mobilidade de bens, pessoas e capitais;
> - Enfim, a abertura estimula o ritmo de acumulação e permite mudar a economia de senda de crescimento. O aumento da taxa de crescimento está por um lado, ligado à taxa de investimento interno que deve aumentar por perceber as novas oportunidades de oferta e, por outro lado, ao investimento directo estrangeiro que vai ser estimulado pela abertura. (Castel, 2002 pp. 58-59)

No entanto, e como é interpretado por Castel, "se estes ganhos são claramente identificados no plano teórico, é mais difícil aplicar-lhe provas empíricas irrefutáveis. (…) Não é demonstrado que a liberalização das trocas seja interessante para cada uma das partes", conclusão reforçada pelo (PNUD, 1994 p.3) que diz: "O que mais chama a atenção é o quadro de progresso humano, sem precedentes, a par de uma indescritível miséria humana, de avanços da humanidade em várias frentes, em oposição aos recuos em muitas outras, de um surto global de prosperidade, lado a lado, com uma depressiva globalização da pobreza."

Este cada vez mais evidente acumular de desequilíbrios é de tal modo absurdo que, por exemplo, na área da saúde, uma das maiores conquistas do mundo ocidental, a perda dos seus efeitos positivos se começa a manifestar exactamente pelas razões contrárias existentes nos países mais pobres, tal como é referido pelo Worldwatch Institute, no seu relatório sobre o Estado do Mundo de 2005:
"Vivemos num mundo dividido: muitos padecem das doenças infecciosas próprias dos subnutridos, ao mesmo tempo que um número crescente sofre das doenças crónicas típicas dos sobrenutridos" (Worldwatch, 2005) onde, em associação com o stress, os avanços da medicina, as boas condições de nutrição e de saúde pública acabam por ser neutralizados, pelos impactos negativos visivelmente crescentes, ao nível físico e/ou mental.
Ainda sobre esta problemática da globalização (Passet, 2002 pp. 16-17) tece os seguintes comentários:

> "O remédio continua a ser o crescimento; em que moldes, é que pouco se fala – a não ser para lastimar que ele já não seja suficientemente criador de emprego (…) Cada um então, consoante a sua escola de pensamento, sabe exactamente o que é necessário fazer (…) Encontramo-nos entre debates conhecidos, e altamente tranquilizadores tanto mais que cada um dos campos, se a terapia não dá resultado, pode sempre – graças às virtudes da alternância política – acusar as

sobrevivências do sistema oposto, cuja marca caracteriza forçosamente o real: se não se consegue, é porque há demasiado liberalismo, ou demasiado intervencionismo (…) assim vai o mundo da economia" acompanhado de muito perto por um outro tipo de globalização: A Globalização do crime cada vez mais organizado.

As causas provocadoras de todas estas situações são hoje conhecidas, mas de facto, os processos para as neutralizar não surtem efeito. Sobre este assunto pode ler-se no próprio Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999:

> "O risco para os aspectos positivos da globalização colocado pelo crescimento do crime organizado mundial foi reconhecido aos mais altos níveis: fazia parte da agenda para o encontro do G7, em Birmingham, há dois anos atrás. Este reconhecimento é decisivo, porque a resposta ao crime mundial tem de ser mundial e não nacional.
> Vigaristas operando a partir de Amesterdão vendem a alemães, por telefone, acções americanas falsas; a operação é dirigida por um inglês residente no Mónaco e que tem os seus lucros no Panamá. Que força policial deve investigar? Em que jurisdição deve ser montado o processo de acusação?" (PNUD, 1999 p. 104):

Entretanto, todos os anos são realizados esforços enormes por parte da ONU, sem que grandes resultados se consigam atingir para contrariar estes e outros grandes problemas globais. Porque não conseguem as Nações Unidas ter um papel mais positivo e consistente sobre o bom funcionamento da sociedade global? Afirma Frattini:

> "A Organização das Nações Unidas, ou ONU, como vulgarmente é conhecida, foi desde a sua criação, há mais de meio século, um autêntico foco de conflitos. Apesar de ter sido criada em 1945 como organização transnacional capaz de poder arbitrar qualquer conflito depois da Segunda Guerra Mundial, com o correr dos anos, esse sonho romântico converteu-se num pesadelo real, mastodôntico e caro, extremamente caro.
> Campo de batalha durante a Guerra Fria, cenário de interesses políticos entre potências, palco de manobras entre algumas nações para abalar a liberdade de outras, colocaram nas primeiras páginas de todos os meios de comunicação do Mundo a pergunta que a revista Paris-Match já tinha feito no começo da década de 60: 'Para que serve a ONU?'. (…) A corrupção é o maior pesadelo com que tem de avançar uma ONU ferida no seu propósito de estabelecer uma nova geopolítica no Mundo; e o seu actual secretário-geral sabe disso." (Frattini, 2006 p. 13)

Passando a uma análise mais concreta, do impacto que toda esta anterior conjuntura mundial exerce sobre os povos indígenas e sobre o seu espaço, destaca-se a seguinte observação, proferida pelo PNUD:

> "A globalização acelerou os fluxos de investimento que afectam profundamente o modo de vida de muitos povos indígenas. Nos últimos 20 anos, mais de 70 países reforçaram a legislação para promover o investimento em indústrias extractivas, como o petróleo, gás e mineração. O investimento estrangeiro nestes sectores está a subir fortemente. Por exemplo, os investimentos na exploração e desenvolvimento mineiro em África duplicaram entre 1990 e 1997."

De facto, muitos dos recursos naturais ainda intactos do mundo, estão localizados em territórios de povos indígenas, sendo que, a difusão mundial de investimentos na indústria mineira e a sobrevivência dos povos indígenas estão inextrincavelmente ligados, aumentando a pressão sobre o seu espaço, que trás como consequência desalojamentos forçados. Nesta sequência, refere o PNUD que, se as actuais tendências se mantiverem, a maioria das grandes minas pode acabar por estar em território de povos indígenas.
Por outro lado, a globalização também aumentou a procura de conhecimento enquanto recurso económico:

> "Os povos indígenas têm um recurso de saber tradicional muito rico – sobre plantas com valor medicinal, variedades alimentares que os consumidores procuram e outros conhecimentos valiosos. Os empresários foram rápidos em ver o potencial do mercado que existirá se puderem patentear e vender esse saber. Assim, o saber tradicional está a ser apropriado cada vez mais indevidamente, com muitas patentes falsamente atribuídas a 'invenções'. (…) Os países em desenvolvimento

> raramente têm recursos para contestar falsas patentes em jurisdições estrangeiras – e os povos indígenas, ainda menos. Um estudo de Março de 2000 concluiu que tinham sido concedidas 7.000 patentes pelo uso não autorizado do conhecimento tradicional, ou pelo desvio de plantas medicinais. (PNUD, 2004 p. 86)

Como resposta a todos estes abusos, grande parte dos grupos indígenas foram-se tornando cada vez mais activos na defesa dos seus direitos, sendo que na opinião do PNUD, a globalização tenha tornado mais fácil a organização destes grupos ao permitir o estabelecimento de redes com outras populações que se encontravam ou ainda se encontram perante situações semelhantes. Mais visíveis perante todo o mundo, foi mais fácil a recolha de fundos ou a solidariedade para com a sua causa, o que originou como consequência um maior impacto e alcance político. Um exemplo que se pode referir como resposta a
esta situação altamente desfavorável foi protagonizado pelas Nações Unidas quando declararam o período de 1995 a 2004, como a *Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo*, sendo criado em 2000, o *Fórum Permanente sobre Questões Indígenas*.

Tenham sido ou não atingidos resultados significativos através desta e doutras iniciativas, conforme é referido pelo (PNUD, 2004 p. 86), em Outubro de 2003, o Tribunal Constitucional da África do Sul sentiu-se na necessidade de decidir que os povos indígenas tinham a propriedade dos terrenos comunitários e o direito aos minerais do seu território e que as tentativas de os desapossar constituíam discriminação racial.
Na realidade, embora muitas acções tenham sido e continuem a ser resolvidas de um modo positivo, no seu conjunto, não se está a conseguir melhorar e, pior do que isso, manter a qualidade de vida da generalidade da população humana indígena ou não indígena, como o seguinte testemunho de (Ziegler, 2007 p. 257) é disso um exemplo:

> "Estamos a sofrer a ofensiva mais pavorosa que ninguém poderia imaginar há simplesmente cinco anos. Nenhum estado nacional, nenhuma organização supra-nacional, nenhum movimento democrático resiste a esta ofensiva. Os senhores da guerra económica puseram o planeta a saque. Atacam os estados e o seu poder normativo contesta a soberania popular, subvertem a democracia, arrasam a natureza e destroem os homens e as suas liberdades. Eles contestam radicalmente o direito do homem à procura da felicidade. Nenhum contrapoder constituído – nem do estado nem sindical – está em condições de contestar o seu poder absoluto. Nas ruas de Nova Deli, milhares de mulheres e crianças, cegas pela nuvem de Bopal, pedem esmola aos passantes. Enquanto isso, os donos (…) estão barricados no seu arranha-céus (…) no Michigan."

Partindo do princípio que não poderá haver qualquer tipo de desenvolvimento generalizado enquanto o problema da fome e do controlo de natalidade não estiverem resolvidos, apesar de, tal como é apresentado pela (UNEP, 2006 p. 84), "a agricultura ter deixado ao desenvolvimento o fundamental para acabar com a fome, reduzir a pobreza, gerando crescimento económico, reduzindo o peso das importações alimentares e abrindo caminho a uma expansão das exportações (…)"[35], a fome continua a ser um drama social presente em milhões de cidadãos, incluindo crianças, tornando-a num fenómeno que se poderá considerar de "holocaustico", talvez o mais vergonhoso de sempre.

No entanto, e apesar de não nos considerarmos dramáticos, ou como mentes mais "iluminadas" gostam de rotular, "profetas da desgraça", e dando mais ouvidos às "profecias científicas" que entre outros pontos consideram como uma "não utopia" a acção negativa de uma alteração climática, não podemos deixar de referir a hipótese bastante plausível, que toda esta situação venha a piorar, devido ao comportamento "inversamente proporcional" de dois factores anteriormente já descritos: a retracção do espaço, tanto ao nível da sua habitabilidade como da depauperação dos seus recursos em contraponto ao crescimento demográfico e

[35] Fonte: NEPAD 2002

consequente aumento do consumo, que por sua vez serão uma fonte de crescente desestabilização e consequente conflito. Na ilustração subjacente apresenta-se apenas um pequeno exemplo do que poderá acontecer em África quanto à produção de cereais.

Não sendo, por enquanto, motivo de grande preocupação para o senso comum ocidental, o facto de todos os anos milhões de pessoas optarem ou serem forçadas a mudar de país, seja como "Refugiados ambientais, exilados políticos, emigrantes económicos, expatriados, banidos"[36] e isto apesar de seja qual for o seu destino, o seu acolhimento ser difícil e as leis se tornarem cada vez mais restritivas, pode-se imaginar o impacto que se fará sentir se grandes massas populacionais se virem na obrigação de se deslocarem do seu espaço, nestes casos pela busca da sua própria sobrevivencia.

Ilustração 12: A "imprevisibilidade climática" e a diminuição do espaço vital. Fonte: (PNUD, 2006 p.164)

Como diz Fagan, "No Ocidente próspero e aparentemente invulnerável, os números são difíceis de assimilar. Tornar-se-ão ainda mais incompreensíveis se as temperaturas terrestres subirem acima dos níveis actuais, se os mares inundarem os litorais densamente povoados e forçarem milhões de pessoas a instalar-se no interior, ou se secas muito mais severas atingirem o Sael e outras zonas menos húmidas do planeta. Só podemos imaginar a mortandade numa época futura em que as mudanças climatéricas possam ser mais rápidas, mais extremas e completamente imprevisíveis por causa da interferência humana na atmosfera. Os milhões que morreram na fome da batata na Irlanda dos anos 40 do século XIX, ou as dezenas de milhões que morreram vítimas das monções na Índia no final do mesmo século, parecerão insignificantes." (Fagan, 2007 p. 314)

Ilustração 13: O Espaço, o Homem e as suas Motivações. Photo Nº 226; Julho 1986

Poder-se-á dizer, perante todo este cenário de desacreditação, que se encontram

[36] Courrier Internacional Nº 62 9 Junho 2006

reunidas todas as condições para que a *Declaração do Milénio* da ONU proposta em 2000, com o propósito de livrar o mundo da pobreza, seja possível de alcançar? Na verdade, na maior reunião de chefes de Estado de sempre, países ricos e pobres comprometeram-se a fazer tudo o que puderem para: "erradicar a pobreza, promover a dignidade e a igualdade humanas e alcançar a paz, a democracia e a sustentabilidade ambiental" com o objectivo central de redução da pobreza, até 2015[37], ou antes. (PNUD, 2003 p. 1)

Ilustração 14: A fome e a mortalidade infantil face aos Objectivos do Milénio. A- Percentagem de Pessoas subalimentadas; B- Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por 1000 nados vivos) (PNUD, 2003 p. 13)

Segundo o (PNUD, 2003 p. 13), os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio apresentam o mundo com desafios assustadores. Segundo este relatório, a menos que haja uma melhoria radical, são demasiados os países que falharão os objectivos, com consequências desastrosas para os mais pobres e mais vulneráveis dos seus cidadãos. No entanto, também refere que o mundo tem hoje uma oportunidade sem precedentes de cumprir o compromisso de erradicar a pobreza:

> "Pela primeira vez existe um verdadeiro consenso entre países ricos e pobres de que a pobreza é o problema do mundo. E é em conjunto que o mundo tem que combatê-la. Como este Relatório explica, muitas das soluções para a fome, doença, pobreza e falta de instrução são bem conhecidas. O que é preciso é que os esforços sejam dotados de recursos adequados e que os serviços sejam distribuídos com mais justiça e eficiência. Isto só acontecerá se todos os países, ricos e pobres, assumirem as suas responsabilidades para com os milhares de milhões de pessoas pobres de todo o mundo."

---

[37] Caso não se processe nenhum imprevisto capaz de destruir a estimativa, é apresentado na figura seguinte o comportamento e ponto da situação da fome e da mortalidade infantil, face aos objectivos propostos para 2015.

2.2.3. O que mudou e o que se perpetuou ao longo da História da humanidade?

Chegados desta pequena "viagem no tempo", ao actual contexto mundial, será possível encontrar traços motivacionais humanos que se poderão ter mantido inalterados ao longo da história da humanidade, e que, apesar de aparentemente se encontrarem adormecidos em determinadas situações, se poderão considerar comuns à norma humana? Voltando a salvaguardar as excepções, incapazes de invalidar a regra, arriscamos sem hesitação afirmar que, existe um comportamento primário comum a todo o ser humano, independente da sua condição, e um comportamento secundário específico para cada humano, mesmo que se encontre perante o mesmo contexto. Em que nos poderemos fundamentar em defesa de tal afirmação?

Para (Landes, 2005 pp. 579-580) a história milenar parece bastante simples:

> "De um mundo de grandes e pequenos impérios e reinos, mais ou menos iguais em riqueza e poder, tornámo-nos um mundo de nações-estados, algumas muito mais ricas e fortes do que outras. De centenas de milhões de pessoas tornámo-nos 6 mil milhões. Através do trabalho com modestas, ainda que engenhosas ferramentas e técnicas, tornámo-nos senhores de grandes máquinas e forças invisíveis. Pondo de lado a magia e a superstição, passámos da observação rudimentar e inteligente para um gigantesco e crescente *corpus* de conhecimentos científicos, gerador de um contínuo fluxo de úteis aplicações."

Será isto, uma completa verdade? De facto, Landes também reconhece que o poder intelectual e material pode ser usado de uma forma deliberada para fins malévolos e destrutivos, ou de uma forma involuntária mas também de execráveis consequências. A este propósito comenta Landes:

> "(…) sofremos da assimetria entre o nosso conhecimento da natureza e o nosso conhecimento do homem, entre o conhecimento de tudo o que nos cerca e a ignorância do nosso próprio íntimo. Ainda assim, poucas pessoas prefeririam regressar a épocas passadas. Aquelas que se retiram do fértil mundo material para encontrar a renovação espiritual na natureza podem deixar para trás os seus relógios. Mas levam consigo livros, óculos e roupa fabricada; também, por vezes, equipamentos de som para ouvir CD e, normalmente, sabem o suficiente para arranjar ajuda médica quando necessitam."

Um problema directamente associado a toda esta panóplia de situações e modos de vida, que ao longo de milhares de anos têm usado e abusado do seu espaço, prende-se com o real e continuo crescimento exponencial da população e consequente aumento da sua pressão sobre a natureza.

Thomas Malthus, há dois séculos atrás, lançou a ideia de que "o crescimento populacional tende a ultrapassar os recursos disponíveis para o seu sustento. Caso as pessoas não limitassem a frequência das suas relações sexuais, o excesso de crescimento populacional asseguraria um futuro de miséria e fome." (Giddens, 2007 p. 605)

Continuando a preocupação aqui expressa por *Malthus* a ser actual perante o jogo que que assiste entre estas duas variaveis, no qual o espaço terrestre "tornado habitavel" não acompanha o que o deixa de o ser, com a agravante das somas astronómicas gastas na procura de novos mundos sem que um único "metro quadrado" habitavel se tenha acrescentado ao espaço já existente, de facto, nada parece vir a ser resolvido de uma forma civilizada, enquanto o homem não se encontrar ajustado à sua "natureza" de um modo mais "naturalmente científico", parecendo, deste modo, o controlo da natalidade uma prática eficaz e acessivel ao comum dos mortais. Neste campo, a ciência foi capaz de deixar proporcionado, aos dias hoje, uma série de práticas que não interferem nas reais necessidades ou vontades da generalidade dos seres humanos. A função sexual para fins reprodutivos ou não, faz parte da integridade do ser humano e, como tal, se bem aplicada, apenas pode contribuir para o seu equilibrio multi-funcional.

No entanto, o controlo de natalidade, embora já tenha merecido e continue a merecer a atenção de estudiosos teóricos e práticos, também ele se encontra a criar um momento de desequilíbrio, uma vez que, de um modo geral", tem tido mais apetência para "funcionar" exactamente nos países mais "estabilizados".
Enquanto isso, estudos recentes "Indicam que a população mundial chegará a mais de 10 mil milhões de pessoas em 2150. A maioria deste crescimento terá lugar no mundo em vias de desenvolvimento, onde os países passarão por uma transição demográfica e experimentarão um crescimento rápido antes que a população estabilize." (Giddens, 2007 p. 635)
Muitas outras projecções ou conjecturas dignas de crédito mais, ou menos definido, poderiam ser aqui referidas. No entanto, o que aqui parece interessar mencionar, é o facto associado ao crescimento populacional que dá pelo nome de consumo.

Não deixando de ser verdade que é necessário consumir para sobreviver, ou satisfazer necessidades extras que o homem conquistou, julga-se de "pleno" direito, também é um facto que esse mesmo consumo não tem sido acompanhado pelas regras que, tal como qualquer outra função, deveria possuir. De facto, também o consumo, para ser o "ideal", se deve encontrar compreendido entre um valor máximo e mínimo de qualidade e quantidade, pelo que, quando ultrapassado, apenas pode proporcionar fenómenos negativos associados (como atrás já foi referido) a carência ou excesso, sendo que estes últimos, para além de nocivos para o próprio ser humano, se tornam negativos para o ambiente físico e mesmo social que o envolve. Como vaticina (Giddens, 2007 p. 633):

> "Às portas de um novo século, não podemos prever se os próximos cem anos serão marcado por desenvolvimentos sociais e económicos pacíficos ou por uma multiplicação de problemas globais – cuja resolução talvez esteja fora do alcance da humanidade. Ao contrário dos sociólogos que escreveram há 200 anos, vemos claramente que a indústria moderna não trouxe consigo apenas consequências benéficas."

De facto, foram grandes as tansformações sentidas ao longo de todo o processo de evolução da criatura humana. Mas não terá havido nada que, especialmente ao nivel da motivação humana,[38] se tenha mantido inalterado desdeo seu aparecimento aos dias de hoje, independente da sua origem ou condição? O que se pode considerar comum a todas as sociedades ao longo dos tempos, independentemente do espaço que ocuparam ou ocupam?

Após se ter enveredado por uma análise diacrónica comparada, entre os povos primitivos e suas primeiras civilizações, com os factos da sociedade contemporânea mais, ou menos "desenvolvida", é possível com uma margem de erro, julga-se aceitável, intuir sobre pelo menos uma característica imutável no comportamento humano ao longo de toda a sua história. Inerente à incontestável necessidade de consumo do "seu" espaço e da "sua" própria sociedade (na figura de ser humano), como práticas vitais à sua própria sobrevivência, o homem continua a ter como sua principal motivação, a conquista, a manutenção ou o aumento da sua segurança, em toda a acepção da palavra. Para que isso seja possível, começa por necessitar de um espaço "confortável" que lhe permita criar descendência que, por sua vez, assegure a sustentabilidade da sua própria segurança. Como diferentes espaços permitem atingir diferentes graus de satisfação, para além do possível sentimento de que todo o espaço disponível é sempre insuficiente, o confronto acontece. Do arremesso da primeira pedra aos feixes de *laser*, toda a vivência humana é acompanhada por esta fatalidade de defesa-ataque sobre o espaço, sobre o homem, suas ideias e bens.
O medo da perda e/ou o arrojo da conquista andam assim de mãos dadas durante toda a histórica competição humana, na qual, desde muito cedo foi percebida a importância do *ter poder*, assim como dos factores necessários para que a sua obtenção seja possível. O

[38] Assunto abordado com mais detalhe no ponto 2.3.3.

conhecimento e o querer foram-se apoderando da energia física, para mais facilmente se *poder ter* o que se deseja. Assim, do poder físico, passando pelo poder físico-inteligente, até ao poder do dinheiro que tudo o resto pode comprar, foi um passo. O dinheiro faz dinheiro e, por isso, quanto mais se possuir, ou, na pior das hipóteses, quanto menos outro dele desfrutar, menor o sentimento de medo de perda de poder ter, segurança, estabilidade e consequente bem-estar. Só que a história da humanidade também nos diz que isto não será bem assim. De facto, o "exagero" da riqueza mal distribuída pode criar pobreza. Sendo que o ter "mais poder", por natureza ganha ao ter "menos poder"[39] o sentimento de revolta pode acontecer quando alguém sistematicamente "perde". Da riqueza exacerbada e mau comportamento de algumas monarquias, à revolta e distribuição da riqueza. Da nova concentração desmesurada de riqueza ao novo tumulto, o processo torna-se repetitivamente inevitável porque, na realidade, pouco se aprendeu ou pouco é possível fazer para inverter o triste rumo dos acontecimentos. Só que a história que alguns dizem ser cíclica, neste momento apresenta uma particularidade que se poderá tornar ainda mais preocupante. Nas primeiras grandes revoluções, as populações que nunca tinham tido acesso a determinado tipos de bens, passaram a tê-lo. Nos dias de hoje, as populações já conhecem ou foram aliciadas a ter, e particularmente para aquelas que "já o podem ter tido", dificilmente vão querer "deixar de o ter" se o exemplo não começar por ser dado, por quem de direito. Porque os habitantes das nações mais ricas consomem, em média, dez vezes mais recursos do que os dos países mais pobres. Porque o poder dessas mesmas nações "incendeia" a motivação consumista, do já de si acentuado crescimento demográfico através de uma poderosa máquina de informação, serão de esperar situações de ruptura ainda mais violentas, também para aqueles que, devido ao poder dos seus "castelos invisíveis", nunca pensaram vir a sentir. Perante o que acabou de ser dito, podemos afirmar ter encontrado os culpados de toda esta situação?

2.2.4. Onde se encontra a origem da culpa?

Antes de iniciarmos esta reflexão, gostariamos de deixar claro que, quando pretendemos falar na origem da culpa, não nos estamos a referir ao sentimento de culpa - tomada de consciência individual - que tal como qualquer outro sentimento, se pode vir a traduzir numa futura acção benéfica, ou menos nociva. Também não pretendemos colocar em causa a necessidade de efectivação da justiça sempre que, conscientemente, alguém pratica uma acção, capaz de interferir positiva ou negativamente sobre terceiros, quando estas se encontrem valorizadas ou poníveis por lei.

O que de facto se pretende com este subcapítulo, é conjecturar sobre um problema que se vem arrastando indefinidamente de geração em geração em algumas regiões do globo, entre as quais a africana, a partir do momento em que, "algures no tempo e no espaço", mais do que um sistema de "justiça", ou mais do que um ponto de vista ou interesse se confrontaram, originando uma atribuição da culpa para tal situação negativa, por sistema, à parte contrária.

Então, onde se encontra a origem da culpa do actual estado em que se encontra o mundo e em particular a sua região subsariana? Vamos partir do princípio que existem pelo menos dois "sujeitos A e B" a quem se poderá acusar de culpados, sendo possivel obter cinco respostas:

- Considerar que a culpa é da parte A.
- Considerar que a culpa é da parte B.
- Considerar que ambas as partes são culpadas.
- Conciderar que a culpa não é proveniente nem de uma, nem da outra parte e não se conhece a existência de outro culpado.

---

[39] Tal como um "gigantesca" manada de gnus foge da Leoa, por não possuir o poder de conhecer o efeito que sua força conjunta teria se, de repente, fosse movida por um momento de inteligência motivacional colectiva, capaz de inverter num único movimento o conjunto da sua fuga.

- Conciderar que a culpa não é proveniente nem de uma, nem da outra parte e conhece-se a existência de outro culpado.

Sendo possível enquadrar estes parâmetros, na generalidade das respostas ou opiniões que se possam dar ou ter, referiremos de seguida à opinião de Beng para o caso específico de África (Beng, 2000 p. 109)[40]:

> "A África é um continente de contrastes, por vezes transbordando de riquezas e outras, afectada pela pobreza mais extrema. Encontrámo-nos perante um verdadeiro ciclo vicioso: 4 séculos de exploração e colonização e 30 anos de assistência de uma independência-miragem, não fizeram senão reforçar a falta de disciplina, a propensão para ser dominado e a incapacidade de tomar consciência de especificidade da situação africana. Alguns culpam os estrangeiros, outros acusam os Africanos. Provavelmente, todos têm razão. O lugar da África na nova ordem económica internacional é marginal, por várias razões. A divisão extrema do continente é uma delas. A extraversão estrutural é outra. A dificuldade em desenvolver um verdadeiro espírito empresarial é um terceiro, que se manifesta na minoria dos ricos mais do que entre os pobres que fazem prova de enorme capacidade de invenção. A pobreza não é somente uma questão material e é bem difícil defini-la, o que, por sua vez, impede a aplicação de políticas adequadas. Uma das grandes questões é a organização de um ensino que responda às necessidades, associadas às políticas do micro-crédito que assegure a participação dos próprios pobres."

Através deste pequeno texto, Beng consegue dar-nos uma visão geral das causas que se traduzem no actual estado africano. No entanto, quando se refere que "alguns culpam os estrangeiros, outros acusam os Africanos" faz-se luz sobre uma e senão a principal causa do estado da situação africana. A eterna atribuição de culpas de parte a parte. Será que ambos poderão ter razão? Parece ser claro que sim. Mas serão eles os únicos ou mesmo os principais culpados? Julga-se que a perfeição não exista nem dum lado nem do outro e o "bode expiatório" continua a ser a personagem que apenas adia o problema, numa espiral que, em certos casos, poderá ser de crescente ressentimento, ódio e conflito. Então será com este sentimento negativo, muitas vezes entranhado no subconsciente, que se poderá enfrentar o futuro?

Como retirar então o sentimento de atribuição da culpa a uma das partes, ou seja, colocando desde já de lado as duas primeiras hipóteses. E quanto à hipótese de ambos serem culpados? Culpados de quê?
Uns de serem mais "frágeis" e outros de se terem "aproveitado dessa fragilidade"? É uma hipótese plausível, mas será o melhor caminho a tomar?
Como a história da humanidade nos é capaz de indiciar, já muito antes da ocupação de África pelos Europeus, tanto na Europa, como na Ásia ou mesmo no próprio continente africano, a conquista da terra foi uma prática mais, ou menos constante da generalidade dos seus povos. Umas vezes conquistadores, outras, conquistados, "todos" alguma vez se apropriaram de alguma coisa que não lhes pertencia, tal como ainda nos dias de hoje acontece.
Em particular na Europa, a luta pelo espaço era feroz. Como todo o espaço era sempre pouco, mais uma vez a necessidade de "engenho e arte" foi imprescindível para partir à descoberta do desconhecido. No entanto, esse mesmo "desconhecido" veio a revelar-se já habitado e, como tal, quando os contactos "diplomáticos" não eram favoráveis, apenas restava praticar o método de "tomada de posse" que conheciam, herança milenar dos seus antepassados.

Poder-se-á então afirmar que, de um modo simplista mas pragmático, a culpa da situação em que se encontra a humanidade e, neste caso particular, África, não é de ninguém em particular, mas sim da inevitabilidade herdada ao longo de gerações e gerações, num clima condicionado pela sobrevivência ou satisfação de um outro qualquer desejo? Por outras

---

[40] Mekinda Beng – Professor na Universidade de Ngaoundare nos Camarões

palavras: pertencerá a culpa a uma qualquer "essência" que desde longa data entranha e condiciona a motivação humana, seja ela de que proveniência for? Também parece ser uma hipótese plausível, e como tal, a não ser colocada, para já, no chamado "arquivo morto", mas sim, pelo contrário, a ser tomada como referência no trabalho subsequente, para o qual nos sentimos mais livres e habilitados, por julgarmos ter ultrapassado alguns preconceitos negativos que teimavam em deixar de o ser. Conscientes mais uma vez, que não estamos a enveredar pelo caminho mais fácil, podendo até, com toda a legitimidade ser considerado de utópico, será tarde para voltar atrás, tendo para isso que ficar sujeitos a todas as adversidades que daí poderão advir, sendo que a primeira que nos surge é colocada do seguinte modo: então, mas sendo assim, se "ninguém" é culpado de nada, será possível mudar o rumo dos acontecimentos ou é este o destino[41] a que está inevitavelmente sujeita esta "histórica criatura"?

2.2.5. É possível um novo procedimento à escala global?

Não tendo sido possível determinar a origem da culpa de todo este longo processo, parece-nos, de facto fazer mais sentido, substituir a questão da sua atribuição, por uma nova consciência e actuação sobre o mundo e a sua sociedade.
Quem terá capacidade, vontade e poder para iniciar este delicado processo? Auto-intitulando-se o ser humano, como raça superior, e sendo-a de facto em determinados aspectos, muito o deve a uma minoria de Homens que, ao longo dos séculos, conseguiram conciliar a ideia da "mudança positiva" com o poder de a concretizar[42]. Terá o "processo global contemporâneo", que é disso que de facto se trata, o *poder*, a *capacidade* e a *vontade* para tal realização ou, segundo outro ponto de vista, será alguma vez possível que a *capacidade* e a *vontade* venham a ter o *poder* de fornecer um novo rumo à raça humana?
Quanto a este poder, que no seguinte excerto é designado por Russell como "governo mundial", pode ler-se o seguinte:

> "O governo mundial pode ser democrático ou totalitário; pode ter a sua origem no consentimento ou na conquista; pode ser o governo nacional de um Estado que conseguiu conquistar o mundo ou, pelo contrário, uma autoridade em que cada Estado, ou cada ser humano, tenha iguais direitos." (Bertrand Russell, in *A Última Oportunidade do Homem* - 1872-1970)

No entanto, sobre o processo que conduziria a esta organização de nível mundial, Russell não se apresenta muito optimista, quanto à capacidade humana necessária para o realizar da melhor forma:

> "Por minha parte creio que se tal governo se constituir um dia será à base do consentimento nalgumas regiões e à base da conquista noutras. (...) Não creio que a espécie humana tenha suficiente habilidade política ou um elevado espírito de tolerância para estabelecer um governo mundial somente à base do consentimento. Por isso penso que um elemento de força deve ser necessário (...)"

De facto, transformar a vivencia humana em algo de mais positivo, não será uma tarefa tão fácil como o é "brincar à guerra". Segundo Nobre, é necessário sermos movidos pela ética, pela solidariedade internacional e pela compaixão, princípios estes, por ele julgados essenciais para a obtenção de um futuro mais promissor.

> "(…) O futuro da revolução mundial em curso dependerá do confronto entre duas correntes de pensamento e acção antagonistas. Os objectivos que essas correntes pretendem alcançar são irreconciliáveis. Uma põe o mercado como seu primeiro, único e último objectivo, pretendendo ter

---

[41] O acumular de "erros" de parte a parte parece ter-se sobreposto ao das "atitudes correctas", com a agravante de bastar apenas que uma dessas atitudes erradas seja "um factor limitante", ou seja, capaz de "condicionar por baixo", todos os outros.
[42] Partindo do principio que, uma sem a outra nada de positivo conseguirão realizar

> o Estado e os cidadãos ao serviço desse objectivo. A outra quer o ser humano no cerne de todas as questões e por isso luta para que o Estado e o mercado estejam ao serviço dos cidadãos; com esta corrente, está em causa a tentativa de implementação de um novo paradigma da sociedade humana!
> Vejo como impossível uma simbiose entre essas duas correntes e como bastante improvável a continuação da sua coexistência conflituosa actual, com manifesta tendência para um agravamento acelerado. Desse conflito nas últimas décadas as vítimas foram sempre os seres humanos mais débeis. Como resultado desse confronto deverá resultar, quanto a mim, o surgimento de uma sociedade humana com contornos mais espirituais do que materiais.
> Esse confronto surgirá, temo, após um conflito social global violentíssimo: será a anunciada explosão da bomba social. Não o deslumbro a curto prazo, mas não vejo como será possível evitá-lo nas próximas décadas a menos que o bom senso impere[43]." (Nobre, 2007 p. 289)

Estará a motivação humana, ou mais em concreto, a motivação de quem tem poder para o realizar, alicerçada sobre estes princípios fundamentais? Ou como dirão alguns, todos estes sentimentos e acções de solidariedade e bondade são uma pura perda de tempo, própria dos homens fracos[44]? Não podendo excluir a hipótese de tal pensamento poder ser verdade, também não se poderá colocar de lado a hipótese de que, todos aqueles que sentem a necessidade de criar o seu "castelo" e tudo fazer para o conseguir, ser considerado um forte indício de fraqueza perante o medo que a própria condição de vida lhes retribui.
Não querendo enveredar pelo caminho da "fraqueza", daremos mais ouvidos ao que de positivo ainda se consegue dizer e fazer, na tentativa de melhorar o futuro da condição humana, tal como foi referido já em 1937 por Franklin Roosevelt (PNUD, 2005):[45]

> "O teste ao nosso progresso não é saber se acrescentamos mais à abundância daqueles que têm muito; é saber se damos o suficiente àqueles que têm demasiadamente pouco."

Será este o pensamento base que nos deveria começar a interiorizar? Tudo parece indicar que sim, se como refere Layard[46]:

> "Il y a un paradoxe au coeur de notre civilisation. Les individus veulent de meilleurs revenus. Pourtant, bien que la société soit devenue plus riche, les gens ne sont pas plus heureux. Au cours des 50 dernières années, nous avons eu de meilleures maisons, plus de vêtements, de plus longues vacances et, surtout, une meilleure santé. Pourtant, les sondages montrent clairement que le degré de bonheur n'a augmenté ni aux États-Unis, ni au\ Japon, ni en Europe. "

De facto, é cada vez mais difícil camuflar a forte discrepância existente entre o que parece ser a actual grande fonte de *motivação* das sociedades designadas de mais desenvolvidas, e os resultados que esta está a proporcionar à generalidade das suas populações. Sendo "exactamente" esta mesma motivação que, de uma forma galopante, invade as sociedades emergentes e, de um modo geral, se apodera de todo o ser humano que toma conhecimento sobre este mundo contagiantemente fascinante do *bem de consumo material*, serão de esperar, num futuro próximo, sensações diferentes? O que falta, ou o que é que está a mais, para que, na realidade, ninguém pareça estar com as suas "necessidades psicológicas" satisfeitas? Mais "bens de consumo psicológico não alienante" ajudariam a resolver a situação?

Cientes que ficámos, sobre a importância do impacto que a *motivação humana* exerceu ao longo da história, retratando-se naquilo que é hoje a grande linha orientadora do

---

[43] Excerto do texto publicado na revista Communo - «Tema Amar» -, revista Internacional Católica, último trimestre de 2005

[44] Tipo de pensamento por nós julgado de altamente pernicioso e por nós tido como um dos verdadeiros cancros iniciáticos da sociedade, tão facilmente visível em determinados centros de ensino, nos quais as próprias crianças sentem ser muito mais fácil, aderir à "atitude negativa" pois desse modo não sentirão a represália, mas sim, uma aparente segurança que, também aparentemente, lhes poderá facilitar a condição de vida.

[45] Excerto do discurso proferido por Franklin D. Roosevelt, Presidente dos EUA, aquando da tomada de posse do seu segundo mandato em 1937.

[46] Sir Richard Layard. Economista na London School of Economics. Citado por (Wintrebert, 2007)

comportamento humano, e no papel que continuará a desempenhar no futuro da humanidade, sentimo-nos na necessidade de, no próximo subcapítulo, aprofundar um pouco mais determinados tópicos com ela relacionada, através do que foi e é referido por alguns especialistas destas matérias.

Deste modo, interessados que estamos na construção de um modelo ou conceito que represente a "força" ou as "forças" que induzem, não o comportamento humano como ser individual, mas sim, o comportamento ou comportamentos ao nível de uma determinada unidade social, pretendemos dar mais credibilidade, rectificar, completar ou, se caso disso, rejeitar a hipótese por nós anteriormente apresentada, que afirma, haver uma "motivação primária" que se poderá considerar comum a todos os seres humanos.

2.3. A HUMANIDADE E AS SUAS MOTIVAÇÕES

2.3.1. Algumas Considerações Introdutórias

São "infinitas" e de origem secular, as opiniões ou definições que, nos dias de hoje, podem servir de referência sobre esta temática do comportamento humano, do seu querer, da sua vontade ou motivação. Nesta breve introdução, limitar-nos-emos a fazer uma referência ao vocábulo que serve de título a este subcapítulo, a *motivação*, servindo a definição de *vontade*, para nos inteirarmos de quão complexa pode ser a abordagem a esta problemática.

Segundo (Houaiss, e tal., 2003 p. 2552), o *motivo* é a "razão de ser, a causa de qualquer coisa: o que leva alguém a mudar de atitude; (…) o que dá força psíquica, põe alguém em prontidão para a acção; incentivo, mobilização; que origina, causa, determina. (…)" Para o mesmo dicionário, na rubrica de psicologia, *motivação* refere-se ao "conjunto de processos que dão ao *comportamento* uma intensidade, uma direcção determinada e uma forma de desenvolvimento próprias da actividade individual. (…)"
Para este mesmo vocábulo (Santos, 2003) refere tratar-se do "desejo de exercer altos níveis de esforço em direcção a determinados objectivos organizacionais, condicionados pela capacidade de satisfazer algumas necessidades individuais. É o conjunto de processos que despertam, conduzem e mantêm um determinado comportamento humano, tendente a atingir certo objectivo / propósito. É um processo contínuo de satisfação de necessidades individuais."

Um outro vocábulo, muitas vezes utilizado em paralelo com a motivação humana é o da sua *vontade*. Fazendo uma adaptação ao que vem expresso no (Houaiss, et al., 2003 p. 3733), a *vontade* é a faculdade que tem o ser humano de querer, de escolher, de livremente praticar ou deixar de praticar certos actos. É uma força interior que impulsiona o indivíduo a realizar aquilo a que se propôs, a atingir seus fins ou desejos; (…). *Vontade* é um sentimento de desejo ou aspiração motivado por um apelo físico, fisiológico, psicológico ou moral.
Ainda sobre este mesmo conceito Houaiss refere alguns pensadores que se terão distinguido na sua definição. Assim, William James (1842-1910) refere que a *motivação* é o impulso que conduz o ser humano à crença em determinadas suposições, tais como os princípios da religião ou do livre-arbítrio, cuja legitimidade não depende de qualquer comprovação obtenível por meio de factos ou dados objectivos, mas de sua utilidade psicológica e dos benefícios vitais que as acompanham. Já para Nietzche, *vontade* é um impulso natural voltado para o poder e dominação sobre os seres e objectos circundantes, presente na vida em geral e na natureza inorgânica, manifestado de maneira trágica e amoral nos instintos e desejos que cercam a existência humana. Já no pensamento do filósofo alemão Schopenhauer (1788-1860), trata-se de um impulso natural, considerado o conteúdo interno ou a essência de toda a realidade, e manifestado especialmente na dimensão biológica, onde incita os organismos a buscarem a conservação de sua vida individual e a perpetuação da sua espécie. Na corrente *Iluminista*, estamos em presença da razão moral e política, desprovida de afectos ou paixões, em que cada ser humano raciocina a respeito dos comportamentos e atitudes que deve exigir de si mesmo e de seus semelhantes. No pensamento de Rousseau (1712-1778), vontade soberana, homogénea e legisladora, exercida por cada cidadão de uma colectividade, despertada por meio de educação cívica, e voltada para o bem comum, em oposição aos interesses meramente particulares. Por fim kant, considera a vontade, uma intenção de comportamento que obedece exclusivamente às determinações universais da lei moral expressas no *imperativo categórico*[47].

---

[47] *Imperativo* por ser um dever moral, ético; *Categórico* porque diz respeito a todos sem excepção.

Após esta breve abordagem, a algumas correntes ou pensamentos que, eventualmente, terão servido ou continuam a servir de referência ou inspiração à criação de novas reflexões, sobre as questões da motivação humana, passaremos à apresentação das teorias que mais se parecem ter destacado na análise desta temática.

2.3.2. Teorias da Motivação Humana

Podemos observar a partir do quadro adjacente, as fazes pelas quais se desenrola o processo motivacional, tal como nos é apresentado por (Santos, 2003).

Ilustração 15: Organograma do Ciclo Motivacional (Santos, 2003)

De um modo muito sintético, constata-se que, quando surge um desequilíbrio provocado por uma necessidade não satisfeita, o indivíduo sofre uma tensão que o induz a um determinado tipo de comportamento, capaz de satisfazer a dita necessidade, e dessa forma, retomar o equilíbrio.

Na temática que em concreto pretendemos apresentar[48], (Santos, 2003) refere que as teorias da motivação podem ser classificadas sobre duas diferentes abordagens:

- Teorias de conteúdo: Relacionam-se com o que se passa dentro das pessoas ou no seu ambiente de trabalho, que lhe dá energia e sustenta o seu comportamento; as "coisas" que motivam as pessoas.
  Alguns exemplos: *Hierarquia das Necessidades* de Abraham Maslow; *Teoria ERC* de Clayton Alderfer; *Teoria dos Dois Factores* de Frederick Herzberg; *Teoria das Necessidades Adquiridas / Aprendidas* de David McClelland;

- Teorias de processo: Tentam explicar e descrever como o comportamento ganha energia, como é orientado, sustentado e detido; proporcionam uma compreensão dos processos cognitivos ou de pensamento das pessoas, e que influenciam o seu comportamento.
  Alguns exemplos: *Teoria da Equidade* de J. Stacy Adams; *Teoria da Expectação / Expectativa* de Victor Vroom; *Teoria do Reforço* de B. F. Skinner; *Teoria do Estabelecimento de Objectivos* de Edwin Locke; *Teoria do Equilíbrio* de Herbert Simon

- **Hierarquia das Necessidades de Abraham Maslow**

Abraham Maslow desenvolveu entre 1940 e 1950 nos EUA, um modelo de hierarquia das necessidades humanas, para tentar perceber a motivação humana no sistema de trabalho e no desenvolvimento pessoal. O objectivo seria fornecer as ferramentas que permitissem ao empregador criar o sistema mais adequado a uma melhor performance dos seus empregados. (Chapman, 2006)

Em 1968 publica o seu livro *Motivation and Personality* onde apresenta a tese da *hierarquia das necessidades humanas*. Esta teoria assenta em dois pressupostos fundamentais:

---

[48] Salvo indicação em contrário, as teorias apresentadas neste subcapítulo foram retiradas e adaptadas do trabalho de Ana Maria Santos. Comportamentalismo. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências sociais e Políticas. Novembro 2003. Suporte digital.

As pessoas são organismos motivados pelo desejo de satisfazer determinado tipo de necessidades. Essas necessidades são universais e dispõem-se de forma sequencial ou hierárquica. Isso significa que o indivíduo se sentirá motivado a satisfazer uma necessidade de nível superior apenas quando todas as outras necessidades que lhe são inferiores estiverem satisfeitas.
De acordo com a teoria de Maslow, existem, basicamente, duas categorias de necessidades:

- As *necessidades de baixo nível* (fisiológicas; de segurança);
- As *necessidades de alto nível* (sociais; de estima; de auto-realização).

A diferença baseia-se na premissa de que as necessidades mais elevadas são satisfeitas internamente (dentro da pessoa), enquanto as de baixo nível são satisfeitas externamente (através da remuneração, tipo de contrato, horário de trabalho, conforto físico).
Quais são então essas necessidades?

Necessidades de Maslow	
***Fisiológicas*:**	São necessidades básicas para a sustentação da própria vida, tais como comida, abrigo, sono, sexo. Segundo Maslow, enquanto estas necessidades não estiverem satisfeitas, outras necessidades não poderiam motivar as pessoas.
***Segurança*:**	São necessidades de estar livre do perigo físico e do medo da perda do emprego, do abrigo, da sustentabilidade, etc.
***Afiliação ou aceitação*:**	Por serem seres sociais, as pessoas têm necessidade de se sentirem aceitas, pertencentes a um grupo.
***Estima*:**	Uma vez satisfeita a necessidade de afiliação, as pessoas passam a sentir necessidade de serem estimadas, respeitadas pelos outros. Passam a sentir necessidade de poder, prestígio, status, etc.
***Auto-realização*:**	Segundo Maslow, esta é a mais alta necessidade em sua hierarquia. É o desejo de tornar-se aquilo que a pessoa é capaz de ser - maximizar seu potencial, realizar tudo que seja possível.

Segundo Chapman, não é necessário que uma necessidade esteja 100% satisfeita para surgir a seguinte. Na realidade, a maioria das pessoas normais está parcialmente satisfeita e parcialmente insatisfeita em todas as suas necessidades básicas. (Chapman, 2006)
Apesar de ser uma teoria questionada por alguns autores contemporâneos, como fica patente nos exemplos que se seguem, é a mais conhecida de todas as teorias relacionadas com a motivação humana.

- ***Teoria ERC* de Clayton Alderfer**

É uma teoria "alternativa" à de Maslow que procura modificar e simplificar as cinco necessidades de Maslow, a três necessidades essenciais: *E*xistência, *R*elacionamento e *C*rescimento.

Ilustração 16: Comparação entre a Pirâmide de Maslow e a Pirâmide de Alderfer

Necessidades de Alderfer	
***Existência*:**	São as necessidades de bem-estar físico. (existência, preservação e sobrevivência); incluem as necessidades fisiológicas e de segurança de Maslow.
***Relacionamento*:**	Referem-se ao desejo de interacção social; incluem as necessidades sociais e os componentes externos de estima de Maslow.
***Crescimento*:**	São as necessidades de desenvolvimento do potencial humano e o desejo de crescimento e competência pessoal; incluem os componentes intrínsecos da necessidade de estima de Maslow e de auto-realização.

De acordo com a Teoria ERC existe uma componente de *frustração-regressão* que sugere que:
- Quando uma necessidade de nível superior não pode ser satisfeita isso se traduz (= *frustração*),
- Uma necessidade de nível inferior já satisfeita pode ser reactivada (= *regressão*).
Ao contrário da teoria de Maslow, a Teoria ERC afirma, ainda, que *mais do que uma necessidade* pode influenciar activamente a motivação, e *ao mesmo tempo*. (Santos, 2003)

- **Pirâmide de Maslow Invertida de Amorim**

Ao explorar as condições vigentes e motivadoras de jovens carentes, Amorim relata que foi possível fazer uma viagem no tempo, com a pirâmide das necessidades humanas de Maslow, declarando-a como "bem viva". De facto: "(…) Se você tem fome de comida, de necessidades básicas as outras etapas vão aguardar (...) Como exigir envolvimento, comprometimento, se as necessidades básicas ainda não foram atendidas?"
Por outro lado, no que diz respeito às sociedades mais ricas as prioridades já não poderão ser bem estas:
"As sociedades mais ricas mostram que os aspectos (…) (saúde, educação, segurança) fazem parte da relação de equilíbrio saudável nas relações humanas.
Sociedades ricas inverteram a pirâmide. Mais pessoas buscando auto-realização, significa menos pessoas com necessidades básicas. (…)"

Ilustração 17: Pirâmide invertida de Amorim

Um comentário escrito por Amorim que valerá a pena registar, refere-se ao seu sentimento de tristeza, quando vê os governos a gastar "milhões para construir novos presídios. Construa 20 novas escolas, que vão abrigar o mesmo número de presos. A partir do momento que não tivermos vagas em presídios e tivermos em escolas, vamos perceber que os presídios são desnecessários, porque as pessoas vão estar educadas". (Amorim, 2005)

- **A Questão do Status na Teoria de maslow de Luuk Van Kempen**

Também Kempen apresenta uma tese diferente da de Maslow. Embora a tabela de necessidades seja semelhante, as suas prioridades não o são. Ele rejeita a ideia de que os pobres não têm necessidade de estatuto (status) senão quando vêem realizadas as suas necessidades básicas. Através de experiências realizadas na Bolívia, observou que as pessoas consomem produtos de status antes de resolverem as suas necessidades fisiológicas. (Kempen, 2006)

Ilustração 18: Pirâmide de Van Kempen

- **Teoria dos Dois Factores de Frederick Herzberg**

Desenvolvida por Herzberg em 1959, a *Teoria dos Dois Factores* baseou-se num estudo sobre a satisfação das necessidades e seu impacto na motivação especialmente orientada para as questões laborais.
É também chamada de *Teoria dos Factores Higiénicos e Motivacionais* ou *Teoria da Higiene-Motivação*. De acordo com Herzberg, os factores que levam à *satisfação* no trabalho não se confundem com os factores que conduzem à *insatisfação*.
Assim, o autor considera dois tipos de factores:

- Os *Factores Higiénicos* (ou de *Insatisfação*);
- Os *Factores Motivacionais* (ou de *Satisfação*).

Factores Higiénicos	**Factores Motivacionais**
Contexto do Cargo (Como a pessoa se sente em relação à organização)	Conteúdo do cargo (Como a pessoa se sente em relação ao cargo)
- Políticas organizacionais - Qualidade da supervisão - Condições de trabalho - Base salarial ou salário - Relacionamento profissional	- Realização pessoal - Reconhecimento - O trabalho em si - Responsabilidade - Progresso profissional

Os *Factores Higiénicos* causam muita insatisfação quando não estão presentes, mas não são geradores de uma forte motivação quando estão presentes.
Por outro lado, os *Factores Motivacionais* conduzem a uma forte motivação e satisfação quando estão presentes, mas quando ausentes podem causar desmotivação, ainda que não causem insatisfação.
Para proporcionar uma contínua motivação no trabalho, Herzberg propõe o "*enriquecimento de tarefas*" também chamado de "*enriquecimento do cargo*".
Consiste na constante substituição de tarefas mais simples e elementares do cargo por tarefas mais complexas, a fim de acompanhar o crescimento individual de cada empregado, oferecendo-lhe condições de desafio e de satisfação profissional.
Depende do desenvolvimento de cada indivíduo e deve ser feito de acordo com as suas características individuais.
Porém, o "*enriquecimento de tarefas*" traz, também, alguns efeitos desejáveis ou não.

Efeitos Desejáveis	**Efeitos Indesejáveis**
- Aumento da motivação - Aumento da produtividade - Redução do absentismo - Redução do *turnover*	- Aumento da ansiedade - Aumento do conflito - Sentimentos de exploração - Redução das relações interpessoais

- **Teoria das Necessidades Adquiridas / Aprendidas de David McClelland**

De acordo com McClelland, e ao contrário das outras teorias da motivação, as necessidades são adquiridas no decorrer do tempo, e como resultado das experiências de vida de cada um (...) as necessidades são *aprendidas* e, nesse caso, podem ser *desenvolvidas* ou *ensinadas*.
Como resultado, as pessoas desenvolvem padrões únicos de necessidades que afectam o seu comportamento e desempenho (...) o que vai permitir ao administrador localizar a presença dessas necessidades, em si mesmo e nos subordinados, para criar um ambiente de trabalho que privilegie os perfis de necessidades identificados.

McClelland identifica três tipos de necessidades humanas:		
Necessidade de Realização	**Necessidade de Poder**	**Necessidade de Associação**
Quer: Ser excelente Ser melhor / mais eficiente Resolver problemas Dominar tarefas complexas	Quer: Controlar os outros Influenciar comportamentos Ser responsável pelos outros	Quer: Estabelecer e manter relações de amizade amigáveis e calorosas com os outros
Quer ter: Responsabilidade individual Metas desafiadoras *Feedback* do desempenho	Quer ter: Autoridade Poder: - positivo / social - negativo / pessoal	Quer ter: Trabalho com relações interpessoais e oportunidades de comunicação

Um dos aspectos mais relevantes da teoria de McClelland é o da identificação do perfil típico dos administradores bem-sucedidos (...) o "padrão de motivo de liderança", que combina (...) uma alta necessidade de poder (...) com uma (…) baixa necessidade de associação.

- **Comparação das Teorias de Conteúdo**

De seguida faz-se uma apresentação resumo, das características próprias a cada uma das teorias apresentadas por (Santos, 2003)

Maslow ***Hierarquia das Necessidades***	**Alderfer** ***Teoria ERC***	**Herzberg** ***Teoria dos Dois Factores***	**McClelland** ***Teoria das Necessidades Aprendidas***
- Auto-realização - Estima - Sociais - Segurança - Fisiológicas	- Crescimento - Relacionamento - Existência	- Motivacionais / de Satisfação - Higiénicos / de Insatisfação	- Realização - Poder - Associação

- ***Teoria da Equidade* de J. Stacy Adams**

Stacy Adams afirma que quando as pessoas avaliam o resultado do seu trabalho, qualquer diferença percebida em relação ao trabalho dos outros é um estado de consciência motivador. Tal acontece, por exemplo, sempre que uma pessoa acredita que a recompensa obtida pelo seu contributo é menor do que a de outras pessoas. Quando essa "injustiça" é percebida, a *Teoria da Equidade* prevê que as pessoas serão motivadas a agir de modo a restaurar o senso de equidade.

As comparações servem para definir iniquidades e, então, as pessoas podem reagir a elas ou tentar eliminá-las.

Quer se sinta iniquidade negativa (sub-recompensação), como iniquidade positiva (sobre-recompensação), a pessoa tende a comportar-se de modo a restaurar uma sensação de equidade.

Porém, alguns estudos têm revelado que as pessoas são mais sensíveis à iniquidade negativa (...) parece que as pessoas ficam menos confortáveis quando estão sub-recompensadas do que quando estão sobre-recompensadas! (...) Outros estudos indicam que pessoas que se sentem sobre-recompensadas (iniquidade positiva) (...) tentam aumentar a quantidade ou a qualidade do seu trabalho.

Aqueles que se sentem sub-recompensados (iniquidade negativa) (...) tentam diminuir a quantidade ou a qualidade do seu trabalho.

- **Teoria da Expectação / Expectativa de Victor Vroom**

A abordagem da expectação de Victor Vroom é, actualmente, uma das teorias mais aceites para explicar a motivação. Segundo esta teoria, a motivação do indivíduo para exercer esforço é baseada nas suas expectativas de sucesso (...) por isso, a motivação das pessoas para produzir e cooperar com as metas da organização, num dado momento, depende dos objectivos individuais e da percepção que a pessoa tem da utilidade desse desempenho, como meio de atingir aqueles objectivos.

A Teoria da Expectação focaliza três relações:	
***Esforço / Desempenho*:**	É a percepção de que determinado esforço pessoal o levará ao desempenho (muito esforço ⇨ bom desempenho; pouco esforço ⇨ fraco desempenho).
***Desempenho / Recompensa*:**	O indivíduo acredita que um bom desempenho trará determinadas recompensas.
***Recompensas / Objectivos Pessoais*:**	As recompensas satisfazem os objectivos ou as necessidades pessoais do indivíduo e são, por isso, atractivas.

Um indivíduo pode desejar aumentar a sua produtividade quando três condições se impõem:	
Expectativas	Desejo de alcançar os objectivos individuais
Recompensas	Percepção da relação entre a satisfação dos seus objectivos e a alta produtividade
Relação entre expectativas e recompensas	Percepção da sua capacidade de influenciar o seu padrão de produtividade

Cada indivíduo tem preferência por determinados resultados finais, aos quais Vroom chama "valências". A lógica da motivação da expectativa é a de que as pessoas escolhem entre comportamentos alternativos:

- "Valência positiva" ⇨ Desejo de os alcançar
- "Valência negativa" ⇨ Desejo de os evitar

Na teoria motivacional da expectativa existem três *variáveis*:

- Expectativa ⇨ É a percepção subjectiva da relação esforço / desempenho
- Valências ⇨ É o valor atribuído aos diversos resultados (recompensas / punições)
- Instrumentalidade ⇨ É a percepção da relação desempenho / recompensa

Para determinar a motivação para o trabalho, Vroom propôs uma equação:
(...) ou seja, a motivação para o trabalho (M) resulta da expectativa (E) multiplicada pela instrumentalidade (I) e pela valência (V).

$$M = E \times I \times V$$

M → Motivação
E → Expectativa
I → Instrumentalidade
V → valências

Visto que há um *efeito multiplicador*, imagine-se as consequências de E, I ou V se aproximarem do valor "zero"! (...) Assim, para criar altos níveis de motivação, o administrador vai ter que aumentar, conjuntamente, as três variáveis.

Esta teoria encara a motivação como uma *combinação de determinantes*, que se conjugam com outras *variáveis* (...) competências, habilidades, oportunidades.
Assim, a *motivação* não é equivalente a desempenho profissional; esta depende de uma *combinação de variáveis* que determinam opções de *comportamento*, os quais irão, então, influenciar o *grau de motivação*.

- ***Teoria do Reforço* de B. F. Skinner**

A Teoria do Reforço baseia-se na ideia de que o comportamento resulta das *consequências* (...) e prevê o uso de *reforços* para motivar ou criar um ambiente de motivação.

Esta teoria não se preocupa com as necessidades nem com o motivo das escolhas das pessoas, (...) mas incide no que ocorre a uma pessoa quando ela pratica uma determinada acção.
De acordo com esta teoria, o comportamento é controlado pelos *reforços externos* (consequências) que, quando imediatamente seguidos a uma resposta, aumentam a *probabilidade* do comportamento ser *repetido*.
As premissas básicas desta teoria assentam na «Lei do Efeito» Elaborada por Thorndyke (1911)
Comportamento:

- Resultado agradável ⇨Repetido
- Resultado desagradável ⇨Não repetido

Com base nesta lei, Skinner popularizou o conceito de *condicionamento operante* (...) é o processo de aplicar a "lei do efeito" ao controlo do comportamento para manipular as suas consequências; é uma forma de aprendizagem por reforço; é um poderoso instrumento utilizado para *modificar o comportamento organizacional*.

Existem quatro estratégias de modificação do comportamento organizacional:	
Reforço positivo	Aumenta a frequência / intensidade do comportamento desejável, relacionando-o com as consequências agradáveis da sua ocorrência.
Reforço negativo	Evita a consequência desagradável, reforçando a ocorrência do comportamento desejável.
Punição	Diminui ou elimina um comportamento indesejável pela aplicação de uma consequência desagradável.
Extinção	Diminui ou elimina um comportamento indesejável pela remoção de uma consequência agradável.

Estas estratégias representam, no fundo, *alternativas* a utilizar pelo administrador para *influenciar* os colaboradores a terem *melhor desempenho*.

- Reforço positivo + Reforço negativo ⇨Fortalece os *comportamentos desejáveis*
- Punição + Extinção ⇨ Enfraquece / elimina os *comportamentos indesejáveis*

- **Teoria do Estabelecimento de Objectivos de Edwin Locke**

Em 1960, Edwin Locke defendeu que a fixação de objectivos constitui a maior fonte de motivação. Esta teoria refere que as pessoas, para além de estarem motivadas para *satisfazerem as suas necessidades*, estão-no, também, para o *alcançar de determinadas metas.* Com o estabelecimento de objectivos, o que está em causa é a determinação de *níveis de desempenho específicos*, que se espera sejam atingidos pelos membros de uma organização.

Esta teoria sugere que definir objectivos *influencia as pessoas* (as suas crenças), no sentido de se julgarem capazes de alcançar um *desempenho* (auto-eficácia), bem como os seus *objectivos pessoais.*
Estes dois factores - as *crenças das pessoas quanto ao seu desempenho* e os *seus objectivos pessoais* - vão, por sua vez, influenciar o próprio *desempenho*.
Locke e Latham acreditam que um objectivo serve como motivador, dado que leva a pessoa a comparar a sua *capacidade presente* com a que seria *necessária* (nível de desempenho) para atingir tal fim.
A existência de *objectivos aumenta o desempenho*, uma vez que os objectivos *tornam claro* qual o *tipo* e o *nível de desempenho* esperado (...) E se as pessoas entenderem como seus os objectivos da organização, então, irão melhorar o seu desempenho.
Comprometimento com os objectivos organizacionais - se as pessoas participam na formulação / definição dos objectivos, há *menor resistência* e *maior probabilidade de*

aceitação, o que irá influenciar positivamente a *motivação* e, por conseguinte, o *nível de desempenho*.

As pesquisas têm revelado as seguintes conclusões:	
Objectivos específicos	Conduzem a melhor desempenho do que os objectivos vagos, imprecisos ou genéricos.
Objectivos difíceis	Conduzem a melhor desempenho do que os objectivos fáceis, mas há que manter uma relação coerente entre objectivo / desempenho.
Participação	A oportunidade de participar da definição de objectivos diminui as resistências; as pessoas tendem a comprometer-se com as escolhas das quais participam.
***Feedback*/Retroacção**	O conhecimento dos resultados, proporciona informação sobre a evolução da relação esforço / desempenho / objectivo.

(Santos, 2003)

- **Teoria do Equilíbrio de Herbert Simon**

Ao estudar os motivos pelos quais as pessoas cooperam, os comportamentalistas passam a ver a organização como um sistema (...) que recebe contribuições dos participantes e, em troca, oferece incentivos. A este processo de reciprocidade, Herbert Simon dá o nome de equilíbrio organizacional.

Conceitos básicos:	
Incentivos	São os "pagamentos" feitos pela *organização* aos seus participantes. Ex.º: salários, benefícios, prémios, elogios, oportunidades de promoção, reconhecimento.
Utilidade dos Incentivos	A cada incentivo é, geralmente, atribuído um *valor de utilidade*, que varia em função das necessidades pessoais (subjectividade).
Contribuições	São os "pagamentos" efectuados pelos participantes à organização a que estão ligados. Ex.º: trabalho, dedicação, assiduidade, desempenho, lealdade.
Utilidade das Contribuições	É o valor que o esforço de um colaborador tem para a organização, a fim de que esta alcance os seus objectivos.

Postulados básicos:

- Uma organização é um sistema de comportamentos sociais inter-relacionados, dos diversos participantes da organização.
- Cada participante e cada grupo de participantes recebe incentivos (recompensas) em troca dos quais faz contribuições à organização.
- Um participante só manterá a sua participação na organização enquanto os incentivos que lhe são oferecidos forem iguais ou superiores às contribuições que lhe são exigidas.
- As contribuições dos grupos de participantes constituem a fonte na qual a organização se supre e se alimenta, através dos incentivos que oferece.
- Uma organização será "solvente" e continuará a existir somente enquanto as contribuições forem suficientes para proporcionar incentivos, em quantidade bastante para induzir os participantes a prestarem contribuições.

O equilíbrio destes factores reflecte (...) o êxito da organização em remunerar os seus participantes com quantias adequadas (monetária; satisfações não-materiais); (...) a existência de padrões de motivação, que levarão os participantes a querer continuar a fazer parte da organização; (...) e garante, assim, a própria sobrevivência da organização. A Teoria do Equilíbrio reflecte, então, um carácter racional de busca de objectivos, pessoais e/ou organizacionais. (Santos, 2003)

- **Quais as ideias centrais que nos interessam reter destas teorias?**

Maslow parece ter abordado o problema central, quando define claramente a satisfação das necessidades vitais como ponto de partida para que todas as outras sejam possíveis. De facto, segundo a sua pirâmide de prioridades, será neste patamar que certamente se posicionará grande parte da população humana, em especial nos países designados de subdesenvolvidos, uma vez que as questões básicas de segurança nem sempre são atendidas e muito menos as questões do 'poder' ou auto-realização.

Por sua vez, Amorim dá um forte contributo para a diferença de motivações existente entre países ricos e países pobres. Nos primeiros, estando as necessidades básicas asseguradas, são relegadas para último plano, não deixando no entanto de continuar a ser uma necessidade vital que se encontra camuflada. Em situações de penúria, facilmente a sua pirâmide invertida, passa à posição de estabilidade. Como tal, embora seja importante ter em linha de conta esta diferença, não nos servirá como modelo universal.

Ilustração 19: O Espaço o Homem e as suas Motivações. Comportamento e atitude.

Por seu lado Van Kempen apontando o problema do *status* como podendo encontrar-se em posição prioritária face às necessidades vitais, coloca em cima da mesa uma questão que poderá não ser só encontrada em alguns países pobres, embora provavelmente não, de uma maneira tão drástica. De facto, a imagem de estatuto pode ajudar a conferir poder ou, por outro lado, a camuflar a sua falta. De qualquer modo, não sendo realizadas prioritariamente as necessidades vitais, este não será certamente um sistema sustentado.

McClelland, por seu turno diz que as necessidades podem ser desenvolvidas e ensinadas, dando um forte contributo para as questões da motivação. Como tal, parece ser possível sobrepor esta ideia à teoria das necessidades de Maslow, sem lhe alterar a hierarquia. O próprio instinto de sobrevivência pode ser aprimorado através do conhecimento. No entanto será especialmente a partir das necessidades vitais satisfeitas, que tal processo terá maior impacto. Para além da motivação poder ser aprendida e como tal alterada, merece também especial realce a importância que atribui à necessidade de poder.

Uma característica comum a algumas das teorias apresentadas é o facto de se encontrarem especialmente direccionadas para a motivação de índole laboral. Indubitavelmente podemos considerar que estamos em presença de motivações de grupo ou, por outras palavras, sociais.

2.3.3. Se a Humanidade é una, qual a sua grande motivação?

Que haja conhecimento, desde o início da História da Antiguidade, questões semelhantes a esta têm sido objecto de 'infinitas' reflexões, portadoras de outras tantas respostas espartilhadas entre a certeza ou a dúvida, mais, ou menos 'absolutas'. Para tentar transpor esta questão obstáculo, por nós considerada essencial para o prosseguimento do nosso estudo, mesmo que cientes da possível subjectividade que tal raciocínio acarreta, começaremos por nos referir a uma linha de pensamento utilizada pelos primeiros grandes pensadores do objecto *homem* que, julgamos, portadora de bom senso.

Na Grécia Antiga, o *Homem* era estudado a partir do "conhecimento do ser"[49] que, para Aristóteles, representava a parte da filosofia que tinha como objecto de estudo, as suas "*propriedades mais gerais* (…), independente da infinidade de determinações que, ao qualificá-lo particularmente, ocultam sua natureza plena e integral e como tal penetrante no campo da metafísica."[50] O que poderá ser então considerado, nos dias de hoje, o factor ou os factores comuns à generalidade dos seres humanos? Segundo (Clément, et al., 2007 p. 327), todos os filósofos vêem na razão o próprio homem, ou seja, a faculdade superior que também comanda a linguagem, o pensamento, o conhecimento e a moralidade. De facto, e também de um modo geral, é atribuída à razão humana a faculdade de conhecer, de julgar, de determinar a sua conduta ou motivação. Pode-se então, começar por afirmar que a razão é universal? Tentando levar este raciocínio a um extremo, Clément refere o seguinte:

> "o desconhecimento e/ou a dominação das sociedades ditas 'primitivas' pelas sociedades economicamente desenvolvidas, tiveram paradoxalmente e durante muito tempo, imposto a ideia de que os modos de vida e de pensamento destas sociedades eram menos racionais do que os nossos. O desenvolvimento da etnologia e da antropologia conduziu à colocação do problema de uma outra forma: são as manifestações da *razão* que não são universais mas relativas à maior diversidade das *condições* do seu exercício." (Clément, et al., 2007 p. 328)

Podendo ser a razão a fonte de inspiração ou criação da motivação individual, e esta última, o que "molda" o seu comportamento, que no fundo, representa o passo final até à sua consequência, como definir *comportamento*?
Echaudemaison define-o como sendo a prática ou modo de agir ou de reagir característico de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. É referido também por este autor que as ciências sociais põem em evidência as determinantes sociais do comportamento e, consequentemente, a realidade dos comportamentos colectivos[51] que se podem traduzir, pelas maneiras de agir ou reagir similares dos membros que pertencem a um dado meio social ou, ainda, comportamentos característicos de um determinado grupo social. Pode, assim, falar-se de comportamentos de classe ou de comportamentos étnicos. (Echaudemaison, 2001 p. 66)

Um outro conceito semelhante ao de comportamento mas que Echaudemaison faz questão de particularizar é o de *atitude*. Se analisado através do sentido corrente, é a maneira de se comportar relativamente a alguém ou a alguma coisa. Já do ponto de vista das Ciências Sociais, será a disposição adquirida por alguém, relativamente estável, tendente a orientar num dado campo (político, cultural, ético...) o conjunto das suas condutas e opiniões: falar-se-á assim de autoritarismo (ou de anti-autoritarismo), de agnosticismo (ou de orientação religiosa). Mais diz Echaudemaison que:

> "Construídas pelos indivíduos no decurso do seu processo de socialização, as atitudes constituem a interface entre os estímulos a que eles estão expostos e as respostas que produzem como retorno. Não observável directamente (ao contrário das condutas e das práticas), a atitude pode ser apreendida através das suas manifestações externas e, em particular, a partir de uma certa coerência das opiniões formuladas pelo indivíduo. É neste quadro que têm sido construídas escalas de atitudes que visam medir o grau de adesão a este ou àquele tipo de atitude." (Echaudemaison, 2001 p. 24)

Sobre a predisposição para um determinado tipo de comportamento, que se pode tornar um hábito, uma tradição, um costume, um vício, Abbagnano refere o seguinte: "Em geral, a repetição constante de um acontecimento ou de um comportamento, devido a um mecanismo

---

[49] ontos+logos = Ontologia =
[50] Adaptado de Wikipédia. Página modifica a 14 de Outubro de 2007.
[51] Comportamento e atitude - O espaço e a informação – A minha educação é o que me rodeia e interioriza e é "bom" que não seja muito diferente dos outros, por uma questão de segurança ou …bem-estar. E assim pode nascer uma "cultura". Figura 19: Holland Hotel New York Fonte: Sophie Elbaz Photo Magazine Maio 86

de qualquer género (físico, fisiológico, biológico, social, etc.). (…)" podem ser a sua causa. Citando Aristóteles diz: "Faz-se por hábito aquilo que se faz por se ter feito muitas vezes (…) o hábito é de certa forma, muito semelhante à natureza, já que frequentemente são próximos: a natureza é daquilo que é sempre; o hábito é daquilo que é frequentemente." Abbagnano considera ainda que com este pensamento, Aristóteles viu no hábito uma espécie de mecanismo análogo aos mecanismos naturais, que de certa forma garantem, a repetição uniforme dos factos, actos, ou comportamentos, eliminando desta forma "o esforço e o trabalho, tornando-os, assim agradáveis.(…)" (Abbagnano, 1998 pp. 494-495)

Um exemplo que se pode apresentar sobre esta questão é o hábito do consumo. Estará o ser Humano contemporâneo, especialmente o originário dos países mais desenvolvidos, "mal habituado" em questão de consumo?
Echaudemaison considera *consumo* como, a utilização de bens ou serviços para a satisfação de necessidades, sendo que esta prática, implica o desaparecimento mais, ou menos rápido, por destruição ou por transformação, dos bens ou serviços utilizados. (Echaudemaison, 2001 pp. 74-75).
Este mesmo dicionário define ainda o *Consumo colectivo* como o "Consumo, pelas famílias e pelas empresas, de serviços não comercializáveis fornecidos pelo Estado, as autarquias locais, a Segurança Social e as Administrações Privadas." O valor do consumo colectivo compreende os consumos:

> – de bens e serviços colectivos que não podem ser oferecidos por empresas privadas no mercado: a Defesa Nacional, a Justiça, (…);
> – de bens e serviços produzidos pelas administrações, em concorrência com o sector privado, como é o caso do ensino e da saúde: existe um ensino público e um ensino privado, hospitais públicos e clínicas privadas. Estes bens e serviços são essencialmente financiados através de contribuições obrigatórias." (Echaudemaison, 2001 p. 75)

Sendo nos dias de hoje, a generalidade desta satisfação de necessidades realizada através da troca entre o que se deseja e uma moeda, um modelo de comportamento intimamente relacionado com este processo é protagonizado pelo *Homo oeconomicus*, classifiando-o Echaudemaison, como um arquétipo do comportamento humano baseado nos princípios da:

> - *racionalidade*, o que significa que tem preferências e que as suas escolhas são coerentes.
> - *maximização*, o que significa que procura o máximo de satisfação ou de ganho com um mínimo de esforço, de despesas, de sacrifícios[52]. (Echaudemaison, 2001 p. 195)

Nas palavras de Echaudemaison, esta representação abstracta do Homem, ainda que frequentemente contestada, nos dias de hoje, constitui o modelo dominante em ciências económicas e sociais.
Poder-se-à considerar este comportamento apenas um "hábito automático", ou ter-se-á transformado mesmo num "acto de *fé*" ou numa *crença* inerente ao ser Humano contemporâneo? Segundo Clément, no seu significado comum, a *fé* representa o grau de adesão que se pode atribuir a uma ideia, a uma palavra, a um comportamento ou a um homem.

> "A fé, que não é um saber, nem se reduz a uma simples crença (…) muitas vezes, opõe-se a esta. (…) Aquilo em que se tem fé não é demonstrável, mas exige um grau de confiança pelo menos igual ao que produziria uma demonstração. A fé é um empenhamento que se quer lúcido, contrariamente à crença, o mais das vezes, ingénua. Para que haja fé, é preciso (…) que haja razões para crer." (Clément, et al., 2007 p. 147)

---

[52] Como exemplo, apresenta o empresário que se esforça por utilizar os seus recursos o melhor possível a fim de maximizar o seu lucro.

Quando interpretada segundo o ponto de vista teológico, e ainda nas palavras de Clément, " a fé designa a confiança absoluta que se atribui a Deus, mesmo que a razão não soubesse dar qualquer apoio. (…) Enquanto a crença conduz à credulidade e ao sono do espírito, a fé apresenta-se, pois, como sendo uma crença consciente de ser crença, repousando sobre princípios e empenhando uma decisão da vontade." (Clément, et al., 2007 p. 147)
Aventurando-nos a considerar que, tanto as necessidades de cariz material como as de vertente espiritual, podem ser orientadas ou moduladas, por uma fé ou crença, três questões se nos colocam. Se quanto à generalidade das necessidades materiais está colocada fora de questão a sua "gratuitidade", a um outro nível, o mesmo se passa com a satisfação das necessidades espirituais? Enquanto, para satisfazer as crescentes necessidades materiais, se torna imperioso um maior consumo de bens finitos, para se "consumir" uma maior quantidade de bens que se poderão designar por "espirituais", o mesmo não será necessário, sendo mesmo possível, pelo contrário, que estes mesmos se tornem mais disponíveis? Até que ponto, estas duas necessidades se poderão complementar, em prol de uma maior harmonia humana?

Muitas outras "doutrinas" explicativas das razões que motivam ou deveriam motivar, que orientam ou deveriam orientar o comportamento humano poderiam ser referidas. No entanto, não nos querendo perder em questões de alta subjectividade, limitar-nos-emos a apresentar alguns tópicos que julgamos comuns a todo o ser humano portador de uma "mente sã" que, neste caso, poderá ser sinónimo de uma *razão* motivada para a busca da "felicidade" ou, como atrás já foi referido, julga-se, de um modo menos utópico, para uma aproximação a um sentimento de "bem-estar" interior, proporcionado por tudo o que o rodeia, ou seja, a própria sociedade, o espaço e, porque não, uma qualquer outra essência, para muitos de nós, ainda invisível.

Mora, sobre as principais correntes que tentaram definir o conceito de felicidade que, segundo ele, podem compreender-se de diversas maneiras, onde se inclui o próprio bem-estar, diz o seguinte:

> "As doutrinas éticas que colocam a felicidade como bem supremo denominam-se "eudemonistas", mas isto não implica que não possa compreender-se a felicidade de diversas maneiras: como bem-estar, como actividade contemplativa, como prazer, etc. Neste ultimo sentido, os cirenaicos pareceram sublinhar o prazer dos sentidos ou prazer material, como fundamento indispensável do prazer espiritual. Como o prazer sensível é algo presente, tendeu-se para se considerar que só o prazer actual é um bem verdadeiro; (…)" (Mora, 1977)

Mora refere, que vários argumentos se opuseram a esta teoria pois os prazeres também podem produzir dor. Em resposta, os cirenaicos afirmam que "o dever é procurar a satisfação dos desejos de tal forma que se evitem as dores subsequentes." No entanto, outros argumentos contrários aos cirenaicos surgiram, referindo ser a sua doutrina egoísta e talvez mais preocupante, que o prazer de um pode resultar na dor de outro.
Por outro lado, os cínicos, acentuaram o desprezo por todo o saber que não conduza à felicidade, ou seja, à vida tranquila.

> "Só pode conseguir-se esta vida quando se tem um domínio suficiente sobre si próprio, quer dizer, quando se atinge a auto-suficiência, ou autarquia. Daí o desprezo do prazer, que é para todos os cínicos o produtor da infelicidade, o que perturba a quietude do sábio. A regra do sábio é a prudência, a sabedoria, pela qual se eliminam todas as necessidades supérfluas, pois só a virtude é necessária."

Voltando Mora a referir-se, sobre a ética da corrente eudemonista, aproveita para salientar que esta, "sempre entendeu a felicidade como um bem e também como uma finalidade. (…) Na medida em que se calcula que se atinge a felicidade ao conseguir-se o bem a que se aspira, pode-se dizer que todas as éticas materiais são éticas eudemonistas."

Citando Aristóteles, Mora afirma que este pensador identificou a felicidade com "variadíssimos bens: com a virtude, ou com a sabedoria prática, ou com a sabedoria filosófica, ou com todas elas, acompanhadas ou não de prazer ou com a prosperidade." Mais tarde, diz Mora, cogitou-se não fazer sentido falar de felicidade dissociada dos bens que a tornam possível, tendendo-se para uma distinção entre várias espécies de felicidade: "uma felicidade bestial, que não é felicidade senão aparentemente; uma felicidade eterna, que é a vida contemplativa, e uma felicidade final, que é a beatitude."

> "Santo Agostinho falou da felicidade como fim da sabedoria; a felicidade é a possessão do verdadeiro absoluto, quer dizer, de Deus; todas as outras felicidades se encontram subordinadas àquela. São Tomás usou o termo beatitude como equivalente a felicidade e definiu-o como um bem perfeito de natureza intelectual. A felicidade não é simplesmente um estado da alma, mas algo que a alma recebe a partir de fora, pois de contrário a felicidade estaria ligada a um bem verdadeiro."

Referindo-se aos autores modernos, Mora salienta que, embora tratassem a questão da felicidade de um modo diferente dos filósofos antigos e medievais, algo de comum existe em todos eles, tal como:

> " (…) a felicidade nunca se apresenta como um bem em si mesmo, visto que para saber o que é a felicidade é preciso conhecer o bem ou bens que a produzem. Inclusivamente aqueles que fazem radicar a felicidade num estado de ânimo independente de dos possíveis "bens" ou males supostamente externos chegam à conclusão de que não pode definir-se a felicidade se não se define certo *bem*, por subjectivo que este seja."

Um dos bens, que se nos apresenta indissociável da condicionalidade que pode exercer sobre este sentimento de felicidade, é o espaço que se ocupa, partilhado pelos restantes elementos que compõem a sua sociedade. Sobre esta temática, Eric Weiner refere que: "O lugar onde habitamos condiciona a sensação de bem-estar, mas as necessidades e valores de cada um também pesam. Segurança, confiança, bons relacionamentos e poucas expectativas contam mais que a riqueza e o sucesso." (Weiner, 2008). Perante o que se acabou de afirmar, há então lugares na Terra, onde é mais provável ser feliz? Weiner, que diz sofrer do mal moderno que grassa nos países ricos, ou seja, "não ser feliz", quis testar no terreno os rankings de felicidade, medida inventada pelas ciências sociais e que classifica as nações em função do seu bem-estar subjectivo, numa escala e 0 a 10. Que conclusões, ou que sentimentos obteve então Weiner com este estudo?

> "Os suíços gostam tanto de regras como os holandeses de marijuana e prostituição. No materialmente pobre Botão, a política economia assenta na felicidade nacional bruta (em vez de se basear no produto nacional bruto) e ser feliz é não ter expectativas. Como na Tailândia, onde se cultiva o *mai pen lai* (não te preocupes). Os moldavos (os piores classificados nos rankings) preferem olhar para os fracassos dos vizinhos, em detrimento do seu sucesso pessoal. Já no próspero Qatar, onde não se paga impostos, ser feliz é viver num terminal de aeroporto cómodo, em trânsito e sem raízes. Se o toque e o abraço escasseiam na Grã-Bretanha, na inóspita Islândia a atitude familiar e a cooperação valem tudo e ninguém tem depressão sazonal atribuída à falta de luz solar.
> Na Índia o que conta é o *shanti* (paz interior), dar o melhor de si e deixar o universo decidir, sem pagar o preço social da ambição, tema tão caro aos americanos: apesar de mais ricos do que à meio século, de a felicidade constar da sua Declaração de Independência e de serem um império na industria da auto-ajuda, nem por isso são mais bem-aventurados." (Weiner, 2008)

De facto, diz Weiner que para além ter sido difícil conseguir que os diversos povos com quem contactou, falassem de felicidade, por não terem palavras para o expressar, descobriu que o conceito *happiness* era fugidio e relativo.
Após este pequeno trajecto entre a "razão universal" e o comportamento individual, motivado pela busca de um determinado tipo de "felicidade" ou um outro qualquer desejo ou necessidade, o real problema que se parece colocar neste momento, reside na questão de, o, ou a 'poder ter'. O que é então o "ter, ou não ter poder, para ter"? Segundo Houaiss, são vários os

significados que os vocábulos *ter* e *poder* suportam, e sobre os quais passamos a referir as acepções que nos parecem fazer mais sentido no presente trabalho.
Quanto ao vocábulo *ter* cingir-nos-emos a um significado de *situação de posse*, usufruto ou obtenção de algo, através de um processo legítimo e justo (ou não), de compra, troca, doação, herança, usurpação ou outra, dando no entanto maior importância ao seu conteúdo de afirmação ou negação. Neste caso, por exemplo, o *ter poder*, ou o *não ter poder* para algo.
No que diz respeito ao vocábulo *poder* Houaiss, refere que pode significar, *ter* ou *possuir*:

> "a possibilidade, natural ou adquirida, de fazer determinadas coisas; capacidade, aptidão, faculdade (…); força física ou moral para (…); vontade, motivo, razão para (…); influencia, valimento, autorização para (…); ocasião ou meio de conseguir o (…); tranquilidade, paciência para (…); autoridade moral para (…); a oportunidade, o ensejo, a ocasião para (…); direito ou capacidade de decidir, agir e ter voz de mando; autoridade para (…); o meio pelo qual se vence uma dificuldade, um embaraço; recurso para (…); o domínio de facto exercido sobre uma coisa; posse; (…) a supremacia em dirigir e governar as acções de outrem pela imposição da obediência; dominação, domínio (…); a virtude ou o poder de (algo) produzir determinado efeito; eficácia para (…); poder de compra ou aquisitivo ou seja a capacidade que tem um individuo, um grupo social, uma moeda etc. de adquirir bens e serviços (…)" (Houaiss, et al., 2003 p. 2907)

Segundo (Echaudemaison, 2001 p. 298) *poder* é "a capacidade de impor a sua vontade, de fazer prevalecer objectivos, de fazer respeitar as regras mesmo contra uma vontade contrária, com recurso eventual a meios coercitivos (sanções e ameaças de sanções, emprego da força física)."
Quanto aos diversos tipos de poder classificados de um ponto de vista sociológico, podemos referir, entre outros, o poder social e o poder político que poderá ser suportado pelo poder económico e/ou militar.
Sendo de facto, muitas as acepções em que este vocábulo pode ser aplicado, tentaremos condensar todos estes sentidos através de duas acepções distintas. Uma que se refere a uma possibilidade de possuir algo que se deseja e outra que diz respeito a um sistema hierárquico legítimo ou não, capaz de exercer pressão "positiva ou negativa" sobre um "poder subalterno".

Antes de nos referirmos a esta legitimação de um "poder superior", capaz de alterar, unificando, toda a panóplia de comportamentos individuais, e como tal, originadora de possíveis conflitos, face ao que é considerado o desejo individual, aproveitamos para especificar um pouco melhor, através das palavras de (Echaudemaison, 2001 p. 298), a diferença existente entre poder e autoridade, dois termos intimamente ligados. Assim, nas suas palavras, "ao contrário da autoridade, o exercício do poder não implica forçosamente o consenso, mesmo se este é procurado. Se a autoridade está, na maior parte das vezes, ligada a uma pessoa, o poder aparece como uma instituição que existe independentemente dos indivíduos que o exercem. É no que se refere ao Estado que o poder se manifesta com mais amplitude."
Sobre esta situação, no que em concreto se refere ao poder político salienta Echaudemaison:

> "O *poder político* pode definir-se como o conjunto dos meios institucionais que permitem a condução dos assuntos gerais da cidade *(polis* em grego), eventualmente para benefício de certos grupos sociais. Este conjunto organizado compreende, nas sociedades modernas, o Governo, Parlamento, a justiça, o exército, a polícia, etc."
> No entanto, como refere, "o fenómeno do poder não é específico do Estado. Face ao poder político erguem-se outros centros de poder: poder económico, poder sindical, poder ideológico (Igreja, elites intelectuais, poder dos *media,* sem esquecer o dos partidos políticos que se opõem ao poder central). (…) O fenómeno do poder encontra-se igualmente, numa escala mais restrita, em todas as organizações sociais: empresas, partidos políticos, colectividades locais. Contudo, nas sociedades desenvolvidas, só o Estado tem o privilégio legal da força e da repressão física, o que M. Weber designa por *monopólio da violência legitima.*"

Como parece ficar patente na passagem anterior, o poder, neste caso político, pretende criar uma unidade a partir de um conjunto de "sub-unidades" ou seja, de cada um dos seres humanos que compõe a sua área de acção. Uma vez que na realidade estamos perante uma "unidade viva artificial", para que esta possa sobreviver de um modo "natural", necessita de uma fisiologia artificial alicerçada em regras que a tornem funcional. Para isso, é necessário um "manual de instruções" que informe do funcionamento não natural deste "corpo vivo" que dá pelo nome de Direito.

Diz (Echaudemaison, 2001 p. 109) que o Direito do Poder é baseado num "conjunto de regras impostas aos membros de uma sociedade, de modo a que as suas relações sociais, fugindo ao arbitrário da decisão individual, sejam conformes aos princípios dominantes da organização social", sendo que as fontes desse mesmo direito são diferentes consoante se trate de um país onde se exerça o direito oral ou o direito escrito; "nos primeiros, a fonte é o costume; nas sociedades de direito escrito, a fonte é a lei, os regulamentos, os tratados e a jurisprudência, inspirados na doutrina."

Sobre esta legitimidade do poder, Weber refere que, "a possibilidade de encontrar obediência a uma ordem determinada, pode assentar em diferentes motivos de acatamento que, por sua vez, podem ser condicionados:

- pela situação de interesses, ou seja, por considerações teleológico-racionais (fins últimos da sociedade, da humanidade e da natureza), das vantagens e desvantagens por parte de quem obedece. Ou, além disso,
- mediante o simples "costume", pela habituação monótona à acção tornada familiar;
- pela tendência puramente afectiva, simplesmente pessoal do governado.

Ainda segundo Weber, existem apenas três formas puras de legitimação do poder, (legal, tradicional e carismático) cada uma delas conectada a uma estrutura sociológica diferente do corpo administrativo e dos meios da administração.

> - "O *poder legal* em virtude de estatuto. O tipo mais puro é o poder burocrático. A ideia fundamental é que, através de um estatuto arbitrário formalmente correcto, se podia criar qualquer direito e alterar (opcionalmente o existente). A associação de poder é ou escolhida ou imposta; (…) Não se obedece à pessoa, em virtude do seu direito próprio, mas da regra estatutária que determina a quem e enquanto se lhe deve obedecer. Quem ordena obedece também, ao promulgar uma ordem, a uma regra: à lei ou ao "regulamento", a uma norma formalmente abstracta.
> - O *poder tradicional*, em virtude da fé na santidade dos ordenamentos e dos poderes senhoriais desde sempre presentes. O tipo mais puro é a dominação patriarcal. (…) Obedece-se à pessoa por força da sua dignidade própria, santificada pela tradição: por piedade. O conteúdo das ordens é vinculado pela tradição, cuja violação inconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio poder, que assenta apenas na sua santidade. Criar um novo direito em face das normas tradicionais surge, em princípio, como impossível. Na realidade, tem ele lugar mediante o "conhecimento" de uma proposição como "valendo desde sempre" (através da "profecia").
> - O *poder carismático*, mediante a dedicação afectiva à pessoa do senhor e aos seus dons gratuitos (carisma), em especial: capacidades mágicas, revelações ou heroísmo, poder do espírito e do discurso. (…) Os tipos mais puros são a autoridade do profeta, do herói guerreiro, do grande demagogo. (…) Obedece-se, com toda a exclusão, de modo puramente pessoal ao chefe por mor das suas qualidades pessoais, fora do habitual, não por causa da posição estatutária ou da dignidade tradicional. Portanto, também só enquanto estas qualidades lhe são atribuídas: o seu carisma preserva-se mediante a sua demonstração. Quando ele é "abandonado" pelo seu deus, ou despojado da sua da força heróica e da fé das massas na sua qualidade de chefia, desvanece-se o seu poder. (Weber, 2005)"[53]

---

[53] O ensaio, encontrado no espólio do autor, foi postumamente publicado por MarianneWeber nos Preußischen Jahrbücher, Vol. CLXXXVII, 1922, pp. 1-12, com o subtítulo: Um estudo sociológico.

Como nota final sobre o tipo de dominação, que mais caracteriza as sociedades contemporâneas (Echaudemaison, 2001 p. 114), refere, ser o poder carismático o que mais se faz prevalecer, insistindo no entanto Max Weber sobre o facto, de que nenhum destes tipos se apresentar no seu estado puro.

Chegados a este ponto, em que apesar de considerar a Humanidade una, existem pelo menos duas classes de motivação distintas, a saber: uma que diz respeito a uma motivação individual e outra, respeitante a uma motivação inerente ao poder instituído, o que pode ocorrer quando estas inevitavelmente se confrontam? Uma concordância de motivações, o que se poderá traduzir no incremento de uma acção positiva, ou num conflito, que se poderá traduzir numa anulação de esforços, ou numa sobreposição sobre a parte que se apresenta menos poder que, na generalidade dos casos, diz respeito ao poder individual ou civil? Nestas situações, as diversas motivações individuais podem-se unir numa causa social, orientada no sentido do Contra-Poder[54], que em casos extremos, se pode transformar no próprio poder. Ainda sobre esta questão Echaudemaison diz que, os movimentos sociais não se reduzem às organizações sociais e políticas, sendo que regra geral, se manifestam através do conflito, dando visibilidade às relações de dominação e aos antagonismos sociais, ao contestá-los activamente, sendo deste modo, um factor ou um acelerador da mudança social.

Um modelo de pensamento e acção que de certo modo se pode relacionar com esta problemática, diz respeito ao *poder da inteligência colectiva*. James Surowiecki no seu livro *A Sabedoria das Multidões*, demonstra como a inteligência colectiva transforma a economia e a sociedade. Escreve o autor: "Uma das facetas surpreendentes da sabedoria das multidões é a de que, embora os seus efeitos se encontrem à nossa volta, é difícil vê-la e, quando a vemos, aceitá-la. A maioria de nós, quer se trate de eleitores, investidores, consumidores ou empresários, acredita que os conhecimentos valiosos se encontram em muito poucas mãos. (…) Como afirmam os sociólogos Jack B. Soll e Richard Larrick, sentimos a necessidade de «procurar o perito»". Nesta sua tese, pretende demonstrar que a procura do perito é um erro e fica caro e como tal devemos abandonar a sua procura e consultar a multidão que, supostamente, tanto inclui os génios como os outros. (Surowiecki, 2007 pp. 19-20)
Sobre o perigo de confiar a um só indivíduo, as grandes e, julga-se, também as pequenas decisões, Surowiecki refere o seguinte:

> "A especialidade é valiosa; as pessoas inteligentes são valiosas. Quanto mais informado for um grupo, melhor será a avaliação colectiva; assim será de desejar o maior número possível de pessoas bem informadas num grupo. " No entanto " (…) penso que existem dois importantes problemas quanto a confiar num só indivíduo, por melhor informado que ele se encontre. O primeiro é que os verdadeiros peritos (…) são surpreendentemente difíceis de identificar. Na verdade, se um grupo tiver a inteligência bastante para saber se um indivíduo é um genuíno prodígio de tomada de decisão, nesse caso o grupo é suficientemente inteligente para não precisar desse indivíduo. O segundo, e mais importante problema é o de que até mesmo os especialistas brilhantes têm desvios e pontos cegos e, portanto, cometem erros. E o mais inquietante é que, regra geral, não sabem quando estão a cometer esses erros." (Surowiecki, 2007 p. 304)

Segundo o mesmo autor, houve um crescente interesse referente à sabedoria colectiva, resultante de diversos factores, mas sublinha que terá sido o acréscimo de importância da internet que para isso mais terá contribuído, sendo possível nos dias de hoje encontrar várias

---

[54] (Echaudemaison, 2001 p. 266) define *Contra-Poder* como: " (…) o conjunto de acções, de condutas e de orientações colectivas que põem em causa, parcial ou totalmente, a ordem social procurando-a transformar, sendo que o qualificativo 'social' específica a natureza destes movimentos; trata-se de movimentos que mobilizam grupos sociais: com mais frequência, classes e fracções de classe (…) mas também grupos etários com estatuto específico (…), minorias raciais ou étnicas; contestam a organização social e cultural para além do campo estritamente político.

instituições governamentais a experimentar meios de recolha de informação e mesmo tomadas de decisão baseadas nesta nova metodologia. Como salienta Surowiecki:

> "Deve-se em parte, segundo creio, a que o espírito da *net* respeita e investe na noção de sabedoria colectiva e se mostra, de certa forma, hostil à ideia de que o poder e a autoridade deveriam pertencer a uma elite. Muitos dos motores mais importantes da *net* – Google, Slashdot e Wikipédia – são produtos da sabedoria das multidões e, em termos gerais, a *net*, praticamente pela sua própria estrutura, parece ser contra as hierarquias. Proporciona uma demonstração real diária de que os sistemas podem funcionar bem e inteligentemente sem hierarquias tradicionais e sem uma pessoa no comando." (Surowiecki, 2007 p. 302)

Não poderíamos terminar esta problemática do poder, sem fazer referência ao poder da informação que, no fundo, se encontra como parte integrante e imprescindível de todas as concepções de poder até agora apresentadas, sendo que, quando nos referimos ao termo *informação*, não nos queremos cingir apenas aquela que é disponibilizada pelos diversos meios de comunicação qualificados de *mass-media*. De facto, os sistemas de informação começa-nos a marcar, ou condicionar, ainda encobertos da luz do dia, continuando com a família, com os processos de iniciação educacionais orais ou escritos, com o ensino escolar, os livros, as artes, os amigos e, de um modo geral com tudo o que os nossos sentidos conseguem abarcar.

No entanto, quando vulgarmente se qualifica os *mass-media* como um *Quarto poder*[55] pretende-se expressar a sua eficácia na manipulação da opinião pública, ao nível dos seus mais variados comportamentos ou modos de pensar. Poder este, capaz de se sobrepor ou mesmo destruir, todos os restantes conhecimentos ou valores adquiridos por crianças, jovens, adultos e culturas, cada vez mais visíveis através da nossa própria percepção, ou das muitas e severas críticas que, de um modo crescente, se vão colocando por parte de uma "razão colectiva" também cada vez mais atenta. "Nos quiosques de jornais, nos centros comerciais, entre o *soft* e o *hard*, na *internet* e na *Web*, a enxurrada de (…) coloca desafios incontornáveis à questão da liberdade de expressão e de publicação. O nobre ideal (…) que profetizava a vitória mais que certa do verdadeiro sobre o falso, em qualquer combate aberto e sem censura, é um ideal vindo de um mundo muito diferente do nosso." (Steiner, 2007)

De facto, a culpa da *comunicação da falsidade* (Steiner, 2005 p. 141), numa primeira fase, não se encontra apenas restrita à transmissão do conhecimento massivo. "O mestre pode professar o que não existe" (Steiner) de um modo consciente ou inconsciente, a um número mais, ou menos restrito de 'aprendizes', que se poderão vir a tornar 'discípulos', na transmissão de inverdades convenientes para o seu contexto mas totalmente inconvenientes fora dele, ou mesmo, na aniquilação de documentos ou provas incomodativas, através da destruição de bibliotecas ou 'grandes fogueiras' de livros, tal como é apontado por (Steiner, 2007 p.34).

"A propaganda ensina mentiras; as ideologias contaminam deliberadamente o material político, social, racial e económico. (…)" sendo que, mais cedo ou mais tarde, todas estas ilusões virão a revelar-se como falsas, tal o caminho contraditório que vão tomando face aos factos.

Porque continua então o homem instituidamente "racional" a agir ou a deixar que outros ajam de um modo irracional, ao tentarem fugir de uma "realidade" cada vez mais próxima? Como diz Steiner, se entretanto a corporação política ainda possuir o poder de decisão final, "A saúde do corpo político dependerá da formação que dermos aos nossos jovens – às crianças, de facto" (Steiner, 2005 p. 92)

Perante estas "visões" e previsões que, tal como todas as outras também podem estar erradas, será possível que os *mass-media*, do mesmo modo que são passíveis de "distrair", iludir, ou

---

[55] Tendo por base a qualificação dos três tipos de poder considerados primordiais nos sistemas de governação democrática: Legislativo, Executivo e Judiciário.

prejudicar a motivação humana, possam contribuir para a tornar mais consciente, no mínimo, das suas próprias limitações? Podem os sistemas de informação contemporâneos ajudar a conhecer melhor o mundo, para melhor poder agir sobre ele? "Aquilo a que chamamos realidade virtual poderia perfeitamente alterar o funcionamento habitual da consciência"? (Steiner, 2007). Conjectura-se que, poderá depender dos objectivos que a nossa própria motivação colectiva determinar. Como afirma (Santos, 2003) a partir da citação de (Motta, 1991):

> "... os indivíduos possuem objectivos que desejam alcançar e agem intencionalmente de acordo com suas percepções da realidade. A motivação desenvolve-se somente depois de se ter um objectivo a concretizar. O objectivo é que dá impulso, ou seja, mobiliza as energias de um indivíduo e gera a intenção de se concretizar algo. Nessa perspectiva, a motivação liga-se à acção (...). A intencionalidade do indivíduo é sempre associada à sua expectativa de realização."

Como nota final desta contextualização que não se pretendia fastidiosa, mas sim introdutória de alguns dos factores que mais parecem implicar no bom ou mau funcionamento das sociedades e aonde, se procurou perceber o que pode provocar o comportamento, não de um indivíduo isolado, mas sim de um determinado conjunto de indivíduos, como definir o resultado desta força que, no fundo, e apesar das fronteiras físicas e culturais existentes, fontes de fenómenos de agregação e desagregação, parecem fazer mover em uníssono, grupos, multidões e de um modo geral os cerca de 6,5 mil milhões de humanos? Poderemos concluir, do mesmo modo que Echaudemaison constatou ser possivel falar-se de comportamento de classe, que também seja possivel a existência de uma motivação de classe, ou seja, social, que lhe dê origem? Ou ainda mais arrujado do que isso, uma motivação primária, comum à generalidade da espécie humana?

A partir da análise diacrónica comparada entre o que terão sido as fontes de motivação básicas dos povos primitivos, com as que fazem mover as sociedades contemporâneas mais, ou menos "desenvolvidas", julga-se ter sido possível com uma margem de erro aceitável, como já referido no subcapítulo 2.2.3., detectar pelo menos uma característica imutável no comportamento humano ao longo de toda a sua história. Face à incontestável necessidade de ver supridas as suas carências básicas de um modo contínuo, e não sujeito a grandes sobressaltos, o que teria começado como uma intuição, transformou-se numa razão humana motivada para adquirir poder para usufruir dos bens, capazes de suprir as suas necessidades. Desde cedo terá percebido que para usufruir desse poder teria de se encontrar inserido num grupo numeroso e num espaço favorável, organizados e valorizados a partir de um líder ou de uma elite de pensadores e guerreiros, distribuídos segundo uma hierarquia de capacidades e/ou poder. No entanto, este mesmo poder, inicialmente gerado graças à existência de uma associação, com o intuito de dar e receber protecção, terá muitas vezes alterado a sua conduta ao longo da história humana, subjugando o seu próprio "povo" única e exclusivamente aos seus interesses, situação que, nem sempre a própria *Democracia* terá conseguido resolver.

Sobre esta questão do confronto existente entre o que se resolveu designar "motivação social" e a "motivação do poder" Santos refere o seguinte:

> " (...) Até que ponto as *expectativas das pessoas* sobre o que a organização lhes dará e o que eles devem dar à organização em troca, coincidem com as *expectativas da organização* em relação ao que ela irá dar e receber (...) Supondo que haja um acordo entre os dois conjuntos de expectativas, a natureza do que é *efectivamente intercambiado* resulta, afinal, mais dos desejos implícitos do que dos expressos pelas partes. (...) A habilidade dos contraentes estará, então, na capacidade de manter níveis de *percepção* das *expectativas mútuas*." (Santos, 2003)

Para que isto seja possível é necessário que, para além de um poder politico-económico fundamentado num determinado tipo de organização, exista também um "poder civil" forte e organizado, uma vez que, por princípio, deveria ser este mesmo a legitimar o seu próprio poder, vocacionado prioritariamente para a sustentabilidade ou aumento do seu bem-estar.

Face ao actual conhecimento da História da Humanidade e perante a evidência do actual contexto global, poderemos intuir que a generalidade da raça humana, "ainda" não conseguiu atingir um estado evolutivo tal, que lhe permita viver sem grandes sobressaltos de um modo totalmente "liberal" ou, como alguns defendem, anárquico? O ser humano, para viver em sociedade, seja fechada ou aberta, necessita de regras sociais, transmitidas hierarquicamente por um poder legitimado pelo exemplo, considerado como "norma ética". Num mundo cada vez mais globalizado, qual a dimensão da norma que começará cada vez mais a fazer sentido? Uma infinidade de normas locais? Tantas normas, quantas as culturas ou religiões existentes? Normas Nacionais, ou uma norma básica mundial?

CAPÍTULO 3. DA REALIDADE AOS ÍNDICES

> "Que historiador há ou pode haver, por mais diligente investigador que seja dos sucessos presentes ou passados, que não escreva sobre informação? E que informações há-de haver que não vão envoltas em muitos erros, ou de ignorância ou de malícia? Que historiador houve de tão limpo coração, tão intenso amador da verdade, que o não inclinasse o respeito, a lisonja, a vingança, o ódio, o amor, ou da sua, ou da alheia nação, ou do seu ou de estranho príncipe? Todas as penas nasceram em carne e sangue, e todos na tinta de escrever misturam as cores do seu afecto."

Padre António Vieira[56],

3.1. PROLEGÓMENOS À ANÁLISE DOS ÍNDICES

O Que Pode Ser a Realidade?
Terão sido as teorias do Idealismo e do Realismo protagonizadas por Platão e Aristóteles, que na cultura ocidental, serviram de alicerce à difícil tarefa de interpretação da realidade, e que até aos dias de hoje se têm confrontado e servido de base a um intenso combate ou às mais variadas adaptações em muitas áreas do conhecimento. A este respeito diz-nos (Clément, et al., 2007 p. 329):

> "O Realismo é uma atitude espontânea. Naturalmente, pensamos que a realidade não apenas existe no exterior do nosso espírito, mas também que o nosso espírito nos permite conhecê-la. Ora esta forma de realismo é justamente o que recusa a filosofia, na medida em que critica as certezas imediatas e mal fundamentadas."

Estes mesmos autores referem que, para a metafísica, "o realismo é toda a doutrina que afirma que existe uma realidade independente do pensamento" sendo que, se analisada através do sentido comum, realismo "é uma atitude que tende a valorizar a realidade como um dado a considerar, seja por não ser possível, seja por não ser desejável, fazê-lo de outro modo."

Dois termos indissociaveis do conhecimento do real, são a *verdade* e a *certeza*. Considerando como é ampla a esfera destes vocábulos, Vieira afirma acerca do primeiro: "A ela o homem pode se aplicar, sem jamais a esgotar, depois de tanto dito há mais que dizer, e depois de tanto escrito, mais que escrever e depois de tanto estudado e sabido, mais que estudar e saber." Só quem é imenso e infinito, diz Vieira, a pode realmente compreender em toda a extensão. Já no que diz respeito à *certeza*, Vieira considera-a uma convicção subjectiva. "Na busca do entendimento das coisas, o homem trabalha com um horizonte de verdade e de certeza. A *verdade* baseia-se nos dados objectivos da realidade; a *certeza* é a adesão de um sujeito a um juízo tido por verdadeiro. A *certeza moral* é uma certeza de convicção pessoal." (Vieira, 2005 p. 490)

Ainda sobre esta ligação íntima entre verdade e certeza, Humberto Maturana e Francisco Varela em *The Tree of Knowledge*, 1992[57] fazem a seguinte referencia:

> "O conhecimento (…) compele-nos a adoptar uma atitude de permanente vigilância contra a tentação da certeza. Compele-nos a reconhecer que a certeza não é uma prova de verdade. Compele-nos a entender que o mundo que toda a gente vê não é o mundo mas sim um mundo que produzimos com os outros. Compele-nos a ver que o mundo só será diferente se vivermos de uma

---

[56] *História do Futuro*. Citado por (Moreira, 2005 p. 22)
[57] Citado por (Choo, 2003)

forma diferente. Compele-nos porque, quando sabemos o que sabemos, não podemos negar (a nós proprios e aos outros) que sabemos."

Perante as considerações anteriormente apresentadas, somos levados a intuir que, para uma aproximação à realidade é indispensavel um sentido que nos permita assimilá-la para mais tarde formar um juizo, mais, ou menos aproximado dessa mesma existência. De que se alimentam então os sentidos, para que tal processo seja realizavel? De um modo que se poderá quase classificar de intuitivo, dir-se-ia da informação que essa própria realidade nos disponibiliza directamente (*in loco*) ou, através do processamento que alguém já fez dela. De facto, não parece existir conhecimento se não existir uma fonte inicial de informação. O que pode ser então essa Informação?

Tendo já realizado no capítulo anterior, uma breve abordagem à importância que o fenómeno informativo desempenhou ao longo de toda a vivência humana, iremos em seguida abordar alguns itens que nos permitam aumentar o conhecimento sobre o seu impacto na motivação humana.

Se consultarmos a enciclopédia livre *on line* Wikipédia, uma fonte de informação muito em voga nos dias de hoje, mas como muitas outras fontes, susceptível de nos induzir em erro, obtemos entre muitas, as seguintes considerações respeitantes ao vocábulo *Informação*[58]:

Etimologicamente, e de acordo com o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, informação vem do latim *informatio, onis*, ("delinear, conceber ideia"), ou seja, dar forma ou moldar na mente, como em educação, instrução ou treinamento. Para esta mesma fonte, e passa-se a citar:

> "*Informação* é o resultado do processamento, manipulação e organização de dados de tal forma que represente uma modificação (quantitativa ou qualitativa) no conhecimento do sistema (pessoa, animal ou máquina) que a recebe. Informação enquanto conceito, carrega uma diversidade de significados, do uso quotidiano ao técnico. Genericamente, o conceito de informação está intimamente ligado às noções de restrição, comunicação, controle, dados, forma, instrução, conhecimento, significado, estímulo, padrão, percepção e representação de conhecimento. É comum nos dias de hoje ouvir-se falar sobre a Era da Informação, o advento da "Era do Conhecimento" ou sociedade do conhecimento. Como a sociedade da informação, a tecnologia da informação, a ciência da informação e a ciência da computação em informática são assuntos e ciências recorrentes na actualidade, a palavra "informação" é frequentemente utilizada sem muita consideração pelos vários significados que adquiriu ao longo do tempo. (…)"

Se fizermos a mesma busca no Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss, entre muitas outras considerações, obtemos o seguinte esclarecimento sobre o mesmo vocábulo (Houaiss, et al., 2003 p. 2094):

Etimologicamente é uma palavra de origem Latina - *informatio,onis* que descreve uma "acção de formar, de fazer, fabricação; esboço, desenho, plano; ideia, concepção; formação, forma; ver (…)". 1- A mesma fonte refere que se trata de um acto ou efeito de informar(-se): Comunicação ou recepção de um conhecimento ou juízo. 2- O conhecimento obtido por meio de investigação ou instrução; esclarecimento, explicação, indicação, comunicação, informe. 3- Acontecimento ou facto de interesse geral tornado do conhecimento público ao ser divulgado pelos meios de comunicação; notícia.

Muitas outras definições se poderiam apresentar sobre este mesmo conceito, não só em português, como noutras línguas. Qual a mais correcta? Qual a que mais se aproxima do verdadeiro sentido? Seria uma tarefa impossível tal a complexidade a que nos podem levar as palavras. Será necessário para este e restantes vocábulos, darmos nós, o nosso próprio sentido. Assim e por enquanto, *Informação* significará uma acção pessoal ou colectiva, livre ou imposta, de formar, ou deformar o pensamento ou a motivação humana.

---

[58] http://pt.wikipedia.org/wiki/Informa%C3%A7%C3%A3o acedido a 18/10/2008

Perante esta definição, ressalta a ideia, que estamos perante um processo que se pode desenrolar num grupo social, mais, ou menos extenso, de um modo mais, ou menos organizado.
As organizações governamentais ou não governamentais, as religiões, as empresas, as famílias, as (…), necessitam deste tipo de procedimento, que deve obedecer a determinado tipo de regras para que a sua eficácia surta o efeito pretendido.
Neste sentido, Daft e Lengel sugerem a redução da ambiguidade e o processamento de uma quantidade suficiente de informação para que esta se torne "rica" querendo com isto dizer que a *riqueza de informação* pode ser entendida como "a capacidade da informação para alterar o entendimento dentro de um intervalo de tempo. As trocas de comunicação que conseguem ultrapassar diferentes estruturas de referência ou clarificar questões ambíguas de modo a mudarem o entendimento de uma forma oportuna, são consideradas ricas." Pelo contrário, as comunicações que necessitam de um período de tempo longo para possibilitarem o entendimento ou que não conseguem ultrapassar perspectivas diferentes, têm um nível baixo de riqueza." (Daft e Lengel, 1986: 560)[59]

Chun Choo, no seu livro *Gestão da Informação para a Organização Inteligente*, apresenta nove caracteristicas da informação definidas de acordo com os seguintes aspectos:

Nove caracteristicas da informação *(Choo, 2003 pp. 211-213)*	
Quantitativo	A informação assenta num contínuo entre dados quantitativos e qualitativos. Os dados quantitativos são específicos, mas quando são agregados dão uma ideia geral da situação. Por outro lado, os dados qualitativos podem apresentar razões, pressupostos, matizes e pormenores.
Dados	A informação assenta num contínuo entre dados rígidos e dados flexíveis. Os dados rígidos são observados ou medidos directamente, os dados flexíveis não podem ser observados mas têm de ser inferidos ou presumidos.
Temporal	A informação assenta num contínuo entre informação histórica e de previsão. Na verdade, existem três pontos neste contínuo: aquilo que já foi (histórico), aquilo que pode vir a ser (probabilístico) *e* aquilo que deveria ser (prescritivo).
Solução	A informação assenta num contínuo entre oferecer uma única solução ou oferecer um vasto leque de opções. Os problemas estruturados de uma forma simplista podem procurar mais opções antes de se decidirem por um plano de acção.
Foco	A informação assenta num contínuo entre precisão e difusão. A informação precisa vai de encontro às necessidades de uma situação problemática bem definida, enquanto a informação difusa pode ser mais útil para um problema mal definido.
Especificidade da utilização	A informação assenta num contínuo entre a aplicação e a teoria. A informação aplicada torna-se imediatamente útil num sentido operacional, enquanto a informação teórica explica ou prevê o comportamento.
Substantivo	A informação assenta num contínuo entre a aplicação e a descrição. A informação descritiva *é* diferente da informação teórica, na medida em que descreve a substância e o significado de um fenómeno, sem prever o comportamento.
Agregação	A informação assenta num contínuo entre informação clínica ou de recenseamento. A informação proveniente de estudos clínicos ou de casos é útil para situações complexas em que as variáveis não são quantificáveis. A informação de recenseamento descreve uma população ou amostra em termos estatísticos.
Causal/ diagnóstico	A informação assenta num contínuo entre causal e diagnóstico. A maior parte das situações de resolução de problemas requerem informação causal para se perceber por que é que determinada situação acontece. A informação de diagnóstico é utilizada para definir uma situação problemática.

[59] Citação de (Choo, 2003 p. 213): Richard Daft e Robert Lengel; (1986); Organizational Information Requirements: media richness and structural design; Management Science 32, nº 5 (Maio).

Quanto ao tipo de fontes de Informação que uma organização pode auferir, este mesmo autor divide-as em dois tipos principais: As textuais e as fontes humanas que, por sua vez, podem ser subdivididas em internas e externas. Sobre o que caracteriza cada uma delas diz o seguinte: as *fontes humanas internas*, ou seja, os empregados, os professores, os profissionais e executivos entre outros, "recebem ou estão expostos a um fluxo diário de informação sobre pessoas e acontecimentos no mundo exterior (…) as fontes humanas internas agem como angariadores que obtêm a sua informação a partir de outras fontes, muitas vezes externas." No entanto, estes mesmos agentes não são meros transmissores de dados, uma vez que podem acrescentar valor à informação.

> "(…). Infelizmente, a maior parte (…) não está ciente do valor potencial da informação que encontram e não a transmitem àqueles que podem fazer o melhor uso dela. (…) um sistema de exploração bem concebido deve instilar uma nova cultura de informação, fomentando a consciencialização da informação e motivando a partilha de informação."
> (Choo, 2003 p. 214)

No que diz respeito às *fontes humanas externas*, Choo inclui "todos aqueles que podem fornecer informação relevante acerca do meio ambiente externo (…) A informação proveniente de fontes humanas externas, especialmente aquelas que são tidas como credíveis ou como detendo o conhecimento, pode ter um grande impacto na tomada de decisão.." (Choo, 2003 p. 216)

Quanto às *fontes textuais*, Choo refere que, muitas vezes, transmitem a informação sob a forma de "fluxos de textos, entregues em meios impressos ou difundidos via rádio ou televisão. São subdivididas em *fontes publicadas* que incluem as publicações em papel, bem como as transmissões de rádio e televisão e *documentos internos* com origem dentro da própria organização (…)" sendo utilizadas como elemento principal do sistema de cobertura de informação da organização com a função de "acompanhar e fornecer alertas imediatos sobre questões que poderão ser importantes no futuro próximo."

Quando, em concreto, se procede ao acompanhamento de questões sociais e tecnológicas, informa Choo, que "pode ser útil reconhecer que estas têm tendência a aparecerem e a desenvolverem-se gradualmente com o tempo, avançando através de diferentes fases de crescimento", tal como se pode observar na figura seguinte.

Ilustração 20: Cobertura dos meios de comunicação e consciencialização pública. Fonte: (Choo, 2003)

Aprofundando um pouco o sentido da figura anterior, Choo, citando (Gilad e Gilad, 1988) refere:

> "Inicialmente, a cobertura dos meios de comunicação e a consciencialização pública sobre a questão é fraca porque a ideia é nova ou o seu impacto ainda não é claro. As fontes de informação durante a fase da *criação da ideia* incluem periódicos especializados, imprensa periférica ou alternativa, trabalhos de ficção científica, pedidos de patentes e dissertações de doutoramento. A cobertura dos meios de comunicação e a consciencialização aumenta à medida que os peritos escrevem sobre ou discutem a questão durante a fase de *consciencialização da elite,* utilizando canais, tais como, boletins informativos internos, relatórios de investigação, imprensa comercial e revistas dirigidas às elites intelectuais ou empresariais. Quando a nova questão tiver reunido energia suficiente, os meios de comunicação populares, incluindo a rádio, a televisão, os jornais e as revistas de carácter geral, irão recolher essa informação durante a fase de *consciencialização popular.* O aumento do interesse público e empresarial conduz à fase de *consciencialização governamental,* em que as agências do governo podem ser chamadas a desenvolver políticas, estruturas reguladoras ou normas. Baseando-se na estrutura legal ou noutras linhas orientadoras, as instituições e organizações avançam então para a fase de *adopção e de rotina* para implementarem as suas respostas e para as formalizarem em manuais de procedimentos, códigos de conduta modificados, novos currículos de formação, etc. Finalmente, na fase de *arquivo,* a cobertura dos meios de comunicação diminui substancialmente e a informação concentra-se, então, principalmente nos registos transaccionais e históricos da organização."

(Choo, 2003 pp. 219-221)

Tendo sido focados alguns do factores intervenientes neste poderoso meio de consciencialização humana, como resolver então, este complexo problema da selecção e gestão das fontes de informação? Sobre o assunto, volta a pronunciar-se Choo (2003 p. 2002) [60]:

> "Ao embarcarmos nesta gigantesca onda de informação deparamo-nos com um novo desafio organizacional. (…) a recolha de informação requer planeamento, coordenação, inovação, avaliação e afinação contínuos. O planeamento é necessário para relacionar a recolha de informação com os objectivos estratégicos e tácticos da organização. O planeamento identifica quem são os utilizadores da informação e compreende o modo como estes irão utilizar a informação, e conjuga as necessidades de informação com os seus recursos muitas vezes escondidos e com a perícia especializada que já existe no interior da organização. O âmbito e variedade das fontes oferecem um grande alcance para a inovação na recolha, correlação e confirmação da informação. A aquisição de informação criativa pode acelerar a capacidade de compreensão, pedaços de informação díspares podem ser mais agilmente reunidos de modo a formarem uma perspectiva coerente do meio ambiente externo (…)"

Duas tecnologias indispensáveis, nos dias de hoje, quando se enfrentam as questões da informação, são a *Internet* e a *estatística*. No que diz respeito à internet diz Surowiecki:

> " (…) o facto de que a internet torna muito mais fácil a recolha de informação de muitas fontes diferentes do que antes. (…) agora é possível solicitar e reunir informações de pessoas do mundo inteiro e chegar a uma decisão colectiva com alguns cliques do rato. (…) a ubiquidade do acesso à internet e à tecnologia da informação, bem como a maneira como as pessoas se encontram agora mais simplesmente conectadas (tecnológica se não socialmente) do que antes, têm sido importantes para fazer com que as virtudes da sabedoria colectiva pareçam mais reais do que fantasiosas."

(Surowiecki, 2007 p. 303)

---

[60] Outras referencias interessantes sobre a selecção de fontes de informação podem ser encontradas em (Choo,2003 p. 206, 207).

Por outro lado (Pestana, et al., 2005 p. 17) referem que a estatística é uma ferramenta intimamente relacionada com os sistemas de informação porque é, ela própria, um processo matemático "necessário para recolher, organizar, apresentar, analisar e interpretar dados."
Embora possam operar uma sem a outra, é quando se interligam e as suas potencialidades se potenciam, que os resultados se podem tornar mais acessíveis, claros e económicos, entre outros predicados. No entanto, como todas as tecnologias, quando mal utilizadas, adquirem o poder do "mal", que neste caso pode ser traduzido como *desinformação*.
Sobre este problema, diz Meyer, já no ano de 1987[61]:

> "Estamos a viver numa era sem precedentes no que diz respeito ao acesso à informação. As actuais redes de telecomunicações globais fazem circular informação em estado bruto por todo o mundo literalmente à velocidade da luz. E à medida que a capacidade de circulação de informação se expande, o volume de informação disponível continua a crescer para preencher esta capacidade de expansão. (…) Resumindo, a informação em estado bruto que circula por todo o mundo está a brotar torrencialmente nas sedes de governo e das organizações, tal como a água se derrama nos porões de um navio a afundar-se. (…) Hoje em dia, os executivos governamentais ou empresariais estão a sufocar em informação em estado bruto. Para sua surpresa e crescente aflição, estão achegar à conclusão de que a única coisa tão difícil e perigosa quanto gerir uma grande empresa com falta de informação, é gerir uma com demasiada informação."

Não querendo acabar este subcapítulo introdutório, de uma forma tão "negativamente real", permitimo-nos citar dois excertos do livro de Choo sobre a *gestão da informação para uma organização inteligente*:

> "Os indivíduos que trabalham em organizações, assim como os profissionais e os investigadores, ainda têm muito que aprender e compreender acerca da gestão de informação como um processo de descoberta de significado, como um conjunto de recursos e capacidades, e como uma infra-estrutura intelectual para a inteligência organizacional. Tal como os físicos do século XVII que detectaram e mediram pela primeira vez as propriedades do ar, só agora estamos a começar a compreender o carácter e o comportamento de uma entidade que tem sido há tanto tempo transparente, invisível e tomada como um dado adquirido. Tal como nenhum ser vivo pode sobreviver por muito tempo sem ar, também nenhuma organização social pode resistir sem informação. (…) O objectivo da gestão de informação é desenvolver processos, estruturas e sistemas que funcionem tanto como o sistema circulatório que filtra e distribui a informação nutritiva através da organização, e como o sistema nervoso central, que sintetiza a informação que entra e a transforma em representações e interpretações para uma acção colectiva." (Choo, 2003 pp. 325, 326)

Julga-se que, bem alertados para os problemas do *objecto* em análise, e cientes da urgência de se reforçar a ideia da necessidade de criação de um sistema de recolha e transmissão de informação organizado a nível global, daremos inicio a este estudo, através da apresentação de um processo de informação já existente, que tal como qualquer outro sistema, se aplicado com seriedade, livre de qualquer tipo de pressão ou favorecimento, se julga capaz de contribuir para uma maior aproximação entre a realidade em que vivemos e a motivação que, de facto, necessitamos de interiorizar para não complexificar mais, o que já de si, é complicado de sustentar ou atingir. Uma existência humana digna, que possamos transmitir aos nossos e vossos "filhos".

---

[61] Citação de (Choo, 2003 p. 202)

3.2. OS INDICADORES E OS ÍNDICES NO CONTEXTO MUNDIAL

Os vocábulos, *indicador* e *índice* são dois conceitos que serão frequentemente mencionados ao longo deste trabalho e como, tal merecedores uma breve e sintética apresentação.
Os *Indicadores* podem ser considerados como uma componente importante de certos processos de avaliação, que permite definir e mensurar o estado ou a tendência de comportamentos de natureza ambiental ou social, consequência ou não, de uma prévia intervenção humana. Neste ultimo caso, reveste-se de especial importância a verificação do desempenho na aplicação de determinadas orientações políticas de índole social ou ambiental, tendo por base os dados fornecidos não só pelos interventores da acção, mas também, do confronto com a informação proveniente daqueles para quem a acção foi dirigida.
Para que os indicadores consigam atingir em pleno os objectivos que se propõem, e como se fundamentam na recolha de dados que interessa serem comparados, necessitam, entre outros requisitos, que entretanto surgirão ao longo do trabalho, de se encontrar estabelecidos de um modo homogéneo no espaço e no tempo.
Os *índices* são um tipo especial de indicador, que procura relacionar e sintetizar num único valor, a informação disponibilizada pelas variáveis fornecidas por diferentes indicadores ou sub-índices.
Como processo aglutinador e sintético que pretende ser, deve-se revestir de redobrados cuidados, para que o desvio em relação ao real não seja incrementado, mas sim, diluído.

No que diz respeito à classificação dos indicadores, é de salientar a variedade de hipóteses, mais, ou menos complexas, disponibilizadas pelas diferentes fontes especializadas na matéria. No nosso caso, limitar-nos-emos a referir que os indicadores podem ser divididos consoante a área que se propõem analisar, sendo que cada uma destas divisões, por sua vez, e dependendo das necessidades de utilização, subdividir-se em indicadores com aplicação nas ciências sociais, na análise ou formulação de programas de intervenção ou mesmo na verificação das estratégias seguidas pela próprias organizações ou politicas interventoras.
Neste subcapítulo, será realizada uma breve abordagem à problemática dos Indicadores Sociais do ponto de vista da análise e/ou formulação de políticas ou programas de intervenção.

3.2.1. Os Indicadores Sociais

Segundo Carley e Miles[62], é possível tomar duas perspectivas, na utilização dos indicadores sociais:

> "Para a pesquisa académica, o indicador social é o elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenómenos sociais observados. Numa perspectiva pragmática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas."

Fonte sublinha que, neste último caso, os índices sociais "tanto podem servir como informação básica para a construção de diagnósticos sobre a realidade social, dirigindo o desenho das politicas e programas, quanto como instrumento de medida da eficiência, eficácia e impactos das politicas publicas." (Fonte, 2004). Ainda no entender de Fonte, os indicadores podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de Políticas sociais. Na negociação de prioridades sociais, esses indicadores podem contribuir no dimensionamento das carências e atender nas diversas áreas de intervenção.

---

[62] Carley, M (1985). Indicadores Sociais: teoria e prática. Rio de Janeio, Zahar; Miles, I. (1985). Social Indicators for human development. New York, St. Martin's Press – Citado por (Fonte, 2004)

Mas sendo estes indicadores "uma mediação entre a teoria e a evidencia empírica", ou seja, instrumentos que permitem "identificar e se possível, medir algum tipo de fenómeno social, estabelecido a partir de uma concepção teórica." (Fonte, 2004), é de todo possível que fortes problemas se levantem podendo mesmo limitar a sua utilização. Sobre este problema, alerta Fonte, que ter a noção dos limites e das potencialidades dos indicadores "pode ser de grande utilidade para os diversos agentes e instituições envolvidas na definição de prioridades sociais e na alocação de recursos do orçamento público."(Fonte, 2004)

3.2.2. Algumas dificuldades e criticas levantadas à utilização de Indicadores

Quanto às dificuldades e limites levantados pelos índices, Januzzi[63] afirma o seguinte: "apesar do esforço de actualização tecnológica para armazenamento, tratamento e consulta de indicadores, isto não parece ter sido acompanhado de um aprofundamento analítico efectivo no uso desses indicadores no processo e formulação de políticas públicas e melhor gestão dos recursos e programas sociais."

Perante tais evidências, não deixa de ser legítimo, que todo este processo de análise, esteja sujeito a críticas.

> "Embora pareça obvio que 'indicador social apenas indica' parece estar se consolidando em uma prática corrente a substituição do conceito indicado, pela medida supostamente criada para operacionalizá-la, sobretudo no caso de conceitos abstractos complexos como desenvolvimento humano e qualidade de vida. Embora definidos de forma abrangente, os conceitos são operacionalmente banalizados, como se os indicadores e índices criados fossem a expressão exacta, mais válida ou ideal dos conceitos indicados. Assim, a avaliação da melhoria das condições de vida ou DH em países, regiões ou municípios reduz-se a uma apreciação da variação do indicador construído" (Januzzi, 2002: 56)[64].

No reforço desta ideia Fonte argumenta que:

> "Os indicadores sociais foram concebidos para responder a inquietudes muito particulares, definidas como unidimensionais, quando na realidade, a dinâmica social é complexa e requer a integração e medição de sinergias entre diferentes componentes que actuam na mesma sociedade. Os indicadores não podem ser peças de informações isoladas, sem que respondam a um conceito" que tem de "ser previamente definido. (Fonte, 2004)

Diz ainda Fonte que, como se vai medir algo, deve-se fazer com que esse algo, possa ser aplicado ou analisado com maior profundidade e não apenas de um modo descritivo. "Existem grupos de pesquisadores que propõem indicadores com a intenção de que estes ajudem a elucidar o problema, sem haver previamente definido qual é o problema a ser investigado. Estes grupos se focalizam na medição por si mesma." (Fonte, 2004)

Um outro pormenor importante que deve ser levado em linha de conta, segundo (Fonte, 2004), é o facto de os indicadores não serem processos neutros, não responderem a tudo, e, para serem efectivos, dependerem muito de processos mais racionais de formulação e implementação da acção pública. Neste sentido, como sugere Cardoso[65]:

> "(…) se faz necessário que instale entre as burocracias uma cultura avaliativa democrática, que permita aumentar a transparência e o controlo social, ampliando os campos de acção da população e a sua relação com os aparatos estatais. Torna-se relevante também à capacitação das lideranças populares de forma a permitir uma intervenção mais consequente e efectiva nos conselhos ou outros fóruns de deliberação politica, pois a possibilidade de maior efectividade da participação

---

[63] Jannuzzi, P. (2002). "Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de Politicas Públicas Municipais". In: RAP, Rio de Janeiro - (Fonte, 2004)

[64] Citado por (Fonte, 2004)

[65] Cardoso, A. (1998) "Indicadores Sociais e Politicas Públicas: algumas notas críticas". In Revista Proposta Nº 77, Agosto. Rio de Janeiro: FASE – Citado por (Fonte, 2004)

popular depende, em grande medida, que se saiba exactamente o que se está decidindo e quais as consequências de cada decisão."

Face a todos os problemas anteriormente colocados, quais os cuidados que se deverão tomar na elaboração de indicadores sociais?

3.2.3. Elaboração de Indicadores Sociais

Quando se pretende entrar no campo da elaboração de indicadores sociais, é necessário estar ao corrente das características que estes devem possuir, para que se possam tornar viáveis e consistentes na sua aplicação prática.

Sobre essa viabilidade e consistência (Fonte, 2004) afirma que, o indicador deve-se enquadrar num modelo teórico[66] ou, no caso específico das políticas sociais, enquadrar-se num modelo de intervenção social mais geral, em que sejam explicitadas as variáveis e categorias analíticas relevantes, assim como o encadeamento causal ou lógico que as relaciona. Assim, e citando Cardoso, Fonte diz que a questão central para a construção de indicadores sociais adequados à avaliação de políticas diz respeito à definição do *padrão normativo*, que permitirá identificar os problemas e prioridades a serem tratadas, ou medir o grau em que as politicas ou programas de intervenção tenham sido bem sucedidos.

Para além destes princípios básicos, quais são então, em linhas muito gerais, os atributos que os indicadores devem possuir para que se possam tornar viáveis?

No quadro que se segue apresenta-se a perspectiva de (Ruas, ????):

Principais atributos dos Indicadores (Ruas, ????)	
Adaptabilidade	Capacidade de resposta às mudanças de comportamento e exigências dos clientes. Os indicadores podem tornar-se desnecessários ao longo do tempo e devem ser imediatamente eliminados ou substituídos por outros de maior utilidade.
Representatividade	Captação das etapas mais importantes e críticas dos processos, no local certo, para que seja suficientemente representativo e abrangente. Dados desnecessários ou inexistentes não devem ser coligidos. Em contrapartida, dados importantes devem ser precisos, atender aos objectivos e ser buscados na fonte correcta. Este atributo merece certa atenção, pois indicadores muito representativos tendem a ser mais difíceis de ser obtidos. Deve, portanto, haver um certo equilíbrio entre a representatividade e a disponibilidade para recolha.
Simplicidade	Facilidade de ser compreendido e aplicado tanto pelos executores quanto, e principalmente, pelos que receberão seus resultados. Os nomes e expressões devem ser conhecidos e entendidos por todos os envolvidos de forma homogénea, garantindo ampla validade por toda a organização.
Rastreabilidade	Facilidade para identificação da origem dos dados, seu registo e manutenção. Sempre que possível, deve-se transformar os resultados em gráficos para um acompanhamento mais preciso, o que permite a comparação com desempenhos anteriores.
Disponibilidade	Facilidade de acesso para aquisição, estando disponível a tempo, para as pessoas certas e sem distorções, servindo de base para que decisões sejam tomadas. De nada adiantaria informações atrasadas e desactualizadas, embora correctas, ou informações actuais e correctas, mas para a pessoa errada.
Economia	Não deve ser gasto tempo demais procurando dados, muito menos pesquisando ou aguardando novos métodos de aquisição. Os benefícios trazidos com os indicadores devem ser maiores que os custos incorridos na medição. Caso contrário, em pouco tempo a organização estará medindo sua própria falência.

[66] "Como os indicadores permitem a identificação e mensuração de determinados processos sociais, o seu processo de construção tem necessariamente como premissas básicas, uma formulação teórica prévia que qualifique o problema e as hipóteses relevantes e ainda uma adequação rigorosa entre o quadro conceitual e as informações disponíveis ou a serem colectadas." (Fonte, 2004)

Practicidade	Garantia de que realmente funciona na prática e permite a tomada de decisões governamentais. Para isso, deve ser testado no campo e, se necessário, modificado ou excluído.
Estabilidade	Garantia de que é gerado em rotinas de processo e permanece ao longo do tempo, permitindo a formação de série histórica.

No caso concreto do desenvolvimento de uma avaliação política correcta, Fonte afirma que, é necessário estabelecer critérios de avaliação baseados em alguma concepção de bem-estar, no qual a questão central seria estabelecer valores e normas que expressassem esse padrão mínimo de bem-estar. Neste mesmo sentido, Fiqueredo e Fiqueredo (1986)[67] apontam que os princípios relativos ao bem-estar devem reflectir, em algum nível, um certo consenso social em torno dos valores ali pressupostos, como fundamento da objectividade avaliativa. A avaliação política, a partir de um modelo normativo básico pressupõe, pois, a importância do debate público como instância de determinação das normas e valores consensuais. O importante é destacar que a criação de indicadores subentende a definição normativa de valores e normas e que essas podem e devem, preferencialmente, ser definidas em fóruns ampliados de participação popular. (Fonte, 2004)

3.2.4. Evolução do Conceito de Desenvolvimento e de seus Indicadores

A lenta evolução dos indicadores sociais, como instrumentos efectivos de tomadas de decisão é explicada por (Fonte, 2004) [68] pelo facto destes não poderem ser vistos isolados da evolução do conceito de Desenvolvimento Social. Com o intuito de perceber um pouco melhor a evolução que estes indicadores sofreram ao longo do tempo, é realizada em seguida uma breve resenha histórica, tendo por base as referencias apresentadas por (Fonte, 2004) e (Ruas, ????):

Na década de 1920, nos EUA, começou a surgir a ideia de que a sociedade deveria ter dados que permitissem uma imagem precisa de si própria e de suas mudanças. Em 1929 foi criado um comité presidencial com a tarefa de produzir um relatório detalhado, denominado "Tendências Sociais Recentes". Por detrás da expressão "tendências sociais" ou indicadores, a única ideia existente era a de que estes deveriam expressar um esforço activo e deliberado para solucionar um conjunto de medidas de mudança social.
O relatório do comité teve poucos impactos imediatos, mas levantou essas ideias e, a partir de então, alguns dados passaram a ser colectados e sistematizados, segundo as preocupações ali apresentadas.

Desde a sua criação em 1946, após a Segunda Guerra, a ONU utiliza o conceito de desenvolvimento, cuja acepção é relacionada ao crescimento económico. Durante a década 50, as contas nacionais e o conceito de PIB inicia a sua prevalência nas análises do desenvolvimento dos países do Sul.
Não tardou muito a consolidar-se o conceito de indicadores sociais, que deveriam representar uma alternativa ao foco exclusivo sobre o crescimento económico e, em 1953, já havia uma ampla colecção de dados estatísticos, sobre taxas de desemprego, crimes e níveis de consumo, entre outros. A busca de indicadores sociais baseava-se numa concepção que poderia ser

---

[67] Fiqueredo, M e Fiqueredo, A. (1986). "Avaliação de políticas: um quadro de referencia teórica". Cadernos IDESP, São Paulo, Nº 15 – Citado por (Fonte, 2004)
[68] Para uma análise contextualizada da evolução das estatísticas e indicadores sociais dentro das transformações do termo "desenvolvimento" e sua relação com a ordem predominante na esfera internacional , Eliane Fonte propõe a consulta do artigo: Gutiérrez-Espeleta, E. E. (2002). Indicadores Sociales: una breve interpretatión de su estado de desarrollo. In Carlos Sojo (ed). Desarrollo Social en America Latina: temas y desafios para las politicas públicas. San José, Costa Rica, FLACSO: Banco Mundial.

expressa nos seguintes termos: "Nós sabemos que certas situações são insatisfatórias. Se colectarmos uma boa quantidade de dados, talvez venhamos a saber como as coisas são e tenhamos uma ideia do que fazer". Tratava-se de uma abordagem exploratória, empirista, intuitiva, sem se encontrar fundamentada em teorias consistentes.

Em 1962, o Conselho Social e Económico das Nações Unidas propôs que o social e o económico, se deveriam integrar como componentes fundamentais do desenvolvimento. No entanto, durante os anos sessenta, foi o crescimento económico que se manteve como princípio orientador. No final da década de 1960, era evidente que o rápido crescimento havia trazido um sem número de desigualdades e, portanto, os atributos que procuravam a integração do social no económico cresceram a par de um sentimento de que as preocupações sociais seriam um obstáculo ao desenvolvimento.
Apesar de tudo, nesta década, vários países já tinham começado a compilar regularmente os dados para a elaboração de indicadores sociais, afirmando-se a noção de que seria necessário entender as "consequências de segunda ordem", ou seja, os efeitos não antecipados sobre extensas áreas da vida social, política e económica, que necessitariam amplas intervenções. Porém, demorou-se a perceber que as medidas, por si só, não traziam soluções para os problemas. E que a definição do problema, a análise, o planeamento, e o envolvimento com a gestão teriam que amadurecer junto com os indicadores.
Será ainda em meados desta década que, uma pesquisa da NASA, chegou à conclusão de que havia uma quase absoluta ausência de conceitos e de metodologia para a construção de indicadores, os quais foram definidos pelo director do projecto, Raymond Bauer, como: "estatísticas e séries estatísticas e todas as outras formas de evidência que nos capacitem a avaliar em que ponto estamos e para onde estamos indo com relação aos nossos objectivos e valores".

Em 1970, as Nações Unidas proclamam a necessidade de uma visão unificado de desenvolvimento, cuja estratégia passava por integrar os componentes, económico e social, na formulação de políticas e programas.
A Declaração de Cocoyoc, traçada em 1974 no México, enfatizou que o objectivo do desenvolvimento deveria ser a humanidade e não os objectivos materiais, considerando que todo o processo de desenvolvimento que não tenha em consideração, a satisfação de necessidades básicas, ou que as interrompa, seria uma "farsa". Nesta mesma declaração, também foi enfatizada a necessidade da busca de um crescimento harmónico diferenciado para países, em função das características culturais e ecológicas de cada região. A busca de diferentes caminhos de desenvolvimento teria como requisito a efectivação de mudanças nas esferas políticas, sociais e económicas.
Em 1975, começavam-se a dar os primeiros passos no sentido do desenvolvimento centrado no homem sendo uma década caracterizada pela pesquisa de novos indicadores sociais, que acabaram por se disseminar por vários países e organismos internacionais entre os quais se pode destacar a OCDE e as Nações Unidas. Pela primeira vez, novas questões se levantam: "o maior objectivo das sociedades ocidentais desenvolvidas deverá ser o crescimento económico, tendo a pobreza como a outra face da moeda? Mais, significa o mesmo que melhor?" Todo este debate originou uma procura pública pela qualidade, em oposição à quantidade, tendo-se desenvolvido nesta altura a discussão sobre "*qualidade de vida*" associada a complexos sistemas de informação social. Obrigatoriamente foi necessário diferenciar os indicadores sociais objectivos, dos subjectivos. Os primeiros correspondem a estatísticas que representam fatos sociais, independentemente de avaliações pessoais. São eles, por exemplo, Pib/*capita*, taxas de desemprego, taxa de pobreza, extensão média da jornada semanal de trabalho, taxa de mortalidade peri-natal, etc. Os indicadores subjectivos, por sua vez, enfatizam as percepções individuais e avaliações das condições sociais. São eles: satisfação com a vida, com o trabalho, percepção de justiça distributiva, aspirações quanto ao futuro, etc.

Durante a segunda metade da década de 70, muitas definições de desenvolvimento surgiram. No entanto, reconhecia que o desenvolvimento não iria resolver o problema da miséria do homem, mas pelo contrário, poderia até piorá-lo. Na realidade, o grande passo a dar seria o de satisfazer, no que se pudesse, as necessidades básicas das populações carenciadas. Neste propósito, no final dos anos 70, especialistas da UNESCO empenharam-se em promover o conceito de *desenvolvimento endógeno*, em oposição ao conceito de desenvolvimento, como processo linear que, levaria as sociedades a imitar o percurso das sociedades industrializadas.
No entanto, tal processo vem a sofrer um forte revés, devido à crise económica decorrente do choque do petróleo. O interesse pelos indicadores sociais reduziu-se, de tal forma que, no final da década de 1980 a sua utilização declinou acabando mesmo por estagnar, levando ao ressurgimento da aplicação única e exclusiva, dos indicadores económicos. Por esta razão, na década de 80, também conhecida por *década perdida*, os processos de ajustes significaram para muitos países o abandono parcial ou total de muitos ganhos obtidos no passado em nome do desenvolvimento.

Somente na década de 1990, ressurgiu o interesse pelos indicadores, não somente económicos, mas também sociais e governativos. Esta revalorização deu-se tanto ao nível das políticas públicas e dos seus resultados, como na esfera da própria gestão governamental, passando a ser aplicada, tanto a nível sub-nacional (estados e suas divisões administrativas), como nacional e supranacional, através do estabelecimento de novas instituições de análise, suportadas por bases de dados, dotadas de sofisticada infra-estrutura tecnológica.
Com o avanço e disseminação dos sistemas informatizados de gestão de dados, e a formação de redes virtuais de participação e controle social, fortaleceu-se a ideia da utilização dos indicadores sociais e políticos, com a finalidade de apoiar o controlo e a avaliação das acções governamentais, como um todo.
Será durante esta década que surge um novo paradigma, chamado de *re-desenvolvimento do norte*, conceptualmente e politicamente interpretado como, *desenvolvimento sustentado* para um futuro comum, como sugerido pela Comissão Brundtland, numa tentativa de recuperar tempo perdido em questões de desenvolvimento.
É neste sentido, que as Nações Unidas numa iniciativa à escala internacional, darão inicio de um modo consistente, ao *Índice de Desenvolvimento Humano* por país, tomando para seu cálculo, a medida do rendimento *per capita* ajustado, em associação com a esperança de vida e o sucesso educacional, sendo no entanto, logo reconhecida a necessidade dos próprios países definirem os seus indicadores específicos.
No Índice de Desenvolvimento Humano de 2007/2008, são analisados 173 países, "milimetricamente" ordenados numa escala numérica.
Portador de um conceito de desenvolvimento que, vai além da dimensão puramente económica, continua no entanto por resolver o problema do PIB dentro do próprio Índice.

3.3. DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

"Se o desenvolvimento humano é 'multidimensional', então também precisamos discutir o que significa multidimensional. O que é uma dimensão e quais são as múltiplas dimensões implicadas?" (Alkire, 2002 p. 181).

Mas o que é então uma dimensão? Alkire define *dimensão* como "qualquer aspecto componente de uma situação particular. Os traços chave das dimensões são o facto de eles serem aspectos componentes de algo. Neste caso do Desenvolvimento Humano (DH), que coexistem com outros componentes." Também define *desenvolvimento humano* como "o

crescimento humano no seu sentido completo: público, privado, económico, social, político e espiritual."
Referindo-se a Sen, diz que o *desenvolvimento humano* consiste noutras coisas para além da conquista do bem-estar de uma pessoa em particular em determinado tempo.

a problemática das dimensões utilizadas na caracterização, quantificação e qualificação do desenvolvimento humano, baseada no trabalho de Sabine Alkire intitulado *Dimensions of Human Development* (Alkire, 2002).

3.3.1. As Listas Multidimensionais de "Finalidades" Humanas

Como refere Alkire, muitas vezes, quando lemos um texto sobre desenvolvimento económico, social ou humano, somos confrontados com listas ou conjuntos de itens que o autor escreve como ingredientes da qualidade de vida, bases das necessidades humanas, aspectos de bem-estar ou valores humanos universais. Essas listas podem ser vagas ou específicas, baseadas na opinião pessoal de alguém ou em verdades tidas como universais. Podem estar suportadas em argumentos filosóficos, em evidências qualitativas e quantitativas, consenso geral, ou bom senso.
Alkire interroga-se porque é que, regularmente, as pessoas envolvidas nas questões do desenvolvimento fazem isso. Na sua opinião, "talvez porque tenham um pressentimento que certos problemas profissionais podem ser mais eficientemente orientados utilizando uma 'lista', um simples conjunto de itens que avive a memória."
A título de exemplos (Alkire, 2002 pp. 181-182) apresenta as seguintes listas elaboradas por alguns dos especialistas nas questões do desenvolvimento:

Listas de factores relacionados com valores universais, necessidades humanas, qualidade de vida ou bem-estar	
Manfred Max-neef	Construiu uma matriz de 10 necessidades humanas que permitem interpretar a sua situação holisticamente.
Robert Cummins	Identificou 7 domínios do bem-estar composto por indicadores objectivos e subjectivos.
Martha Nussbaum	Baseado em interpretações de Aristóteles e na aproximação das capacidades de Sen, defendeu uma lista de 10 capacidades centrais humanas, a partir dos quais se deveriam construir os princípios constitucionais a serem respeitados e implementados pelos governos de todas as nações.
Deepa Narayan	Considerou 6 dimensões do bem-estar para os pobres em todo o mundo.
France Stewart	Identificou 10 características da vida plena.
Doyal e Gough	Identificaram 11 necessidades intermédias humanas intermédias.

3.3.2. Porquê Especificar as Dimensões de Desenvolvimento Humano?

Com o intuito de melhor se perceber a necessidade de especificar e definir as dimensões de desenvolvimento humano (Alkire, 2002) apresenta quatro razões essenciais:

- Primeira Razão: Para dar segurança epistemológica e caminho empírico ao objectivo multidimensional do DH[69]. (…) Hoje sabe-se que as receitas *per-capita* são necessárias, mas insuficientes para se atingir o bem-estar. (…) No entanto e infelizmente, continua a haver uma falta de estudo no que se refere aos factores mais subjectivos e psicológicos relacionados com a temática do desenvolvimento.

[69] Na abordagem neoclássica, as receitas eram a métrica que convinha à utilidade ou ao valor. Assim sendo, uma estratégia económica respeitável era no sentido de maximizar as receitas nacionais *per-capita* com algumas correcções para factores externos e distribuição.

- Segunda razão: A necessidade de metodologias efectivas para as comunidades avaliarem os seus negócios. Uma abordagem multidimensional para o desenvolvimento (tal com Sen exemplifica na sua abordagem das capacidades) requer muito mais escolhas de valores explícitos, quer através de instituições democráticas legitimamente eleitas, ou através do debate público. Muito mais do que confiar no mercado. Esta necessidade para explicitar escolhas de valores pode ser uma força já que dá poder a vários grupos de uma sociedade para moldar o seu bem comum. Contudo, as comunidades precisam de descobrir como podem exercer a sua liberdade eficiência e segurança. Para que isto seja possível são necessárias metodologias a aplicar no debate público.

- Terceira razão: Um conjunto de dimensões pode ajudar os grupos a identificar impactos não pretendidos.

- Quarta razão: A economia política das ideias: as teorias não amigáveis não se espalham. A abordagem das necessidades básicas humanas defendia o desenvolvimento humano. Os seus interesses não se confinavam às necessidades físicas. Mas na prática, o procedimento de uso amigável nunca definiu as necessidades humanas. Assim, o programa do Banco Mundial e os esforços da Organização Internacional do Trabalho, entre outros, seguiram as necessidades básicas focadas na saúde, educação, roupa, abrigo, saneamento e higiene. Por isso, os programas forneciam estas comodidades para irem de encontro a essas necessidades. A sua interpretação rígida das necessidades humanas levou a muitas criticas levantadas por Sen, Ravallion e outros, uma vez que consideravam que os programas das necessidades básicas eram muitas vezes focados em exigências de comodidade, embora a abordagem das necessidades básicas humanas fosse bastante mais holistica. Para estas instituições, as abordagens da comodidade eram de user-friendly uso amigável enquanto que as abordagens de participação de multivalores não o eram. (Alkire, 2002 pp. 182-184)

3.4. ÍNDICES: UM TIPO ESPECIAL DE INDICADORES

Entre os indicadores, especial destaque é atribuído aos índices. Estes consistem, na realidade, em relações observáveis entre variáveis ou entre uma variável e uma constante. Por exemplo, o número de analfabetos por grupos de 100 indivíduos é uma relação entre uma variável e uma constante. A informação proporcionada por este tipo de índice mostra-se mais útil quando é possível estabelecer comparações. Já os índices que expressam relações entre variáveis contêm, em si mesmo, informações relevantes, ainda que a comparação possa enriquecer a análise.

Alguns dos trabalhos mais significativos no campo da avaliação de mudanças na situação social mundial foram realizados em agências da Organização das Nações Unidas (ONU) trazendo importantes avanços na construção de índices. Segundo (Ruas, ????), Desses trabalhos duas vertentes de avaliação multidimensional emergiram:

- Ampliação do conjunto de indicadores utilizados com o objectivo de aumentar a precisão das avaliações. É o caso, por exemplo, do *Índice de Progresso Social* (IPS). Este é baseado em uma concepção determinada de necessidades sociais e materiais básicas das diversas populações mundiais e levanta 44 indicadores considerados relevantes para o bem-estar social para compor 11 subíndices, os quais, ponderados, compõem o IPS: Educação (4 pontos), Saúde (3 pontos), Condição da Mulher (5 pontos), Esforço de Defesa (1 ponto), Demografia (5 pontos), Geografia (3 pontos), Estabilidade Política (5 pontos), Participação Política (6 pontos), Diversidade Cultural (3 pontos) e Esforços de bem-Estar Social (5 pontos).

- Simplicidade na composição dos índices, como é o caso do *Índice de Qualidade de Vida Física* (IQVF), composto por Mortalidade Infantil, Esperança de Vida ao Nascer e Analfabetismo entre Adultos. Esse tipo de índice pode ser criticado porque ignora diversas esferas importantes do bem-estar humano, mas há razões para se buscar essa simplicidade: índices de baixa complexidade, minimizam alguns problemas conceituais e metodológicos decorrentes de sua composição, podem ser calculados para um grande número de regiões, são facilmente compreensíveis e, portanto, podem servir de complemento ou mesmo alternativa às análises baseadas em indicadores de produto, como o PIB.

O *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH) pertence a esta última vertente. Criado por uma das agências especializadas da ONU, o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), o IDH possui componentes referentes à saúde, educação e poder aquisitivo que são combinados para a comparação do nível de desenvolvimento dos indivíduos nas diversas nações.

3.5. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH

3.5.1. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (ou PNUD) é um organismo das Nações Unidas que tem por missão, promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Entre outras actividades, o PNUD produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, bem como executa projectos que contribuam para melhorar essas condições de vida, nos países onde possui representação. É conhecido por elaborar o *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), bem como por ser o organismo internacional que coordena o trabalho das demais agências, fundos e programas das Nações Unidas nos (…) países onde se encontra presente. (PNUD, 2004 p. iv)

A partir das considerações anteriores, fica bem patente a importância deste organismo na recolha de dados, sua interpretação e possível acção para o bom destino da humanidade. Como diz James Gustave Speth, no prefácio do Relatório de 1994:

> "Reestruturar e fortalecer o PNUD é o nosso objectivo principal, de tal modo que ele possa dar uma contribuição crítica a esses novos imperativos de desenvolvimento humano sustentável, desde a assistência aos países na formulação das suas próprias estratégias de desenvolvimento, à ajuda aos países doadores a reflectirem nestas novas perspectivas de desenvolvimento, na distribuição das suas ajudas, no lançamento de iniciativas politicas globais para os novos projectos de cooperação no desenvolvimento, a trabalhar com outros programas e agencias de desenvolvimento das Nações Unidas na identificação de missões comuns e aproximações complementares, de tal forma que ajudem os nossos países membros a concretizarem os seus objectivos de desenvolvimento humano sustentáveis. Por outras palavras, nós estamos agora no PNUD a ponderar a retirada da retórica básica dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, para a sua operacionalização concreta." (PNUD, 1994 p. iv)

3.5.2. Avaliar o Desenvolvimento Humano

Com o objectivo primário de poder retirar recomendações políticas para os países, o PNUD desenvolveu um instrumento de análise científica. Esta abordagem é objecto de uma publicação anual desde 1990, intitulada Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, sendo que, *Desenvolvimento Humano* é definido pelo (PNUD, 1990 p. 10) como "um processo que conduz ao alargamento das possibilidades oferecidas a cada um".

Amartya Sen, Prémio Nobel da Economia de 1998 e um dos grandes impulsionadores inicias da "nova ideia de desenvolvimento tece os seguintes comentários no Relatório de Desenvolvimento humano de 1999 (PNUD, 1999 p. 23):

> "O IDH, que o *Relatório de Desenvolvimento Humano* transformou em qualquer coisa como uma nau capitânia, tem sido bastante bem sucedido na sua utilização como medida alternativa do desenvolvimento, completando o PNB. Baseado, como está, em três componentes distintas - indicadores de longevidade, educação e rendimento *per capita* - não se centra exclusivamente na riqueza económica (como o PNB). Dentro dos limites destas componentes, o IDH tem servido para alargar substancialmente a atenção empírica que a avaliação dos processos de desenvolvimento recebe."

Contudo, diz Sen, que sendo o IDH inevitavelmente um índice imperfeito, "não deve ser visto como outra coisa que não seja um movimento introdutório para se conseguir o interesse das pessoas pelo rico conjunto de informação que está presente no *Relatório de Desenvolvimento Humano.*"

3.5.3. Calculo dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)

Apresentam-se em seguida os diagramas disponibilizados pelo (PNUD, 2005 p. 340) que, de um modo sintético, demonstram o processo como são construídos os cinco índices de desenvolvimento humano actuais.

Ilustração 21: Diagrama representativo dos cinco índices que compõem o Desenvolvimento Humano

- **O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

O IDH é uma medida resumo do desenvolvimento humano. Mede a realização média de um país em três dimensões básicas do DH:

– *Uma vida longa e saudável*, medida pela esperança de vida à nascença.
– *Conhecimento*, medido pela: Taxa de alfabetização de adultos (ponderação - dois terços)
– *Taxa de escolarização bruta* combinada do primário, secundário e superior (ponderação - um terço)

Um nível de vida digno, medido pelo *PIB per capita* (dólares PPC)

Para ser possível calcular o IDH, é necessário criar um índice individual para cada uma destas três dimensões. Para o cálculo de cada um destes *Índices de Dimensão*, é necessário escolher um valor mínimo e um valor máximo (balizas) para cada indicador primário.

O desempenho em cada dimensão é expresso por um valor numérico entre 0 e 1, utilizando a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de Dimensão} = \frac{\text{valor actual - valor mínimo}}{\text{valor máximo - valor mínimo}}$$

– O IDH é então calculado como uma média simples dos Índices de Dimensão. No anexo 1 podemos visualizar um exemplo de cálculo do IDH para um país amostra.

Balizas para o cálculo do IDH

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
PIB per capita (dólares PPC)	40.000	100

Ilustração 22: Cálculo do IDH - Balizas

- **O Índice de Pobreza Humana para Países em Desenvolvimento (IPH-1)**

Enquanto o IDH mede a realização média, o IPH-1 mede privações em três dimensões básicas do DH captadas no IDH:

– *Uma vida longa e saudável* – vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos.
– *Conhecimento* – exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela taxa de analfabetismo de adultos.
– *Um nível de vida digno* – falta de acesso ao aprovisionamento económico global, medida pela média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade.

O cálculo do IPH-1 é mais directo que o cálculo do IDH. Os indicadores utilizados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (porque são expressos em percentagens), pelo que não há necessidade de criar índices de dimensão como no caso do IDH.
Originalmente, a medida da privação de um nível de vida digno também incluía um indicador de acesso aos serviços de saúde. Mas porque faltam dados fidedignos sobre o acesso aos serviços de saúde para os anos recentes, a privação de um nível de vida digno *é* medida, no Relatório deste ano, por dois e não por três indicadores – a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade.
(PNUD, 2005 p. 342)

- **O Índice de Pobreza Humana para Países da OCDE seleccionados (IPH-2)**

O IPH-2 mede privações nas mesmas dimensões que o IPH-1 e também capta a exclusão social. Reflecte, assim, privações em quatro dimensões:

– Uma vida longa e saudável – vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos.
– Conhecimento – exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela percentagem de adultos (idades entre 16-65 anos) que são funcionalmente analfabetos.
– Um nível de vida digno – medido pela percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (50% do rendimento disponível familiar ajustado médio).
– Exclusão social – medida pela taxa de desemprego de longo prazo (12 meses ou mais).

(PNUD, 2005 p. 342)

Ilustração 23: Diagramas dos Índices de Pobreza Humana – IPH1 e IPH2

- **Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género (IDG)**

Enquanto o IDH mede a realização média, o IDG ajusta a realização média para reflectir as desigualdades entre homens e mulheres nas seguintes dimensões:

– *Uma vida longa e saudável*, medida pela esperança *de* vida à nascença.
– *Conhecimento*, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior.
– *Um nível de vida digno*, medido pelo rendimento auferido estimado (dólares PPC).

(PNUD, 2005 p. 343)

- **Medida de Participação Segundo o Género (MPG)**

A MPG, centrada mais nas oportunidades das mulheres do que nas suas capacidades, capta a desigualdade de género em três áreas fundamentais:

– *Participação política e poder de tomada de decisão*, medidos pelas parcelas percentuais de mulheres e homens dos assentos parlamentares.
– *Participação económica e poder de tomada de decisão*, medidos por dois indicadores – as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções de legislador, funcionário superior e gestor e as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções especializadas e técnicas.
– *Poder sobre os recursos económicos*, medido pelo rendimento auferido estimado de mulheres e homens (dólares PPC). (PNUD, 2005 p. 345)

Ilustração 24: Diagramas referentes ao Género – IDG e MPG

3.5.4. Ferramentas do Relatório do Desenvolvimento Humano

São várias as fontes de informação sobre o trabalho desenvolvido pelo Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH), no qual se podem destacar:

Fontes de informação disponibilizadas pelo GRDH
- *Relatórios do Desenvolvimento Humano* (RDH) nacionais, subnacionais e regionais, disponibilizados por tema, ano, país e região,assim como, orientação nas formas de produzir relatórios de elevada qualidade: *Website* do GRDH: http://hdr.undp.org
- Espaço de trabalho dos RDHN: http://hdr.undp.org/nhdr/
- Duas redes mundiais – HDRnet e HDRStats Net – conectam os profissionais do desenvolvimento, trocando experiências e ideias de desenvolvimento humano através de discussões electrónicas.
- Várias ferramentas RDH: http://hdr.undp.org/nhdr/toolkit/
- A revista *Journal of Human Development:* Economia Alternativa em Acção, fornece um fórum para a troca aberta de ideias entre um largo espectro de decisores políticos, economistas e académicos. Informações sobre assinatura: Journal of Human Development é uma revista examinada pelos pares, publicada três vezes por ano (Março, Julho e Novembro) por Routledge Journals e impresso por Taylor and Francis Group Ltd, 4 Park Square, Abingdon, Oxfordshire OX14 4RN, United Kingdom: http://www.tandf.co.uk/journals

3.5.5. A História Contada Pelos Relatórios de Desenvolvimento Humano

Antes de realizar uma panorâmica geral sobre as temáticas centrais que serviram de base a cada um dos relatórios anuais processados pelo PNUD até aos dias de hoje, será pertinente referir que:

> "Como voz firmemente independente e eloquente que, embora patrocinada pelo PNUD, não reflecte necessariamente a política da ONU ou do PNUD, os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* foram ganhando, ao longo dos anos, uma bem merecida reputação de excelência, a nível mundial.
> Têm desempenhado, ao mesmo tempo, um papel indispensável de catalisadores ao ajudar a enquadrar e formular respostas concretas para os debates fundamentais da política de desenvolvimento do nosso tempo." Mark Malloch Brown *Administrador* (PNUD, 2005 p. Prefácio)

Sobre o balanço que faz dos primeiros dez anos de desenvolvimento humano diz Paul Streeten (PNUD, 1999 p. 16):

> "Em 1990, chegou o momento para uma abordagem ampla da melhoria do bem-estar humano, cobrindo todos os aspectos da vida humana, para todas as pessoas, tanto nos países de rendimento elevado como nos países em desenvolvimento, quer agora quer no futuro. Foi muito além do desenvolvimento económico, estreitamente definido, para cobrir o desenvolvimento completo de todas as escolhas humanas. Enfatizou a necessidade de pôr as pessoas - as suas necessidades, as suas aspirações e as suas capacidades - no centro do esforço de desenvolvimento. E a necessidade de afirmar a inaceitabilidade de quaisquer enviesamentos ou discriminações, seja por classe, sexo, raça, nacionalidade, religião, comunidade ou geração. O desenvolvimento humano tinha chegado.
> O primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano* do PNUD, publicado em 1990 sob inspiração e liderança do seu arquitecto, Mahbub ul Haq, surgiu depois de um período de crise e retrocesso, em que a preocupação com as pessoas deu lugar à preocupação com o equilíbrio dos orçamentos e pagamentos. Veio ao encontro de uma necessidade sentida e foi muito bem acolhido. Desde então, tem causado uma discussão académica considerável em revistas e seminários. Foi contagiado pela imaginação do mundo, estimulando críticas e debates, elaborações engenhosas, melhorias e aquisições."

- **RDH – 1990 - Conceito e medida do desenvolvimento humano**

> "A verdadeira riqueza de uma nação é o seu povo. E o objectivo do desenvolvimento é a criação de um ambiente que permita às pessoas beneficiar de uma vida longa, saudável e criativa. Esta simples mas poderosa verdade é muitas vezes esquecida quando se persegue a riqueza material e financeira."

No prefácio do primeiro relatório do desenvolvimento humano (PNUD, 1990), Willian H. Draper, administrador do PNUD, afirma que se vive uma época agitada. Uma vaga irresistível de liberdade instalou-se em numerosos países, não sendo somente os sistemas políticos, mas também as estruturas económicas, que começam a mudar, especialmente onde as forças democráticas, durante muito tempo, estiveram reprimidas. Nestes países, os seus povos começam a ter nas mãos o seu próprio destino. As intervenções do estado diminuem. Todos os seus elementos manifestam o triunfo do espírito humano.

Face a estes acontecimentos, prefacia Draper, descobrimos uma verdade essencial: as mulheres e os homens devem ser o centro de todo o desenvolvimento, sendo o seu propósito, alargar a gama de oportunidades que se oferecem aos indivíduos. Dispor de um melhor rendimento não como um fim em si, mas como um meio de adquirir o bem-estar, através de uma vida longa, de liberdade política, acesso ao conhecimento, ter assegurada a segurança física, participar efectivamente na vida comunitária, exercer os seus direitos humanos. Os seres humanos não serão reduzidos somente à sua condição de *homo economicus*.

O que se torna então importante, no estudo do desenvolvimento, é perceber a maneira como as potencialidades são alargadas e utilizadas.
Serão estas as principais razões que o Administrador do PNUD apresenta para justificar a produção de um relatório sobre a dimensão do desenvolvimento humano.

A mensagem central deste primeiro relatório afirma que, se o crescimento do Produto Interno Bruto (PNB) é indispensável para atender a todos os objectivos humanos essenciais, o importante é analisar como esse crescimento se traduz, ou não, no desenvolvimento humano das diferentes sociedades. A prioridade centra-se nas pessoas e como o desenvolvimento pode aumentar as suas escolhas.

É efectuado um resumo do desenvolvimento humano durante as últimas três décadas.
É discutido o significado e a medida do desenvolvimento humano, propondo-se um novo índice composto. A sua orientação global de base pretende ser prática e pragmática.
O Relatório estabelece então estratégias para desenvolvimento humano nos anos noventa, enfatizando a importância da reestruturação das despesas orçamentárias, onde se incluem as despesas militares, e criando um ambiente económico e financeiro internacional conducente com o desenvolvimento humano.

- **A fórmula matemática composta do IDH, é estabelecida em três as etapas:**

1º- Definição dos indicadores parciais de falta
Para cada país, são quantificadas as privações relativamente a cada um dos domínios escolhidos. Para isso, utilizam-se variáveis de base X_i correspondentes a cada um dos domínios ou critérios i. É determinada uma escala, entre a qual os valores estão compreendidos: 0 para o valor mínimo e 1 para o valor máximo. Estes valores servem de base de medida a cada uma das definições para cada país, j sendo o valor máximo representado por (Max.X_{ij}) e o mínimo por (min. X_{ij}) para cada uma das variáveis X_i … os valores observados X_{ij} para os países j.
A diferença entre o valor máximo e o valor observado é …… da distribuição. A posição ocupada pelo país j sobre esta escala será determinado pelo valor da sua privação em relação ao valor max.X_{ij}.

Estes indicadores parciais I_{ij}, dizem respeito a cada um dos diversos critérios (i=1, 2, 3, … n) obtidos para cada país j e que darão sucessivamente:

$$I_{1j} = \frac{(\max .X_{1j} - X_{1j})}{(\max .X_{1j} - \min .X_{1j})}$$

$$I_{2j} = \frac{(\max .X_{2j} - X_{2j})}{(\max .X_{2j} - \min .X_{2j})}$$

$$I_{3j} = \frac{(\max .X_{3j} - X_{3j})}{(\max .X_{3j} - \min .X_{3j})}$$

$$I_{nj} = \frac{(\max .X_{nj} - X_{nj})}{(\max .X_{nj} - \min .X_{nj})}$$

É assim que de uma maneira geral, o indicador parcial de privação para o país j e variável i será I_{ij}, tal que:

$$I_{ij} = \frac{(\max .X_{ij} - X_{ij})}{\left(\max .X_{ij} - \min .X_{ij}\right)}$$

Este indicador de privação traduz assim o caminho que falta percorrer, para atingir o objectivo visado (o máximo) relativamente à distância total. Aplicando a formula a cada um dos países e sendo os valores max.X_{ij} e min.X_{ij}. comuns a todos os países conseguem-se ordenar desde os de maior performance até aos de menor para cada um dos domínios considerados.

2º- Definição de um indicador médio de falta

Os indicadores parciais de privação são estabelecidos para cada critério estabelecido e de seguida reagrupados num único indicador de manque através de uma média aritmética simples. Assim, teoricamente, o indicador médio de privação é determinado pelo somatório dos indicadores parciais, divididos pelo número de critérios utilizados:

$$I_j = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} I_{ij} \ .$$

Uma vez calculado o valor, deduz-se o indicador de desenvolvimento humano.

Para calcular o IDH dos países, a equipa do PNUD limitou-se à escolha de três critérios julgados essenciais e mais importantes na vida do ser humano: saúde e longevidade, educação e nível de vida. Esta limitação é feita, diz o PNUD para evitar utilizar um grande número de indicadores, o que poderia ter como consequência dar uma imagem confusa. (PNUD, 1990 pp. 12-13). A falta de dados estatísticos credíveis terá estado na origem da opção tomada.

Os indicadores combinados no IDH são então: A esperança de vida à nascença, a taxa de alfabetização dos adultos e o PIB/*capita* ajustado pela paridade do poder de compra.

3º- Determinação do IDH

O IDH do país j é medido através da diferença entre 1 e o valor do indicador médio de falta:

$$(IDH)_j = (1 - I_j)$$

Esta fórmula foi aplicada pelo PNUD no cálculo do IDH em 1990.

- **Modificações metodológicas do IDH praticadas entre 1991 e 1995**

O interesse suscitado pelo IDH em diversos meios (universitários, políticos e por todos aqueles que praticam o desenvolvimento) através das suas reacções permitiu o levantamento de um certo número de questões sobre a metodologia e a quantificação do desenvolvimento humano.

Muitos autores influenciaram, pela sua contribuição, as modificações que transformaram a versão inicial do IDH. Fongang distingue duas etapas nestas modificações: as realizadas nos relatórios de 1991 a 1993 onde foram questionados entre outros pontos, o problema relativos à ponderação das diferentes variáveis e uma segunda fase que diz respeito aos relatórios de 1994 e 1995. (Fongang, 2000 p. 99)

- **RDH – 1991 - Financiamento do Desenvolvimento Humano**

A falta de compromisso político, não de recursos financeiros, é frequentemente a real causa de negligência humana. Esta é a conclusão principal do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1991. O Relatório aponta a um potencial enorme por reestruturar de orçamentos nacionais e distribuições de ajuda internacionais a favor de desenvolvimento humano. (PNUD, 1991)

- **RDH – 1992 - Dimensões Mundiais do Desenvolvimento Humano**

As reformas internacionais realizadas nos próximos anos deverão ter como objectivo o melhoramento do bem-estar dos mais de 5 000 milhões de habitantes do mundo. Este relatório analisa o funcionamento actual dos mercados internacionais a partir da perspectiva humana. Uma vez que as reformas enfatizadas neste relatório são internacionais, a sua intenção é que sirvam de complemento e não de substituto para uma acção nacional decidida.
A mensagem central deste relatório é que o mundo tem uma oportunidade única de utilizar os mercados internacionais para benefício de todos. A eliminação de muitas das restrições sobre o comércio mundial contribuirá para que os mercados mundiais resolvam melhor os problemas que sempre prometeram ultrapassar.
Ao melhora a capacidade humana na áreas económica e tecnológica, os países em desenvolvimento poderão estar aptos a participar no comércio mundial de um modo mais equilibrado e como tal obtendo maiores benefícios. (PNUD, 1992)

- **RDH – 1993 - Participação dos Povos**

Uma das principais mensagens que este relatório pretende transmitir é a de que não são os detalhes que importam mas sim a visão global das sociedades, edificadas em torno das autenticas necessidades das suas populações.

Também são referidos cinco novos pilares de uma ordem mundial centrada nas suas sociedades:

- Novos conceitos de segurança humana
- Novos modelos de desenvolvimento sustentado
- Novas relações entre o estado e os mercados
- Novos princípios de governação nacional e mundial
- Novas formas de cooperação internacional

Entre as principais conclusões refere-se que a participação popular está-se a converter numa questão central do nosso tempo. A transição democrática em muitos do países em desenvolvimento e o desmoronamento de muitos regimes socialistas acompanhadas pelo aparecimento de novas organizações sociais à escala mundial, são todos eles elementos de uma mudança histórica e não apenas casos isolados. Existe um sentimento e um impulso para participar nos acontecimentos e processos que configuram as suas vidas. No entanto esta ânsia pela mudança cria muitos perigos e oportunidades, podendo em casos extremos dissolver-se em anarquia, violência étnica ou desintegração social.

Também se refere qe todas as nações se comprometeram a reunir-se durante o ano de 1995 num grande encontro mundial de debate sobre o Desenvolvimento Social, sendo uma oportunidade chave para o pensamento concertado sobre uma nova ordem mundial centrada nas suas populações.

Em especial no que diz respeito à segurança conclui-se que novos conceitos devem ter em consideração não só a segurança dos interesses nacionais mas também e necessariamente, a segurança das suas populações no que diz respeito às suas próprias necessidades básicas tais como a segurança alimentar, emprego e meio ambiente entre outras. (PNUD, 1993)

- **RDH – 1994 - Novas Dimensões da Segurança Humana**

O imprevisto está quase a tornar-se um lugar-comum e as questões da segurança fazem parte da ordem do dia.

> "Surgiu pelos anos 40 uma nova ordem mundial, a partir da escuridão da Segunda Guerra Mundial. Cinquenta anos mais tarde, estará o mundo preparado para mais uma profunda transição? Os primeiros sinais são encorajadores: transição democrática nas antigas sociedades comunistas, assim como em muitos países em desenvolvimento, o fim da guerra fria, uma queda firme das despesas

militares globais, a abertura dos mercados, os rigorosos esforços para a paz na África do Sul e no Médio Oriente. (PNUD, 1994 p. 5)

No presente relatório é apresentado um novo conceito de segurança humana, baseado na segurança das pessoas nas suas casas, nos seus empregos, nas suas comunidades e no seu ambiente. Tal conceito liga entre si todos os povos e todas as nações e apenas pode ser conseguido através de estratégias para o desenvolvimento humano sustentáveis, e nunca através de armas cada vez mais potentes. O Relatório identifica alguns novos indicadores de segurança humana que podem ajudar na prevenção de calamidades e alerta a comunidade internacional sobre a necessidade da diplomacia preventiva bem como do desenvolvimento preventivo.
Um aspecto muito importante deste Relatório diz respeito à contribuição de cinco cientistas laureados com o Prémio Nobel que apresentaram propostas específicas para estimular um diálogo global sobre estas questões.

Outros temas julgados de interesse presente neste relatório	Páginas
- Uma carta social para o mundo Para dar um significado claro e preciso ao conceito emergente de segurança humana, é necessário esboçar agora uma carta social para o mundo.	6
- Revisão do IDH. Uma das formas de melhorar o IDH tem sido a sua desagregação.	90
- O IDH para 1994 calcula-se numa base diferente da utilizada nos anos anteriores.	108

- **RDH – 1995 - Igualdade Sexual e Desenvolvimento Humano**

O desenvolvimento humano, se não for gerado, pode ficar comprometido. O Relatório analisa os progressos feitos na disparidade entre os sexos nas derradeiras décadas, destaca o hiato largo e persistente entre a expansão das capacidades femininas e as oportunidades limitadas de que dispõem. Introduz duas novas medidas para ordena os países numa escala mundial pelo seu desempenho na igualdade sexual, analisa a desvalorização e o não reconhecimento do trabalho feminino e propõe uma estratégia em cinco pontos para equilibrar as oportunidades entre os sexos, nas próximas décadas.

Uma inovação deste relatório diz respeito à construção do índice de desenvolvimento ajustado ao sexo (IDS) e a medida de participação ajustada ao sexo (MPS), que ordena os países numa escala mundial de igualdade sexual. O IDS aborda a desigualdade entre os sexos quanto às capacidades humanas e o MPS reflecte as desigualdades de participação e tomada de decisão nas áreas chave da política e economia. (PNUD, 1995 p. 31)

Outros temas julgados de interesse presente neste relatório	Páginas
- No Quénia mulheres e raparigas são o ganha-pão	92
- O emprego injusto de crianças	91
- Em muitos países da África Subsariana, a desigualdade sexual é menos grave do que na América latina	79
- Em África, onde as mulheres constituem 80% dos produtores de alimentos, políticas anteriores alteraram os direitos tradicionais sobe a terra	39
- Nelson Mandela	87
- Benazir Bhutto	112
- Noruega: um líder em politicas de igualdade sexual	41
- O tempo de lazer aumenta na Suécia	95

- **RDH – 1996 - Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano**

Não há uma fórmula única para os países serem bem sucedidos.

> "É necessária uma nova visão da solidariedade mundial para acompanhar o impulso de globalização," diz o autor principal, Richard Jolly. "Sem esta visão e acção, a globalização tornar-se-á um monstro de excessos gigantescos e desigualdades absurdas."

O crescimento económico e o desenvolvimento humano caminham juntos no longo prazo, mas não há uma ligação automática. Este relatório mostra que as ligações entre crescimento económico e desenvolvimento humano falharam em demasiados países, para demasiada gente, e defende que nem o crescimento económico nem os avanços no desenvolvimento humano são sustentáveis um sem o outro. Afirma Richard Jolly:

> "Muita gente está convencida que desenvolvimento humano é anti-crescimento. Nada poderia estar mais longe da verdade, (…) Desenvolvimento humano e crescimento económico sustentado bem sucedido andam de mãos dadas."

Outras considerações se tiram deste relatório, apresentando-se em seguida algumas particularides regionais e nacionais:
Os antigos países socialistas, agora em transição, precisam de aliar o mais rápido crescimento económico possível com o desenvolvimento humano, se não quiserem resvalar ainda mais nas duas frentes.
Países de rápido crescimento, tais como os tigres económicos asiáticos, precisam de combinar a sua preocupação com o crescimento com o combate à pobreza e o auxílio ao desenvolvimento humano, para obter futuros ganhos. Os países industriais também precisam encontrar novas abordagens ao emprego, equidade e padrões de consumo de energia, assim como uma melhoria dos serviços sociais às mães e às crianças, à população trabalhadora pobre e à crescente população aposentada.
Do outro lado do espectro está a África Subsaariana e os países menos desenvolvidos (PMD). Aqui, a ênfase deve estar na construção de uma sólida plataforma de desenvolvimento humano, enquanto se acelera o crescimento para sustentar aquele desenvolvimento. O Relatório estima que, às lentas taxas de melhoria actuais, países como a Costa do Marfim, que está perdendo terreno na educação, poderão levar 65 anos para atingir os níveis do Índice de Desenvolvimento Humano dos países industriais. Os que estão ainda mais atrás, como Moçambique e Níger, levarão mais de dois séculos, se não houver mudanças de política e não receberem muito mais ajuda externa. As prioridades apontam para o alívio da dívida, acesso aos mercados externos e assistência ao desenvolvimento bem programada. "Para que os países mais pobres e mais fracos sobrevivam é preciso ajudá-los," diz o Relatório. Para isso seria necessário estabelecer um pacto Norte-Sul.

> "Se as nações pobres puderem demonstrar a sua disposição em investir nas suas populações e economias, as nações ricas podem oferecer ajuda, alívio da dívida e concessões comerciais com vista a gerar crescimento e providenciar serviços sociais básicos. Uma proposta específica aprovada pelas Nações Unidas e pelos delegados à Reunião de Cúpula para o Desenvolvimento Social de Copenhagen, em 1995, aponta para um "acordo 20:20", no qual os países em desenvolvimento deveriam destinar 20% da sua despesa governamental aos serviços sociais básicos e os países industriais deveriam colocar 20% dos seus orçamentos de ajuda externa no apoio àqueles serviços. Tal acordo entre países ricos e pobres ajudaria a reforçar as importantíssimas ligações entre crescimento e desenvolvimento humano, quer ao nível nacional ou internacional."

Diz o Administrador do PNUD, James Gustave Speth,

> " Temos ao mesmo tempo uma oportunidade e um imperativo moral para inverter as tendências negativas dos tempos recentes e reforçar os padrões positivos do desenvolvimento humano sustentado. Esta deverá ser a visão a nos guiar para o próximo século."

Para ajudar os dirigentes políticos a compreender a natureza e a extensão da pobreza, os autores do Relatório deste ano consideraram um elemento da pobreza não relacionado com renda - *a pobreza de capacidades humanas.* Em vez de analisar a situação média das capacidades humanas, como faz o Índice de Desenvolvimento Humano, a nova *Medida de Privação de Capacidade* (MPC) reflecte a percentagem de pessoas que carecem de capacidades humanas básicas ou minimamente essenciais, as quais são ou um fim em si mesmas, ou necessárias para elevar o indivíduo do nível de rendimento de pobreza e sustentar

o desenvolvimento humano. O MPC reflecte a proporção de crianças com menos de cinco anos com peso abaixo do normal (o indicador de nutrição mais criterioso e uma medida básica de saúde pública), a proporção de nascimentos não assistidos por pessoal de saúde especializado (medindo a reprodução saudável) e a taxa de analfabetismo feminina (medindo a capacidade de educação e conhecimentos). O índice salienta a privação das mulheres devido ao seu papel central nas famílias e na sociedade. Dado que o investimento nas mulheres tem efeitos muito favoráveis, um baixo MPC[70] é também um sinal de grande ineficiência económica.

Este Relatório também faz uma referência ao que considera "Bom Crescimento" e "mau crescimento". Se não se der atenção à qualidade do crescimento, com os governos a exercer uma acção correctiva, surgirá uma forma de crescimento "errada".
O Relatório identifica cinco exemplos deste tipo de crescimento:

- Crescimento sem emprego - a economia em geral cresce, mas falha na expansão das oportunidades de emprego.
- Crescimento desumano - Os ricos tornam-se mais ricos e os pobres não obtêm nada.
- Crescimento sem direito a opinião - a economia cresce, mas a democracia/ participação da maioria da população não é respeitada.
- Crescimento desenraizado - a identidade cultural é submersa ou deliberadamente anulada pelo governo central, como em alguns dos Estados da antiga Jugoslávia ou das áreas Curdas da Turquia e do Iraque.
- Crescimento sem futuro - os recursos desperdiçados pela geração actual, que irão ser necessários às futuras gerações.

Outros temas julgados de interesse presente neste relatório	Páginas
– Medida de privação de capacidade	109
– Uma nova medida para a riqueza nacional	64
– O IDH e o Crescimento Económico	82
– Crescimento Económico e Desenvolvimento	66

- **RDH – 1997 - Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza**

Neste relatório é introduzida pela primeira vez o conceito de pobreza Humana e para tal foi elaborado um índice composto para a medir: O *Índice de Pobreza humana* - IPH

- **RDH – 1998 - Mudar os Padrões de Consumo de Hoje, para o Desenvolvimento Humano de Amanhã**

Apresentam-se em seguida alguns excertos do prefácio realizado por James Gustave Speth (PNUD, 1998) julgados pertinentes, como referenciadores da temática deste relatório:

> "Apesar de uma impressionante vaga de consumo em muitos países, nem tudo está bem: mais de mil milhões de pessoas não tem oportunidade de consumir por vias que lhes permitam satisfazer as suas necessidades mais básicas.
> Outros consumidores – onde me incluo e mais provavelmente vós e as sociedades em que vivemos – estão a consumir por vias que não podem ser sustentadas ambiental ou socialmente por muito tempo e que são frequentemente inimigas do nosso próprio bem-estar. É uma banalidade que se repete: mais não é invariavelmente melhor"

[70] O Relatório concluiu que, enquanto 21% da população nos países em desenvolvimento está abaixo da linha de rendimento de pobreza, 37% sofrem de privação de capacidade.Para mais informação sobre o MPC, ver história anexa sobre riqueza e pobreza).

"Quando o consumo desgasta os recursos renováveis, polui o ambiente local e mundial, favorece os bens manufacturados para exibição ostentativa e deprecia as legitimas necessidades da vida na sociedade moderna, isto é causa justificável de preocupação".

"Os que apelam a alterações no consumo, por razões ambientais ou outras, são frequentemente vistos como ascetas em camisa de cilício desejando impor um modo de vida austero sobre milhares de milhões que têm de pagar pelo desperdício de gerações de grandes consumidores.

O Relatório coloca estas e outras difíceis questões e conclui que a necessidade não é tanto de mais ou de menos consumo mas de um padrão de consumo diferente – o consumo para o desenvolvimento humano.

Ilustração 25: Evolução do Consumo de matérias-primas, energia e suas principais consequências. (PNUD, 1998 p.49)

Crescimento rápido do consumo para uns, estagnação para outros, desigualdade para todos, com custos ambientais crescentes. Os gráficos adjacentes são bastante elucidativos das consequências provocadas pelo nível de "desenvolvimento humano" que a motivação humana deseja atingir.

Preocupante no entanto, é que a análise e recomendações políticas neste Relatório não reflectem necessariamente os pontos de vista do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do seu Conselho Executivo ou dos seus Estados Membros, como refere James Speth.

Outros temas julgados de interesse presente neste relatório	Páginas
– Conceitos de consumo	38
– Factores que afectam as opções de consumo	40
– O consumo e as ligações com o desenvolvimento humano	43
– O consumo crescente causa pressões sobre: o ambiente	54
– O consumo crescente causa pressões sobre: a sociedade	58
– O consumo crescente causa pressões sobre a saúde dos consumidores	61
– Informação e conhecimento	62, 91
– Globalização – integração dos mercados de consumo	62
– Conservação da floresta em Zanzibar – acção comunitária	75
– Potencial da sociedade baseada no conhecimento	81
– Em direcção a padrões de consumo e redução da pobreza sustentáveis	88-89
– Má nutrição das mães pode conduzir a insuficiência de peso à nascença e a mortalidade infantil	94
– Rendimento é diferente de IDH.	20

- **RDH – 1999 - Globalização com um Rosto Humano**

Do prefácio realizado por Mark Malloch Brown (PNUD, 1999), retiraram-se os seguintes excertos por se julgarem de bastante pertinência:
"O Relatório deste ano está claramente a favor do poder da globalização para trazer os benefícios económicos e sociais para as sociedades: o fluxo livre de dinheiro e comércio é acompanhado pelo poder libertador do fluxo de ideias e informação guiado pelas novas tecnologias.

Contudo, tal como fez tão eficazmente no passado, o Relatório defende uma agenda dos fracos de todo o mundo, os marginalizados pela globalização, e apela para uma agenda muito mais corajosa de reformas mundiais e nacionais para atingir uma globalização com face humana. O Relatório avisa que a globalização é demasiado importante para ser deixada tão sem governo como está no presente, porque ela tem a capacidade de fazer um mal tão grande quanto o bem."

No que diz respeito à governação escreve:
"Estamos a assistir à emergência de uma estrutura nova e muito menos formal de governação mundial, onde os governos e parceiros da sociedade civil, o sector privado e outros estão a formar coligações funcionais através das fronteiras geográficas e das linhas políticas tradicionais, para conduzir a política pública ao encontro das aspirações de uma cidadania mundial. Algumas campanhas temáticas levaram a mudanças na política mundial, tais como a campanha contra as minas terrestres e a campanha para o alívio da dívida do milénio. Estas coligações utilizam o poder de reunião e a criação de consenso, a fixação de normas e a aplicação de regras das Nações Unidas, das instituições de *Bretton Woods* e das organizações internacionais, mas a sua força fundamental é serem maiores do que qualquer de nós e darem nova expressão às Cartas das Nações Unidas: "Nós, as pessoas". Não devemos sufocar esta nova diplomacia com novas instituições mas antes tentar adaptar e reforçar aquelas que temos - pelo menos não as estendendo às novas alianças mundiais de especuladores financeiros."

Ilustração 26: Evolução do PIB/capita – (PNUD, 1999 p.38)

Quanto aos mercados e suas consequências presentes e futuras, refere:

> "Ao registar os impactes negativos dos mercados sobre as pessoas é importante não deixar a ideia que se rejeita os mercados como princípio central de organização da vida económica mundial. Os mercados precisam de instituições e de regras - e, com demasiada frequência no cenário mundial, ainda não estão adequadamente sujeitos ao controlo de ambas. Mas o desencadear da concorrência dentro e entre os países anunciou para muitos uma era de prosperidade e liberdade. (…) esta capacitação tem sido desigual - deixando países, regiões, grupos étnicos e religiosos, classes e sectores económicos como vítimas da crescente desigualdade. Sessenta países têm vindo a tornar-se constantemente mais pobres desde 1980."

- **RDH – 2000 - Direitos Humanos e desenvolvimento humano – pela Liberdade e Solidariedade**

O RDH de 2000 é o relatório dedicado aos direitos humanos e à importância fundamental que estes exercem sobre o real desenvolvimento humano. Um factor inerente a este processo passa pelo empenho na defesa dos direitos plenos e iguais para todos. Em seguida apresentam-se alguns trechos deste relatório julgados essências:

> "Os principais progressos nos direitos humanos e no desenvolvimento humano chegaram depois dos horrores da Segunda Guerra Mundial. A Carta das Nações Unidas, de 1945, seguida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, anunciaram uma nova era de empenhamento internacional nas liberdades humanas (…)" (PNUD, 2000 p. 2)

"A História está a avançar depressa, no começo do século XXI. Acontecimentos recentes desencadearam ondas de mudança, com novas tecnologias de informação e comunicações, novas regras e instituições mundiais e aceleração da integração económica mundial.(...) Este novo contexto abre novas oportunidades sem paralelo. Mas faz, também, surgir novas ameaças à segurança e liberdade humanas." (PNUD, 2000 pp. 5-6)

Os direitos humanos e o desenvolvimento humano partilham uma visão e um propósito comuns: assegurar a liberdade, bem-estar e dignidade de todas as pessoas, em todo o lado. Para garantir tais desígnios é necessário que exista:

- Ausência de discriminação pelo sexo, raça, etnia, nacionalidade ou religião.
- Ausência de miséria, para usufruir de um padrão de vida digno.
- Liberdade de desenvolver e realizar o potencial humano de cada um.
- Ausência de medo de ameaças à segurança pessoal, tortura, prisão arbitrária e outros actos violentos.
- Ausência de injustiça e de violações ao poder da lei.
- Liberdade de pensamento e opinião, de participar na tomada de decisão e de formar associações.
- Liberdade de ter um trabalho digno, sem exploração.

"Muitos países pobres e ricos, mostram já um novo dinamismo, tomando iniciativas a favor dos direitos humanos e do desenvolvimento humano. A África do Sul, desde o fim do apartheid, colocou os direitos humanos no centro da sua estratégia de desenvolvimento e o Governo estabeleceu uma das mais avançadas estruturas de direitos do mundo." (PNUD, 2000 p. 1)

"Usar a educação e os meios de comunicação para promover as normas de direitos humanos para toda a sociedade. O desafio é criar uma cultura de consciencialização e de empenhamento nos direitos humanos. (PNUD, 2000 p. 11)

"Muitas iniciativas regionais a favor dos direitos humanos foram construídas com base em preocupações e valores partilhados por países vizinhos – a *Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, a Comissão Africana dos Direitos Humanos, a Carta Social Europeia, o Tribunal Inter-Americano dos Direitos Humanos. Estas iniciativas têm de ser reforçadas e levadas em frente, para realizar o seu potencial de compartilhar experiências, de empenho político e de apoio financeiro." (PNUD, 2000 p. 12)

Outros temas julgados de interesse presente neste relatório	**Páginas**
– Pobreza Humana e privação	150
– O que revelam os índices: IDH e IDG e IPH	147
– Medir alfabetização	143
– Tribunal internacional em África	124
– Alerta e resposta rápida	122
– Direitos da criança e mulher	32, 116
– Universalidade e Prioridades	113
– Em direcção a um índice de responsabilidade internacional dos direitos humanos	107
– Criar responsabilidade	90
– O poder da estatística	96
– A falta de dados	94
– Marginalização dos países pobres, da economia mundial	82
– Despesas públicas nos serviços básicos	79
– Próxima geração	76
– Justiça Mundial	83
– Os direitos capacitam as pessoas na luta contra a pobreza. O que falta no mundo não é caridade mas justiça	73
– A democracia é a única forma de regime político compatível com o respeito pelas 5 categorias de direitos: económico, social, politica, civil e cultural	56
– Capacitar os pobres	38
– Direitos humanos	31
– Lutas pelas liberdades humanas	29
– Direitos e desenvolvimento	19
– Declaração Universal dos Direitos	14

- **RDH – 2001 - Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano**

A tecnologia desempenhou um papel central no desenvolvimento no século passado e prevê que ela continuará no centro da agenda do progresso humano neste século.
As novas tecnologias estão expandindo as possibilidades do desenvolvimento, seja pelas novas variedades de sementes e vacinas, seja pela comunicação sem fio e a disseminação da Internet.
Os países em desenvolvimento precisam encontrar maneiras de entrar nessa nova era, sob o risco de ficaram excluídos da economia global.

Um exemplo apontado passa pela reavaliação das suas estratégias educacionais e pela importância do ensino secundário e superior para permitir que construam uma capacidade tecnológica nacional.

Ao mesmo tempo, é preciso evitar a fuga de cérebros (PNUD, 2001 p. 92) para um mercado de trabalho globalizado que requer cada vez mais profissionais especializados. O fluxo para o exterior pode ser benéfico se criar uma massa crítica que retorna para casa na forma não apenas de remessas, mas também de investimentos, novas habilidade e boa reputação.

Outros temas julgados de interesse presente neste relatório	Páginas
– Classificação indicando os principais pólos de inovação tecnológica e de progresso do mundo. Inclui pela primeira vez, um *Índice de Realização Tecnológica* (IRT). O índice classifica 72 países em relação ao progresso global na criação e utilização de tecnologia.	
– Perceber o tempo. Inquérito sobre o uso do tempo nos países em desenvolvimento	136
– Tecnologia e identidade humana	27
– Investigação pública agrícola	113
– Desenvolvimento de recursos humanos no sec XXI. Aumentar o conhecimento e as suas capacidades de informação	24

- **RDH – 2002 - Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado**

A temática central deste relatório tem a ver, em primeiro lugar, com a ideia de que a política é tão importante como a economia para um desenvolvimento bem sucedido.
A redução sustentada da pobreza exige um crescimento equitativo, mas também exige que os pobres tenham poder político. O melhor processo de o conseguir de modo consistente com os objectivos do desenvolvimento humano, é pela criação de formas fortes e aprofundadas de governação democrática, a todos os níveis da sociedade.

> "Tornou-se vulgar, nos anos recentes, ouvir os autores de políticas governamentais e especialistas de desenvolvimento a caracterizarem a *boa governação* como sendo "o elo que falta" para haver um crescimento e uma reforma económica bem sucedida nos países em desenvolvimento. Mas a atenção tem sido centrada quase exclusivamente nos processos económicos e na eficiência administrativa."
>
> "… a nível global, destaca a urgência de criar um espaço muito mais democrático em que as instituições internacionais e as coligações transnacionais operem como mais alto grau de transparência e dêem aos países em desenvolvimento, quer assento à mesma mesa, quer um significativo acordo em decisões que os afectam."
>
> "Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio continuam a ser atingíveis. Mas só conseguiremos chegar lá, se os líderes nacionais e mundiais tiverem a visão e a coragem de começar por enfrentar estas questões decisivas da governação democrática."
> (PNUD, 2002 p. Prefácio) Mark Malloch Brown *Administrador do PNUD*

"Em 1999, o Inquérito do Milénio da Gallup Internacional perguntou a mais de 50 000 pessoas de 60 países se o seu país era governado segundo a vontade do povo. E apenas um em cada 10 disse que o seu governo correspondia à vontade do povo." (PNUD, 2002 p. 1)

"Na Conferencia da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento, de Março de 2002 em Monterrey no México, lideres e políticos de todo o mundo avaliaram os progressos no sentido dos objectivos de desenvolvimento e de erradicação da pobreza fixados na Cimeira do Milénio da ONU, em 2000. Também prometeram um esforço mundial sem precedentes para atingir esses objectivos em 2015." (PNUD, 2002 p. 2)

"O número de guerras entre países diminuiu consideravelmente. Nos anos 90, os conflitos entre países mataram cerca de 220.000 pessoas, uma redução de aproximadamente dois terços em relação aos anos 80. Mas os conflitos civis são muito mais nocivos do que nunca. Nos anos 90, cerca de 3,6 milhões de pessoas morreram em guerras internas dos estados, e o número de refugiados e de pessoas deslocadas internamente aumentou 50%.

Outros temas julgados de interesse presente neste relatório	*Páginas*
– Balanço do desenvolvimento humano - Entrada no novo milénio	10
– Kofi Annan e a dignidade humana	14
– Conflito civil	16
– Desigualdade mundial	18
– Países ricos apresentam pouca variação do IDH, mas grandes diferenças no IPH	21
– Avaliar a governação: Indicadores de democracia e de direitos políticos e civis.	36
– Boa governação para quê?	51
– Desenvolvimento humano e dignidade humana	52, 53
– Como dizia o primeiro relatório de 90: as pessoas são a principal riqueza de uma nação	53
– Princípios fundamentais da democracia	55
– Democracia e crescimento económico	56
– Nenhuma relação entre equidade e democracia	60
– O futuro do mundo	64
– Meios de comunicação	76
– Democratizar a segurança para evitar o conflito	85
– Governação democrática em África	86
– Quem é quem no sector da segurança	87, 90
– Velhos hábitos custam a morrer	88
– Construir a paz através das comissões da verdade	99
– Jubileu 2000 - redução da divida	104

- **RDH – 2003 - Objectivos do Desenvolvimento do Milénio. Um pacto entre as nações para eliminar a pobreza**

Este Relatório tem a ver com uma ideia simples: os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.
Nascidos da histórica Declaração do Milénio adoptada por 189 países na Cimeira do Milénio da ONU, em Setembro de 2000, estes oito Objectivos – que vão desde reduzir para metade a pobreza extrema até travar a propagação do HIV/SIDA e matricular todos os rapazes e raparigas na escola primária, até 2015 – estão a transformar o desenvolvimento.
Governos, organismos de ajuda e

Ilustração 27: Prioridade face aos ODMs (PNUD, 2003)

organizações da sociedade civil estão, em toada a parte, a reorientar o seu trabalho em torno dos Objectivos.

Para que seja concretizada a visão fundamental dos Objectivos como meio de gerir melhor a globalização, em nome das pessoas pobres, estes Objectivos devem ser vistos como um pacote indivisível. É um pacote portador de uma promessa sem precedentes de melhoria do desenvolvimento humano em todo o mundo – e uma promessa que todos os países se comprometeram a cumprir. O desafio é envolver os países nas suas promessas e ajudá-los a atingir os Objectivos. Mark Malloch Brown *Administrador, PNUD* (PNUD, 2003 p. Prefácio)

Este Relatório identifica países de prioridade máxima e alta para cada Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. O propósito é identificar países em que é necessária acção urgente para atingir um Objectivo (países de prioridade máxima) e países em que a situação é menos grave, mas que ainda precisam de melhorias significativas no progresso (PNUD, 2003 p. 34).

Outros temas julgados de interesse presente neste relatório	Páginas
– ONU: Declaração do Milénio	27
– Como é que os objectivos do desenvolvimento humano se relacionam com os objectivos do milénio	28
– Indicadores dos Objectivos do Milénio	198

- **RDH – 2004 - Liberdade Cultural num Mundo Diversificado**

Numa altura em que a noção de um "choque de culturas" global ressoa fortemente – e preocupantemente – por todo o mundo, encontrar respostas para as velhas questões sobre a melhor maneira de gerir e mitigar os conflitos acerca da língua, religião, cultura e etnicidade assumiu uma importância renovada.
Como este Relatório torna claro, da acção afirmativa ao papel dos meios de comunicação, não existem regras fáceis, nem universais, sobre a melhor maneira de construir sociedades multiculturais que funcionem.
Mesmo assim, há uma lição geral que é clara: ter êxito não é simplesmente uma questão de mudanças legislativas e de políticas, por mais necessárias que elas sejam. As constituições e as leis que protegem e dão garantias às minorias, povos indígenas e outros grupos são uma base fundamental para liberdades mais amplas. Mas, a menos que a cultura política também mude – a menos que os cidadãos venham a pensar, sentir e agir de modo a contemplar as necessidades e aspirações de outros –, a verdadeira mudança não acontecerá.

Quando a cultura política não muda, as consequências são perturbadoramente claras. Dos grupos indígenas descontentes da América Latina, às minorias infelizes de África e da Ásia e aos novos imigrantes de todo o mundo desenvolvido, não resolver as razões de queixa de grupos marginalizados não cria apenas injustiça. Cria verdadeiros problemas para o futuro: jovens desempregados e descontentes, zangados com o *status quo* e a exigirem mudança, muitas vezes violentamente.
Mark Malloch Brown *Administrador, PNUD* (PNUD, 2004 p. Prefácio)

Os direitos humanos incorporam os valores fundamentais das civilizações humanas:

- As pessoas são diferentes, como diferentes são as suas culturas.
- As pessoas vivem de modos diferentes e as civilizações também diferem.
- As pessoas falam em várias línguas.
- As pessoas são guiadas por diversas religiões.
- As pessoas nascem com cores diferentes e muitas tradições influenciam a sua vida, com cores e sombras variadas.

- As pessoas vestem-se de modo diferente e adaptam-se ao seu ambiente de forma diferente.
- As pessoas exprimem-se de modo diferente. A música, literatura e arte também reflectem estilos diferentes.

Mas apesar dessas diferenças, todas as pessoas têm em comum um atributo simples: são seres humanos, nada mais, nada menos. E por mais diferentes que sejam, todas as culturas incluem certos princípios comuns:

- Nenhuma cultura tolera a exploração de seres humanos.
- Nenhuma religião permite que se mate o inocente.
- Nenhuma civilização aceita a violência ou o terror.
- A tortura é repugnante para a consciência humana.
- A brutalidade e a crueldade são horríveis em todas as tradições.

Em suma, estes princípios comuns, que são partilhados por todas as civilizações, reflectem os nossos direitos humanos fundamentais. Estes direitos são muito apreciados e acarinhados por toda a gente, em toda a parte.
Assim, a relatividade cultural nunca devia ser usada como pretexto para violar os direitos humanos, uma vez que estes direitos incorporam os valores mais fundamentais das civilizações humanas. É preciso que a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja universal, aplicável tanto a Leste como a Oeste. É compatível com toda a fé e religião. Fracassar no respeito pelos direitos humanos só mina a nossa humanidade.
Não destruamos esta verdade fundamental; se o fizermos, os fracos não terão uma alternativa.
Shirin Ebadi *Vencedor do Prémio Nobel da Paz de 2003* (PNUD, 2004)

Outros temas julgados de interesse presente neste relatório	Páginas
– Imigração	14
– Exclusão	27
– Civilizações e História Mundial	21
– Os direitos humanos incorporam os valores fundamentais das civilizações humanas	23
– Medir liberdade cultural e minorias em risco	31, 32
– Proteger herança cultural	38
– Conflito	41
– Construir democracias multiculturais	47
– Unidade do estado ou identidade etnocultural	48
– Línguas de África	63
– Direito à terra	67
– Gandhi e a tolerância	85
– Globalização e identidade	85, 88
– Novo paradigma em antropologia	89
– Fontes da ética mundial	90
– Povos indígenas	91
– Contratos temporários	103
– O estado do desenvolvimento humano	127
– Quando África atingirá as metas?	132
– Plano de acção de Marraquexe	254
– Rede de medidas da saúde	254
– Unesco	254

- **RDH – 2005 - Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual**

O ano de 2004 terminou com um acontecimento que demonstrou o poder de destruição da natureza e o poder de regeneração da compaixão humana. O *tsunami* que varreu o Oceano Índico deixou mais de 300.000 mortos. Milhões de pessoas ficaram sem casa. Dias depois do *tsunami*, uma das piores catástrofes naturais dos últimos anos tinha dado lugar à maior acção

mundial de assistência internacional, mostrando o que se pode conseguir através da solidariedade global quando a comunidade internacional se empenha num grande esforço.

O *tsunami* foi uma tragédia imprevisível, em grande medida inevitável e que teve grande visibilidade. Outras tragédias são monotonamente previsíveis, prontamente evitáveis e menos visíveis. Em cada hora, mais de 1.200 crianças morrem longe do olhar dos meios de comunicação. É o equivalente a três tsunamis por mês, todos os meses, a atingir os cidadãos mais vulneráveis do mundo – as crianças. As causas de morte não serão sempre as mesmas, mas a esmagadora maioria pode ser atribuída a uma única patologia: pobreza. (PNUD, 2005 p. 1)

Outros temas julgados de interesse presente neste relatório	Páginas
– O RDH é a jóia do PNUD	V

- **RDH – 2006 - A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água**

"O *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano aborda uma questão que influencia profundamente o progresso e o potencial humano em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Ao longo da História, o progresso humano tem dependido do acesso à água potável e da capacidade das sociedades controlarem o potencial da água enquanto recurso produtivo. A água para a vida no agregado familiar e a água para sustento através da produção são duas das bases para o desenvolvimento humano. No entanto, para uma grande parte da humanidade, essas bases não existem.

A palavra *crise* é, por vezes, usada em excesso quando se fala de desenvolvimento. Mas quando se trata de água, existe o reconhecimento crescente de que o mundo enfrenta uma crise que, se não for controlada, vai pôr em perigo o progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e atrasar o desenvolvimento humano. Para algumas pessoas, a crise global da água prende-se com faltas absolutas de fornecimento físico. O presente Relatório rejeita esta visão. Defende que as raízes da crise em termos da água se prendem com a pobreza, com a desigualdade e com relações desiguais de poder, bem como com políticas de gestão da água deficientes que aumentam a escassez.

Todos os anos, cerca de 1,8 milhões de crianças morrem em resultado directo de diarreia e de outras doenças provocadas por água suja e por más condições de saneamento. No início do século XXI, a água suja é a segunda maior causadora de mortes de crianças em todo o mundo. Todos os dias, milhares de mulheres e raparigas recolhem água para as suas famílias — um ritual que reforça as desigualdades de género em termos de emprego e de educação. Entretanto, as más condições de saúde, associadas a faltas de água e de saneamento põem em perigo a produtividade e o crescimento económico, reforçando as profundas situações de desigualdade que caracterizam os actuais padrões de globalização e apanhando os agregados familiares vulneráveis em ciclos de pobreza."

Já se torna claro que as próximas décadas serão marcadas por uma luta mais intensa pela água. O crescimento populacional, a urbanização, o desenvolvimento industrial e as necessidades da agricultura estão a fazer aumentar a procura por um recurso finito. Entretanto, existe cada vez mais o reconhecimento de que as necessidades do ambiente também devem ser decompostas em termos de padrões de utilização futura da água
Kemal Derviş Administrador (PNUD, 2006 p. Prefácio)

O IDH deste ano, que se refere a 2004, realça as profundas lacunas existentes em termos do bem-estar e das oportunidades de vida que continuam a dividir este mundo que está cada vez mais interligado.
Foi o Presidente John F. Kennedy que cunhou a expressão «uma maré cheia levanta todos os barcos. Mas quando se trata de desenvolvimento humano, a maré cheia da prosperidade global levantou alguns barcos — mas alguns estão a afundar-se rapidamente.
Os entusiastas que enfatizam os aspectos positivos da globalização deixam-se levar muitas vezes por esse mesmo entusiasmo. Usam cada vez mais a linguagem da aldeia global para descrever a nova ordem. Mas quando visto através da lente do desenvolvimento humano, a aldeia global parece estar profundamente dividida entre as ruas dos ricos e as dos pobres. A pessoa média na Noruega (no topo da liga do IDH) e a pessoa média em países como o Níger (na base) vivem, sem dúvida, em distritos diferentes de desenvolvimento humano da aldeia global. As pessoas na Noruega são mais de 40 vezes mais ricas do que as pessoas no Níger. Vivem quase duas vezes mais. E gozam de uma taxa de matrícula quase universal nos ensinos primário, secundário e superior, em comparação com uma taxa de matrícula de 21% no Níger. Para os 31 países na categoria de desenvolvimento humano baixo — um grupo com 9% da população mundial — a esperança de vida à nascença é de 46 anos, ou seja, menos 32 anos do que nos países de desenvolvimento humano elevado (PNUD, 2006 p. 263)

- **RDH – 2007/2008 - Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido**

"O progresso humano não é automático nem inevitável. Somos actualmente confrontados com o facto de o amanhã ser hoje, e colocados perante a urgência cruel do agora. Neste enigma da vida e da história é possível ser demasiado tarde... Podemos gritar desesperadamente para que o tempo pare, mas o tempo ensurdece a cada súplica e continua a passar rapidamente. Sobre as ossadas descoradas e a mistura de restos de numerosas civilizações está escrita uma expressão patética: Demasiado tarde."
Martin Luther King Jr. 'Where do we go from here: chaos or community'

"As palavras de Martin Luther King, proferidas num discurso sobre justiça social há quatro décadas, retêm uma ressonância poderosa. No início do século XXI, também nós somos confrontados com a "urgência cruel" de uma crise que envolve o hoje e o amanhã – as alterações climáticas. É uma crise que ainda se pode prevenir, mas apenas por enquanto. O mundo tem menos de uma década para mudar o seu rumo. Não há assunto que mereça atenção mais urgente – nem acção mais imediata.

"As alterações climáticas irão minar os esforços internacionais de combate à pobreza. Há sete anos, líderes políticos de todo o mundo reuniram-se para definir metas que acelerassem o progresso de desenvolvimento humano. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) definiram uma nova ambição para 2015. Muito foi conquistado, apesar de vários países permanecerem perdidos no rumo que deveriam seguir. As alterações climáticas estão a dificultar os esforços para a concretização da promessa dese alcançar os MDGs."

O nosso ponto de partida é a ideia de que a batalha contra as alterações climáticas pode – e deve – ser ganha. Ao mundo não faltam recursos financeiros nem capacidade tecnológica para agir. Se falharmos na resolução do problema das alterações climáticas será porque fomos incapazes de fomentar a vontade política de cooperar.
No mundo de hoje, são os pobres que suportam o maior fardo causado pelas alterações climáticas.

Amanhã será a humanidade no seu todo que enfrentará os riscos inerentes ao aquecimento global. A rápida acumulação de gases com efeito de estufa na atmosfera terrestre está a alterar significativamente a previsão meteorológica para as gerações futuras.
Aproximamo-nos da beira do abismo, o que se traduz em eventos imprevisíveis e não lineares, que podem abrir a porta a catástrofes ecológicas – como sendo, nomeadamente, o acelerado degelo das calotes glaciares – que irão transformar os padrões de colonização humana e minar a viabilidade das economias nacionais. Talvez a nossa geração não viva para ver as consequências. Mas os nossos filhos e os seus netos não terão outra alternativa se não viver com elas.
O combate à pobreza e à desigualdade nos dias de hoje, bem como aos riscos catastróficos do futuro, constituem um forte fundamento racional para uma acção urgente.
Alguns comentadores continuam a apontar para a incerteza acerca dos resultados futuros para justificar uma resposta limitada às alterações climáticas. Esse é um mau princípio. Há, de facto, muitas incertezas: a ciência climática lida com probabilidades e riscos, não com certezas.

Combater as alterações climáticas é um exercício que atravessa gerações. Para a geração actual, o desafio é manter uma janela de esperança aberta através da redução das emissões de gases com efeito de estufa.
O mundo tem uma oportunidade histórica de iniciar esta tarefa. O actual compromisso do Protocolo de Quioto expira em 2012. O acordo sucessor poderá marcar um novo rumo, impondo limites rigorosos nas emissões futuras e fornecendo uma estrutura para uma acção comum internacional. As negociações poderão avançar no sentido de se definir metas quantitativas até 2010, fornecendo aos governos objectivos para os orçamentos nacionais de carbono. Orçamentar o carbono com o apoio de políticas energéticas radicais e uma acção governamental que vise alterar estruturas de incentivos para os consumidores e investidores são passos eficazes e fundamentais para uma mitigação efectiva das alterações climáticas. Não há tal coisa como uma última oportunidade quando se trata de assuntos humanos. Mas a estrutura de Quioto pós-2012 aproxima-se. (PNUD, 2007)

3.5.6. Relatórios de Desenvolvimento Nacional, Subnacional e Regional

Os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* também são preparados a nível nacional, subnacional e regional, tendo sido lançado em 1992 o primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano* nacional. Entretanto, mais de 500[71] *Relatórios do Desenvolvimento Humano* nacionais e subnacionais foram produzidos por equipas de países, com o apoio e a orientação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assim como 28 relatórios regionais. Esses relatórios adaptam, para os níveis nacional e regional, a abordagem global do Relatório do Desenvolvimento Humano.
Como documentos de defesa de políticas, esses relatórios introduziram o conceito de desenvolvimento humano no diálogo sobre política nacional – não só através de indicadores de desenvolvimento humano e de recomendações de política, mas também através de processos de consulta, investigação e escrita, conduzidos e controlados pelos próprios países.
Os dados do *Relatório do Desenvolvimento Humano* que, em geral, não são publicados em nenhum outro lugar, tais como estatísticas desagregadas pela localização geográfica, grupo étnico, ou áreas rurais e urbanas, ajudam a localizar os hiatos de desenvolvimento, a medir o progresso e a transmitir sinais de aviso precoce de possíveis conflitos.
Porque os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* são baseados em perspectivas nacionais e regionais, podem ter um impacto considerável sobre políticas e práticas, incluindo aquelas que contribuem para o progresso na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

---

[71] Até à data deste relatório (PNUD, 2005)

(PNUD, 2005 p. Contracapa interior)

Os relatórios nacionais do desenvolvimento humano são produtos exclusivos dos países, redigidos pelos principais peritos e intelectuais nacionais e que, muitas vezes, contêm dados publicados apenas nos próprios países. Através de um processo de consulta, investigação e redacção do relatório conduzido pelo país, reúnem diversas opiniões, põem questões difíceis em cima da mesa e ajudam a mobilizar a acção para a elaboração de políticas de desenvolvimento humano.
Seis princípios fundamentais justificam a criação de bons relatórios nacionais do desenvolvimento humano e moldam a política institucional do PNUD em relação aos relatórios:

- Domínio nacional.
- Análise independente.
- Análise de alta qualidade.
- Preparação participada e inclusiva.
- Apresentação flexível e criativa.
- Acompanhamento sustentado.

Cada equipa nacional trata temas específicos ligados às questões mais urgentes do desenvolvimento do país. Os relatórios têm tratado de abordagens de desenvolvimento humano, governação, pobreza, crescimento económico, género, paz e segurança, sobrevivência e saúde, ambiente, educação e tecnologias de informação e comunicação. (…) assuntos relacionados com a governação, tais como a sociedade civil, juventude, direitos humanos, papel do estado, descentralização, coesão social e exclusão, participação, desigualdade e democracia. Os relatórios fornecem recomendações políticas concretas sobre a maneira de atacar essas áreas temáticas, através do prisma do desenvolvimento humano. (PNUD, 2002 p. 32).

Seriam muitos os exemplos de relatórios desenvolvidos a nível nacional. Faremos no entanto apenas uma breve referência ao caso do Brasil, por ser um dos que mais exaustivamente é disponibilizado pelos meios de informação.

> "Para desenhar um quadro local do desenvolvimento humano, os melhores instrumentos disponíveis no Brasil são os Atlas do Desenvolvimento Humano, lançados pelo PNUD em parceria com institutos de pesquisa e prefeituras. O primeiro, lançado em 2003 com base nos dados dos Censos de 1991 e 2000, abrange 5.507 municípios brasileiros e as 27 unidades da Federação. Os outros são municipais, e fazem uma radiografia dos bairros de cidades como Recife, Manaus e Belo Horizonte.
> O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil apresenta mais de uma centena de variáveis para todos os municípios. Embora os dados estejam um pouco desactualizados, em função de não ter havido nova recolha de informações ao nível municipal pelo IBGE desde 2000 (quando este capítulo foi escrito o Censo 2007 ainda estava sendo elaborado), trata-se do instrumento gratuito mais útil disponível para análises desse tipo." [72]

Tal como o próprio RDH, também o Atlas brasileiro, apresenta uma série de indicadores próprios, voltados especialmente para o desenvolvimento humano. O mais destacado é o *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal* (IDH-M). Ele segue a mesma estrutura do índice original, mas teve seus indicadores adaptados para algumas dimensões. A principal diferença é no rendimento. Em vez de PIB/capita, o IDH-M usa o rendimento familiar médio per capita (soma do rendimento de todos os membros da família dividida pelo total de

[72] http://www.pnud.org.br/publicacoes/

membros da família). A vantagem óbvia é que o rendimento das pessoas é uma medida muito mais precisa do ponto de vista do desenvolvimento humano do que o PIB/capita.

A experiência do Brasil mostra como um relatório nacional[73] do desenvolvimento humano, pode receber atenção de alto nível e mudar significativamente a forma como o governo atribui os recursos para o desenvolvimento. Muitas informações levantadas pelo PNUD Brasil são reunidas e analisadas em publicações elaboradas pela equipa do Programa. O objectivo é construir uma base de dados que contribua para a implementação de uma agenda de desenvolvimento do país.

A ONU procura fazer um acompanhamento permanente desses indicadores, publica dados actualizados e faz projecções para saber se, no ritmo actual, os objectivos serão alcançados pelos países, pelos continentes e pelo mundo. Além disso, estimula os países a produzirem relatórios nacionais e regionais.

[73] A íntegra do segundo relatório de acompanhamento pode ser lida em na internet, também no site do PNUD http://www.pnud.org.br/odm/arquivos/odm_rna2005.pdf

3.6. VOZES CRÍTICAS AO IDH

3.6.1. Algumas Considerações Gerais

Como já foi abordado anteriormente, o IDH combina num único indicador sintético, três dimensões parciais: o rendimento, a saúde e a educação, por serem considerados, estados ou habilidades essenciais à expansão das capacidades. Não deixando esta apreciação de, por nós, ser considerada verdadeira, também não deixa de ser uma realidade, a estreita abrangência de factores que abarca, quando o objectivo primário deste índice parece ser o conhecimento da "intrincada verdade" do desenvolvimento humano. Como refere (Fonte, 2004 p. 9) "(…) Apesar de se falar no paradigma centrado no homem, se carecem de mecanismos internacionais que efectivamente fiscalizem e reorientem o futuro das presentes e próximas gerações trazendo níveis maiores de satisfação (…)" o que não pode ser conseguido, enquanto a "força" dos parâmetros económicos não for acompanhada pelo papel auxiliar dos indicadores sociais que, no entender de Dunkam (1984)[74], "têm sido subordinados a explicar como se distribuem os recursos e não para explicar a satisfação de nossa gente em nossas sociedades." A que se deve tal supremacia do económico sobre o social? Segundo Gutiérrez-Espeleta (2002)[75], o êxito dos indicadores económicos, tanto na esfera privada como pública, resume-se ao facto de possuir na unidade monetária, um elo unificador. Os indicadores económicos "(…) obedecem a uma forma de conceber o mundo que foi, de forma consensual, previamente estabelecida nos fóruns internacionais. Uma vez que obtiveram as regras para jogar o jogo da economia mundial, os 'jogadores' (países) as seguiram e estabeleceram os seus sistemas estatísticos com esse fim. Portanto, o sistema de indicadores económicos é possível porque obedece a um modelo previamente estabelecido."

Já no que diz respeito ao aspecto social, o mesmo autor afirma que, esse sistema preconcebido "sobre como devem funcionar as inter-relações e comportamentos sociais para um país em particular" já não existe, devido ao facto dos actores que estão em jogo serem "os habitantes, os seres humanos, todos diferentes e com diferentes aspirações, que colectivamente constroem as aspirações sociais em seu torno. As inter-relações se dão de forma espontânea e livre e se manifestam de mil formas."

Mas as dúvidas colocadas à eficiência do IDH, quanto à possibilidade de atingir os seus propósitos, não se ficam por aqui, como facilmente se constata através das seguintes questões levantadas por Cardoso "1998: 46)[76] .

> "Questiona-se o alcance restrito do IDH enquanto tentativa de captar em um único índice a complexa realidade do desenvolvimento humano, das privações, e de todo o contexto que circunscreve a vida das pessoas.
> Questiona-se também a relevância destes indicadores para aferir qualidade de vida, considerando-se as diferenças culturais, pois revelam um viés etnocêntrico que toma padrões ocidentais modernos como modelos a serem atingidos por todas as nações. Em sociedades de baixo grau de institucionalização das relações mercantis, a renda é um critério pouco efectivo para avaliar a produção e a circulação de bens e mercadorias. Assim como existem sociedades em que o acesso ao conhecimento se dá a partir de meios ligados à tradição ou à transmissão oral, mais eficazes para lidar com as realidades locais do que a alfabetização."

Perante estas mesmas constatações, Cardoso é da opinião que, a qualidade de vida deve ser um conceito discutido a partir da "percepção que os sujeitos constroem do seu viver quotidiano no meio do qual estão inseridos. Esta perspectiva sugere que se deva conhecer o

---

[74] Citação de (Fonte, 2004)
[75] Ibidem
[76] Ibidem

que os indivíduos, em cada contexto, esperam e desejam da vida. Também Scalon (1996)[77] no reforço desta ideia, ressalta que, desejos e valores devem ser considerados "indicadores subjectivos importantes na percepção da qualidade de vida dos indivíduos, sugerindo algumas questões a serem investigadas: que circunstancias proporcionam boas condições para viver; identificar o que faz com que uma vida seja boa para quem a vive; e identificar o que faz com que uma vida seja valiosa." Ainda sobre o processo como se deveria processar toda esta análise social, Andrews (1989) salienta a importância de "monitorar mudanças no tempo de inúmeras qualidades de vida, tanto ao nível da população como um todo, como para subgrupos significativos e, que tal informação, quando combinada com outros dados, pode gerar novo conhecimento acerca de como incrementar a qualidade de vida por meio de políticas sociais mais efectivas."

No entanto, este processo de mudança não se apresenta uma tarefa fácil. São vários os obstáculos que se levantam, quando se pretende quantificar ou qualificar a realidade social. Sobre estas contrariedades, Gomes[78] (2002: 266) salienta o problema da quantificação das necessidades, desejos e sonhos individuais ou colectivos: "a dificuldade aumenta quando o local é rural, onde a tradição camponesa, algumas vezes esquecida, é um aspecto importante e definidor das necessidades básicas do prazer, do lazer e da cultura, que uma pessoa ou grupo querem ver satisfeitas". Completando este raciocínio, Fonte diz que "Compreender a qualidade de vida pelo viés da cultura significa aceitar que necessidades tomadas como universais, não podem ser generalizadas como algo capaz de satisfazer a qualidade de vida de qualquer sociedade."

Uma outra dificuldade apresentada por (Fonte, 2004 pp. 10-11) directamente relacionada com a construção de indicadores sociais, é a exigência de satisfazer a procura internacional sobre informação social, num mundo cada vez mais globalizado e, ao mesmo tempo, atender aos pedidos nacionais e até locais. "Existe a necessidade de se contar com uma linguagem comum de classificação, porem, por outro lado existe a necessidade de manter a diversidade que enriquece as culturas. Além disso, (a coexistência de modelos) a bifurcação de enfoques torna mais difícil a tarefa de harmonização."
Como sublinha Andrews[79] (1989), para além do facto de existirem grandes limitações, na já referida, ordem conceitual, a ausência de uma unidade comum de medida em relação a fenómenos sociais são dois fortes entraves.

De facto, tal procedimento de medição do Desenvolvimento Humano foi e continua a ser alvo de inúmeros problemas e controvérsias, para as quais o próprio PNUD não se encontra alheio, pelo que apela aos leitores e utilizadores dos seus relatórios, que forneçam sugestões com vista a melhorar a pertinência do seu IDH. No entanto, tal como é referido por (Fongang, 2000 p. 16), "modificações demasiado frequentes tornam difíceis as utilizações do IDH" especialmente quando se pretendem realizar comparações de resultados ao longo do tempo. Tal situação originou o levantamento de novas críticas.
Apesar de espartilhados por estes dois grandes problemas contraditórios, onde, a uma necessidade premente de aperfeiçoamento do IDH, se sobrepõe toda uma panóplia de diferentes obstáculos, os especialistas nestas matérias não têm estado inactivos, começando por apresentar, como não poderia deixar de ser, os fundamentos conceituais e estruturais em que alicerçam as suas teorias.
Como é proferido por Fonte, dois dos investigadores que convergiram para uma necessidade da inclusão da "ética da capacidade", foram Amartya Sen e Martha Nussbaum. Desta

---

[77] Citação de (Fonte, 2004)
[78] Ibidem
[79] Ibidem

convergência, apesar da existência de diferenças teóricas entre ambos, surgiu uma *estrutura conceitual e filosófica*, na qual são discutidos alguns problemas que emergem no decurso do desenvolvimento, sobretudo económico, não sendo no entanto apenas os problemas teóricos, normativos e empíricos que os inquietam. Como afirma Fonte, também a prática e as politicas do desenvolvimento fazem parte das suas preocupações, como argumenta Sen: "*o objecto da acção pública* pode ser entendido como uma ampliação das capacidades das pessoas de serem responsáveis por actividades e estados valiosos e valorizados. Aquilo que entendemos valer a pena promover, como algo intrinsecamente valioso, será importante tanto para a análise causal como para as recomendações de políticas públicas."

Não se limitando este tipo de preocupações apenas a estes dois investigadores, será apresentada em seguida, uma síntese sobre os fundamentos em que se movem algumas das suas propostas alternativas ao IDH.

3.6.2. Apresentação de Propostas Alternativas ao IDH

- **Amartya Sen: A Expansão das Capacidade Humanas**

Refere Fonte que, desde o início dos anos 70, Sen vem reflectindo sobre os conceitos morais pressupostos na economia do desenvolvimento, no *policy making* e na acção pública, para além de desenvolver uma perspectiva normativa original para aperfeiçoar a teoria e prática do desenvolvimento internacional.

> "Sen[80] (1981) reconhece que a ética do desenvolvimento precisa ser elaborada em relação dialéctica com a investigação empírica sobre o que causa e impede o (bom) desenvolvimento, assim como o que produz e evita a pobreza, a carência de alimentos, a fome endémica, a exploração, o sexismo e outras deficiências do desenvolvimento. As ciências sociais precisam da ética para esclarecer o que devemos entender por *privação humana*, *bem-estar*, *padrão de vida*, *qualidade de vida* e *desenvolvimento*. E a ética necessita de investigação empírica para saber o que está ocorrendo (e porque) no mundo e o que pode ser efectivo para tornar o mundo melhor."

Esta nova linha de pensamento, tornou-o um dos grandes responsáveis pela introdução de uma nova visão sobre o que realmente influenciaria o desenvolvimento humano, rompendo com a ideia até aí instituída que o definia como sendo uma consequência do aumento do PIB *per capita* ou da medida do consumo, saúde e educação. Para Sen, o grande factor responsável pelo desenvolvimento humano baseia-se fundamentalmente na expansão das suas capacidades, sendo que esta:

> "(…) refere-se à liberdade de uma pessoa ou grupo promover ou conquistar funcionamentos válidos. Representa as várias combinações dos funcionamentos (seres e fazeres) que uma pessoa pode conquistar. As capacidades podem relacionar-se com coisas perto da sobrevivência (capacidade de beber água limpa) ou daquelas que são centrais (capacidade de visitar uma tia ou comer doces. (…) Sen argumenta que a selecção das capacidades a serem focadas é um julgamento de valor que deve ser explícito e muitas vezes através de um debate público." (Alkire, 2002 p. 184)

Será a partir desta convicção que Sen irá então desenvolver uma lista das capacidades básicas assim como a sua hierarquização por níveis de prioridade. Como seria de esperar tal tomada de posição gerou controvérsia por parte de alguns críticos que afirmavam que Sen não dava novas direcções para explicar porque é que as capacidades são especialmente valiosas. Assim, e a título de exemplo, Frances Stewart e Martha Nussbaum tecem os seguintes comentários tal como os apresenta (Alkire, 2002 p. 184): Frances Stewart advoga que a abordagem das capacidades seja reforçada através da validação de prioridades para atingir as capacidades

[80] Citado por Fonte, 2004

básicas, enquanto Martha Nussbaum[81] propõe um conjunto de 10 capacidades universais e humano normativas a serem protegidas com garantias constitucionais.
Qual a posição de Sen face a estas e outras críticas levantadas? Como refere (Alkire, 2002 p. 184) Sen reconhece que as capacidades têm de ser identificadas e podem ser ordenadas, desde as mais centrais até às mais triviais. Estas tarefas envolvem um exercício avaliativo e é sobretudo com a validação dos funcionamentos que a abordagem se preocupa. Também reconhece que a identificação das capacidades básicas é praticamente exigida para analisar e medir a pobreza.
No entanto, evita entrar em mais especificações, que poderiam aumentar o grau de subjectividade da sua ideia fundamental. Para Sen, a perspectiva Aristotélica de Nussbaum[82], não seria inconsistente com a abordagem das capacidades, mas não é exigida por ela.
A perspectiva da natureza humana pode ser tremendamente sobre-especificada[83], mas, como consequência, aumentaria o seu grau de complexidade o que se tornaria negativo na sua avaliação prática. Sobre este ponto, Sen diz ainda que existe um valor positivo numa teoria incompleta, mas que é consistente e combinável com várias e diferentes teorias e que, como tal, pode ser completada através de um acordo razoável.

- **Finnis: Os Valores Humanos Básicos**

O trabalho filosófico de um grupo interdisciplinar que inclui John Finnis, desenvolveu ao longo de 30 anos a concepção de uma lista de "valores humanos básicos" que consideram dar um contributo para todas as finalidades básicas da acção humana. As deliberações éticas de Finnis e seus colegas demonstraram o poderoso valor prático de especificar razões básicas para agir.
Este grupo de trabalho, também considerou que "as dimensões não podem ser organizadas numa hierarquia permanente, o que quer dizer que, qualquer destas dimensões pode parecer a mais importante.[84] (…) A longo prazo, as pessoas e as comunidades fazem compromissos semelhantes que afectam a sua mistura e peso relativo de valores."
As dimensões não derivam nem dividem uma ideia acerca do que é uma boa vida, em vez disso, as dimensões são valores ou razões para agir que as pessoas de diferentes grupos linguísticos e vizinhos podem reconhecer, baseados na razão prática, isto é, na sua própria experiência em descobrir o que vão fazer, ou na sua observação da experiência dos outros.
Dito de uma maneira diferente, as dimensões do desenvolvimento são como "as cores primárias" dos valores. Um leque infinito de cores secundárias pode ser feito a partir delas e nem todas as pinturas (vidas, comunidades ou projectos geracionais) usam todas ou a maioria das tonalidades. Mas, se por exemplo, todas as tonalidades de amarelo estivessem em falta, então a nossa compreensão da cor estaria distorcida.
Do mesmo modo, nem todas as actividades das comunidades reflectirão cada dimensão. Se todas as expressões da dimensão de amizade (como solidariedade, compaixão e afecto) estiverem em falta, então os alicerces do desenvolvimento humano podem ser fundamentalmente distorcidos.
A fundamentação epistemológica que Finnis esboça para estas dimensões, baseada só em razões práticas, é a base para uma abordagem ética.
As suas causas clarificam, como nenhumas outras, a relação que as dimensões universais do desenvolvimento podem ter com a informação empírica, com reflexões sobre valores dentro

---

[81] O seu trabalho é dirigido a corpos legislativos nacionais e não dá muita orientação para especificar iniciativas micro económicas que por exemplo exijam uma abordagem muito mais participativa.
[82] Que diz que pode identificar uma única lista de funcionamentos que constituem uma boa vida.
[83] Baseada na única lista de funcionamentos de Aristóteles para uma boa vida humana.
[84] Por exemplo, no dia de uma importante actuação, um cantor não come em demasia, não visita amigos, não lê jornais, não vai ao supermercado porque se prepara para cantar.com toda a ressonância e beleza que pode. A dimensão estética é temporariamente mais importante para ele, do que a amizade ou saúde.

de diferentes culturas e com propósitos normativos relativamente ao que as instituições que pretendem promover o desenvolvimento ou não comprometer-se. …Então, segundo Finnis, o que fundamenta as razões básicas para a acção ser considerada como "dimensão do desenvolvimento"
(Alkire, 2002 pp. 185-186)

As razões básicas para agir. Adaptado de Finnis (Alkire, 2002)		
Life itself	(a própria vida)	A sua manutenção e transmissão: saúde e segurança.
Knowledge and aesthetic experience	(conhecimento e experiência estética)	A pessoa humana pode conhecer a realidade e apreciar a beleza e tudo o que tenha a ver com as suas capacidades para conhecer e sentir
Some degree of excellence in work and play	(algum nível de excelência no trabalho e divertimento)	A pessoa humana pode transformar o mundo natural usando realidades a partir de si própria para expressar sentidos e servir propósitos.
Friendship	(amizade)	Várias formas de harmonia entre indivíduos e grupos de pessoas, vivendo em paz e estabelecendo relações de vizinhança e amizade
Self-integration	(auto-integração)	
Self-expression, or Practical Reasonableness	(auto-expressão ou razoabilidade prática)	
Religion	(religião)	Para melhorar a harmonia, estar em paz com Deus, mais do que uma fonte de sentido e valor humano.

- **Martha Nussbaum: As capacidades básicas humanas**

Enquanto as categorias de Finnis representavam dimensões genéricas do valor humano, as de Martha pretendem ter aplicações directas constitucional e politicamente.
A sua lista foi já revista várias vezes. A sua mais recente versão é apresentada com os seguintes títulos: vida, saúde física, integridade física, sentidos, imaginação, pensamentos, emoções, razão prática, filiação, outras espécies, divertimento e controlo sobre o meio ambiente.
Também inclui categorias que tem coincidências imperfeitas com as de Finnis: sentidos, pensamentos e imaginação (que incluem algum conhecimento) e emoções. A sua categoria de filiação parece ter um paralelo com a de amizade de Finnis. A categoria "outras espécies" é uma nova proposta.

Capacidades centrais e funcionais do ser humano. Adaptado do Quadro de Nussbaum (Alkire, 2002 p.189)		
Life	Vida	Ser, capaz de viver uma duração razoável. Não morrer prematuramente.
Bodily health	Saúde física	Ser capaz de ter boa saúde, incluindo boa reprodução, ser devidamente alimentado e ter um abrigo adequado.
Bodily integrity	Integridade física	
Senses, imagination, thought	Sentidos, imaginação, pensamento	Ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar, raciocinar de uma forma verdadeiramente humana, de uma forma informada e suportada numa educação adequada.
Emotions	Emoções	Ter experiências emocionais várias: amar, sofrer.
Pratical reason	Razão prática	Ser capaz de formar uma concepção do bem e ter uma reflexão crítica acerca da planificação da própria vida.
Affiliation	Filiação	Ser capaz de viver com outros, comprometer-se em formas de interacção social. Ter capacidade e sentido de justiça e amizade. Ter as bases sociais do auto respeito e da não humilhação. Isto envolve protecção contra discriminação de qualquer tipo.

Other species	Outras espécies	Ser capaz de viver respeitando os outros animais, plantas e toda a natureza.
Play	Divertimento	Ser capaz de rir e de gostar de actividades recreativas.
Control over one´s environment ?? Political	Controlo sobre o meio ambiente e política	Ser capaz de participar nas escolhas políticas. Direito à participação política, protecção e liberdade de expressão e associação.

- **Manfred Max-Neef: categorias axiológicas**

Esta matriz tem sido usada na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Suécia e UK. O exercício divide os participantes em grupos de 10 indivíduos que se juntam durante dois dias. Num intenso processo de análise introspectiva, o grupo analisa as 10 necessidades e satisfações que tem efeito construtivo ou destrutivo na sua sociedade. Descrevem 4 tipos de expressões de cada necessidade: ser (atributos), ter (ferramentas, normas) fazer (agencia) e interagir (expressões sociais no tempo e espaço). As suas análises são provocadas por 10 classes de necessidades que Max propôs. Por exemplo, a interpretação da necessidade humana para "compreensão" feita por uma comunidade pode ter a segunda expressão:

Necessidades e satisfações. Adaptado de Max-Neef (Alkire, 2002)	
Necessidade	**Compreensão**
Ser	Consciência crítica, respeito, curiosidade, espanto, disciplina, intuição, racionalidade
Ter	Literatura, professores, método, politicas educativas e comunicativas
Fazer	Investigar, estudar, experimentar educar, analisar meditar
Interagir	Conjuntos de interacções formativas, escolas, universidades, academias, grupos, comunidades, famílias

A classificação de Max-Neef é genérica, tal como a de Finnis. Ele propõe que as necessidades podem ser satisfeitas a diferentes níveis e com diferentes intensidades.
As necessidades podem ser satisfeitas a nível individual, de grupo social ou ambiental. As necessidades que não são adequadamente satisfeitas revelam um aspecto de pobreza humana. Max-Neef devota considerável atenção à tese que considera que a pobreza gera patologia social. A sua lista permanece "provisória" e aberta a modificações. O seu conjunto de necessidades pretende ser exaustivo, indicando todas as dimensões das necessidades humanas, ainda que possam não ser todas observadas em todas as comunidades.

Os elementos da matriz de Max-Neef são: subsistência, protecção, afectos, compreensão, lazer, criação, identidade e liberdade. Estes elementos formam um estreito paralelo com o conjunto apresentado por Finnis. A *subsistência* e a *protecção* têm paralelo com o que Finnis designa por *vida*; a *compreensão* tem paralelo com o *conhecimento*; a *criação* e o *lazer* têm paralelo com o *trabalho* e o *divertimento*. A *participação e a identidade* têm paralelo com a *razão prática*. *Afecto* tem paralelo com *amizade*.
Max-Neef não tem uma categoria distinta para casamento ou religião/transcendência, já que considera que a transcendência ainda não é uma necessidade universal, mas que pode vir a ser à medida que a raça humana evolui.

- **Deepa Narayan *et al*: Dimensões do bem estar**

Uma equipa liderada por Deepa Narayan fez um estudo pioneiro sobre os valores dos mais pobres, intitulado *Vozes dos pobres*. Para isso reuniram informações e citações de cerca de 60 000 pessoas pobres e analisaram a informação reunida. É pioneiro porque é o primeiro estudo inter-cultural desta magnitude até à data a incluir os mais pobres e iletrados. Uma outra importante descoberta deste estudo é que os pobres vêem e experienciam a pobreza como algo

multidimensional. Esta descoberta surgiu porque um dos aspectos deste estudo era analisar como os pobres definiam pobreza.
Há grandes semelhanças das categorias estabelecidas por Finnis e Deepa. No estudo de Deepa a vida estava dividida em bens materiais e físicos (saúde) e segurança o que tem paralelo à descrição de Finnis de (saúde física, vigor e segurança). O conhecimento não foi considerado proeminente como um bem em si. O trabalho foi mencionado mas o divertimento não. Os relacionamentos foram valorizados assim como a harmonia e o sagrado.
(Alkire, 2002 p. 190)

Dimensões de Bem-estar. Adaptado de Narayan et al (Alkire, 2002)	
Bem-estar material. Ter suficiente:	*Alimento; Bens próprios; Trabalho*
Bem-estar físico: estar e aparentar estar bem ao nível da:	Saúde; Aspecto; Ambiente físico
Bem estar social:	Ser capaz de cuidar, educar, casar e ter filhos; Auto respeito e dignidade; Paz, harmonia, bons relacionamentos na família e comunidade
Segurança:	Paz civil; Segurança física e ambiente seguro; Segurança física pessoal; Acesso à lei e à justiça; Segurança na velhice; Confiança no futuro
Liberdade de escolha e acção	
Bem estar psicológico	Paz de espírito; Felicidade; Harmonia (incluindo vida espiritual e religiosa)

- **Shalom Schwartz: Valores humanos universais**

Schwartz propôs uma teoria do conteúdo universal e estrutural dos valores humanos baseada numa pesquisa empírica intercultural, onde incluia:

- O "conteúdo substantivo dos valores"
- O entendimento dos valores identificados
- Se os valores têm equivalência entre os grupos de pessoas
- Se existe uma estrutura com sentido e identificável de relações entre valores.

Como define Shwartz o conceito de valor:
"Objectivos transituacionais desejáveis, variando ao nível da importância, que servem como princípios orientadores na vida de uma pessoa ou de outra entidade social. Implícito nesta definição de valores como objectivos está o facto que eles servem os interesses de alguma entidade social; podem motivar a acção dando-lhe direcção e intensidade emocional; Funcionam como standards para julgar e justiçar acções e são adquiridos através da sociabilização dos valores dos grupos dominantes e através das experiências de aprendizagem únicas de cada indivíduo."

Schwartz chama a atenção que cada uma destas áreas de valores anteriormente apresentadas, contêm aspectos terminais e instrumentais. Poder-se-á então considerar o proclamado aspecto terminal de cada valor como uma dimensão do DH comparável ao de Finnis. Como exemplo afirma que o universalismo e a benevolência têm de relacionar-se de alguma forma com bens de filiação, relacionamento com pessoas e outras espécies. (Alkire, 2002 p. 191)

Valores humanos universais. Adaptado de Shalom Shwartz. (Alkire, 2002)	
Poder	Estatuto social e prestigio; controlo ou domínio sobre pessoas e bens
Conquista	Sucesso pessoal através de demonstração de competência de acordo com standarts sociais.
Hedonismo	Prazer e sentido de gratificação por si próprio. Prazer o bem maior
Estimulação	Excitação, romance, e desafios na vida.

Auto-direcção	Pensamento e acção independentes: escolher, criar, explorar.
Universalismo	Compreensão, apreciação, tolerância e protecção do bem estar das pessoas e da natureza.
Benevolência	Preservação dos bens das pessoas com quem contactamos frequentemente.
Tradição	Respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideias que a cultura tradicional ou religiosa oferecem
Conformidade	Restrições nas acções, impulsos que possam aborrecer ou magoar outros ou violar normas ou expectativas sociais.
Segurança	Segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, das relações e de si próprio.

Schwartz também testou um outro valor: espiritualidade, mas concluiu que não deriva de uma necessidade universal e pode não ser reconhecido interculturalmente.

- **Robert Cummins: Domínios da qualidade de vida**

Cummins identificou sete domínios, que no seu entender se encontram relacionados com a qualidade de vida: bem estar material, saúde, produtividade, intimidade/amizade, segurança, comunicação, bem estar emocional.
O bem estar material, saúde e segurança encontram paralelo com a dimensão "vida" de Finnis; a produtividade pode relacionar-se com excelência no trabalho e divertimento. A intimidade/amizade encontram paralelo com a amizade de Finnis e também com casamento. A categoria comunicação tem paralelo com a amizade ou sociabilidade. Não fazem parte da síntese de Cummins o conhecimento, razoabilidade prática no sentido de escolhas, com sentido de harmonia. (Alkire, 2002 p. 192)

- **Maureen Ramsay: Necessidades psicológicas práticas**

Ramsay interessou-se por identificar necessidades físicas e mentais "objectivas e essenciais" antes de desenvolver indicadores empíricos para estas necessidades e de identificar meios para satisfazer necessidades ou restaurar o natural funcionamento mental. Estudou as necessidades psicológicas identificadas por 10 autores, depois classificou as suas listas em 6 categorias de necessidades baseadas inteiramente na convergência e não em argumentos razoáveis.
O conjunto das necessidades humanas de Ramsay é: sobrevivência física, necessidades sexuais, segurança, amor e relacionamentos, estima e identidade e auto-realização.
A sobrevivência física e segurança têm paralelo com a vida de Finnis. O amor e relacionamentos tem paralelo com a amizade e filiação. A estima e identidade com a auto-expressão de forma imperfeita. A auto-realização também tem um paralelismo imperfeito com a auto-integração e razão prática de Finnis. As necessidades sexuais são distintas. Ela não faz referência ao conhecimento, ao trabalho, divertimento ou religião enquanto necessidades humanas objectivas. (Alkire, 2002 p. 192)

- **Doyal e Gough: Necessidades humanas básicas**

A sua teoria das necessidades assenta na filosofia e na practicidade tendo também em conta o indicador debates nas ciências sociais.
A sua teoria define necessidades universais como pré condições para a participação social, que se aplicam a todos do mesmo modo. Concluem que as necessidades universais existem, que conjuntos de necessidades básicas e intermédias podem ser identificados e que os graus de satisfação das necessidades podem ser apresentados em tabelas. Em particular, identificam duas necessidades básicas universais: saúde física e autonomia. Depois identificam 11 necessidades intermédias: - Nutricional (comida e água); Abrigo e protecção; Trabalho; Ambiente físico; Cuidados de saúde; Segurança à infância; Relações primárias significativas; Segurança física; Segurança económica; Controlo de nascimento seguro; Educação básica. (Alkire, 2002)

- **Siméon Fongang: O Indicador de Bem Estar Humano (IBH)**

Siméon Fongang[85], no seu livro *L'Indicateur de Développement Humain du PNUD*, apresenta algumas sugestões para afinar metodologicamente o Índice de Desenvolvimento Humano perpetrado pelo PNUD. Segundo o autor, novos métodos de medição do desenvolvimento humano devem dar atenção às necessidades das populações, assim como ao seu potencial.

Assim (Fongang, 2000 p. 131) diz-nos que já sabemos que a problemática do desenvolvimento humano faz do ser humano não somente a finalidade, mas também, o meio para se atingir o desenvolvimento. Os indivíduos devem ser os beneficiários dos frutos do progresso económico e social, assim como os principais actores de tal processo. Para que isso aconteça, como é afirmado pelo PNUD no seu Relatório de 1991 " (...) os indivíduos devem ter a possibilidade de investir no desenvolvimento das suas próprias capacidades: saúde, educação, e formação, e por outro lado, fazer uso das suas capacidades, ou seja, de participar plenamente em todos os aspectos da sua vida e de se exprimir livremente e de uma forma criativa."

Considerando também o próprio PNUD que a medição do Desenvolvimento Humano deve englobar todas as potencialidades e todas as aspirações dos seres humanos, Fongang afirma que a medida do desenvolvimento humano deve ter em conta a dupla dimensão do ser humano como actor e beneficiário do progresso, sendo que, no seio do IDH, podemos também distinguir dois tipos de capacidades, relativamente ao indivíduo:

- Os bens internos, (bens do corpo ou compleição física), intimamente ligadas ao ser humano representados no IDH pelos critérios de saúde e educação.
- Os bens externos, representado no IDH pelo rendimento.

Como se inserem estes dois aspectos da capacidade humana na medição do Desenvolvimento Humano? (Fongang, 2000 pp. 133-134)

Os bens exteriores podem ser classificados em materiais e imateriais:

- *O ter exterior material*: O aspecto material do ter incide sobre os activos físicos monetários e financeiros que fazem parte do património.
- *O ter exterior imaterial*: Nesta categoria, encontramos o prestígio, o poder (no sentido político do termo), as honras, os direitos, as liberdades humanas que são todas consideradas como bens. Trata-se de aquisições institucionais e relacionais de todas as formas. É neste domínio do ter social que se pode ligar à noção pnudiana de "segurança" (PNUD, relatório 1994).

Um dos aspectos desta noção é tratado por Storch (1815, Tome1, p.4), que fala de "sûreté". A sûreté, por vezes um bem e uma condição anterior à riqueza e à civilização:"consiste no distanciamento de tudo o que pode turvar ou dificultar o livre emprego, seja as faculdades pessoais do cidadão, seja as coisas que se tornaram propriedade sua; noutros termos, é a garantia dos direitos naturais e adquiridos. Como estes direitos são comuns a todos os cidadãos, os de cada um em particular, encontram-se limitados pelos direitos de todos os outros; cada um tem o direito de dispor livremente da sua pessoa e da sua propriedade, contando que não impeça os outros de agir da mesma forma". A amizade está assim, em geral, agrupada nesta categoria. Ela é

[85] Várias das inúmeras propostas alternativas feitas por Fongang na tese original *L'indicateur de développemen humain du PNUD: portée, limites et dépassement.* Poitiers, 1996: Université de Poitiers (Thèse de doctorat ès Sciences Economiques, 1 volume (capítulos 3 a 6), foram tomadas em conta, nomeadamente nos relatórios 1996, 1997 e 1998.

tratada por Aristóteles como sendo um bem, apto a contribuir para o bem-estar daquele que a experimenta, mas com vantagem, uma vez que se trata de uma boa amizade. (Éthique à Nicomaque, Livres 8 & 9)

Tal como para os bens externos, também os internos (o Ter no Ser) se encontram divididos por dois tipos:

- O *habitus*: Para Aristóteles, o *habitus* é uma disposição natural de todo o ser humano, segundo o qual pode ser boa ou má relativamente a uma coisa, um estado ou situação. ”O *habitus* é o estado que segue aquele em que estamos bem ou mal dispostos”.O *habitus* passa por ser o princípio endógeno do agir humano, uma “maneira de ser” que se relaciona a montante da natureza e a jusante da acção. Deste ponto de vista, o *habitus* é um estado do corpo e da alma, e qualifica a sua disposição para a acção. É pois qualquer coisa que o ser humano tem em si. É esta aceitação do hábito como bem do corpo, como um elemento do ter que São Tomás de Aquino vai revalorizar, pois, escreve ele:”este substantivo *habitus* vem do verbo *habere*, haver, possuir”.
O *habitus* aparece assim como um elemento constitutivo do bem-estar humano. Com efeito:”O *habitus* encaminha o homem em direcção à beatitude”. O exercício do *habitus* pelo ser humano permite-lhe desenvolver as suas capacidades naturais e de as conduzir à sua conquista perfeita. O *habitus*, enquanto capacidade da natureza humana, difere do habitual quando este último aparece como um mecanismo congelado, enquanto que o *habitus* se identifica mais com a actividade que beneficia esta capacidade da natureza humana. (Fongang, 2000 p. 135)

- O espiritual: Sob o título do ter espiritual, podemos citar a fé, a esperança, o amor (de Deus), a recordação e a contemplação. Segundo Epicuro (Lettre à Ménécée), os prazeres supremos são os da alma em relação aos “prazeres do ventre”. A sua preferência pelos prazeres da alma é justificada simplesmente pela sua livre disposição. Estes prazeres, em relação aos do corpo, estão à nossa disposição; é o caso, por exemplo, da esperança e da recordação, no sentido em que é a recordação como fonte de prazer, faz reviver sensações agradáveis e pode permitir, em alguns casos, atenuar dores ressentidas pelo corpo. A posição de Platão junta-se a esta, uma vez que segundo ele, como escreve a seu propósito Jacques Aubourg (1980, p.21): “os verdadeiros prazeres não podem ser senão os da alma: prazer das recordações, da imaginação da contemplação”.

Parece assim, que o *Ter material* é eminentemente exterior ao ser humano, enquanto o *Ter imaterial* pode estar no *Ser* ou exterior a ele. O *Ter* engloba, ao mesmo tempo, os bens materiais e os bens imateriais. Nestes últimos, Guillaume Roscher (1857, p.5) distingue as relações (pessoais ou reais) e as pessoas ou serviços pessoais reconhecidos como úteis, ou, por outras palavras, as aptidões que lhes servem de base e que são susceptíveis de mudança.

Sinóptica do Ser. Adaptado de (Fongang, 2000)			
Ter			
Imaterial			**Material**
Habitus	Espiritual	Sociais	Tangíveis
Saúde	Esperança	Prestigio	Activos
Inteligência	Fé	Poder	Bens
Sabedoria	Memória	Honra	Monetário
Beleza	Lembrança	Direitos	Financeiro
*Virtude	Amor	Segurança	Imobiliário
Prudência	(Culto)	Liberdade	Património
Justiça		Amizade	etc
Temperança		Privilégios	
Força		Certeza	
Vontade		(Precaução)	
Coragem		(Costumes)	
Confiança			
Ter no próprio Ser		**Ter exterior ao Ser**	

Qual a situação do IDH perante toda esta nova visão, quando associa os dois *habitus* do *Ser*, saúde e educação, a um bem exterior a esse mesmo *Ser*, o *Ter* monetário ou seja o rendimento? É uma das grandes questões que (Fongang, 2000 p. 139) se propõe apresentar no seu livro e que de um modo esquemático se apresenta de seguida.

A problemática do *Ser* apresentada no esquema seguinte, refere que a medida do indicador humano, se situa no ponto de junção dos dois pólos: *Ter* e *Necessidade* (Fongang, 2000 p. 142)

Ilustração 28: O IDH entre o *Ser* e o *Ter*

Quanto à questão do *Ter*, é apresentada segundo duas perspectivas:

Uma primeira apresenta o desenvolvimento humano numa *aproximação clássica* desenvolvida após Adam Smith, alicerçada no trabalho, no capital e nos processos de produção, numa vertente dos mercados de troca.

Ilustração 29: O Desenvolvimento Humano segundo a visão clássica

Numa segunda perspectiva o desenvolvimento humano é apresentado numa *óptica do capital humano*, e como tal, tomando em consideração a problemática humana.

Ilustração 30: O Desenvolvimento Humano na óptica do capital humano

Da conjugação do factor humano e da riqueza pretende-se definir uma medida alternativa do Desenvolvimento Humano, com a finalidade de aumentar o bem-estar humano. Como definido no RDH de 1990 "le lien entre le moyen et la fin ultime devrait à nouveau constituer le coeur de l'analyse et de la planification du développement".

No seguinte esquema é apresentada esta relação de análise e planificação do desenvolvimento, através da interligação entre estes dois factores, um considerado interno e outro externo ao ser humano.

Ilustração 31: A conjugação entre a problemática humana e a riqueza

Onde se situa então o Índice de Bem-Estar Humano (IBH) perante o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se analisados a partir da metodologia do Ser e do Ter proposta por Fongang?

Ilustração 32: O IBH e o IDH na proposta de Fongang

Deste modo para (Fongang, 2000 p. 189) o IBH responde às recomendações pnudianas uma vez que contempla o potencial material e imaterial e as necessidades humanas colocando numa fórmula matemática estas duas dimensões. O mesmo autor apresenta no seu livro a validação metodológica de todo este processo.

Em termo de conclusão, no entender de Fongang, bens externos serão então o capital material disponibilizado pelo próprio país, enquanto os bens internos formam o capital não material pertencente a cada ser humano. Da conjugação destas duas formas de capital pode nascer, ou não a prosperidade de um país.

- **Ivone Barreiro: O desenvolvimento humano sustentado**

Ivone (Barreiro, 2006), refere como principal objectivo da sua Tese de Doutoramento, contribuir com conhecimentos metodológicos e conceptuais, com o propósito de apresentar novas ideias que permitam avançar na construção de possíveis estratégias para o desenvolvimento humano sustentável, dentro de uma esfera política.
Destaca-se neste trabalho um exercício avaliativo, utilizando como estudo de caso, o último relatório do Desenvolvimento Nacional Humano do Brasil. As políticas são analisadas no sentido de explorar novas possibilidades de desenvolvimento humano, incorporando para isso uma percepção mais humanista, e portadora de atributos sustentáveis e integrados. Diz Barreiro, que os observadores da avaliação desta política pretendem identificar como é que outros esquemas possíveis de participação podem ocorrer em construção de políticas que anseiam por modelos de desenvolvimento que respondam a valores sociais e culturais coerentes com as comunidades e sociedades implicadas.

- **Wintrebert: Como medir a felicidade?**

Também para Wintrebert, a questão da insuficiência do Produto Interno Bruto para medir o bem-estar da sociedade não é nova, colocando-se nos meios universitários há mais de 25 anos.

> "Au début des années 1970, les premiers à tenter d'y répondre sont deux économistes américains, William Nordhaus et James Tobin qui proposent une mesure du bien-être économique (Measure of Economic Welfare, MEW), élaborée à partir du PNB. Pour ces deux auteurs, le produit national brut est un indicateur de la production et non de la consommation. Pour mesurer le bien-être, il faut se focaliser sur la consommation, classer en positif tout ce qui est censé améliorer le bien-être et en négatif tout ce qui le minore.
> Les limites du PIB sont largement connues mais, pour le moins, on sait ce que l'on mesure: selon l'optique retenue, un flux de productions, un flux de revenus, un flux de dépenses. La remise en cause du PIB comme indicateur central du niveau de vie ne s'est pas, à ce jour, réalisée. La difficulté provient de la prise en compte des multiples éléments disparates qui participent à l'épanouissement de la personne aux différents âges de la vie."

Para Wintrebert, o IDH, o único indicador sintético 'oficial' que se conseguiu impor ao PIB, não deixa ainda de se encontrar bastante limitado no seu campo de investigação por fazer referência a apenas três critérios, já de todos conhecidos. (Wintrebert, 2007)
Como alternativas a esta problemática (Wintrebert, 2007 p. 3) faz referência a algumas metodologias utilizadas na elaboração de indicadores de bem-estar e felicidade[86]:

Algumas metodologias utilizadas na elaboração de indicadores de bem-estar e felicidade. Adaptado de (Wintrebert, 2007)	
Subjective Well-Being Measurement (SWBM,	utilisé notamment par Adrian White de l'Université de Leicester).

[86] Para além das metodologias apresentadas por Wintrebert, aproveita-se para se fazer referência a *Le bien-être émotionnel* desenvolvido pelo Intitut Canadien de la Recherche sur la condition physique et le mode de vie Progrés en Prévention ISSN 1205-7037

Auto-évaluation anamnestique comparative	(Anamnestic Comparative Self Assessment, développée principalement à l'université Libre de Bruxelles et à l'université Erasmus Rotterdam. Faculta des Sciences Sociales) qui se fonde sur une échelle de bonheur biographique, déterminée par l'expérience de vie, entend compléter le SWBM.
Bonheur National Brut: (BNB)	Como atrás já foi referido, índice protagonizado pelo rei do Botão Jigme Singye Wangchuck en 1972.
Índice du bonheur mondial:	(associé à un indicateur de fracture mondiale et à un indice de mondialisation) développé par Pierre Le Roy[87]

> "Si les comparaisons internationales semblent pour le moins hasardeuses, les différentes études permettent en revanche d'identifier des facteurs essentiels expliquant le bien-être. « Les gens sont nettement plus heureux dans les pays plus riches, sécuritaires, libres, égaux et tolérants. Ensemble, cês qualités sociales expliquent plus de 63 % de la variation du bonheur moyen ! Les améliorations dans les conditions sociétales tendent à être suivies par une augmentation du bonheur moyen 11 ». (…) Si, au niveau international, on ne peut sans doute guère aller au-delà de ces grandes conclusions, quatre grands facteurs de bien-être sont bien identifiés: richesse; sûreté; liberté; solidarité. Nul doute qu'ils seront affinés à l'avenir." (Wintrebert, 2007 pp. 4-5)

- **Botão: A felicidade Nacional Bruta**

Considerado um dos países menos desenvolvidos do mundo, o Botão não se reconhece no indicador *Produto Interno Bruto*.

> "Au Bhoutan, ce tableau de bord porte un nom plein de charme. C'est le bonheur national brut (BNB). Le royaume est-himalayen, bouddhiste, compte environ 800 000 sujets. Enclavé entre les deux pays les plus populeux de la planète, il vient de mettre fin au long isolement qu'il s'était imposé. Jusqu'à la fin des années 90, la télévision et l'Internet y étaient interdits ; aujourd'hui le Bhoutan songe à adhérer à l'Organisation mondiale du commerce (OMC)."

Apesar desta abertura, o rei pretende preservar os seus valores sociais nos termos que o mundo inteiro possa compreender e respeitar.

> "En mesurant le progrès de manière à bien prendre en compte ses atouts sociaux, culturels et environnementaux tout autant que son développement économique, le Bhoutan donne suite à cette déclaration faite en 1972 par Sa Majesté le Roi Jigme Singye Wangchuk: « Le bonheur national brut est plus important que le produit national brut."

Para o primeiro Ministro *Lyonpo Jigmi Y Thinley*, os quatro pilares do BNB são :

- O desenvolvimento sócio-económico equitativo e durável
- A preservação e a promoção dos valores culturais
- A defesa da natureza
- A boa governança.

"Ces idéaux sont certes inscrits dans la politique de l'État, mais le gouvernement bhoutanais souhaite de plus en plus mesurer, voire quantifier son progrès à l'aune de ces valeurs. (Lebègue, 2008) "[88]

- **The Millennium Ecosystem Assessment (MA)**

Também o ambiente, sendo parte integrante de todo o sistema de desenvolvimento humano, se encontrou "esquecido" pelas Nações Unidas durante muitos anos, e isto, apesar dos

[87] http://www.globeco.fr/ibmcomment.htm
[88] Cité par Olivier Lebègue, « Bonheur intérieur brut. Les indicateurs du bien-être », http://www.ql.umontreal.ca/volume12/ numero10/societev12n10a.html

constantes alertas de degradação e insustentabilidade anunciados por inúmeros investigadores e instituições científicas. Só no ano de 2000 foi apresentada, pelo seu secretário-geral Kofi Annan, o programa de *Avaliação do Ecossistema do Milénio* que tinha como objectivos centrais, perceber o impacto que as mudanças sentidas nos ecossistemas poderiam ter sobre o Homem, assim como, ter acesso às bases científicas que levariam ao conhecimento das acções necessárias com vista ao enriquecimento, conservação e uso sustentável desses mesmos sistemas, contribuindo deste modo, para o aumento do bem-estar humano. Esta avaliação do Milénio iniciada em 2001, envolveu o trabalho de mais de 1360 peritos em todo o mundo, que se traduziu na elaboração de 5 volumes técnicos e 6 relatórios sínteses, fornecedores de conhecimento científico referente às condições e tendências presentes nos ecossistemas do mundo assim como os serviços que estes mesmos ecossistemas podem oferecer, (tais como água potável, alimentação, produtos florestais, controlo das cheias e recursos naturais) e as opções para restaurar, conservar ou enriquecer o uso sustentável dos ecossistemas.

Ilustração 33: Estrutura dos serviços dos ecossistemas, na avaliação do Milénio e suas ligações com o bem-estar humano. Adaptado de (Barreiro, 2006 p. 116)

- **Algumas considerações finais**

Ao mesmo tempo que o IDH apresentado pelo PNUD, continua a ser um modelo de informação de referência mundial no que diz respeito às questões do desenvolvimento

humano, também parece cada vez mais consensual a ideia, que ainda muito há a fazer para o aperfeiçoar ou, segundo opiniões mais extremas, substituir ou mesmo extinguir.
Como atesta (Fonte, 2004): "(…) parece ficar claro a necessidade de um critério objectivo para classificar países, regiões, municípios e áreas de modo a direccionar com mais eficácia todos os esforços políticos. (…)" sendo que, uma das falhas apontadas, prende-se com o facto de se reconhecer que "(…) o IDH ainda é um instrumento insuficiente para revelar aspectos de natureza subjectiva que influenciam a vida das pessoas."
Uma outra fraqueza apresentada por Januzzi[89] (2002: 64), refere que, ao elaborar os índices de um modo sintético, torna-os pouco transparentes, podendo não reflectir de um modo adequado as dimensões empíricas mais relevantes para o estabelecimento de políticas consentâneas com as situações. Nas suas palavras "A operação de sintetização da informação, costuma incorrer em crescente distanciamento entre conceito e medida e perda de transparência para seus potenciais usuários, podendo tornar ainda o indicador menos sensível e especifico ao esforço de políticas sociais direccionadas."

Espartilhados entre a necessidade de aperfeiçoamento do IDH e os novos problemas que estas remodelações podem levantar, especialmente no que se refere à comparação de resultados no tempo, três atitudes são então, possíveis de tomar: 1ª- Abandonar os índices de desenvolvimento humano porque em nada de positivo se conseguem traduzir, ao nível das condições de vida das populações mais carenciadas; 2ª- Manter tudo como está; 3ª- Procurar novas soluções.

Considerando a primeira situação como fora de questão, uma vez que, de facto, existem vantagens comprovadas na elaboração de um sistema de informação e análise sistematizados no tempo e no espaço, no que diz respeito à segunda hipótese, para além de todas as razões apresentadas até ao momento, muitas vezes a ideia que transparece, parece transmitir uma excessiva competição, na qual, como em qualquer outro "campeonato mundial", o que mais interessa é subir no ranking, possivelmente, não olhando aos meios para o conseguir. Optando pela terceira atitude que, no nosso entender, para além de parecer a mais aliciante parece a mais sensata, inúmeros caminhos podem ser construídos para uma aproximação aos objectivos pretendidos. No entanto, será necessário iniciar este trajecto do ponto zero ou, pelo contrário, será de toda a importância aproveitar todo ou alguma parte do "trajecto" já realizado? Por outras palavras, o IDH é um índice a invalidar, ou valorizar? Na opinião de Fonte, como medida síntese de qualidade de vida, não. Para isso, a autora sugere a criação de indicadores em diferentes categorias prioritárias:

1ª- "A primeira categoria diz respeito ao conjunto de indicadores fundamentais para supervisão de políticas a nível mundial e nacional, cuja compilação se recomenda a todos os países, possibilitando comparações internacionais e nacionais.
2ª- A segunda categoria seria composta de indicadores que acrescentem informações à primeira categoria, abarcando os distintos objectivos das políticas (educação, saúde, segurança, meio ambiente, entre outros)
3ª- A criação de indicadores necessários para formar uma imagem mais precisa da situação de acordo com as circunstâncias nacionais ou locais, que permitam a incorporação dos valores culturais e das percepções subjectivas que as pessoas tem do que seja qualidade de vida e o que faz uma vida valiosa." (Fonte, 2004 p. 15)

Não nos querendo, de momento, comprometer com este modelo estrutural, apesar de numa primeira análise, nos parece munido de bom senso suficiente para fazer frente às dificuldades

[89] Citado por (Fonte, 2004)

que se levantam, quando se pretende que a sua aplicação seja de âmbito mundial, quais as principais ideias que nos interessa reter, tomando em consideração as propostas dos diferentes investigadores por nós anteriormente citados?
Desde logo ressalta a ideia, "do poder ter o que se deseja", tanto ao nível material como espiritual, para que se possa atingir o nível de *Bem-estar* ou *Qualidade de vida* desejado, tal como nos é proposto respectivamente por Deepa ou Cummis, através da expressão das suas dimensões. Mas sendo o ser humano movido pelas mais diversos quereres capazes de condicionar interesses de terceiros, como traduzi-la num indicador social, quando Neef refere que as Necessidades para além de poderem ser satisfeitas a nível individual, também o podem ser a nível de um grupo social? Schartz propõe uma série de *Valores Universais*, capazes de motivar a acção, ou por outras palavras, o comportamento humano, adquiridas através de processos de socialização. Também Doyal apresenta as *Necessidades Universais* separadas em básicas e intermédias, enquanto Ramsey separa as *Necessidades Psicológicas* básicas em sobrevivência, sexuais e segurança. Por sua vez, Finnis diz que os *Valores Humanos Básicos*, ou seja, as razões básicas para agir, não obedecem a uma hierarquia.
A esta "amálgama" de necessidades e suas prioridades, associadas às *Teorias da Motivação Humana* referidas no capítulo anterior, agregamos a *Expansão das Capacidades Humanas* eleita por Sen[90] (2004) como o factor essencial para alterar o rumo do desenvolvimento humano de um modo positivo. Diz Sen que, embora todas as pessoas tenham necessidades, também têm valores e, especialmente, valorizam a capacidade de ajuizar, avaliar, agir e participar "agentes, cuja liberdade de decidir qual valor atribuir às coisas e de que maneira preservar esses valores pode se estender muito além do atendimento de nossas necessidades". Nesta linha de pensamento, também Nussbaum apresenta a sua lista das *Capacidades Básicas Humanas*.
De um modo similar, Fongang, na sua proposta de alteração do IDH, através do *Índice de Bem-estar Humano*, refere que o desenvolvimento faz do Homem não somente a finalidade, mas também o meio para o atingir. Como tal, a sua medida deve englobar para além das potencialidades ou capacidades [que subdivide em *internas* (saúde e educação) *e externas* (Pib)], as aspirações dos seres humanos, o seu querer, a sua motivação. No fundo a sua proposta pretende conjugar as necessidades das populações com o seu potencial para as suprir de um modo independente, tal como é proposto por Amartya Sen.

Retomando a linha de pensamento de Fonte, levanta-se a questão bastante pertinente, sobre a possibilidade de desenvolvimento de um modelo de construção de um "sistema internacional harmónico de prestação de contas sociais". Sobre este, escreve a autora:

> "(…) ao investigar as prioridades das pessoas pobres, descobre-se que o que mais representa para elas difere, frequentemente, do que os que estão de fora presumem. Mais rendimento é apenas uma das coisas que as pessoas pobres desejam. Nutrição adequada, água potável à mão, melhores serviços médicos, mais e melhor escolaridade para os seus filhos, transportes baratos, alojamento adequado, emprego contínuo e meios de vida seguros, empregos produtivos, remuneradores e satisfatórios não se mostram num maior rendimento per capita, pelo menos durante algum tempo."

Um dos grandes problemas que se coloca então ao IDH, como refere Fonte, diz respeito à possibilidade de se estabelecerem padrões mínimos universais de qualidade de vida, válidos para todos os países e culturas.

> "O IDH se baseia em uma metodologia comparativa que identifica as diferenças sem indicar parâmetros mínimos. (…) O DH teria como significado mais amplo, não apenas a expansão da riqueza, mas da capacidade das pessoas serem responsáveis por actividades e estados mais valiosos e valorizados."

---

[90] Citado por (Fonte, 2004)

3.7. QUAL O MODELO A SEGUIR E QUEM TERÁ CAPACIDADE PARA O REALIZAR?

Nos subcapítulos antecedentes parece ficar bem patente, a necessidade do ser humano em perceber o mundo que o rodeia. Para que tal se tornasse possível, criou ao longo de toda a sua vivência, sistemas de informação que lhe permitissem atingir os seus desígnios. No entanto, o grau de satisfação com os resultados obtidos nunca foi julgado suficiente perante os novos contextos e como tal, foram continuamente sujeitos a alteração. Terá sido após a 2º Guerra Mundial, que esta necessidade se tornou mais premente e a partir de então, é significativo o número instituições que, utilizando as mais diversas metodologias, elaboram relatórios versando as mais variadas temáticas, abrangendo maiores ou menores áreas geográficas e muitas vezes, possuindo na sua composição, indicadores expressos ou não sob a forma de índices. Será exactamente neste ponto que reside um dos principais problemas actual.

Sendo cada vez tornado mais evidente, que práticas individuais[91] nocivas, se podem repercutir de um modo negativo sobre todo o planeta, sendo que estas se encontram relacionadas com todos os factores dos quais depende a sobreviveria humana, sente-se a necessidade, também cada vez maior, da existência de uma base de dados, que para além de abrangência mundial, integre os factores humanos, sociais e ambientais, julgados prementes para uma aproximação à realidade.

Quem terá capacidade para realizar tal proeza? Qual a metodologia a utilizar?
Quanto à primeira questão, acredita-se que sejam as Nações Unidas, "livres e independentes", o tipo de organização que poderá, com menos dificuldades, atingir resultados mais válidos. Já no que diz respeito à segunda interrogação, perante todo o levantamento bibliográfico que foi feito, a resposta não será fácil, senão mesmo impossível, sentindo-se a necessidade de conhecer mais em profundidade o actual e real poder e vocação que move as Nações Unidas, sendo que já no Relatório do Desenvolvimento de 1999, Paul Streeten, numa nota de abertura sobre *Os Dez Anos de Desenvolvimento Humano* refere o seguinte:

> " (…) Há outros benefícios não materiais que são frequentemente mais apreciados pelos pobres do que as melhorias materiais. Alguns deles tomam parte nas características dos direitos, outros nas dos estados de espírito. Entre estes estão as condições de trabalho boas e seguras, a liberdade de escolher empregos e meios de vida, a liberdade de movimento e de expressão, a libertação da opressão, violência e exploração, a segurança contra a perseguição e a prisão arbitrária, uma vida familiar satisfatória, a afirmação de valores culturais e religiosos, tempo de lazer adequado e formas satisfatórias de o utilizar, um objectivo na vida e no trabalho, a oportunidade de se juntar e participar activamente nas actividades da sociedade civil e o sentimento de pertencer a uma comunidade." (PNUD, 1999 p. 17)

Como se poderá então, resolver este problema de saber o que exactamente anseiam ou necessitam, cada uma destas especificidades sociais que compõem o todo da humanidade?
A elaboração dos relatórios nacionais parece-nos uma ferramenta muito importante para a resolução de algumas destas contrariedades, especialmente ao nível do conhecimento das especificidades locais. No entanto alguns problemas poderão surgir, quando o objectivo é a elaboração de um modelo d abrangência global. A capacidade para a realização destes estudos de pormenor é muito díspar de país para país, sendo de esperar um avolumar de obstáculos à sua cabal execução, de um modo geral, exactamente naqueles países que apresentam problemas mais graves de desenvolvimento humano. Por outro lado, a minúcia a que poderão ser levados alguns relatórios nacionais, podem torná-los impraticáveis, se nos seus objectivos

[91] Estamos a referir-nos em concreto às práticas desenvolvidas por alguns países.

constar uma apreciação homogénea e consistente no espaço e no tempo, capaz de permitir "traçar" uma tendência do factor em análise.

Perante as situações e conclusões anteriormente apresentadas, qual o melhor caminho então a tomar? Vaticina o PNUD, que é urgente a necessidade de criar *capacidade estatística.*

De facto, é conhecida a extrema dificuldade com que se depara quem pretende levar a "bom porto" um trabalho estatístico, mesmo quando este se reporta a um espaço-tempo restrito. Falta de dados, dados sujeitos a diferentes metodologias de tratamento, não permitem avaliar com o rigor necessário a evolução ou a estabilidade dos indicadores tomados como referencia. Quando o horizonte que se pretende atingir diz respeito à recolha e análise de dados referentes a todo o planeta, imagina-se a extrema complexidade de tal processo. Uma possível resolução para tal problema passa pela *construção de uma capacidade estatística* sustentável em todos os países, só possível com o empenho político e financeiro não só Nacional como Internacional. Neste sentido foram dados os primeiros passos com as estratégias definidas pelo *Plano de acção de Marraquexe para a Estatística*[92] e pelo apoio da *Parceria para o Desenvolvimento Estatístico do Século XXI* (Paris 21)[93].

Dos trabalhos desenvolvidos durante a *Primeira Reunião Conjunta Anual da Conferência da UA de Ministros de Economia e Finanças e Conferência da CEA de Ministros Africanos de Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico*, realizada em *Adis Abeba, Etiópia* no ano de 2008 (UA, et al., 2008), surgiu uma perpectiva africana sobre a necessidade de Coordenação de esforços para o reforço de capacidades estatísticas em África, devido ao facto de nas últimas décadas, haver nos países Africanos, um aumento considerável na procura de estatísticas harmonizadas de qualidade em todas as áreas, incluindo a paz e a segurança, a boa governação e a convergência multilateral das políticas monetárias, entre outras. Deste modo sentiu-se a "necessidade de promover uma campanha de sensibilização sobre a importância da estatística na mobilização dos recursos nacionais, sub-regionais, regionais, continentais e internacionais, assim como, a necessidade de reforçar as capacidades dos países africanos para satisfazer as exigências cada vez maiores de estatística de qualidade". Neste relatório são apresentadas algumas questões que afectam os Sistemas Estatísticos Nacionais Africanos, dos quais destacamos a grande dificuldade de aplicação dos padrões, conceitos, metodologias e classificações internacionais sobre as especificidades africanas. Com o objectivo de vencer os vários problemas enfrentados pela África em se dotar com um sistema estatístico funcional, o Conselho Executivo da UA incumbiu a CUA, em colaboração com a CEA, BAD, NSOs, organizações estatísticas pan-africanas e outros parceiros, de elaborar e submeter uma Carta Africana da Estatística para apreciação e adopção. Esta Carta deve:

> "contribuir para fomentar o desenvolvimento estatístico em África, promover a estatística sobre a integração e servir de referência para o exercício da profissão de estatística, como um código de ética profissional e de boa conduta na produção e divulgação da estatística. Ela deve igualmente clarificar o processo de coordenação da actividade estatística em África e contribuir para a harmonização dos dados estatísticos."

Sem querer tornar este ponto exaustivo, mas por se julgar pertinente demonstrar o interesse que o próprio Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano[94] sente na urgência, em criar *capacidade estatística* a nível global, vamos apresentar algumas referências disponibilizadas pelo RDH de 2003:

---

[92] http: //unstats.un.org/unsd/statcom/doc04/marrakech.pdf
[93] www.paris21.org
[94] baseado em David 2003; De Vries 2003; Johnston 2002, 2003; PNUD 2002a, 2003e; McEwin 2003; Simonpietri 2003; UN 2002g; World Bank 2002a, 2003d, 2003h.

> "Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio tornaram clara a necessidade de estatísticas relevantes, fiáveis e a tempo para estabelecer políticas, responsabilizar os decisores, acompanhar os progressos e avaliar resultados. Todavia, apesar das melhorias consideráveis dos últimos anos, satisfazer a procura de dados básicos acerca do desenvolvimento humano continua a ser um grande desafio mundial. (…) Embora a situação relativamente aos dados varie de país para país, nos países em desenvolvimento, a Base de Dados dos Indicadores do Milénio[95]
> – baseada em estatísticas nacionais compiladas ou estimadas pelas agências de dados internacionais – é reveladora. Não só existem significativas lacunas em relação a quase todos os indicadores, mas também há grandes problemas de relevância, exactidão, consistência e fiabilidade."

Um outro problema levantado pelo PNUD diz respeito à possibilidade de comparação dos dados entre anos diferentes, imprescindível para se ter uma noção clara das tendências dos factores em análise. Refere o relatório que "Mesmo quando os dados estão disponíveis para múltiplos períodos, muitas vezes não são comparáveis devido a mudanças nas definições, nos métodos e na cobertura." No entanto, o mesmo relatório diz que "Ao criar uma procura a longo prazo de dados, os objectivos estão a desafiar as instituições nacionais e internacionais a ir além das respostas de curto prazo e criar capacidades e sistemas estatísticos nacionais sãos e sustentáveis." (PNUD, 2003 p. 15)

Para o PNUD a deficiente avaliação da importância das estatísticas no apoio à tomada de decisão política bem fundamentada, "leva muitos países a caírem num círculo de baixa procura e de fracos recursos para estatísticas, o que resulta numa oferta inadequada. Esses países não recolhem dados regularmente – muitos não fizeram um censo da população nos últimos 10 anos – e atrasam-se muito na adopção de padrões e métodos estatísticos actualizados. Também têm uma capacidade limitada de analisar e difundir estatísticas, desencorajando o uso de dados na análise política nacional."

Pergunta-se então, o que terá de ser feito para se resolver este problema? O relatório de 2003 aponta um caminho:

> "A procura de dados deve aumentar para que os sistemas estatísticos nacionais rompam esses círculos de subdesempenho e subfinanciamento. Os esforços para aumentar a oferta de dados também devem reforçar a capacidade dos governos e do público em geral de usar eficazmente os dados. Embora o controlo e o compromisso nacionais sejam cruciais para esses esforços, a comunidade internacional pode ajudar em vários aspectos: defendendo a importância dos sistemas estatísticos no apoio à governação eficiente e na capacitação das pessoas, usando melhor os dados existentes para satisfazer necessidades de curto prazo de programas específicos, e fazendo investimentos de longo prazo em sistemas estatísticos; formando analistas, gestores de sistemas e utilizadores de estatísticas; desenhando novos instrumentos de recolha de dados; aumentando o acesso aos dados através do apoio à difusão e análise de dados e encorajando o uso da tecnologia existente para baixar custos e tornar os programas estatísticos nacionais mais eficientes; realização pelos organismos internacionais de inquéritos às famílias para reduzir lacunas de dados em países em desenvolvimento, particularmente em relação à demografia, pobreza, saúde educação, bem-estar."

Todo este processo está associado a grandes dificuldades, especialmente em muitos países considerados de prioridade máxima e alta, onde, segundo o PNUD, a realização de inquéritos regulares ao rendimento e ao consumo, com o objectivo central de avaliação da pobreza extrema e das condições básicas de vida, necessita de muita ajuda externa para ser realizada com êxito[96].

---

[95] Consultar: http://millenniumindicators.un.org)

[96] Um modo de colmatar estas lacunas é praticado por exemplo pelo Banco Mundial através do *Trust Fund for Statistical Capacity Building*, que disponibiliza subsídios para o desenvolvimento de planos directores e projectos de pequena escala para criação de capacidade estatística.

Também é reconhecido pelo PNUD que:

> "Embora os inquéritos existentes (como os Inquéritos Demográficos e de Saúde) forneçam importantes dados em muitas áreas, nenhum fornece dados consistentes e fiáveis acerca da pobreza extrema e das condições básicas de vida. Utilizando novos ou melhores padrões e metodologias internacionais, o inquérito internacional à pobreza podia ser modular, com alguns módulos inalteráveis e consistentes no tempo e no espaço – e outros adaptados às necessidades correntes ou de longo prazo do país. Construído no âmbito de um programa integrado de inquéritos, um inquérito como esse podia fornecer dados inestimáveis para análise nacional e internacional, e tornar-se uma importante ferramenta para a criação de capacidade estatística nacional."

É um facto que realizar um levantamento estatístico coordenado de uma forma homogénea no espaço e consistente no tempo é uma tarefa hercúlea que só pode atingir os seus objectivos através de uma organização central conectada às diversas unidades estatísticas especializadas. Embora a "grande máquina" ainda pareça necessitar de alguns novos componentes e afinações, reconhece-se o trabalho concertado desenvolvido por alguns gabinetes estatísticos dos organismos internacionais, como os da sede da ONU e suas comissões regionais em trabalho combinado principalmente com gabinetes estatísticos nacionais. Outras unidades estatísticas de agências doadoras especializadas, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), trabalham geralmente com os seus homólogos nacionais nos ministérios da especialidade. Outros doadores ainda, principalmente multilaterais e bilaterais, gerem muitas vezes a cooperação técnica através de ministérios de cooperação técnica ou de mecanismos similares.

Perante o que acabou de ser apresentado, fica-se com uma ideia da posição do PNUD face ao trabalho desenvolvido até então, assim como aquilo que seria necessário que acontece-se para que os resultados pretendidos fossem atingidos.

> "Embora estatísticas internacionais mais fortes dependam de estatísticas nacionais mais fortes, também são necessárias alterações nas agências estatísticas internacionais. Têm de aumentar a sua capacidade para responder a novos desafios de medida e fornecer estatísticas a tempo, reduzir as lacunas e inconsistências de dados, melhorar a colaboração com sistemas estatísticos nacionais e reforçar a coordenação entre elas para melhorar os padrões e métodos internacionais e para garantir a consistência entre séries internacionais de dados. A comunidade internacional desempenha um importante papel no desenvolvimento estatístico, aplicando padrões, métodos e enquadramentos acordados internacionalmente para actividades estatísticas. (…) Para preencher as enormes lacunas estatísticas vai ser necessário o empenhamento e o esforço tanto dos doadores como dos beneficiários. A criação de capacidade não é algo que possa ser feito para os países: tem de ser feito pelos próprios países. Todavia, é essencial a ajuda externa." (PNUD, 2003 pp. 35-36)

Como o próprio PNUD afirma, a resolução deste problema não depende única e exclusivamente de si. Só através de um modelo global de parcerias devidamente organizado e reconhecido por todos os países, será possível criar um processo de análise capaz, de em primeiro lugar, especificar o que é para ser especificado e só depois, generalizar o que é possível de ser generalizado. Para que isso seja possível é imprescindível a realização de Relatórios Nacionais que embora adaptados às especificidades de cada país, contenham para determinados indicadores, julgados chave, o mesmo modelo de tratamento estatístico, de modo a que estes mesmos, possam estar aptos a contribuir para o grande processo de conhecimento global.

CAPÍTULO 4. UMA NOVA QUESTÃO PROBLEMA

Tendo por base a informação recolhida ao longo dos anteriores capítulos que, por uma questão de objecto de estudo, se procurou que fosse de abrangência multi-paradigmática, foi possível aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre alguns dos factores que julgamos envolver, de um modo directo ou indirecto o funcionamento da generalidade das sociedades. Se quanto aos factos apresentados, poucas dúvidas podem ser suscitadas, o mesmo já não se passa quanto às causas que os provocam, ressaltando a actualidade das palavras proferidas por Descarte "(…) ao considerar quantas opiniões distintas, defendidas por homens eruditos, podem existir acerca de um mesmo assunto, sem que possa haver mais de uma que seja verdadeira (…)". Tal facto permitiu-nos a ousadia, apesar de não eruditos, de também nós conjecturarmos sobre estas problemáticas que todos os dias nos envolvem e condicionam de um modo cada vez mais colectivo.
Neste capítulo, a partir das potencialidades e limitações que, segundo o nosso ponto de vista, foram detectadas em cada um dos factores referidos, pretende-se construir uma nova *questão problema* que nos permita enveredar por uma metodologia que, eventualmente, possa ajudar no avanço do nosso estudo sobre a importância da informação, tanto ao nível do "melhor conhecer para melhor actuar" como ao nível "da melhor informação, para uma melhor atitude".

4.1. MOTIVAÇÃO E PONTOS DE VISTA DO SUJEITO

Para se perceber melhor o conteúdo desta análise deve, ou não, ser conhecida a motivação do próprio sujeito que a realiza? Qual a distorção da realidade que poderá acontecer, em função das suas crenças, dos seus comprometimentos, do seu paradigma social de eleição?

> "Os investigadores evitam, muitas vezes, mencionar tais envolvimentos, porque, de acordo com o estereótipo mais comum, uma rigorosa imparcialidade parece ser a condição *sine qua non* para a obtenção de uma objectividade desinteressada. Considero este ponto de vista como um dos mais falaciosos, e até prejudiciais, que se enunciam com frequência na minha profissão. Os seres humanos não podem atingir um estado de imparcialidade (ainda que seja desejável), porque para estes é inevitável ter uma história de vida, necessidades, crenças e desejos. É perigoso para um cientista sequer imaginar que pode atingir uma completa neutralidade, pois, assim, arrisca-se a não estar vigilante (…) às suas preferências pessoais e respectiva influência, e pode então ficar verdadeiramente refém dos ditames dos preconceitos." (Gould, 2004).

O principal comprometimento presente neste trabalho, prende-se com o facto de se considerar a acção de infligir sofrimento a uma criança, seja ela de que proveniência for, como uma das "façanhas" mais abjectas de toda a humanidade e como tal, a necessitar de ser prevenida, combatida, ou duramente criminalizada por quem de direito.
Latino e Cristão por herança civilizacional, acredita-se que, algures no tempo e no espaço, existiu um ser humano, que deixou um legado ético capaz de sobreviver até aos dias de hoje. Por outro lado, a criança que, também por herança civilizacional ou não, nasceu budista, muçulmana, judaica, animista, católica, protestante, ou sem nunca ter sabido o que é uma crença ou religião, igualmente crescerá e poderá ter as suas convicções, que se for caso disso, defenderá com todo o seu Ser. De facto, embora seja um dos objectos centrais de toda a história humana, a questão de Deus, não poderá ser aqui abordada. O conhecimento não é suficiente e o sentir, se tal vier a acontecer, terá o seu momento próprio. Uma coisa parece ser certa. Se a ciência não conseguiu até hoje demonstrar a sua existência, também é certo que nunca conseguiu demonstrar a sua inexistência.

Por outro lado é um facto, que a ciência há muitos anos provou que o planeta Terra é uma ínfima esfera na infinitude, onde em função do ponto de vista, cada um de nós se poderá sentir no seu centro ou em um qualquer outro lugar.
No caso do presente trabalho, a Terra e a sua Humanidade serão compreendidas como uma unidade física-social, que navega no espaço sideral de uma forma aparentemente ordenada. Admite-se que, se numa primeira análise, se possuir uma visão "extra-terrestre", mais fácil se tornará perceber a fragilidade do contexto global em que, na *Realidade*, nos encontramos inseridos.

Ilustração 34: A Terra - Uma unidade sócio-espacial?

Quanto às questões económicas, que no fundo fazem mover as sociedades, acredita-se na inevitabilidade e mesmo necessidade da estratificação sócio-económica, até ao ponto em que esta não coloque em causa o normal funcionamento de todo o sistema, sendo para isso inevitável uma maior distribuição da riqueza. Umas vezes optimista, outras nem tanto, também se acredita que mesmo que esteja resolvido o problema anterior dentro de cada país, dificilmente acontecerá a concórdia entre os povos. Para que isso acontecesse, seria fundamental que grandes transformações ocorressem na relação homem-homem, homem-espaço, só possíveis através de uma grande corrente de pensamento e actuação universal nunca vista na história da humanidade.

4.2. CONCLUSÕES, CONJECTURAS OU UTOPIAS

Se "Toda a Humanidade é una" (Boorstin, 1994), se de facto, a humanidade pode ser considerada um único *Ser*, então este, não se apresenta nas melhores condições "fisiológicas", como parece ficar provado no capítulo primeiro. Sabendo-se que num sistema vivo, um desequilíbrio pode induzir o surgimento de outros com um efeito exponencial de instabilidade funcional, o futuro da civilização humana pode-se encontrar seriamente comprometido.

Será o futuro, uma utopia ou uma realidade? Quem sabe? Pelo menos, enquanto o ser humano existir à face da Terra, o futuro poderá ser uma realidade temporal pautada pela incerteza, no que se refere a determinados parâmetros de vida humana e social. Influenciadoras destas incertezas, estão incluídas tomadas de posição políticas globais, regionais, nacionais, locais, corporativas e mesmo pessoais, sem esquecer todos aqueles fenómenos naturais, mais, ou menos imprevisíveis.
Quais são então, os cenários possíveis, no que diz respeito ao futuro do nível de "bem-estar social" dos países designados como "desenvolvidos"?[97]

Ilustração 35: A imprevisibilidade dos tempos futuros

I - A estabilidade positiva: o mais sensato modo de encarar o universo físico e social.
II - A utopia: o querer aumentar indefinidamente a "qualidade" de vida humana através do consumo exacerbado, sem a criação de fortes desequilíbrios

[97] Questão e respectivo desenvolvimento, realizado durante um dos trabalhos solicitados para a disciplina de *Cooperação e Desenvolvimento* do Primeiro ano de Mestrado leccionado no ano de 2007 pelo Professor Carlos Pimenta, e que viria a estar na origem do presente trabalho.

ambientais e sociais.
III - O caos: A ruptura social e ambiental que em ultimo grau, pode levar à extinção humana

Para cada um destes três cenários, o impacto poderá ser diferente, ou semelhante, função do estado de "desenvolvimento" das sociedades em questão. Para aquelas que já vivem o "inferno" da guerra, da fome, da doença e da morte, como uma constante das suas vidas, nenhuma alteração positiva será de esperar, caso a situação piore nos designados países "desenvolvidos". São aquelas unidades sociais que pouco ou nada têm a perder a não ser a sua aniquilação total.
As regiões pobres ficarão mais pobres. Os países mais "desenvolvidos verão o seu bem-estar diminuir, devido essencialmente ao crescente descontentamento e insegurança criados pelo "exacerbar" das assimetrias quer internas quer externas.
Se a esta possível panorâmica, adicionarmos o papel difusor de "conhecimento" proporcionado pelos "aliciantes" sistemas de *informação* globais a um número crescente de população que, na sua generalidade, depois de *conhecer*, *quer*, mas nem sempre tem o *poder* para o *ter*, serão de esperar conflitos graves. Perante tal situação, permitimo-nos lançar a seguinte conjectura:

A "informação" está a exercer uma força negativa sobre a motivação das populações que se começa a traduzir num evidente desconforto, ou por outras palavras, numa diminuição do seu "bem-estar". Sendo os sistemas de informação uma criação humana, e como tal, susceptível de também por ela sofrer mudanças, julga-se que será através deste factor a única alternativa viável para uma possível alteração do rumo dos acontecimentos.

Ilustração 36: A influência dos sistemas de informação sobre a motivação humana e esta, sobre a "construção" do bem-estar social

No esquema seguinte está representada a dinâmica por nós julgadas possíveis entre alguns dos factores implicados em todo este processo.

Ilustração 37: O poder da informação sobre a motivação humana

Perante tal cenário, como resolver este problema, antes que seja atingido o ponto de ruptura? Excluindo todos os processos "trogloditas" pouco dignos de uma raça que se diz civilizada, mas mesmo assim, tantas vezes utilizados pelos "poderes" através da história da humanidade, o caminho a seguir que nos parece mais correcto e eficaz parece ser possível de atingir através de um novo paradigma de *Informação global*, nas suas mais variadas vertentes, apresentando-se no esquema seguinte algumas dessas intervenções e suas possíveis implicações.

Ilustração 38: Bem informar, para bem educar a motivação

4.3. NOVAS QUESTÕES PROBLEMA

Até aos dias de hoje, o Homem, graças à sua capacidade de interiorização e adaptação ao contexto, tem convivido e acompanhado com relativa facilidade, os vários patamares de *desenvolvimento* que lhe foram impostos. Acontece que este "progresso", que há poucas décadas, se poderia afirmar, que seguia de uma forma equilibrada e gradual o renovar das gerações, entrou numa cadência tal, que actualmente, uma mesma geração é sujeita a constantes evoluções "tecnológico-socias", acompanhadas por uma também crescente "complexidade" do conhecimento, que essa própria tecnologia exige.

Estará a generalidade da "máquinas humanas" nos seus um virgula três quilogramas de "massa enrugada", capacitada para absorver e adaptar de um modo contínuo e equilibrado todo este processo, ou o caminho para uma ruptura psicológica e social é uma possibilidade, como já o é, a detectada ruptura ao nível ambiental? De facto, para que o constante "consumo do desenvolvimento" seja suportado, tem de ser "alimentado" por uma determinada quantidade dos chamados "recursos naturais" finitos. Acontece que a escalada desenfreada deste tipo de consumo, não dá tempo à natureza para que se regenere e reequilibre, naquilo que é o seu fornecedor de *bens.*
Perante tal situação, embora não se saiba muito bem onde se encontrará o ponto de equilíbrio de toda esta dinâmica, cada vez mais a humanidade e tudo aquilo que a sustenta, se parece afastar dele.

Neste sentido, podemos afirmar, sem receio de estar a proferir uma grande "heresia", que em determinadas áreas de forte intervenção tecnológica, a ciência tem cada vez uma maior dificuldade em acompanhar com o seu micro ou macro conhecimento, as consequências positivas ou negativas, provocadas pelas exponenciais interacções de factores então criadas por todos estes novos processos, que o *excesso* de competição teima em não deixar arrefecer.
Deste desmesurado processo competitivo, em que as sociedades e os seus seres humanos se encontram inseridos, vincam-se assimetrias entre dependência e independência, fracturando a humanidade naquilo que comummente é designado por "desenvolvida" e "subdesenvolvida".
Sentindo-nos no dever ou obrigação de embarcar neste paradigma de qualificação social, não nos deixamos também de sentir na mesma obrigação ou direito de nos interrogarmos sobre a validade científica desta mesma divisão.

De facto, se existe uma escala que subdivide as sociedades (países) pelo seu grau de desenvolvimento e subdesenvolvimento, não será lícito que nessa mesma escala, seja indicado um valor a partir do qual se considera estar em presença de uma situação de "sobredesenvolvimento"?[98]
Partindo de outro princípio que nos diz que, tudo o que é de mais acaba por ser negativo pelo simples facto de ser de mais[99], assim também o "desenvolvimento" em excesso pode não ser compensatório, a partir do momento em que "algures" poderá ser determinante para a causa o facto de "ser de menos".

Mas o que é, ou poderá ser então o *Desenvolvimento*, vocábulo tão incessantemente utilizado?
Quando se considera a problemática do desenvolvimento, indubitavelmente somos levados a orientar o nosso pensamento para um processo enquadrado num determinado período de

---

[98] Questão e respectivo desenvolvimento, realizado durante um dos trabalhos solicitados para a disciplina de *Cooperação e Desenvolvimento* do Primeiro ano de Mestrado leccionado no ano e 2007 pelo Professor Carlos Pimenta, e que viria a estar na origem do presente trabalho.
[99] De onde não se exclui o próprio amor, bondade, solidariedade, ou outra qualquer acção.

tempo e espaço físico ocupado pela raça humana que, de uma forma mais ou menos organizada, busca em primeiro lugar, a sua sobrevivência, o seu aumento de "qualidade de vida" [100] assim como o daqueles que lhe são mais próximos. Implícito neste conceito que alguns designam por "bem-estar" está o sentimento de "segurança" pessoal perante a natureza física e a própria sociedade mais, ou menos envolvente. "Ter tudo" pode não ser sinónimo de bem-estar.

O que acontece quando estas necessidades não são satisfeitas? Duas situações se podem colocar: o indivíduo sente um mal-estar e reflecte-o ou não, em si ou na sociedade, de uma forma mais, ou menos controlada e consciente; sente-se um mal-estar social que automaticamente se reflecte no indivíduo com as mesmas consequências do caso anterior.

Então, o "bem-estar" pode não ser uma consequência directa do desenvolvimento e, por sua vez, este, uma consequência directa do crescimento económico? Como podem "jogar " estes três conceitos?
É possível haver crescimento sem desenvolvimento? Será que pode haver desenvolvimento sem crescimento? Como pode o "sobredesenvolvimento" ser negativo? Que outras situações (Sit.) poderão acontecer?

O quadro seguinte, apresenta-nos as várias hipóteses de conjugação de comportamento existente entre estes três conceitos[101]: Crescimento ⇨ desenvolvimento ⇨ aumento (↑) do bem-estar social.

		Sit. 1	Sit. 2	Sit. 3	Sit. 4	Sit. 5	Sit. 6	Sit. 7	Sit. 8
Crescimento Económico	⇩	↑	↑	↑	↑	↓	↓	↓	↓
Desenvolvimento Humano	⇩	↑	↑	↓	↓	↑	↑	↓	↓
Bem-Estar Social		↑	↓	↑	↓	↑	↓	↑	↓

Excluindo as situações de estabilidade possíveis para cada um dos factores, apenas por uma questão de simplificação esquemática, apresentam-se no quadro seguinte, alguns exemplos destas mesmas possibilidades assim como das respectivas probabilidades de acontecerem.

Sit.	Probabilidade do acontecimento	Exemplos de situações
1	Probabilidade decrescente	Já vivida em grande parte do ocidente. Países do Norte
2	Muito provável	Situação de sobredesenvolvimento. Grande parte do Ocidente
3	Pouco provável	
4	Muito provável	Subdesenvolvimento. Caso dos países produtores de petróleo.
5	Pouco provável mas possível	Situação de subdesenvolvimento
6	Pouco provável mas possível	Situação de subdesenvolvimento
7	Pouco provável	Situação de subdesenvolvimento
8	Muito provável	Situação de subdesenvolvimento

[100] Isto por considerar que o conceito de "felicidade social" é uma utopia e só como tal deva ser pensada.
[101] Omitiu-se a situação de estabilidade (=) no factor por uma questão prática.

Não se querendo afirmar que o bem-estar social é, apenas, uma consequência directa do grau de desenvolvimento humano, a apresentação gráfica seguinte, tenta representar uma hipótese da dinâmica do nível de "bem-estar social", em função do "grau de desenvolvimento" de um qualquer país. Cada um deles, estaria situado algures sobre um ponto da curva com possibilidade de se deslocar sobre ela.

O ponto A seria o óptimo de *desenvolvimento*. Como não se deve perder tempo com determinado tipo de utopias, considera-se que existiria uma fase de desenvolvimento tolerável[102] até um determinado ponto crítico B, a partir do qual o "Estar Social" seria "mais mau", do que bom.

Ilustração 39: O aumento de desenvolvimento humano, garante aumento de bem-estar?

Apesar de todo este raciocínio apresentar um certo fundamento lógico, não deixa de ser verdade que se apresenta alicerçado em conceitos que, apesar de essenciais, se poderão considerar ainda de definição vaga. Sendo grande o número de organizações internacionais, regionais, nacionais ou locais a debruçarem-se sobre estas questões, através da definição de parâmetros, levantamento de dados, sua análise e posterior apresentação de resultados, o que falta para que todo este esforço se traduza num conhecimento, capaz de vir a proporcionar uma melhor intervenção, caso seja essa a vontade de uma determinada população, ou, caso seja essa a real necessidade para atingir um bem global? Parece-nos ter-se tornado evidente, a necessidade de um conhecimento também global, sistematizado e agregada numa grande base de dados, que permita, para além de um mais fácil estudo de inter-relações entre factores, uma melhor visualização da sua evolução ou regressão, de modo a facilitar a realização de projecções sustentáveis a curto, médio e longo prazo específicas para cada região.

Ainda sobre esta problemática do desenvolvimento sustentado, orientada sobre o princípio que nos indica que "tudo o que é de mais acaba por ser prejudicial, pelo simples facto de ser de mais", a figura seguinte pretende representar a dinâmica competitiva existente entre duas hipotéticas empresas (A1, B1) em regime livre de mercado. Este processo que, até um determinado nível, nos parece salutar, pois é capaz de criar riqueza assim como a sua maior ou menor distribuição através dos postos de trabalho criados, deixa de o ser a partir do momento em que a relação monopólio – falência se começa a traduzir, por exemplo, no aumento do desemprego ou na diminuição do poder de compra (C1). Perante esta inevitabilidade criada pelo "excesso de liberdade económica", até que ponto o estabelecimento de uma zona de intervenção que module estes excessos (A2, B2), poderá contribuir para uma maior estabilidade económica e social?

Esta zona seria delimitada por uma linha de intervenção (LI), definidora do patamar máximo que uma qualquer empresa poderia atingir sem colocar em causa todo o sistema de mercado.

---

[102] Não se deve ter a ideia de rigidez (pontos A ou pontos B), mas sim de funcionar dentro de determinados "limites razoáveis". É necessário definir limites razoáveis.

Este limiar seria estabelecido para cada empresa ou classe de empresa, consoante as benesses sociais e ambientais capaz de criar. No caso presente no gráfico seguinte, enquanto a empresa A aufere do patamar máximo, a empresa B apresenta um valor mais baixo para intervenção externa.

Como aplicação prática, sempre que a linha de intervenção fosse ultrapassada o valor em excesso reverteria, por exemplo, para a resolução de problemas globais prioritários ou, para a remodelação dos seus créditos ambientais e/ou sociais.

Ilustração 40: Haverá necessidade de modular o mercado livre a partir de um determinado ponto?

CAPÍTULO 5. ENSAIO DE METODOLOGIAS DE ANÁLISE QUANTITATIVA

> "Uma teoria científica é um modelo matemático que descreve e codifica as observações que fazemos. Assim, uma boa teoria deverá descrever uma vasta série de fenómenos com base em alguns postulados simples como também deverá ser capaz de fazer previsões claras as quais poderão ser testadas."
>
> Karl Popper

5.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA

Antes de darmos início ao nosso estudo, aproveitamos para tecer algumas considerações sobre a problemática da investigação sociológica começando por nos interrogar sobre a possibilidade de estudar a vida social humana, de um modo científico. Sobre esta problemática, Giddens refere o seguinte:

> "A ciência consiste na utilização de métodos científicos sistemáticos de investigação empírica, na análise de dados, no pensamento teórico e na avaliação lógica de argumentos para desenvolver um corpo de conhecimentos acerca de um objecto particular. Segundo esta definição, a sociologia é um empreendimento científico. Envolve métodos sistemáticos de investigação empírica, a análise de dados e a avaliação das teorias à luz da evidência e argumentação lógica. (…)"

No que diz respeito ao espaço (vulgo natureza) no qual está inserido o ser humano e sem o qual não faria qualquer sentido perceber o ser humano, Clément, citando Hans Jonas escreve:

> "Actualmente, a reflexão proveniente da ecologia como estudo dos equilíbrios naturais, lembra-nos que o conhecimento da natureza não só nos dá a consciência do poder do homem, mas também a dos seus limites." (Clément, et al., 2007 pp. 269-270)

Fazendo uma comparação entre o estudo do homem e o estudo da natureza, Giddens afirma que, ao contrário dos objectos na natureza, os humanos são seres auto-conscientes e como tal, capazes de conferir sentido e objectivos ao que fazem, sendo necessário para que tal aconteça que compreendamos primeiro os *conceitos* que as pessoas aplicam no seu comportamento. Uma segunda razão apontada por Giddens atesta que constantemente as nossas próprias acções, criam e recriam as sociedades em que vivemos. Por outras palavras, as sociedades não são entidades estáticas e imutáveis, estando as suas instituições continuamente a ser representadas ao longo do tempo e do espaço através das acções repetidas dos indivíduos. De facto "A sociologia preocupa-se com o estudo dos seres humanos, não com objectos inertes. " Continuando sobre esta linha de pensamento, este sociólogo apresenta uma dificuldade suplementar que no seu entender não é vivida pelos cientistas naturais: diz Giddens que, apesar dos cientistas sociais possuírem vantagem de poder colocar questões directamente a quem estudam, tal não impede que estes possam obter resultados desvirtuados, acontecendo tal situação a partir do momento em que o seu alvo do estudo passa a ter a noção que as suas actividades estão a ser objecto de análise (Giddens, 2007 pp. 642-643).

No que em concreto diz respeito às competências da investigação sociológica, o mesmo autor assevera que esta deve ir além da compreensão superficial da vida quotidiana, o que levanta um novo problema: o aprofundamento da análise é susceptível de apresentar um desvio em relação às crenças do senso comum ou do próprio investigador. Para tentar ultrapassar esta dificuldade, Giddens sugere uma ruptura com "a forma especulativa como normalmente se

consideram certas questões. (…) O bom trabalho sociológico tenta colocar as questões de forma tão exacta quanto possível e procura avaliar as provas factuais antes de chegar a conclusões." (Giddens, 2007 p. 640). Estando ultrapassado este ponto será necessário conhecer os métodos de investigação mais úteis para cada estudo e a partir deles escolher a melhor forma de analisar os seus resultados.
Dando como exemplo o facto de muitas vezes, os sociólogos quererem colocar questões comparativas, relacionando um contexto social com outro, ou contrastando exemplos oriundos de diferentes sociedades salienta:

> " Em sociologia necessitamos de olhar não só para as sociedades existentes em relação entre si, mas também de comparar o seu presente e o seu passado. Neste caso, as questões colocadas pelos sociólogos são relativas ao desenvolvimento. Para compreender a natureza do mundo moderno, temos de olhar para as formas prévias de sociedade e temos de analisar a direcção principal seguida pelos processos de mudança. (…)"

Quanto ao facto das questões que os sociólogos colocam nos seus estudos serem em grande medida factuais ou empíricas, certifica Giddens:

> "Claro que a informação factual acerca de uma sociedade, nem sempre nos dirá se estamos a lidar com um caso pouco usual ou com um conjunto muito genérico de influências. (…) As investigações factuais – ou, como os sociólogos lhes preferem chamar, empíricas – preocupam-se em saber como ocorrem as coisas. Contudo a sociologia não consiste apenas na recolha de factos (…). Precisamos sempre de interpretar o significado dos factos e, para o fazer, temos de aprender a colocar questões teóricas." (Giddens, 2007 p. 640)

Sendo as questões teóricas colocadas sobre a realidade, expressas através de conceitos necessariamente *abstractos*, e como tal potenciais portadores de desvios a essa mesma realidade, pareceu-nos importante aprofundar um pouco mais esta questão do abstracto. Para tal, consultou-se (Abbagnano, 1998 pp. 4-6) que começando por citar Port-Royal resume a estreita relação do processo de abstracção com a natureza do homem: "a limitação da nossa mente leva-nos a só compreender as coisas compostas quando as consideramos em suas partes e contemplamos as faces diversas com que elas se nos apresentam: isto é o que se costuma chamar conhecer por abstracção". A mesma obra refere ainda que o acto de abstracção é uma "operação mediante a qual alguma coisa é escolhida como objecto de percepção, atenção, observação, consideração, pesquisa, estudo, etc. e isolada de outras coisas com que está numa relação maior. Ela é inerente a qualquer procedimento cognitivo." Referindo-se a Aristóteles, diz que todo o processo do conhecimento pode ser descrito através da abstracção, sendo que Tomás de Aquino reduz todo o conhecimento intelectual à operação de abstracção. "O homem cria por abstracção."

Dois outros conceitos intimamente relacionados com a questão abstracta, que pretende transformar a realidade em qualquer coisa mais entendível, classificando-a ou definindo-a, são a qualidade e a quantidade dessa mesma realidade.
Sobre o conceito de *qualidade* (Houaiss, et al., 2003 p. 3037) refere que se trata de uma propriedade que determina a essência ou a natureza de um ser ou coisa. Considera-a ainda uma categoria fundamental do pensamento que determina as propriedades ou características de alguma realidade, de qualquer aspecto sensível de percepção que não possa ser mensurado ou geometrizado mas que no entanto "eventualmente pode ser relacionado com o grau negativo ou positivo." Apresentando um exemplo deste conceito, por se julgar bastante pertinente para o nosso estudo, Houaiss define *Qualidade de vida* como "o equilíbrio nas condições sociais e ambientais dos seres vivos." Por oposição a *qualidade*, a *quantidade* é definida por (Houaiss, et al., 2003 p. 3038) como: "a qualidade do que é susceptível de ser medido ou contado" ou seja, o processo de atribuir grandeza mensurável ou de avaliar com precisão."

Após estas breves considerações qual será então a metodologia de investigação mais indicada a estabelecer quando o objecto de estudo é a própria metodologia, neste caso a utilizar no estudo de índices de desenvolvimento social que se pretendem de aplicação global? Como diz (Clément, et al., 2007 pp. 255,256) " (…) De uma maneira geral, constatamos que não existe método universal, nem método para seguir um método: a inteligência humana é sempre obrigada (…) a extrair de si própria, e a renovar indefinidamente, as regras às quais ela quer submeter-se."

Deste modo e permitindo-nos uma certa liberdade de "pensamento de conjunto", sem nunca querer perder de vista as anteriores indicações ou orientações, para além da noção de impossibilidade de obtenção de resultados definitivos quanto à definição de conceitos ou sua quantificação, o principal objectivo desta metodologia pretende ensaiar processos que permitam homogeneizar e deste modo interligar os trabalhos já desenvolvidos por várias instituições de renome nas diversas áreas da quantificação e/ou qualificação do desenvolvimento humano, social e ambiental. Como tal, e caso se julgasse necessário ou interessante todos estes pensamentos teriam necessidade de uma reflexão mais aprofundada só possível através de um processo interdisciplinar e provavelmente interinstitucional.

5.2. METODOLOGIA UTILIZADA

1 - Do Contexto Global à definição e hierarquia de Conceitos

Primeiro patamar de abstracção – Uma tradução "possível" da realidade.

É reconhecido o facto de muitas vezes, a definição dos conceitos utilizados pelos diversos organismos implicados no mesmo objecto de estudo, ser heterogénea, podendo esta situação ser agravada quando estes mesmos organismos possuem recursos linguísticos diferentes. Julgando-se imprescindível que cada vez mais os quatro cantos do mundo se entendam. George Steiner no seu livro *Depois de Babel*, debruça-se de um modo aturado sobre a questão da falibilidade da tradução, quando se encontra em jogo o não desvirtuar de uma transformação linguística. Como, no entender de Steiner, não será muito provável que "(…) o século venha a ser testemunho do nascimento, graças ao trabalho combinado de filósofos, dos gramáticos e de muitos outros investigadores da linguagem, de uma verdadeira ciência da linguagem global (…)"[103], (Steiner, 2002 p. 244) como resolver tal problema de comunicação? Haverá uma língua mais propícia à investigação sociológica? Por questões práticas ou de contexto, julga-se que sim. Quanto a questões de cientificidade ou aproximação à realidade, julga-se nada estar provado. Como tal e por uma questão para além de prática, também de contexto, será a língua portuguesa que nos orientará em todo este processo, salvaguardando algumas referências a conceitos ou metodologias estrangeiras e cuja tradução poderia desvirtuar o sentido. Em concreto, o que se pretende fazer neste subcapítulo?

Numa primeira fase pretende-se realizar a conceptualização do contexto, tentando isolar do extenso e complexo emaranhado de inter-relações factoriais traduzidas ou não em indicadores ou

Ilustração 41: Organograma da metodologia de trabalho

[103] Nas palavras de Steiner, célebre antecipação de Austin.

índices, uma selecção de conceitos que mais directamente parecem estar implicados no bom ou mau funcionamento quotidiano das sociedades.
Alguns destes conceitos, porque compostos por um agregado de outros conceitos, serão pré-definidos de um modo esquemático com o objectivo de melhor vir a estabelecer as suas inter-relações e hierarquias, que na fase posterior servirão de base à sua quantificação ou qualificação. Para a elaboração desta esquematização serão utilizadas fontes bibliográficas provenientes de organismos que se têm debruçado sobre estas matérias, permitindo deste modo o acesso aos seus fundamentos, detalhe das suas definições e dos seus processos metodológicos, uma vez que seria incomportável para este trabalho referi-los na íntegra. Tentar-se-á cimentar esta estrutura com algumas considerações próprias, de modo a obter um enquadramento lógico não muito distante da condição real, tal como por nós é interpretada.
Conscientes de que não será tarefa fácil o processo de homogeneização de conceitos a nível mundial, mas condição essencial para uma maior eficácia no cruzamento de informação, faz-se alusão ao que (Reis, 2008) refere sobre o conceito de *utopia*, que se julga, pela problemática apresentada, poder ser transportado para a generalidade dos conceitos por nós expostos.

> "Tomando em linha de conta a extensa bibliografia sobre a fenomenologia da utopia, verifica-se que, independentemente da focalização disciplinar (literária, estética, histórica, filosófica, psicológica, sociológica, política) ou da orientação temática a que tem sido submetido o seu estudo, é possível distinguir, grosso modo, entre aqueles autores de monografias que adoptam uma perspectiva distendida, alargada, de grande angular, e aqueloutros que focalizam as suas análises a partir da definição rigorosamente disciplinar do conceito de utopia. Esta separação de águas, metodologicamente útil e cientificamente imprescindível para a proficiente análise de um objecto de estudo com vastas implicações e diversificadas ramificações no saber geral da humanidade, pode explicitar-se, em linguagem epistemológica moderna, pela destrinça entre o paradigma aberto, trans-histórico, universalista e multidisciplinar e o paradigma, delimitado, historicista, nacionalista, unidisciplinar do estudo da utopia. No primeiro integram-se aquelas obras que atribuem, a despeito da diferente estratégia das suas motivações e finalidades explicativas, um valor de perenidade e de universalidade arquetípica ao modo diversificado pelo qual se manifesta o pensamento, ou a propensão utópica identificada com um procedimento humano sublimador e idealizante das condições gerais de vida; ao segundo pertencem as monografias, geradas a partir de um eixo de orientação temática especializada, que delimitam as suas análises a partir de um entendimento restrito do conceito de utopia, tida quer como sinónimo de modelo ficcional (paradigma literário) ou programático (paradigma sócio-político) de representação de uma sociedade ideal. As variáveis e as combinações na abordagem do problema são assim inúmeras."

2 - Do Conceito à sua Quanti-Qualificação

Segundo patamar de abstracção - O que é passível de ser qualificado e/ou quantificado? Esta segunda fase será decomposta em 4 partes:

1ª – Selecção dos conceitos a utilizar no que se convencionou designar por IBESE, tendo por base o modelo de relações inter-conceituais hierarquizadas e esquematizadas anteriormente de modo a tornar possível enquadrá-los numa linguagem matemática simples.

2ª – A partir do que é hoje possível encontrar de um modo "livre" nos sistemas de informação, no que em concreto diz respeito à quantificação dos mais variados tipos de indicadores (objectivos e subjectivos), realizar-se-á uma selecção dos que se julgam mais capazes de ir ao encontro do conhecimento do homem, da sua sociedade e do seu espaço e que preferencialmente possuam uma escala de conversão possível para um novo modelo de apresentação de resultados, de modo a permitir a realização de somatórios e médias entre factores que se querem interligados. Como será impossível realizar uma apresentação de todos os indicadores e índices disponíveis, outros critérios de selecção terão de ser aplicados. Deste modo dar-se-á preferência às quantificações que maior número de países conseguem abarcar,

colocando de lado o facto, do seu ou seus autores, serem mais, ou menos reconhecidos a nível mundial.
Na previsível impossibilidade de obter dados referentes a cada factor, exactamente para o mesmo período de tempo, e porque apenas se pretende apresentar uma metodologia de análise, a selecção do período temporal a que se reportam os dados, será feita a partir das referências mais recentes à data da pesquisa.
Por outro lado, a selecção dos países que servirão de base à apresentação dos resultados será realizada de modo a abarcar preferencialmente os países de expressão portuguesa, assim como alguns países com maior ou menor actividade no processo de globalização. Nesta escolha também pesará o facto de se pretender uma cobertura longitudinal do planeta, optando-se neste caso pelos países Nórdicos europeus, como antípodas do Continente africano, e como tal portadores de potencialidades e estrangulamentos diametralmente opostos.

3ª – Após estar concluído o trabalho de selecção e distribuição dos factores, pelos diferentes componentes da "fórmula", será realizada a homogeneização das escalas através de tabelas de conversão.

4ª – Com os valores obtidos, proceder-se-á à realização de um estudo comparado entre países, para o qual se utilizará uma representação gráfica que ilustre a posição "aproximada" para cada um dos factores que compõem o designado "IBESE provisório".

5ª – Com o somatório e respectivas médias será realizada uma segunda apresentação gráfica onde se comparará o IBESE provisório com o inicialmente proposto indicador mundial *Pib/capita*, o seu sucessor IDH, assim como com o IQV, uma nova proposta de análise social. Apesar do reduzido número de países em estudo, ensaiar-se-á uma correlação entre estes mesmos factores.

6ª – Qual o aspecto que teria então a fórmula final, que pretende representar o IBESE especifico de uma determinada "unidade social" no presente e através do tempo? Quais os indicadores já existentes que se enquadram na nossa fórmula? Existem indicadores que na nossa opinião se encontram em falta por deficiência de pesquisa, ou por inexistência? Será possível realizar uma fórmula agregada para todos os índices ou será mais vantajoso individualiza-la? Estas e outras questões que eventualmente surjam merecerão algumas considerações.

7ª – Quando se pretende estabelecer comparações de valores entre datas, serão as linhas de tendência um modelo de apresentação razoável para a visualização e análise da evolução e estabilidade dos diversos índices que compõem o IBESE? Quais os problemas que se levantam? Serão apresentadas algumas reflexões sobre esta temática, terminando com um exemplo prático, que pretende comparar a evolução entre o PIB/capita e o que nós viremos a designar por um dos componentes já quantificáveis do desenvolvimento social. Aproveitar-se-á este mesmo estudo para testar os eventuais desvios que a aplicação do PIB/capita provoca na fórmula geral do IDH.

3 -. Da Quanti-Qualificação ao Contexto Específico

Da abstracção à realidade – A recolha de dados e a análise; a possível intervenção e mudança testada com a nova recolha e análise de dados.
Nesta terceira fase, apenas serão apresentadas algumas conjecturas quanto ao modo como a recolha de informação referente a cada um dos factores que se pretende quantificar ou qualificar, seria realizada. Como resolver o problema da recolha de dados ao nível local, para tornar este índice ou estes índices mais "reais" e como tal, mais operacionais na resolução dos problemas específicos da unidade social em que se pretende intervir? Como os conjugar com os dados existentes a nível nacional?

5.3. DO CONTEXTO AO CONCEITO DE BEM-ESTAR SOCIAL

> "Muitas palavras que já morreram terão um segundo nascimento, e cairão muitas das que agora gozam das honras, se assim o quiser o uso, em cujas mãos está o arbítrio, o direito e a lei da fala."
>
> Horácio[104]

5.3.1. O Primeiro Patamar de Abstracção – Conceptualização do Contexto

Como é referido na citação de Horácio, a língua é uma ferramenta dinâmica, não estática que ao longo da história da humanidade se adaptou aos novos contextos, de modo a tornar mais eficaz o entendimento entre-humano. Não se pretende no entanto com este subcapítulo inventar novas palavras e muito menos destruir as que já existem. Apenas se deseja clarificar a utilização de alguns vocábulos aplicados na terminologia do desenvolvimento humano e, por outro lado, conjugar conceitos, que se julga, poderem ser relacionados e como tal, merecedores de uma designação própria. Facilmente se depreende que a fronteira entre muitos destes conceitos é difícil de estabelecer, devido à complexa teia de inter-relações existente, com a agravante de poderem ser variáveis, consoante o contexto em que se encontram inseridos. Como tal, a subjectividade está presente e o erro pode ser discutível.

Para dar início a este estudo, julgou-se por bem, começar por ter uma noção mais exacta do que é entendido nos dias de hoje por conceito. Segundo (Houaiss, et al., 2003), *Conceito* pode ser definido como:

- "a compreensão, a noção, a concepção, a ideia que alguém tem de uma palavra", sendo também definido como uma " opinião, ponto de vista, convicção."
- Numa perspectiva filosófica, conceito "é a representação mental de um objecto abstracto ou concreto, que se mostra como um instrumento fundamental do pensamento em sua tarefa de identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade. … É a noção abstracta contida nas palavras de uma língua para designar, de modo generalizado e, de certa forma, estável, as propriedades e características de uma classe de seres, objectos ou entidades abstractas."

O mesmo dicionário refere que um conceito pode ser composto por uma:

- *extensão*, que é o número de elementos da classe em questão. Por exemplo o conceito de *desenvolvimento* tem maior extensão do que o de *desenvolvimento humano*;
- *compreensão*, que é o conjunto dos caracteres que constituem por exemplo a definição *desenvolvimento humano*, que não inclui todas as suas aplicações e como tal tem compreensão mais detalhada do que desenvolvimento.

5.3.2. Conceitos em Estudo

- **Unidade Socio-Espacial (USE)**

Grupo humano que ocupa um determinado *espaço*, portador de características naturais específicas ou delimitado pela intervenção humana. Pode ser composto por diferentes nacionalidades, raças ou etnias ou castas. A Humanidade é a unidade social de base e o globo o seu espaço (USEG), da qual se originam todas as outras, até à unidade mais restrita cujo caso mais comum é a família (USEF).
Dependendo do contexto ou do objecto de estudo, outros exemplos de USE podem servir de base: Por exemplo USEN se ao nível de um país ou nação, ou USEE se mais específicas. Uma

---

[104] Horácio, Ars poética, vv. 70 et seqq. Citação de abertura no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Tomo I

USE tem um determinado tipo de organização da qual pode fazer parte um poder legitimamente instituído mas nem sempre em sintonia com o restante grupo. Existem *unidades sociais* deslocadas do seu *espaço* de origem, não deixando no entanto nunca de ocupar um espaço.
A USEN de um país é composta pelo somatório de todas as suas USEEs.

- **Bem-Estar Sócio-Espacial (BESE)**

Partir-se-á do princípio que Bem-Estar Sócio-Espacial é o estado a que aspira qualquer sociedade ou ambiente, só possível de alcançar e ser vivido de um modo sustentado, se alicerçado numa base de "equilíbrio estável" entre as sociedades e entre estas e o seu meio. Aqui levanta-se um primeiro problema desta definição. Como sabemos nós a que aspira o meio ambiente se mal sabemos a que aspiram as suas sociedades humanas? Sendo verdade que o primeiro, não tendo uma linguagem verbal com quem o homem se possa comunicar, não deixa de ser, tal como as sociedades humanas, uma unidade viva, física e dinâmica, e como tal, portadora de sensibilidade e reacção, da qual cada vez mais, o cientista percebe a sua "linguagem". Nesta "dialéctica" travada entre o ser humano e a biosfera, será razoável que se percebam os sinais e haja entendimento e respeito, em primeiro lugar por parte de quem tem poder de decisão, que através do seu exemplo, que deveria ser fundamentado no conhecimento e bom senso servisse de motivação a uma sociedade cada vez mais esclarecida.
Bem-estar sócio-espacial, expressão que pode dizer tudo, ou pode não dizer nada, será aqui entendida como um conceito que abrange uma infinidade de outros conceitos inter-relacionados e hierarquizados entre si, mas que no seu conjunto pretendem perceber e classificar de um modo o mais aproximado possível da realidade, o estado das sociedades no espaço que ocupam por direito ou não.
Para a construção deste conceito, como aliás já foi abordado no capítulo quatro, partiu-se do princípio que mesmo que se esteja em presença de crescimento económico e este seja reconhecido como um dos factores mais importantes para se processar o desenvolvimento, não quer dizer que este suceda, razão pela qual se julga suficiente para que sejam dois parâmetros a analisar de um modo distinto. Do mesmo modo, também é possível que haja desenvolvimento sem que este se traduza necessariamente em aumento de bem-estar, que no fundo é o que a generalidade dos seres humanos pretendem atingir a partir do tal desenvolvimento, mas não só.
Como parece ficar patente nas palavras anteriores estamos perante um conceito que define um sentimento colectivo, de certa forma representativo da generalidade humana gregária.
Como o objectivo que se pretende no presente trabalho é a quantificação e/ou qualificação deste mesmo bem-estar, e tendo por base a prévia pesquisa contextual que se realizou, foi necessário "descomplexificar" todo este sistema de modo a torná-lo mais exequível. A proposta lançada então para a definição provisória deste conceito é a seguinte. *O Bem-estar Socio-Espacial* é aproximadamente igual ao somatório dos parâmetros: *Comportamento Económico*; *Desenvolvimento Social*; *Segurança e Estabilidade Social*; *Espaço físico*; *Motivação Social.* Cada um destes parâmetros, poderá será subdividido noutros como de seguida se indica.

- **Comportamento Económico (CE)**

Comportamento Económico pretende classificar a conduta e o estado em que se encontra a economia de uma determinada *unidade social* (US). O *comportamento económico*, para além do *PIB/capita* já definido pelo Banco Mundial e utilizado pelo IDH, engloba nesta primeira fase, o cruzamento com outros parâmetros, tais como, a *Distribuição de Rendimentos*, a *Balança Comercial*, a *Despesa Pública*, o *Custo de Vida* e a *Gestão Económica*.

CE – Algumas referências		
PIB *per capita*	Conceito utilizado pelo BM e IDH (PNUD, 2007)	
Distribuição de Rendimentos	Medidas de Desigualdade como por exemplo: o Índice de Gini (PNUD, 2007) ou o Índice de Atkinson, este último, com a possibilidade estabelecer uma relação entre a desigualdade e o bem-estar social.	
Balança Comercial	Indicador utilizado na avaliação quantitativa do *Comércio Internacional* de um país. É obtido através da diferença dos montantes entre *exportações* e *importações.* OMC http://www.wto.org/	
	A Organização Mundial do Comércio (OMC) é a única organização internacional que se ocupa das regras que orientam o comércio entre países. O objectivo é ajudar os produtores de bens e serviços, os exportadores e importadores a realizar as suas actividades.	
	Comércio justo	(PNUD, 1998 p. 91)
Despesa Pública	A aplicação de recursos monetários do Estado para suportar os serviços de natureza pública, que neste caso seriam os dois parâmetros quantificados pelo IDH: Saúde, Educação; Numa primeira fase estas duas despesas seriam confrontadas com as despesas em armamento.	
	- Armamento - Aplicação dos *Dinheiros Públicos* em particular ao binómio, despesa militar ou educação. - Despesas públicas nos serviços básicos	(PNUD, 1998 p. 37) (PNUD, 2003 p. 93) (PNUD, 2000 p. 79)
Custo de Vida	http://www.internationalliving.com/	
	As razões da paridade do poder de compra	(Abbagnano, 1998) (PNUD, 2001 pp. 20, 135)
Gestão Económica	http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/IDA/0,,contentMDK:21359477~menuPK:2626968~pagePK:51236175~piPK:437394~theSitePK:73154,00.html	

- **Desenvolvimento Social (DS)**

Desenvolvimento Social começará por ser entendido como um estado de organização social, criado a partir da sua capacidade e motivação "política" e humana, em parceria com as potencialidades e estrangulamentos que o seu espaço e a sua tecnologia lhes proporcionam para criar "riqueza", meio caminho andado para eventualmente se vir a conseguir atingir bem-estar social. De momento, e como se pretende construir um modelo quantificável, começaremos por nos servir do próprio IDH. A partir dele é retirado o *PIB/capita* e realizada a média entre os valores da saúde e da educação. Como facilmente se poderá depreender, não será exactamente a obtenção de taxas de natalidade mais positivas assim como o viver durante mais tempo, os factores que mais poderão interessar atingir, se tal não se vier a processar num "ambiente" saudável e digno desde a nascença até à morte. Quais os indicadores que nos permitirão aferir o estado deste "ambiente"? Uma hipótese seria através da quantificação da eficiência das infra-estruturas de interesse público ou produtivas, criadas através dos dinheiros públicos ou privados. Seria importante que esta análise se realizasse em primeiro lugar, ao nível das USEE a partir do confronto entre as aplicações dos dinheiros públicos e a opinião pública acerca da eficácia das infra-estruturas por eles criadas.

Como é referido pelo próprio PNUD de 1994 p.13 "Os seres humanos nascem com certas capacidades potenciais. O objectivo do desenvolvimento é criar um ambiente, no qual todas as pessoas possam expandir as suas capacidades e possam ser ampliadas oportunidades tanto da geração presente como da geração futura". Como poderemos medir essa mesma capacitação humana? As taxas de escolarização ou atribuição de competências direccionadas para o

combate aos estrangulamentos ou incremento das potencialidades, pode ser uma componente valiosa na quantificação do desenvolvimento social.
Muitos outros indicadores de quantificação viável poderiam ser aqui integrados, tal como os *Índice de Desenvolvimento Relativo ao Género* ou o *Índice de Pobreza Humana*, mas optou-se por os colocar noutra subdivisão.

DS - Algumas referências	
O fundamento real do desenvolvimento humano é o universalismo do direito à vida	(PNUD, 1994 p. 13)
Rendimento é diferente de IDH.	(PNUD, 1998 p. 20)
Ligações entre crescimento e desenvolvimento humano.	(PNUD, 1996 p. 66)
Para um desenvolvimento humano sustentável	(PNUD, 1994 p. 13)
Modelo de desenvolvimento e capacidade humana	(PNUD, 1994 p. 4)
Desenvolvimento de capacidades	(PNUD, 2003 p. 151)
Saúde	(PNUD, 2003 p. 99)
O Butão e a saúde	(PNUD, 2003 p. 103)
Bamako: financiar saúde local	(PNUD, 2003 p. 120)
IISD is in the business of promoting change towards sustainable development. As a policy research institute dedicated to effective communication of our findings, we engage decision-makers in government, business, NGOs and other sectors in the development and implementation of policies that are simultaneously beneficial to the global economy, the global environment and to social well-being. http://www.iisd.org/about/ http://www.iisd.org/publications/	

- **Segurança e Estabilidade Social (SE)**

Um dos factores gerais que maior influência parece exercer sobre o sentimento de bem-estar humano ao longo de toda a sua história e intuitivamente pré-história, parece dizer respeito à questão da sua segurança. Segurança e estabilidade serão então dois conceitos estreitamente interligados, uma vez que se parte do princípio que não poderá existir estabilidade social e ambiental sem segurança, nem segurança sem estabilidade social e ambiental.
São muitos os factores que, directa ou indirectamente, podem influenciar o sentimento de segurança ou estabilidade presentes numa determinada unidade social, seja USEG, USEN, USEE, USEF ou outra, como parece ter ficado patente no segundo e terceiro capítulos deste trabalho.
De um modo muito sintético, com o objectivo de se vir a equacionar *Segurança e Estabilidade*, consideramos a existência de quatro sub-factores: por um lado os conflitos e os imprevistos[105] e, por outro, a capacidade de prevenção e reacção face a esses mesmos conflitos ou imprevistos.
Por sua vez, nesta cadeia hierárquica, cada um destes quatro sub-factores é composto pelos "sub-sub-factores" capazes de os influenciar, e todos, no seu conjunto, capazes de classificar o nível de segurança e estabilidade de uma determinada USE. É de considerar que cada um destes valores pode apresentar um sinal positivo ou negativo, mesmo dentro da própria USEE onde estes acontecimentos se processam.
Embora reconhecendo que, conforme se vai descendo na hierarquia, maior a necessidade de um trabalho de especialidade interdisciplinar, faremos em seguida algumas considerações superficiais sobre os quatro sub-factores.

– Conflitos

Durante toda a sua existência o ser humano foi e continua a ser actor ou figurante de vários tipos de conflitos pessoais, sociais ou com o próprio meio natural que as rodeia, como acontece frequentemente quando o mesmo espaço é pretendido ou partilhado entre o homem e os outros seres vivos, num problema de segurança milenar que se arrasta até aos dias de hoje.

[105] Por alguns autores designados por *Risco*

São várias as instituições que acompanham passo a passo a evolução dos conflitos bélicos, políticos, económicos ou laborais, entre outros. Se quanto ao tipo, estes acontecimentos são fáceis de definir, o mesmo já não acontece no que diz respeito ao nível do impacto que estes poderão exercer a médio ou longo prazo, sobre o bem-estar das sociedades e da própria natureza. No entanto, a frequência ou propensão para o conflito, sua duração e repercussões futuras sobre as populações directamente visadas são, cada vez mais, alvo de elaboradas análises, pois a noção do seu impacto global é cada vez maior.
No entanto, na generalidade dos conflitos existe sempre alguém que perde e alguém que ganha, pelo que a análise que se faz destes acontecimentos, se não for independente, facilmente se poderá traduzir num erro capaz de se perpetuar no tempo. Quem tem ganho e continua a ganhar com os conflitos?

– Imprevistos

Do mesmo modo que os conflitos, também os imprevistos podem ser qualificados e/ou quantificados. É grande e variado o número de *imprevistos*, (nos quais podem estar incluídos os próprios conflitos) capazes de desestabilizar a harmonia vivida até então. Muitos programas ou acções bem estruturadas e aplicadas podem ver os seus resultados positivos destruídos, por exemplo, pelo impacto nefasto de uma catástrofe natural. Perante esta realidade julgamos ser de toda a pertinência que os projectos e acções políticas tenham uma componente que permita levar em linha de conta o tipo, a duração e a frequência dos imprevistos específicos de uma determinada USE para, na medida do possível, torná-los mais previsíveis, possibilitando deste modo, dar resposta positiva à continuidade dos programas.
Tal como os conflitos, também os imprevistos, podem trazer consequências negativas ou positiva. De um modo geral são apenas valorizadas as consequência negativas que provocam. No entanto também é possível encontrar imprevistos portadores de consequências benéficas tais como, descobertas acidentais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida do ser humano. Por exemplo, a descoberta de uma vacina contra a malária, ou o achado de um "tesouro" arqueológico, podem vir a tornar-se potencialidades para o desenvolvimento de uma determinada USE, sendo para isso necessário conhecer o seu impacto sobre os outros factores, de modo a enquadrá-los no novo contexto, diminuindo a potencialidade do imprevisto, condicionador dos resultados que se pretendem atingir no futuro.
Por último não poderíamos deixar de fazer referência ao facto de muitas vezes, após ultrapassado um momento de crise provocado pelo ser humano ou não, poderem ocorrer mudanças motivacionais sociais positivas geradoras de coesão nacional ou regional.

– A capacidade de Prevenção e de Reacção

A capacidade de prevenção assim como a capacidade de reacção face aos imprevistos que, devido ao seu historial, são previsíveis de voltar a acontecer, são dois factores que julgamos de grande interesse serem conhecidos quanto ao seu nível de eficiência.
Como já foi referido no historial dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, o RDH referente ao ano de 1994 tem como sua temática central a questão da segurança. Nele pode ler-se que "A procura da segurança humana reside no desenvolvimento e não nas armas. O mundo nunca pode estar em paz se o povo não tiver segurança no dia-a-dia." Também refere que "Os conflitos do futuro serão dentro dos países, em vez de serem entre eles com o enraizamento das suas origens nas disparidades e privações sócio-económicas crescentes." Julgando ser difícil prever como se desenrolarão os conflitos do futuro, o mesmo já não consideramos como impossível, quando o mesmo relatório afirma que:

> "Não será possível para a Comunidade das Nações atingir qualquer dos seus principais objectivos se não houver nem protecção ambiental, nem direitos humanos ou democratização, nem redução da natalidade ou integração social, se não for no contexto de um desenvolvimento sustentável que conduza à segurança humana." (PNUD, 1994 p. 1)

Com o objectivo de enfrentar o crescente desafio da segurança humana, diz o relatório que "é necessário um novo modelo de desenvolvimento que coloque o povo no centro, que olhe o crescimento económico como um meio e não como um fim, que proteja as oportunidades de vida das futuras gerações, assim como das actuais e respeite os sistemas naturais dos quais a vida depende." (PNUD, 1994 p. 4)
Diz ainda o mesmo relatório que "A segurança humana é indivisível. Fome, poluição, violência étnica como consequências, estão difundidas pelo globo" apesar das respostas serem em grande parte nacionais. Perante este contexto o PNUD foi da opinião, que a Cimeira Social de 1995 deveria considerar "a formação de um *fundo mundial de segurança humana* para financiar uma resposta internacional. Os dossiers que o fundo poderia dirigir, incluiriam tráfego de drogas, terrorismo, internacional, proliferação nuclear, doenças contagiosas, poluição ambiental, esgotamento dos recursos naturais, catástrofes naturais, conflitos étnicos e fluxos de refugiados." (PNUD, 1994 p. 9)

Dois conceitos compostos de *segurança*, que merecem atenção especial devido ao facto desta problemática ser de implicação global, são expressos no livro *As Ameaças do Mundo Actual - alterações climáticas; escassez de recursos; marginalização; militarização; terrorismo* (Abbott, et al., 2007 p. 116):

> "*Segurança global* – Uma maneira de encarar o a segurança internacional que vê o mundo como um todo sistémico, em vez de focar as relações bilaterais entre países, e procura respostas abrangentes, sistemáticas, aplicáveis a todo o mundo e fundadas num conhecimento profundo das tendências subjacentes e das causas de insegurança e conflito."
> "*Segurança sustentável* – Uma política sustentável de segurança global que ponha o acento tónico na resolução duradoura das causas profundas da insegurança e dos conflitos."

Segundo Abbott, são quatro os grupos de factores que no futuro mais condicionarão a segurança mundial: Os efeitos adversos das alterações climáticas; a luta pela obtenção de recursos naturais; as crescentes disparidades socioeconómicas e marginalização do mundo da maioria e o progressivo uso da força militar e maior proliferação de tecnologias militares. (Abbott, *et al.*, 2007 p.80)

SE – Algumas referências	
Imigração, exclusão	(PNUD, 2004 pp. 14, 17)
Medir minorias em risco e liberdade cultural	(PNUD, 2004 pp. 31, 32, 38)
Integração social	(PNUD, 1994 p. 21)
UCDP - Uppsala Conflict Data Program	http://www.pcr.uu.se/research/UCDP/index.htm
UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime	http://www.unodc.org/
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations - Segurança alimentar http://www.fao.org/docrep/010/ah881e/ah881e00.htm http://www.fao.org/index_en.htm http://www.fao.org/corp/statistics/en/	
ILO - The *International Labour Office* – Trabalho e desemprego http://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm http://www.ilo.org/global/What_we_do/Publications/lang--en/index.htm http://www.ilo.org/global/What_we_do/Statistics/lang--en/index.htm	
O *International Crisis Group* entre outros organismos, acompanha os conflitos em todas as regiões do globo. No seguinte endereço é possível acompanhar os problemas que dia a dia atingem o continente africano. http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=1098&l=1	
NASA-Desastres e Imprevitos http://search.nasa.gov/search/search.jsp?nasaInclude=disasters http://search.nasa.gov/search/search.jsp?baynoteOrGSA=baynote&nasaInclude=casualties&output=xml_no_dtd&ie=UTF-8&client=nasa_production&oe=UTF-8&actionType=searchIndex&numgm=5&site=nasa_collection	
Banco Mundial – Desastres http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/0,,menuPK:476823~pagePK:64165236~piPK:64165141~theSitePK:469372,00.html	

- **Espaço Físico (EF)**

Desde a sua concepção, todo o ser humano é acompanhado pelo seu espaço vital que, ao longo da sua existência, pode ser alargado a outras áreas, mas nunca perdido. Embora a generalidade dos seres humanos tenham uma maior ou menor faculdade de se movimentar no espaço, também possuem um local que lhes serve de base durante um período mais, ou menos longo, no qual, para além de exercerem a sua actividade de sobrevivência, realizam a sua actividade de aprendizagem, laboral, de descanso ou laser.

Considerada já a Unidade Social (US) como um conjunto de indivíduos que, independentemente da sua origem autóctone ou "exótica", ocupam um local comum[106], tomaremos como referencia a USEN, caracterizada por desfrutar de um espaço físico mais, ou menos estabilizado ao nível das suas fronteiras, e por possuir uma melhor ou pior administração por parte de uma ou mais forças de poder.

Em todas estas unidades, seria de esperar que, no mínimo, o seu espaço fosse capaz de garantir as condições de auto-suficiência vitais necessárias à sobrevivência das suas populações. No caso específico de África diz Abdul-Raheem, director da campanha Objectivos do Milénio que: "Não há um único país em África que não possa alimentar o seu povo. Mas não há democracia sem desenvolvimento para a maioria."

É a partir desta afirmação, que iremos tentar realizar uma aproximação à definição do conceito de *espaço físico*, com o objectivo de se poder vir a traduzir num sistema de análise e classificação da relação existente entre este e a Unidade Social (US) que o ocupa. Para isso, pretendemos dar resposta às seguintes questões ao nível de cada uma das USEE que compõem uma USEN[107]:

- Qual o nível de eficiência económica, ambiental e social que o espaço físico está a proporcionar às suas populações? Por outras palavras, como está uma determinada USEE (rural ou urbana) a aproveitar as potencialidades fornecidas pelo seu espaço físico?

Para dar resposta a esta questão é necessário saber:

- Quais são as potencialidades e os estrangulamentos do espaço físico ao longo do ano[108]?
- Quais são as potencialidades e os estrangulamentos existentes ao nível das capacidades da sua população, infra-estruturas produtivas e mercado?

Identificados os prós e os contras de cada factor escolhido para caracterizar a capacidade do espaço[109], a capacidade da sua população para nele intervir de um modo económico-ecológico sustentado e da capacidade das infra-estruturas produtivas[110] e comparados os potenciais e os estrangulamentos entre as diferentes USEEs pertencentes à mesma USEN, quais as parcerias que seriam susceptíveis de potenciar a eficiência económica e ambiental de cada USEE que, obrigatoriamente, também teriam de passar pelo aperfeiçoamento da dinâmica de existente entre o espaço rural e urbano?

Existe capacidade conjuntural e estrutural para os países desenvolverem uma estratégia nacional deste tipo?

Existe motivação por parte das forças políticas, económicas e civis para levar mais longe a eficácia do processo de globalização através do estabelecimento de parcerias entre USEEs de diferentes países, de modo a permitir aumentar os factores potenciais mútuos e/ou diminuir os

---

[106] Para além da possibilidade de possuírem um espaço privado, seja legitimado por uma herança dos seus antepassados ou, através de uma aquisição forçada ou não, e ainda para alguns como local de passagem mais, ou menos duradoura.

[107] Pois só deste modo se poderá realizar uma apreciação capaz ao nível nacional.

[108] Acontece que, para que isso possa ser possível, é necessário garantir ao longo das diferentes estações do ano, um equilíbrio sustentável entre as potencialidades fornecidas pelo espaço e o número populacional de que dispõe.

[109] Recursos naturais e sua capacidade regeneradora, estabilidade climática e geológica, *Pegada Ecológica*, entre outros.

[110] Agrícolas, pesqueiras, extractivas, transformadoras, turísticas, entre outras

seus estrangulamentos com o objectivo de rentabilizar melhor o espaço global e as suas populações num processo de mercado mais justo?
Face à crescente insegurança quanto ao futuro do espaço terrestre, que para (Abbott, e tal., 2007 p.80) passa pelo aumento dos efeitos adversos das alterações climáticas e pela continuada luta pela obtenção de recursos naturais, como derrubar a utopia da impossibilidade de mudança de paradigma, de modo a que, casos isolados, como por exemplo o praticado por Wangari Maathai[111], responsável pela plantação de 40 milhões de árvores no Quénia, como forma de providenciar lenha e atacar a erosão dos solos, se tornem cada vez mais uma prática generalizada?

EF – Algumas referências	
Ambiente	(PNUD, 1998 p. 74)
Direito à terra	(PNUD, 2004 p. 67)
Recursos ambientais	(PNUD, 2003 p. 125)
Recursos ambientais indígenas	(PNUD, 1998 p. 77)
A Terra na África Negra – Estudo Etno-sociológico	(Amador, 1970)
WRI - World Resources Institute http://www.wri.org/ Em especial as publicações sobre a população e os ecossistemas http://www.wri.org/publications/ecosystems	
FAO	http://www.fao.org/index_en.htm http://www.fao.org/corp/statistics/en/
CRED - O Centre for Research on the Epidemiology of Disasters http://www.cred.be/ é uma organização que entre outras actividades, fornece informação detalhada sobre desastres geofísicos, climáticos, hidrológicos, meteorológicos, entre outros, fazendo um estudo das suas implicações sócio-económicas no que em especial diz respeito ao campo da saúde e epidemias. Os seus relatórios anuais são uma base de dados importante como se pode confirmar em: http://www.emdat.be/Documents/Publications/Annual%20Disaster%20Statistical%20Review%202007.pdf	
IEA - The International Energy Agency - acts as energy policy advisor to 28 member countries in their effort to ensure reliable, affordable and clean energy for their citizens. (..) Its mandate has broadened to incorporate the "Three E's" of balanced energy policy making: energy security, economic development and environmental protection. Current work focuses on climate change policies, market reform, energy technology collaboration and outreach to the rest of the world, especially major consumers and producers of energy like China, India, Russia and the OPEC countries. http://www.iea.org/about/index.asp http://www.iea.org/Textbase/stats/index.asp	
NASA - Imprevistos desastres mortes evacuações http://search.nasa.gov/search/search.jsp?nasaInclude=disasters http://search.nasa.gov/search/search.jsp?baynoteOrGSA=baynote&nasaInclude=casualties&output=xml_no_dtd&ie=UTF-8&client=nasa_production&oe=UTF-8&actionType=searchIndex&numgm=5&site=nasa_collection	
World Bank – Desastres http://www.worldbank.org/ http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/0,,menuPK:476823~pagePK:64165236~piPK:64165141~theSitePK:469372,00.html http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTURBANDEVELOPMENT/EXTDISMGMT/0,,contentMDK:20578383~menuPK:341034~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:341015,00.html	
NASA – Interacção homem-Ambiente The CIESIN World Data Center This portal, hosted by NASA's Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC), provides access to a wide range of global data, associated documentation, and visualization and analysis tools, and to the community of experts on global data. http://sedac.ciesin.columbia.edu/wdc/index.jsp	

[111] A primeira mulher africana a receber um Nobel da Paz. Foi a fundadora do Movimento Cintura Verde, uma ONG ambientalista

- **Motivação Social (MS)**

A definição deste conceito de base subjectiva prende-se com o facto de o considerarmos um factor essencial para uma aproximação ao conhecimento das forças capazes de manter ou alterar o rumo dos acontecimentos de uma determinada Unidade Social.
Tendo as questões da motivação humana já merecido especial destaque no capítulo 2, aproveitamos para, a partir das considerações então realizadas, e mais uma vez, utilizando a USEN como ponto de referência, enunciar os pontos que nos parecem ser mais pertinentes ao entendimento deste factor. No entanto, tal pretensão torna-se impraticável quando se considera o elevado número de sub-factores implicados neste processo, dos quais fazem parte as diferentes motivações em jogo, assim como as relações de poder existentes entre elas. Como nos aproximar então do nosso objectivo? Começaremos por fazer uma breve referência a cada uma delas tentando simplificar a nossa "fórmula" final.

Deste modo, por questões de ordem científica e de falta de conhecimento, excluímos à partida a possível influência da motivação exercida pelos antepassados mais, ou menos chegados e que, pelo seu lado visível, poderíamos traduzir por "cultura", na qual poderão estar incluídas ou não, as questões religiosas.
Por outro lado, partimos do princípio que é possível obter no mínimo, uma motivação "civil", composta pelo somatório das suas diferentes motivações individuais, cuja orientação e força final dependem da maior ou menor intensidade e dispersão do sentido dos seus "vectores".
O facto de voltarmos a considerar a USEN como a nossa unidade de referência, permite-nos distinguir a motivação do poder nacional, da motivação exercida pelo poder externo. Do mesmo modo que na motivação civil, também estas forças de poder democraticamente instituídas ou não, podem ser compostas por mais do que uma entidade, para além de deterem um pendor mais político ou mais económico, assim como, uma intervenção mais, ou menos visível.
Por fim, poderemos ainda considerar os sistemas de informação como uma outra força de poder, cuja motivação poderá encontrar-se moldada por qualquer uma das motivações anteriores.

Chegados a este ponto, em que apesar de considerarmos a Humanidade como una, nos encontramos envoltos numa amálgama de diferentes forças motivacionais capazes de interferir na conduta de um país, decidimos seleccionar aquelas que julgamos mais acessíveis.
Neste estudo inicial optamos por confrontar a motivação Civil com a motivação de quem "dá a cara" pela força do poder político instituído de uma forma legítima ou não.
Será possível determinar se estas forças são antagónicas e como tal geradoras de conflitos com a possibilidade do surgimento de um contra-poder[112] catalisador de mudanças sociais positivas ou negativas, ou pelo contrário, existe uma concordância de motivações que se poderá traduzir no incremento de uma acção positiva com menor desperdício de "energia"? Será possível determinar a relação de forças existente entre ambas, assim como o tipo e eficiência do desempenho praticado pela força munida do poder para se sobrepor?

Para se tentar saber tudo isto é necessário inquirir as duas foças de modo que os resultados se possam confrontar para a obtenção de uma classificação que, na impossibilidade de ser

---

[112] (Echaudemaison, 2001 p. 266) define *Contra-Poder* como: " (…) o conjunto de acções, de condutas e de orientações colectivas que põem em causa, parcial ou totalmente, a ordem social procurando-a transformar, sendo que o qualificativo 'social' específica a natureza destes movimentos; trata-se de movimentos que mobilizam grupos sociais: com mais frequência, classes e fracções de classe (…) mas também grupos etários com estatuto específico (…), minorias raciais ou étnicas; contestam a organização social e cultural para além do campo estritamente político.

quantitativa, que a seja no mínimo de um modo qualitativo. Qual o tipo de questionário e quem teria capacidade para o realizar ao nível global?

PO – Algumas referências	
Governação**:** Poder e Organização. Avaliar a governação. Indicadores de democracia e de direitos políticos civis	(PNUD, 2002 p. 36)
Politica e não caridade	(PNUD, 2003 p. 145)
Boas políticas	(PNUD, 2003 p. 74)
Estados seculares e religião	(PNUD, 2004 p. 60)
Centro africano de estatística http://www.uneca.org/eca_programmes/policy_analysis/statistics/publications.htm	
Informação e Conhecimento http://unstats.un.org/unsd/default.htm	

5.3.3. Como podem jogar estes conceitos?

Após se ter criado um pequeno glossário de conceitos que se consideram representativos da vivência humana, independentemente do espaço que ocupam, facilmente se depreende a complexa teia de inter-relações e "peso" que estes conceitos mantêm entre si. Como será possível descomplexificar todo este sistema de modo a torná-lo adaptável aos diferentes cenários possíveis a nível global?
Os conceitos vão-se arrumando e ocupando espaços diferentes. Tenta-se não falhar na hierarquia dos mesmos, assim como na sua interligação. Por vezes um conceito vai saltando de posição em posição pois enquadra-se bem como subconceito de mais do que um conceito. Pode subir ou descer de nível, mantendo ou não as interligações anteriores. Por exemplo, na questão da *Segurança e Estabilidade*, foram seleccionados vários subconceitos relacionados tais como os *conflitos*, os *imprevistos*, a capacidade para os prevenir assim como a capacidade de reacção para os resolver quando possuírem um sinal negativo. Por outro lado, o factor *Imprevisto* também fica bem posicionado no *Espaço Físico.* Onde o colocar? Como o imprevisto em si nada significaria se não houvessem sociedade que o sentissem a melhor opção será colocá-lo na segurança e estabilidade?

Várias questões se vão colocando para além das interacções e hierarquia entre os factores seleccionados. Na realidade podem estes conceitos ser medidos através de uma fórmula matemática? De que modo? No mínimo é possível atribuir-lhes um sinal positivo, negativo, aproximadamente igual? Os que não podem ser quantificados, podem ser qualificados? Como pode um factor qualificado entrar na fórmula? Não pode. Mas poderá complementá-la e dar-lhe uma apreciação global final por muito subjectiva que seja? Qual a ponderação que cada um dos factores deve apresentar no caso de se elaborar uma fórmula geral?
Serão todos estes factores (variáveis) passíveis de ser ou vir a ser facilmente actualizáveis de modo a que a sua utilidade não possa vir a ser posta em causa?

Conscientes deste e de outros problemas ainda não devidamente esclarecidos, ter-se-á no entanto que optar por uma solução provisória que será apresentada de seguida por ser considerada actualmente por nós, como um modelo aproximado ao "funcionamento" da generalidade das USEE presentes no contexto global, para além da possibilidade de quantificação ou qualificação que possuem ou que poderão vir a possuir.
Considera-se assim o "Bem-estar Sócio-espacial" como o bem supremo a que aspira a generalidade da população humana e como tal, colocado no primeiro nível da hierarquia, sendo necessário para que isso aconteça, que as sociedades partilhem de um sentimento de estabilidade na sua segurança. Estabilidade esta que por sua vez depende da conjugação de vários factores, bastando que apenas um (factor limitante) se encontrar em desequilíbrio para poder alterar negativamente o objectivo pretendido.

Ilustração 42: Como podem jogar os conceitos

5.4. DO CONCEITO À SUA QUANTI-QUALIFICAÇÃO - IBESE

5.4.1. Segundo patamar de abstracção – Quantificação dos Conceitos

Continuando com o processo de abstracção, que permitiu no capítulo anterior transformar a realidade "real" em realidade "abstracta", penetra-se agora noutro patamar de abstracção ainda mais perigoso. A quantificação e, ou, a qualificação dos conceitos. A ampliação do erro é certa.

Mas afinal o que pode ser o *erro*, esse vocábulo de aplicação prática tão real? Segundo (Houaiss, et al., 2002 p. 1543) é um juízo ou julgamento em desacordo com a realidade observada, um engano. Por outras palavras, é a qualidade daquilo que é inexacto, incorrecto e que pode ter na sua origem, imperfeições dos instrumentos de medida e/ou incorrecções do observador.

Como já foi referido no ponto 4.2.- Metodologia utilizada - iremos realizar em seguida um ensaio que pretende:

- Criar um índice provisório a que se dará o nome de *Índice de Bem-Estar Sócio-Espacial* (IBESE) aproximadamente igual à média do somatório realizado a partir das médias dos somatórios: *Comportamento Económico* (CE); *Desenvolvimento Social* (DS); *Segurança e Estabilidade* (SE); *Espaço Físico* (EF); *Poder e Organização* (PO); *Informação e Conhecimento* (IC); *Bem-Estar* (BE).

$$\mathrm{IBESE} \cong \mathrm{ICE} + \mathrm{IDS} + \mathrm{ISE} + \mathrm{IEF} + \mathrm{PO} + \mathrm{IIC} + \mathrm{IBE}$$

- A partir deste índice caracterizar-se-ão quantitativamente, um determinado número de países segundo estes mesmos parâmetros.
- A partir dos resultados obtidos através deste IBESE provisório, proceder-se-á à sua comparação com os valores do inicialmente proposto indicador mundial *Pib/capita*; com o seu sucessor IDH; com o IQV uma nova proposta de análise social.

5.4.2. Caracterização Geral dos Países em Estudo.

Como já foi anteriormente referido, a selecção dos países em estudo, obedeceu a determinados critérios, dos quais voltamos a destacar: serem países de expressão portuguesa, complementados com outros países de maior ou menor capacidade de influenciar o processo de globalização. Através de uma cobertura longitudinal do planeta, também foram escolhidos países pertencentes a diferentes *biomas*, portadores de potencialidades e estrangulamentos diametralmente opostos.

Ilustração 43: Selecção dos países utilizados no estudo

País ISO ALPHA-3 code ONU		Governo (Tipo)	P3 Grau Liberdade	P1 População Aproximada (X 1000)	P1 Últimos Censos	P2 Projecções 2015 (X 1000)	P4 Área Total (Km2)
NOR	Noruega	Monarquia Constitucional	Livre	4.521	2001	4.670	323.802
SWE	Suécia	Monarquia Constitucional	Livre	8.872	2000	8.625	449.964
FRA	França	República	Livre	61.167	2006	61,892	643.427
USA	Estados Unidos da América	República Federal	Livre	281.422	2000	321.225	9.826.630
PRT	Portugal	República	Livre	10.148	2001	10.030	92,391
BRA	Brasil	República Federal	Livre	169.799	2000	201.393	8.511.965
CHN	China	Estado Comunista	Não Livre	1.242.612	2000	1.410.217	9.596.960
BTN	Botão	Monarquia Absoluta	Não Livre	635	2005	3.070	47.000
ZAF	África do Sul	República	Livre	44.820	2001	44.616	1.219.912
CPV	Cabo Verde	República	Livre	437	2000	567	4.033
AGO	Angola	República	Não Livre	5.646	1970	20.795	1.246.700
NGA	Nigéria	República Federal	Parcialmente	140.004	2006	165.313	923.768
STP	São Tomé e Príncipe	República	Livre	138	2001	178	1.001
MOZ	Moçambique	República	Parcialmente	20.531	2007	23.526	801.590
GNB	Guiné-Bissau	República	Parcialmente	983	1991	1.727	36.120
GNQ	Guiné Equatorial	República	Não Livre	1.015	2002	692	28.051
TMP	Timor-Leste	República	Parcialmente	925	2004	-	15.007

A partir da tabela anterior e dos três gráficos seguintes pretende-se realizar uma caracterização geral dos países, querendo dar especial destaque à dinâmica das suas populações assim como à pressão que estas exercem sobre o seu espaço. Se atendermos ao facto que o espaço "habitável" apresenta sérios riscos de diminuição, associado a um aumento da população e do seu consumo, será de esperar um aumento da *pressão demográfica* com todas as consequências nefastas a ela ligadas.

Ilustração 44: Força de Trabalho e Índice de Pressão Demográfica

Ilustração 45: Percentagem da população com idade superior a 64 anos e inferior a 15 anos

Ilustração 46: Percentagens de População Urbana e de Força de Trabalho Feminina

Tab.	1	P1	População	*Anos-Dados*:	Vários	*Bibliog.*:	(UN, 2008)
Indic.:	População: Registo dos últimos sensos						
Fonte Dados:	Population and Vital Statistics Report – Julho de 2008 http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/vitstats/Sets/SeriesA_July2008_complete.pdf						
Outras Fontes	http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/censusdates.htm						
Tab.:	1	P2	População	*Anos-Dados*:	2015	*Bibliog.*:	(Coutsoukis, 2008)
Indic.:	População Total: Projecções para 2015						
Fonte Dados:	Total Population by Country, 1950, 2000, 2015, 2025, 2050 http://www.photius.com/rankings/world2050_rank.html						
Fonte Origem	http://www.unfpa.org/public/						

Tab.:	1	P3	Liberdade	*Anos*:	2007	*Bibl.*	(FreedomHouse, 2008)
Indic.:	Grau de Liberdade						
Fonte Dados	http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=372&year=2007 em 1/12/2008						
Obs.	Political Rights and Civil Liberties are measured on a one-to-seven scale, with one representing the highest degree of Freedom and seven the lowest. "F" "PF" and "NF" respectively, stand for "Free" "Partly Free," and "Not Free."						

Tab.:	1	P4	Área Total Actual (Km^2)	*Bibliog.*	(CIA, 2008)
Bibliografia	https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html				
Fonte Dados	https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/countrylisting.html				

Gráf.:	1	PP	PD	*Anos-Dados*:	2008	*Bibl.*:	(FFP, 2008)
Indic.:	Pressão Demográfica (Indicador)						
Fonte Dados:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						
Sub-Índice de:	9PO						
Pressures deriving from high population density relative to food supply and other life-sustaining resources Pressures deriving from group settlement patterns that affect the freedom to participate in common forms of human and physical activity, including economic productivity, travel, social interaction, religious worship Pressures deriving from group settlement patterns and physical settings, including border disputes, ownership or occupancy of land, access to transportation outlets, control of religious or historical sites, and proximity to environmental hazards Pressures from skewed population distributions, such as a "youth or age bulge," or from divergent rates of population growth among competing communal groups							
Gráf.:	1	PP	FT	*Anos-Dados*:	Vários*	*Bibliog.*:	(CIA, 2008)
Indic.:	Força de Trabalho (Número de indivíduos em idade activa)						
Fonte Dados:	https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/rankorderguide.html Folha actualizada em 20/11/2008 *Generalidade dos países – 2007; CPV-1990; STP-1991; GNB-1999.						

Gráf.:	2	PP	Faixas Etárias	*Anos-Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(SM, 2008)
Indic.:	População com Idade Superior a 64 Anos (% da população total)						
Fonte Dados:	http://www.statistiques-mondiales.com/plus_de_64_ans.htm Folha actualizada em Julho de 2008						
Indic	População com Idade Inferior a 15 Anos (% da população total)						
Fonte Dados:	http://www.statistiques-mondiales.com/moins_de_15_ans.htm Folha actualizada em Julho de 2008						

Gráf.:	3	PP	Pop. Urbana	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(SM, 2008)
Indic.:	População Urbana (% da população total)						
Fonte Dados:	http://www.statistiques-mondiales.com/population_urbaine.htm Folha actualizada em Julho de 2008						
Gráf.:	3	PP	Trabalho	*Anos-Dados*:	Vários	*Bibliog.*:	(NationMaster, 2008)
Indic.:	Força de Trabalho Agrícola Feminino (% dos trabalhadores agrícolas totais)						
Fonte orig:	ILO (International Labour Organization). 2002. Key Indicators of the Labour Market 2001-2002. Feb. 2002						
Proportion of employed females engaged in the agricultural sector. Employment by economic activity (%) (most recent year available between 1995 and 2001). Note: As a result of a number of limitations in the data, comparisons of labour statistics over time and across countries should be made with caution. For detailed notes on the data see ILO (2002. Estimates and Projections of the Economically Active Population, 1950-2010, 4th ed., rev. 2. Database. Geneva; 2002. Key Indicators of the Labour Market 2001-2002. February 2002; and 2002. Labousrta Database. February 2002). The percentage shares of employment by economic activity may not sum to 100 because of rounding or the omission of activities not classified.							

5.4.3. Caracterização dos Países Através do IBESE Provisório

20	Valor mais positivo.
10	Valor Intermédio
0	Valor mais negativo

Os factores que compõem cada um dos índices foram convertidos para uma escala de 0 a 20, de modo a permitir realizar os somatórios e as respectivas médias.

Existem parâmetros que poderão ser ajustados no seu processo de conversão. Por exemplo, o número de utilizadores de internet. É muito subjectivo indicar onde se encontra o valor intermédio, assim como as balizas para o valor máximo e mínimo, no que diz respeito ao impacto mais, ou menos positivo que, poderão exercer, sobre o "bem-estar" de uma população.

Na tabela seguinte apresentam-se alguns exemplos das conversões realizadas.

Qualitativo	Quantitativo	Declive da recta	R -Rectificado																					
				+	10	Balizas	0		6		1,9		100		1		0		1		0	
				-	0		5		1		-1,9		0		0		10		5		100	
				Exemplos	WDH	R	GTI	R	Economic Management	R	FootPrint	R	Taxa liquida Escolarização	R	IDH	R	Pressão demográfica	R	GPI	R	IPH	R
M.B.	5	→	20		10	20	0,00	20	6,00	20	1,90	20	100	20	1,000	20	0,0	20	1,0	20	0	20
		↓	19		9,5	19	0,25	19	5,75	19	1,71	19	95	19	0,950	19	0,5	19	1,2	19	5	19
Bom	4	↓↓	18		9,0	18	0,50	18	5,5	18	1,52	18	90	18	0,900	18	1,0	18	1,4	18	10	18
		↑↑	17		8,5	17	0,75	17	5,25	17	1,33	17	85	17	0,850	17	1,5	17	1,6	17	15	17
		↑	16		8,0	16	1,00	16	5,00	16	1,14	16	80	16	0,800	16	2,0	16	1,8	16	20	16
		→	15		7,5	15	1,25	15	4,75	15	0,95	15	75	15	0,750	15	2,5	15	2,0	15	25	15
		↓	14		7,0	14	1,50	14	4,5	14	0,76	14	70	14	0,700	14	3,0	14	2,2	14	30	14
Suficiente	3	↓↓	13		6,5	13	1,75	13	4,25	13	0,57	13	65	13	0,650	13	3,5	13	2,4	13	35	13
		↑↑	12		6,0	12	2,00	12	4,00	12	0,38	12	60	12	0,600	12	4,0	12	2,6	12	40	12
		↑	11		5,5	11	2,25	11	3,75	11	0,19	11	55	11	0,550	11	4,5	11	2,8	11	45	11
		→	10		5,0	10	2,50	10	3,50	10	0	10	50	10	0,500	10	5,0	10	3,0	10	50	10
		↓	9		4,5	9	2,75	9	3,25	9	-0,19	9	45	9	0,450	9	5,5	9	3,2	9	55	9
		↓↓	8		4,0	8	3,00	8	3,00	8	-0,38	8	40	8	0,400	8	6,0	8	3,4	8	60	8
		↑↑	7		3,5	7	3,25	7	2,75	7	-0,57	7	35	7	0,350	7	6,5	7	3,6	7	65	7
Mau	2	↑	6		3,0	6	3,50	6	2,50	6	-0,76	6	30	6	0,300	6	7,0	6	3,8	6	70	6
		→	5		2,5	5	3,75	5	2,25	5	-0,95	5	25	5	0,250	5	7,5	5	4,0	5	75	5
		↓	4		2,0	4	4,00	4	2,00	4	-1,14	4	20	4	0,200	4	8,0	4	4,2	4	80	4
		↓↓	3		1,5	3	4,25	3	1,75	3	-1,33	3	15	3	0,150	3	8,5	3	4,4	3	85	3
		↑↑	2		1,0	2	4,50	2	1,50	2	-1,52	2	10	2	0,100	2	9,0	2	4,6	2	90	2
M.M.	1	↑	1		0,5	1	4,75	1	1,25	1	-1,71	1	5	1	0,050	1	9,5	1	4,8	1	95	1
		→	0		0,0	0	5,00	0	1,00	0	-1,90	0	0	0	0,000	0	10	0	5,0	0	100	0

Ilustração 47: Representação Gráfica do IBESE provisório

NOR
SWE
FRA
EUA
PRT
BRA
0 5 10 15 20
EF - ESPAÇO FISICO
1 FootPrint
2 Clima
3 E. Renov.
4 Floresta
EF
PO - PODER E ORGANIZAÇÃO
1 CPI - Corrup.
2 PTS-Pol.Terr.
3 Liberd. Civil
4 Direit. Polít.
5 Terror Polit.
6 Liberdade
7 Mulher- Polít.
8 Partic.Global
9 FSI Est.Falha.
10 Soberania
11 Serv. Públic.
12 Dir. Human.
13 Asc.Helites.
14 Crimin.Estad.
15 Estrut. Polít.
16 Inclus. Soc.
17 Sector Públ.
18 IRAI
PO
IC - INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO
Meios
1 TV
2 Internet
3 Telemov.
Liberdade
4 WPF-Rep.
5 LI Total
6 Lei
7 Pres. Poli.
8 Pres.Econ.
IC
BE - BEM-ESTAR
1 QLI-Qual.Vida
2 Queixas Gov.
WDH
3 Felicidade
4 Tempo
5 Desigual.
6 Ajustada
7 Happines Net
BE

CHN
BTN
ZAF
CPV
AGO
NGA
0 5 10 15 20
CE - COMPORTAMENTO ECONÓMICO
1 PIB/cap
2 GINI
3 Cust Vida
4 Gest.Económ.
CE
DS - DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1 IPH
IDH-PIB
2 Média
3 Saúde
4 Educação
Ensi.
5 TLE 1º
6 TLE 2º
Crianç.
7 Peso Def.
8 Trab. Inf.
9 IDG
Água
10 Total
11 Rural
12 Urbano
13 Sub-Nutriç.
14 Saneamento
15 Electricidade
Sist. Informação
16 TV
17 Ac. Digital
18 Telefone
19 Telemovel
20 Internet
21 Saúde
DS
SE - SEGURANÇA E ESTABILIDADE
1 GPI Paz
2 Pres.Demog.
3 Desempr.
4 Sist. Segur.
5 GTI Terroris.
6 Crime Total
7 Conflit.Cron.
8 Refug. FFP
9 Deslocados
10 Refug. Orig.
11 Homicídios
12 Presos
SE

CHN
BTN
ZAF
CPV
AGO
NGA
0 5 10 15 20
EF - ESPAÇO FISICO
1 FootPrint
2 Clima
3 E. Renov.
4 Floresta
EF
PO - PODER E ORGANIZAÇÃO
1 CPI - Corrup.
2 PTS-Pol.Terr.
3 Liberd. Civil
4 Direit. Polít.
5 Terror Polit.
6 Liberdade
7 Mulher- Polít.
8 Partic.Global
9 FSI Est.Falha.
10 Soberania
11 Serv. Públic.
12 Dir. Human.
13 Asc.Helites.
14 Crimin.Estad.
15 Estrut. Polít.
16 Inclus. Soc.
17 Sector Públ.
18 IRAI
PO
IC - INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO
Meios
1 TV
2 Internet
3 Telemov.
Liberdade
4 WPF-Rep.
5 LI Total
6 Lei
7 Pres. Poli.
8 Pres.Econ.
IC
BE - BEM-ESTAR
1 QLI-Qual.Vida
2 Queixas Gov.
WDH
3 Felicidade
4 Tempo
5 Desigual.
6 Ajustada
7 Happines Net
BE

STP
MOZ
GNB
GNQ
TMP
0 5 10 15 20
CE - COMPORTAMENTO ECONÓMICO
1 PIB/cap
2 GINI
3 Cust Vida
4 Gest.Económ.
CE
DS - DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1 IPH
IDH-PIB
2 Média
3 Saúde
4 Educação
Ensi.
5 TLE 1º
6 TLE 2º
Criançc.
7 Peso Def.
8 Trab. Inf.
9 IDG
Água
10 Total
11 Rural
12 Urbano
13 Sub-Nutriç.
14 Saneamento
15 Electricidade
Sist. Informação
16 TV
17 Ac. Digital
18 Telefone
19 Telemovel
20 Internet
21 Saúde
DS
SE - SEGURANÇA E ESTABILIDADE
1 GPI Paz
2 Pres.Demog.
3 Desempr.
4 Sist. Segur.
5 GTI Terroris.
6 Crime Total
7 Conflit.Cron.
8 Refug. FFP
9 Deslocados
10 Refug. Orig.
11 Homicídios
12 Presos
SE

STP
MOZ
GNB
GNQ
TMP
0 5 10 15 20
EF - ESPAÇO FÍSICO
1 FootPrint
2 Clima
3 E. Renov.
4 Floresta
EF
PO - PODER E ORGANIZAÇÃO
1 CPI - Corrup.
2 PTS-Pol.Terr.
3 Liberd. Civil
4 Direit. Polít.
5 Terror Polit.
6 Liberdade
7 Mulher- Polít.
8 Partic.Global
9 FSI Est.Falha.
10 Soberania
11 Serv. Públic.
12 Dir. Human.
13 Asc.Helites.
14 Crimin.Estad.
15 Estrut. Polít.
16 Inclus. Soc.
17 Sector Públ.
18 IRAI
PO
IC - INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO
Meios
1 TV
2 Internet
3 Telemov.
Liberdade
4 WPF-Rep.
5 LI Total
6 Lei
7 Pres. Poli.
8 Pres.Econ.
IC
BE - BEM-ESTAR
1 QLI-Qual.Vida
2 Queixas Gov.
WDH
3 Felicidade
4 Tempo
5 Desigual.
6 Ajustada
7 Happines Net
BE

- **Comportamento Económico**

Refer.:	1	CE	PIB/cap	*Anos*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 231)
Indic.:	PIB per capita (Dólares PPC)			*Fonte de Origem*:		Banco Mundial 2007b	

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	(PPC em dólares americanos) Valor do Produto Interno Bruto (nos termos da Paridade de Poder de Compra em dólares americanos) dividido pela população total a meio do ano. Ver *PIB (Produto Interno Bruto), PPC (Paridade de Poder de Compra)* e *População, total.* Ver (PNUD, 2007 p.)
Val.(+)	1	20	*Unidades*	
Val.(±)	0,500	10	*Origem*:	
Val. (-)	0	0	Índice	

Refer.:	2	CE	GINI	*Anos*:	Vários	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 283)
Indic.:	Desigualdade no Rendimento e Consumo			*Fonte de Origem*:		Banco Mundial 2007b*	

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	*Calculado com base nos dados fornecidos pelo Banco Mundial Valor = 0 ⇔ Igualdade perfeita Valor = 100 ⇔ Desigualdade perfeita Ver (PNUD, 2007 p. 369)
Val.(+)	0	20	*Unidades*	
Val.(±)	50	10	*Origem*:	
Val. (-)	100	0	Índice	

Refer.:	3	CE	Custo de Vida	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(IL, 2008) http://www.internationalliving.com/
Indic.:	Cost of Living World Score			*Fonte Origem*:		http://www.qualityoflife2008.com/ em 11/12/2008	

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	Cost of Living (15% of the final ranking). This is a guide to how much it will cost you to live in a style comparable to (or better than) the standard of living you're likely enjoying in the U.S. Our primary source in this category is the U.S. State Department's Index of Overseas Living Costs, used to compute cost-of-living allowances for a Western-style of living in various countries. We also consider each country's income tax rates.
Val.(+)	100	20	*Sub-Índice*	
Val.(±)	50	10	*de:*	
Val. (-)	0	0	1BE -QLI	

Ref.:	4	CE	Gest.Económ.	*Dados*:	2007	*Bibliog.*:	(IDA, 2009)
Indic.:	Economic Management - Average					http://go.worldbank.org/QAFU9RGOY1	
Fonte Origem	http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/IDA/0,,menuPK:51235940~pagePK:118644~piPK:51236156~theSitePK:73154,00.html em 04/01/2009						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	Sub-índice de IRAI composto pelo somatório e respectiva média de: Macroeconomic Management; Fiscal Policy; Debt Policy
Val.(+)	6	20	*Sub-Índice*	
Val.(±)	3,5	10	*de*:	
Val. (-)	1	0	18PO	

- **Desenvolvimento Social**

Refer.:	1	DS	IPH1 IPH2	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 240, 243)
Indic.:	IPH1: Índice de Pobreza Humana e de Rendimentos nos Países em Vias de Desenvolvimento						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	*Calculado com base*: - Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos - ONU 2007e - Taxa de Analfabetismo de Adultos - UNESCO 2007ª - População sem acesso a Fonte de Água Melhorada - UNICEF e OMS - Crianças com Peso a Menos para a Idade - UNICEF 2006
Val.(+)	0	20	*Unidades*	
Val.(±)	50	10	*Origem*:	
Val. (-)	100	0	Índice	

Indic.:	IPH2: Índices de Pobreza Humana e de Rendimentos (OCDE, Europa Central, Oriental e CEI)

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	*Calculado com base*: - Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos - ONU 2007e - Pessoas Funcionalmente Analfabetas (Entre 16-65 anos) - OCDE e Estatísticas do Canadá 2005 - Desemprego de Longa Duração da População Activa - OCDE 2007 - População abaixo do limiar de Privação Rendimento (50%) - LIS 2007
Val.(+)	0	20	*Unidades*	
Val.(±)	50	10	*Origem*:	
Val. (-)	100	0	Índice	

Refer.:	2	DS	Média	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 231)
Indic.:	IDH-PIB/capita					*Fonte de Origem*:	Calculo

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	Obtido a partir da subtracção do *Índice PIB/capita*, ao *Índice de Desenvolvimento Humano*. O valor obtido é a média do somatório do *Índice de Esperança de Vida* com o *Índice de Educação.*
Val.(+)	1	20	*Unidades*	
Val.(±)	0,500	10	*Origem*:	
Val. (-)	0	0	Índice	

Refer.:	3	DS	Saúde	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 231)
Indic.:	IDH: Índice de Esperança de Vida					*Fonte de Origem*:	UN 2007e

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	1	20	*Unidades Origem*:	Definições e termos estatísticos: (PNUD, 2007 p. 366 a 373)
Val.(±)	0,500	10		
Val. (-)	0	0		

Refer.:	4	DS	Educação	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 231)
Indic.:	IDH: Índice de Educação					*Fonte de Origem*:	UNESCO 2007ac

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	1	20	*Unidades Origem*:	Definições e termos estatísticos: (PNUD, 2007 p. 366 a 373)
Val.(±)	0,500	10		
Val. (-)	0	0		

Refer.:	5	DS	TLE 1º	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 271)
Indic.:	Taxa Líquida de Escolarização Primária					*Fonte de Origem*:	UNESCO 2007c

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	100	20	*Unidades Origem*:	Definições e termos estatísticos: (PNUD, 2007 p. 366 a 373)
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	0	0	%	

Refer.:	6	DS	TLE 2º	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 271)
Indic.:	Taxa Líquida de Escolarização Secundária					*Fonte de Origem*:	UNESCO 2007c

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	100	20	*Unidades Origem*:	Definições e termos estatísticos: (PNUD, 2007 p. 366 a 373)
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	0	0	%	

Refer.:	7	DS	Peso Def.	*Anos-Dados*:	1998-05	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 253)
Indic.:	Crianças Nascidas com Pouco Peso					*Fonte de Origem*:	UNICEF 2006

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	0	20	*Unidades Origem*:	Definições e termos estatísticos: (PNUD, 2007 p. 366 a 373)
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	100	0	%	
Outras fontes:	http://www.unicef.org/statistics/index_24287.html			

Refer.:	8	DS	Trab. Inf.	*Dados*:	2004	*Bibliog.*:	(SM, 2008) http://www.statistiques-mondiales.com/
Indic.:	Taxa de Trabalho Infantil						
Fonte de Origem:	http://www.statistiques-mondiales.com/travail_des_enfants.htm em 30/11/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	< 1	20	*Unidades Origem*:	Trabalho realizado por crianças entre os 5 e os 14 anos *Conversão a reconsiderar
Val.(±)	*			
Val. (-)	≥ 1	0	%	

Refer.:	9	DS	IDG	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 328, 357)
Indic.:	Índice de Desenvolvimento Relativo ao Género						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	1	20	*Unidades Origem*:	*Calculada com base*: - Esperança de Vida à Nascença – ONU 2007 - Taxa de Alfabetização entre Adultos (>15 anos) – UNESCO 2007 - Taxa de Alfab. Bruta Combinada (Ensino Prim, Sec. e Super.) – UNESCO 2007 - Rendimento Auferido Estimado (PPC Dólares) – B. Mundial 2007; OIT 2007
Val.(±)	0,500	10		
Val. (-)	0	0	Índice	

Refer.:	10	DS	Água Total	*Anos-Dados*:	2004	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 253)
Indic.:	População com Acesso a uma Fonte de Água Melhorada					*Fonte de Origem*:	UN 2006

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	100	20	*Unidades Origem*:	Definições e termos estatísticos: (PNUD, 2007 p. 366 a 373)
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	0	0	%	

Refer.:	11 12	DS	Rural-Urbano	*Dados*:	2004	*Bibliog.*:	(WRI, 2008) http://www.wri.org/
Indic.:	Uso de Água potável em Espaço Urbano e Rural						
Fonte Origem:	http://pdf.wri.org/world_resources_2008_roots_of_resilience.pdf pag 211 em 12/11/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	100	20	*Unidades Origem*:	These data have become more reliable as WHO and UNICEF shift from provider-based information (national census estimates) to consumer-based information (survey data). Nonetheless, comparisons among countries should be made with care. Definitions of urban and rural are not consistent across countries. The assessment does not account for intermittent or poor quality of water supplies.
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	0	0	%	

Refer.:	13	DS	Sub-Nutriç.	*Anos-Dados*:	2002-04	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 253)
Indic.:	Pessoas subnutridas (% total da população)					*Fonte de Origem*:	FAO 2007

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	0	20	*Unidades Origem*:	Definições e termos estatísticos: (PNUD, 2007 p. 366 a 373)
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	100	0	%	

Refer.:	14	DS	Saneamento	*Anos-Dados*:	2004	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 253)
Indic.:	População com Acesso a Saneamento Melhorado					*Fonte de Origem*:	UN 2006

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	100	20	*Unidades Origem*:	Definições e termos estatísticos: (PNUD, 2007 p. 366 a 373)
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	0	0	%	

Refer.:	15	DS	Electricidade	*Anos-Dados*:	2000-2005*	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 304)
Indic.:	Taxa de Electrificação					*Fonte de Origem*:	IEA 2006

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	100	20	*Unidades Origem*:	* Dados referentes ao ano mais recente no período indicado Definições e termos estatísticos: (PNUD, 2007 p. 366 a 373)
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	0	0	%	

Refer.:	16	DS	TV	*Dados*:	2001-2002*	*Bibl.*:	(SM, 2008) http://www.statistiques-mondiales.com/index.html
Indic.:	Nombre de postes de télévision pour 1000 habitants.mht						
Fonte de Origem:	http://www.statistiques-mondiales.com/television.htm Actualizado em Julho 2008						

Escalas	*Orig.***	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	500	20	*Unidades Origem*:	Número de televisores por 1000 habitantes *Levantamento realizado por país num dos anos referidos **Conversão sujeita a rectificação
Val.(±)	250	10		
Val. (-)	0	0		

Refer.:	17	DS	Ac. Digital	*Anos-Dados*:	2002	*Bibliog.*:	(WRI, 2008) http://www.wri.org/
Indic.:	Digital Acess Index						
Fonte de Origem:	http://pdf.wri.org/world_resources_2008_roots_of_resilience.pdf pag 218 em 12/11/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	100	20	*Unidades Origem*:	Is a composite score, developed by the International Telecommunications Union (ITU), which reflects the ability of each country's population to take advantage of internet communication technologies. It ranges from 1 to 100, where 100 equals the most access. The Index is calculated as a weighted average of eight variables describing infrastructure, affordability, educational level of the population, quality of information and communication technology services, and Internet usage.
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	0	0	%	

Refer.:	18	DS	Telefone	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 275, 278)
Indic.:	Linhas Telefónicas por 1000 Habitantes					*Fonte de Origem*:	Banco Mundial 2007

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	1000	20	*Unidades Origem*:	Definições e termos estatísticos: (PNUD, 2007 p. 366 a 373)
Val.(±)	500	10		
Val. (-)	0	0	‰	

Refer.:	19	DS*	Telemóvel	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 275, 278)
Indic.:	Assinantes de Telemóvel por 1000 Habitantes					*Fonte de Origem*:	Banco Mundial 2007

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	1000	20	*Unidades Origem*:	Assinantes de um serviço público de telefone móvel que oferece acesso à rede de telefone pública através de tecnologia celular. Os sistemas podem ser analógicos ou digitais. *Igual a 3IC
Val.(±)	500	10		
Val. (-)	0	0	‰	

Refer.:	20	DS*	Internet	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 275)
Indic.:	Utilizadores de Internet por 1000 Habitantes					*Fonte de Origem*:	Banco Mundial 2007

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	1000	20	*Unidades Origem*:	*Igual a 2IC
Val.(±)	500	10		
Val. (-)	0	0	‰	

Refer.:	21	DS	Saúde	*Anos-Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(IL, 2008) http://www.internationalliving.com/
Indic.:	Health					*Fonte Origem*:	http://www.qualityoflife2008.com/ em 11/12/2008

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	100	20	*Sub-Índice de:*	Health (10%). In this category, we look at calorie consumption as a percentage of daily requirements, the number of people per doctor, the number of hospital beds per 1,000 people, the percentage of the population with access to safe water, the infant mortality rate, life e xpectancy, and public health expenditure as a percentage of a country's GDP.
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	0	0	1BE -QLI	

- **Segurança e Estabilidade**

Refer.:	1	SE	GPI Paz	*Anos-Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(Visionofhumanity, 2008)
Indic.:	GPI - Global Peace Index					www.visionofhumanity.org	
Fonte de Origem:	http://www.visionofhumanity.org/gpi/results/rankings/2008/ em 01/12/2008 a partir dos dados disponibilizados pelo Institute for Economics and Peace						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	1	20	*Unidades Origem*:	Twenty-four indicators of the existence or absence of peace were chosen by the panel, which are divided into three key thematic categories: Measures of ongoing domestic and international conflict Measures of societal safety and security Measures of militarization http://www.visionofhumanity.org/gpi/about-gpi/methodology.php
Val.(±)	2,5	10		
Val. (-)	5	0	Índice	

Refer.:	2	SE	Pres. Demog	*Dados*:	2008	*Bibl.*:	(FFP, 2008)
Indic.:	Pressão Demográfica					http://www.fundforpeace.org/web/index.php	
Fonte Origem:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	0	20	*Sub-Índice de*:
Val.(±)	5	10	
Val. (-)	10	0	9PO

Refer.:	3	SE	Desemprego	*Dados*:	Vários*	*Bibliog.*:	(CIA, 2008)
Indic.:	Unemployment rate					https://www.cia.gov/index.html	

Fonte Origem:	https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2129rank.html			
Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	This entry contains the percent of the labor force that is without jobs. Substantial underemployment might be noted. *Generalidade dos países – 2007; BTN-2004; CPV-2000; MOZ-1997; GNQ-1998; TMP-2001
Val.(+)	0	20	*Unidades Origem*:	
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	100	0	%	

Refer.:	4	SE	Sist. Segur.	*Dados*:	2008	*Bibl.*:	(FFP, 2008)
Indic.:	Security Apparatus Operate					http://www.fundforpeace.org/web/index.php	
Fonte Origem:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						
Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	Emergence of elite or praetorian guards that operate with impunity. Emergence of state-sponsored or state-supported private militias that terrorize political opponents, suspected "enemies," or civilians seen to be sympathetic to the opposition. Emergence of an "army within an army" that serves the interests of the dominant military or political clique.			
Val.(+)	0	20	*Sub-Índice de*:				
Val.(±)	5	10					
Val. (-)	10	0	9PO				
Emergence of rival militias, guerilla forces or private armies in an armed struggle or protracted violent campaigns against state security forces.							

Refer.:	5	SE	GTI Terroris.	*Dados*:		*Bibl.*:	(NationMaster, 2008)
Indic.:	GTI - Indicador de Terrorismo Global					http://www.nationmaster.com/statistics	
Fonte Dados:	http://www.nationmaster.com/graph/ter_glo_ter_ind-terrorism-global-indicator em 18/12/208						
Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	Escala baseada no número de mortes provenientes de actos terroristas: 5- Superior a 1000; 4- 200 a 1000; 3- 100 a 200; 2- 20 a 100; 1- 1 a 20; 0- 0 mortes ou registo de incidentes terroristas.			
Val.(+)	0	20	*Unidades Origem*:				
Val.(±)	3	10					
Val. (-)	5	0	Índice				
Fonte original: GLOBAL TERRORISM: AN OVERVIEW AND ANALYSIS Monty G. Marshall INSCR Integrated Network for Societal Conflict Research CIDCM Center for International Development and Conflict Management University of Maryland, College Park and the Center for Systemic Peace Draft: September 11, 2002							

Refer.:	6	SE	Crime Total	*Dados*:	1998-2000	*Bibl.*:	(NationMaster, 2008)
Indic.:	Crimes Totais per capita					http://www.nationmaster.com/statistics	
Fonte Dados:	http://www.nationmaster.com/graph/cri_tot_cri-crime-total-crimes_percap em 18/12/2008						
Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	Crime statistics are often better indicators of prevalence of law enforcement and willingness to report crime, than actual prevalence. Per capita figures expressed per 1,000 population.			
Val.(+)	0	20	*Unidades Origem*:				
Val.(±)	100	10					
Val. (-)	200	0	‰				
Fonte original: Seventh United Nations Survey of Crime Trends and Operations of Criminal Justice Systems, covering the period 1998 - 2000 (United Nations Office on Drugs and Crime, Centre for International Crime Prevention)							

Refer.:	7	SE	Conflit. Cron.	*Dados*:	2008	*Bibl.*:	(FFP, 2008)
Indic.:	Chronic and Sustained Human Flight					http://www.fundforpeace.org/web/index.php	
Fonte Origem:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						
Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	"Brain drain" of professionals, intellectuals and political dissidents fearing persecution or repression. Voluntary emigration of "the middle class," particularly economically productive segments of the population, such as entrepreneurs, business people, artisans and traders, due to economic deterioration. Growth of exile communities.			
Val.(+)	0	20	*Sub-Índice de*:				
Val.(±)	5	10					
Val. (-)	10	0	9PO				

Refer.:	8	SE	Refug. FFP	*Anos-Dados*:	2008	*Bibl.*:	(FFP, 2008)
Indic.:	Massive Movement of Refugees or Internally					http://www.fundforpeace.org/web/index.php	
Fonte Origem:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						
Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	Forced uprooting of large communities as a result of random or targeted violence and/or repression, causing food shortages, disease, lack of clean water, land competition, and turmoil that can spiral into larger humanitarian and security problems, both within and between countries			
Val.(+)	0	20	*Sub-Índice de*:				
Val.(±)	5	10					
Val. (-)	10	0	9PO				

Refer.:	9	SE	Deslocados	*Anos-*	2006	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 320)

				Dados:			
Indic.:	Pessoas Deslocadas Internamente					*Fonte Origem*:	IDMC 2007
Escalas	*Orig.**	*Conv.*	*Observ.*:	Refere-se a estimativas mantidas pelo IDMC baseadas em várias fontes. As estimativas estão associadas a níveis elevados de incerteza. *Valores de conversão a reconsiderar			
Val.(+)	0	20	*Unidades Origem*:				
Val.(±)	20	10					
Val. (-)	>40	0	Milhares				

Refer.:	10	SE	Refug. Orig.	*Anos-Dados*:	2006	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 320)
Indic.:	Refugiados por País de Origem					*Fonte Origem*:	ACNUR 2007
Escalas	*Orig.**	*Conv.*	*Observ.*:	O país de origem de muitos refugiados não está disponível ou não foi relatado. Estes dados podem, deste modo, estar subestimados. *Valores de conversão a reconsiderar			
Val.(+)	0	20	*Unidades Origem*:				
Val.(±)	20	10					
Val. (-)	>40	0	Milhares				

Refer.:	11	SE	Homicídios	*Anos-Dados*:	2000-04*	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 324)
Indic.:	Homicídios Internacionais					*Fonte Origem*:	UNODC 2007
Escalas	*Orig.***	*Conv.*	*Observ.*:	*Os dados foram recolhidos durante um dos anos em questão. Devido às diferenças na definição legal das ofensas, os dados não são estritamente comparáveis entre países. **Valores de conversão a reconsiderar			
Val.(+)	0	20	*Unidades Origem*:				
Val.(±)	50	10					
Val. (-)	>100	0	/100000				

Refer.:	12	SE	Presos	*Anos-Dados*:	2007*	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 324)
Indic.:	População Presa					*Fonte Origem*:	ICPS 2007
Escalas	*Orig.***	*Conv.*	*Observ.*:	*Os dados reportam-se a Janeiro de 2007. **Valores de conversão a reconsiderar			
Val.(+)	0	20	*Unidades Origem*:				
Val.(±)	200	10					
Val. (-)	>400	0	/100000				

- **Espaço Físico**

Refer.:	1	EF	FootPrint	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(WWF, 2008)
Indic.:	Ecological Footprint Total						http://www.panda.org/index.cfm
Fonte Dados:	http://assets.panda.org/downloads/living_planet_report_2008.pdf pag. 32 em 9/12/2008						
Escalas	*Orig.***	*Conv.*	*Observ.*:	*A Pegada Ecológica é expressa em "hectares globais", correspondendo um hectare global a um hectare de área biologicamente produtiva. **Valor da conversão a reconsiderar			
Val.(+)	+1,9	20	*Unidades Origem*:				
Val.(±)	0	10					
Val. (-)	-1,9	0	*				

Pegada Ecológica: A measure of how much biologically productive land and water an individual, population or activity requires to produce all the resources it consumes and to absorb the waste it generates, using prevailing technology and resource management practices.

Para realizar o calculo deste indicador é necessário somar todos os factores que podem interferir no meio ambiente, sendo dado ao componente CO_2 principal relevância:

- *Área de energia fóssil*: área que se deveria reservar para a absorção do CO2 que é libertado em excesso.
- *Terra arável*: área de terreno agrícola necessária para suprimir as necessidades alimentares da população.
- *Pastagens*: área necessária para criar o gado em condições de "bem-estar".
- *Floresta*: área necessária para fornecer madeira, seus derivados e outros produtos não lenhosos.
- *Área urbanistica*: área necessária para a construção de edifícios.

Fonte de origem:	http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/ http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/page/glossary/ http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/page/methodology/

Refer.:	2	EF	Clima	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(IL, 2008) http://www.internationalliving.com/
Indic.:	Climate					*Fonte Origem*:	http://www.qualityoflife2008.com/ em 11/12/2008
Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	Climate (10%). When deciding on a score for each country's climate, we look at its average annual rainfall and average temperature…and consider its risk for natural disasters.			
Val.(+)	100	20	*Sub-Índice de:*				
Val.(±)	50	10					
Val. (-)	0	0	1BE -QLI				

Refer.:	3	EF	E. Renov.	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 308)
Indic.:	Energia Renovável: Hidráulica; Solar; Eólica; Geotermal					*Fonte Origem*:	AIE 2007

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	100	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	50	10	
Val. (-)	0	0	% do Tot

Parcela da produção total de energia primária: A Produção Total de energia primária (TPES) é constituída por "produção indígena + importação - exportação - reabastecimento de navios marítimos internacionais ± variação das existências". TPES é uma medida do consumo de energia comercial.
Em 2005, 12,6% das necessidades de energia mundial foram fornecidas por energias renováveis.

Refer.:	4	EF	Floresta	*Anos-Dados*:	1990-05*	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 304)
Indic.:	Área de Floresta (variação média anual)					*Fonte Origem*:	FAO 2006

Escalas	*Orig.***	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	3	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	0	10	
Val. (-)	-3	0	%

* Variação positiva ou negativa, entre 1990 e 2005
**Conversão passível de rectificação

▪ Poder e Organização

Refer.:	1	PO	CPI – Corrup.	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(TI, 2008)
Indic.:	CPI - Corruption Perception Index					http://www.transparency.org/	
Fonte Origem:	http://www.transparency.org/publications/gcr/download_gcr#dnld						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	10	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	5	10	
Val. (-)	0	0	Índice

Transparency International.mht em 1/12/2008
CPI_2008_table_and_sources em 2/12/2008
Outras fontes: www.transparency.org/surveys/#cpi ou www.icgg.org

The Corruption Perceptions Index (CPI) is a composite index, using data compiled or published between 2007 and 2008. Thirteen surveys of business people and assessments by country analysts from overall eleven independent institutions enter the CPI. The strength of the CPI is based on the concept that a combination of data sources combined into a single index increases the reliability of each individual figure.
All sources employ a homogeneous definition of "extent of corruption". The assessments are gathered from experienced respondents and enhance our understanding of real levels of corruption. Comparisons to last year's index should be based on scores. However, such comparisons are not always perfect when changes in the composition of sources occur. Non-parametric statistics are used for standardizing the data and for determining the precision of the scores.

Refer.:	2	PO	PTS	*Dados*:	2007	*Bibliog.*:	(PTS, 2008)
Indic.:	PTS - Political Terror Scale					http://www.politicalterrorscale.org/about.html	
Fonte Origem:	http://www.politicalterrorscale.org/ptsdata.php em 1/12/2008 a partir dos dados da *Freedon House*.						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	1	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	2,5	10	
Val. (-)	5	0	Índice

The PTS measures levels of political violence and terror that a country experiences in a particular year based on a 5-level "terror scale" originally developed by Freedom House. The data used in compiling this index comes from two different sources: the yearly country reports of Amnesty International and the U.S. State Department Country Reports on Human Rights Practices.

Level 5 : Terror has expanded to the whole population. The leaders of these societies place no limits on the means or thoroughness with which they pursue personal or ideological goals. Level 4 : Civil and political rights violations have expanded to large numbers of the population. Murders, disappearances, and torture are a common part of life. In spite of its generality, on this level terror affects those who interest themselves in politics or ideas. Level 3 : There is extensive political imprisonment, or a recent history of such imprisonment. Execution or other political murders and brutality may be common. Unlimited detention, with or without a trial, for political views is accepted. Level 2 : There is a limited amount of imprisonment for nonviolent political activity. However, few persons are affected, torture and beatings are exceptional. Political murder is rare. Level 1 : Countries under a secure rule of law, people are not imprisoned for their view, and torture is rare or exceptional. Political murders are extremely rare.

Refer.:	3	PO	Liberd.Civil	*Anos*:	2007	*Bibl.*:	(FreedomHouse, 2008)
Indic.:	CL - Stands for Civil Liberties					http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=1	
Fonte Dados	http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=372&year=2007 em 1/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	1	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	3,5	10	
Val. (-)	7	0	Índice

Political Rights and Civil Liberties are measured on a one-to-seven scale, with one representing the highest degree of Freedom and seven the lowest. "F," "PF," and "NF," respectively, stand for "Free," "Partly Free," and "Not Free."

Composição: 1- Freedom Of Expression And Belief; 2- Associational And Organizational Rights; 3- Rule Of Law; 4- Personal Autonomy And Individual Rights.
http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=351&ana_page=341&year=2008

Refer.:	4	PO	Dir. Polit.	*Anos*:	2007	*Bibl.*:	(FreedomHouse, 2008)
Indic.:	PR - Stands for Political Rights						http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=1
Fonte Dados	http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=372&year=2007 em 1/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	1	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	3,5	10	
Val. (-)	7	0	Índice

Political Rights and Civil Liberties Ratings – The total number of points awarded to the political rights and civil liberties checklists determines the political rights and civil liberties ratings. Each rating of 1 through 7, with 1 representing the highest and 7 the lowest level of freedom, corresponds to a range of total points).

Composição: 1- Electoral Process; 2- Political Pluralism And Participation; 3- Functioning Of Government.
Additional Discretionary Political Rights Questions: 1- For traditional monarchies that have no parties or electoral process, does the system provide for genuine, meaningful consultation with the people, encourage public discussion of policy choices, and allow the right to petition the ruler? 2- Is the government or occupying power deliberately changing the ethnic composition of a country or territory so as to destroy a culture or tip the political balance in favor of another group? http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=351&ana_page=341&year=2008

Refer.:	5	PO	Terror Polit.	*Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PTS, 2008)
Indic.:	PTS - Score on Political Terror Scale*						http://www.politicalterrorscale.org/about.html
Fonte de Origem:	http://www.politicalterrorscale.org/ptsdata.php em 2/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	1	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	2,5	10	
Val. (-)	5	0	

Political Terror Scale (PTS): a University of North Carolina ranking of states by their human rights violations. See pp 37–39.
POLITICAL TERROR SCALE, 1980–2005 Linda Cornett and Mark Gibney, Department of Political Science, University of North Carolina Asheville. See http://www.unca.edu/politicalscience/images/colloquium/ faculty staff/gibney.html miniAtlas_data_table em 2/12/2008

*Por lapso, estes valores encontram-se repetidos com 2PO

Refer.:	6	PO	Liberdade	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(IL, 2008) http://www.internationalliving.com/
Indic.:	Liberdade					*Fonte Origem*:	http://www.qualityoflife2008.com/ **em 11/12/2008**

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	100	20	*Sub-Índice de:*
Val.(±)	50	10	
Val. (-)	0	0	1BE -QLI

Freedom (10%). Freedom House's 2007 survey is the main source for these scores, with an emphasis on a citizen's political rights and civil liberties.

Refer.:	7	PO	Mulher-Polit.	*Anos-Dados*:	2007	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 345)
Indic.:	Assentos Parlamentares Ocupados por Mulheres					*Fonte de Origem*:	IPU 2007

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	50	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	25	10	
Val. (-)	0	0	% do T.

Os dados são de 31 de Maio de 2007, salvo indicação contrária. A percentagem foi calculada tomando como referência o número total de assentos então ocupados no parlamento.

Refer.:	8	PO	Partic. Global	*Anos-Dados*:	Vários	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007)
Indic.:	Participação Global					*Fonte de Origem*:	UN 2007

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	24	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	12	10	
Val. (-)	0	0	% do T

Composto pelo somatório das ratificações, adesões ou sucessões que cada país assumiu nas seguintes áreas:
- Tratados Internacionais do Ambiente (PNUD, 2007 p. 315)
- Convenções sobre Direitos Fundamentais do Trabalho (PNUD, 2007 p. 349)
- Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos (PNUD, 2007 p. 353)

Este Somatório é subtraído do total de acordos e transformado em percentagem.

Indicador que pouco diz sobre a participação de cada país para o bom funcionamento, humano social e ambiental do Planeta. Dos acordos à prática vai um grande passo, e seria este último que deveria ser medido e conferir mais, ou menos vantagens nas relações internacionais, entre as quais, as comerciais. (Sujeito a rectificação)

Refer.:	9	PO	FSI	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(FFP, 2008)
Indic.:	FSI - Failed States Index 2008					http://www.fundforpeace.org/web/index.php	
Fonte Origem:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						

Escalas	*Orig.*	Conv.	*Observ.*:
Val.(+)	0	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	60	10	
Val. (-)	120	0	Índice

These reports assess the stability and political risk of countries by focusing on key economic, social, and political indicators, including, as applicable, their relations with other countries in the region and local issues. Companies and organizations use these reports to supplement their own internal political risk assessments for investment decisions and for developing corporate responsibility and community engagement policies and practices.

The analysis includes examination of the pressures on a state (the 12 Indicators):
Social Indicators: Mounting Demographic Pressures; Massive Movement of Refugees or Internally Displaced Persons creating Complex Humanitarian Emergencies; Legacy of Vengeance-Seeking Group Grievance or Group Paranoia; Chronic and Sustained Human Flight.
Economic Indicators: Uneven Economic Development along Group Lines; Sharp and/or Severe Economic Decline.
Political Indicators: Criminalization and/or Delegitimization of the State; Progressive Deterioration of Public Services; Suspension or Arbitrary Application of the Rule of Law and Widespread Violation of Human Rights; Security Apparatus Operates as a "State Within a State"; Rise of Factionalized Elites; Intervention of Other States or External Political Actors.

Refer.:	10	PO	Soberania	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(FFP, 2008)
Indic.:	Intervention of Other States or External Political Actors						
Fonte Origem:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	0	20	*Sub-Índice de*:
Val.(±)	5	10	
Val. (-)	10	0	9PO

Military or Para-military engagement in the internal affairs of the state at risk by outside armies, states, identity groups or entities that affect the internal balance of power or resolution of the conflict.
Intervention by donors, especially if there is a tendency towards over-dependence on foreign aid or peacekeeping missions.

Refer.:	11	PO	Serv. Públic	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(FFP, 2008)
Indic.:	Progressive Deteroration of Public Services						
Fonte Origem:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	0	20	*Sub-Índice de*:
Val.(±)	5	10	
Val. (-)	10	0	9PO

Disappearance of basic state functions that serve the people, including failure to protect citizens from terrorism and violence and to provide essential services, such as health, education, sanitation, public transportation.
State apparatus narrows to those agencies that serve the ruling elites, such as the security forces, presidential staff, central bank, diplomatic service, customs and collection agencies.

Refer.:	12	PO	Dir. Human.	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(FFP, 2008)
Indic.:	Suspension or Arbitrary Application of the rule of Low						
Fonte Origem:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	0	20	*Sub-Índice de*:
Val.(±)	5	10	
Val. (-)	10	0	9PO

Emergence of authoritarian, dictatorial or military rule in which constitutional and democratic institutions and processes are suspended or manipulated.
Outbreak of politically inspired (as opposed to criminal) violence against innocent civilians.
Rising number of political prisoners or dissidents who are denied due process consistent with international norms and practices.

Widespread abuse of legal, political and social rights, including those of individuals, groups or cultural institutions (e.g., harassment of the press, politicization of the judiciary, internal use of military for political ends, public repression of political opponents, religious or cultural persecution).

Refer.:	13	PO	Asc. Helites	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(FFP, 2008)
Indic.:	Rise of Factionalized Elites						
Fonte Origem:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	0	20	*Sub-Índice de*:
Val.(±)	5	10	
Val. (-)	10	0	9PO

Fragmentation of ruling elites and state institutions along group lines.
Use of nationalistic political rhetoric by ruling elites, often in terms of communal irredentism, (e.g., a "greater Serbia") or of communal solidarity (e.g., "ethnic cleansing" or "defending the faith").

Refer.:	14	PO	Crimi.Estad.	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(FFP, 2008)
Indic.:	Criminalization and/or Delegitimization of the State						
Fonte Origem:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	0	20	*Sub-Índice de*:	Massive and endemic corruption or profiteering by ruling elites. Resistance of ruling elites to transparency, accountability and political representation. Widespread loss of popular confidence in state institutions and processes, e.g., widely boycotted or contested elections, mass public demonstrations, sustained civil disobedience, inability of the state to collect taxes, resistance to military conscription, rise of armed insurgencies. Growth of crime syndicates linked to ruling elites.
Val.(±)	5	10		
Val. (-)	10	0	9PO	

Refer.:	15	PO	Estrut.Polit.	*Anos*:	2007	*Bibliog.*:	(IDA, 2009)
Indic.:	Structural Policies					http://go.worldbank.org/QAFU9RGOY1	
Fonte de Dados:	2007 IDA Resource Allocation Index (IRAI) em 29/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	6	20	*Sub-Índice de*:	Sub-índice de IRAI composto pelo somatório e respectiva média de: Trade; Financial Sector; Business Regulatory Environment
Val.(±)	3,5	10		
Val. (-)	1	0	18PO	

Refer.:	16	PO	Inclus.Soc.	*Anos*:	2007	*Bibliog.*:	(IDA, 2009)
Indic.:	Policies for Social Inclusion/Equity					http://go.worldbank.org/QAFU9RGOY1	
Fonte de Dados:	2007 IDA Resource Allocation Index (IRAI) em 29/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	6	20	*Sub-Índice de*:	Sub-índice de IRAI composto pelo somatório e respectiva média de: Gender Equality; Equity of Public Resource Use; Building Human Resources; Social Protection and Labor; Policies and Institutions for Environmental Sustainability
Val.(±)	3,5	10		
Val. (-)	1	0	18PO	

Refer.:	17	PO	Sector Públic	*Anos*:	2007	*Bibliog.*:	(IDA, 2009)
Indic.:	Public Sector Management and Institutions					http://go.worldbank.org/QAFU9RGOY1	
Fonte de Dados:	2007 IDA Resource Allocation Index (IRAI) em 29/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	6	20	*Sub-Índice de*:	Sub-índice de IRAI composto pelo somatório e respectiva média de: Property Rights and Rule-based Governance; Quality of Budgetary and Financial Management; Efficiency of Revenue Mobilization; Quality of Public Administration; Transparency, Accountability and Corruption in the Public Sector
Val.(±)	3,5	10		
Val. (-)	1	0	18PO	

Refer.:	18	PO	IRAI	*Anos-Dados*:	2007	*Bibliog.*:	(IDA, 2009)
Indic.:	IRAI - IDA Resource Allocation Index					http://go.worldbank.org/QAFU9RGOY1	
Fonte de dados	http://www1.worldbank.org/operations/IRAI/2007/IRAI2007table1.pdf em 29/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	6	20	*Unidades Origem*:	Índice composto pelo somatório e respectiva média dos seguintes Sub-índices: Economic Management; Structural Policies; Policies for Social Inclusion/Equity; Public Sector Management and Institutions
Val.(±)	3,5	10		
Val. (-)	1	0	Índice	

- **Informação e Conhecimento**

Refer.:	1	IC	TV	*Dados*:	Vários*	*Bibliog.*:	(SM, 2008) http://www.statistiques-mondiales.com/
Indic.:	Número de Postos de Televisão por 1000 habitantes						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	1000	20	*Unidades Origem*:	*Dados obtidos em 2001 ou 2002. Excepção para GNQ -1998. http://www.statistiques-mondiales.com/index.html em 30/11/2008
Val.(±)	500	10		
Val. (-)	0	0	‰	

Refer.:	2	IC*	Internet	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 275)
Indic.:	Utilizadores de Internet por 1000 Habitantes					*Fonte de Origem*:	Banco Mundial 2007

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	1000	20	*Unidades Origem*:	*Igual a 20DS
Val.(±)	500	10		
Val. (-)	0	0	‰	

Refer.:	3	IC*	Telemóvel	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 275, 278)
Indic.:	Assinantes de Telemóvel por 1000 Habitantes					*Fonte de Origem*:	Banco Mundial 2007

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	Assinantes de um serviço público de telefone móvel que oferece acesso à rede de telefone pública através de tecnologia celular. Os sistemas podem ser analógicos ou digitais. *Igual a 19DS
Val.(+)	1000	20	*Unidades Origem*:	
Val.(±)	500	10		
Val. (-)	0	0	‰	

Refer.:	4	IC	WPF-Rep.	*Anos*	2008	*Bibliog.*:	(RSF, 2008)
Indic.:	WPF - World Press Freedom					http://www.rsf.org/rubrique.php3?id_rubrique=20	
Fonte Origem	http://www.rsf.org/IMG/pdf/cl_en_2008.pdf em 2/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv*	*Observ.*:	To compile this index, Reporters Without Borders prepared a questionnaire with 49 criteria that assess the state of press freedom in each country. It includes every kind of violation directly affecting journalists (such as murders, imprisonment, physical attacks and threats) and news media (censorship, confiscation of newspaper issues, searches and harassment). Ánd it includes the degree of impunity enjoyed by those responsible for these press freedom violations.
Val.(+)	0	20	*Unidades Origem*:	
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	100	0	Índice	

Refer.:	5	IC	LI Total	*Anos*:	2006	*Bibl.*:	(FreedomHouse, 2008)
Índic.:	Freedom of Press - Total					http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=1	
Fonte Dados:	http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=274 em 2/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	The 2006 survey, which provides analytical reports and numerical ratings for 194 countries and territories, expands a process conducted since 1980 by Freedom House. The findings are widely used by governments, international organizations, academics, and the news media in many countries. Countries are given a total score from 0 (best) to 100 (worst) on the basis of a set of 23 methodology questions divided into three subcategories. Assigning numerical points allows for comparative
Val.(+)	1	20	*Unidades Origem*:	
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	100	0	Índice	

analysis among the countries surveyed and facilitates an examination of trends over time. The degree to which each country permits the free flow of news and information determines the classification of its media as "Free," "Partly Free," or "Not Free." Countries scoring 0 to 30 are regarded as having "Free" media; 31 to 60, "Partly Free" media; and 61 to 100, "Not Free" media. The criteria for such judgments and the arithmetic scheme for displaying the judgments are described in the following section.
http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=350&ana_page=102&year=2006

Refer.:	6	IC	Lei	*Anos*:	2006	*Bibl.*:	(FreedomHouse, 2008)
Índic.:	Laws and Regulations that influence media content						
Fonte Dados:	http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=274 em 2/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	1- Do the constitution or other basic laws contain provisions designed to protect freedom of the press and of expression and are they enforced? 2- Do the penal code, security laws, or any other laws restrict reporting and are journalists punished under these laws? 3- Are there penalties for libeling officials or the state and are they enforced?
Val.(+)	1	20	*Sub-Índice de:*	
Val.(±)	17,5	10		
Val. (-)	34	0	5IC	

4- Is the judiciary independent and do courts judge cases concerning the media impartially? 5- Is freedom of information legislation in place and are journalists able to make use of it? 6- Can individuals or business entities legally establish and operate private media outlets without undue interference? 7- Are media regulatory bodies, such as a broadcasting authority or national press or communications council, able to operate freely and independently? 8- Is there freedom to become a journalist and to practice journalism? points)http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=350&ana_page=102&year=2006

Refer.:	7	IC	Pres. Poli.	*Anos*:	2006	*Bibl.*:	(FreedomHouse, 2008)
Índic.:	Political Pressures and Controls on Media Content						
Fonte Dados:	http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=274 em 2/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	1- To what extent are media outlets' news and information content determined by the government or a particular partisan interest? 2- Is access to official or unofficial sources generally controlled? 3- Is there official censorship? 4- Do journalists practice self-censorship?
Val.(+)	1	20	*Sub-Índice de:*	
Val.(±)	17,5	10		
Val. (-)	34	0	5IC	

5- Is media coverage robust and does it reflect a diversity of viewpoints? 6- Are both local and foreign journalists able to cover the news freely? 7- Are journalists or media outlets subject to extralegal intimidation or physical violence by state authorities or any other actor? http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=350&ana_page=102&year=2006

Refer.:	8	IC	Pres. Econ.	*Anos*:	2006	*Bibl.*:	(FreedomHouse, 2008)
Índic.:	Economic Influences Over Media Content						
Fonte Dados:	http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=274 em 2/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	1	20	*Sub-Índice de:*
Val.(±)	17,5	10	
Val. (-)	34	0	5IC

1- To what extent are media owned or controlled by the government and does this influence their diversity of views? 2- Is private media ownership transparent, thus allowing consumers to judge the impartiality of the news? 3- Is private media ownership highly concentrated and does it influence diversity of content? 4- Are there restrictions on the means of journalistic production and distribution?

5- Does the state place prohibitively high costs on the establishment and operation of media outlets? 6- Do the state or other actors try to control the media through allocation of advertising or subsidies? 7- Do journalists receive payment from private or public sources whose design is to influence their journalistic content? 8- Does the economic situation in a country accentuate media dependency on the state, political parties, big business, or other influential political actors for funding? http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=350&ana_page=102&year=2006

- **Bem Estar**

Refer.:	1	BE	QLI-Qld.Vid	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(IL, 2008)
Indic.:	QLI - Índice de Qualidade de Vida						http://www.internationalliving.com/
Fonte Origem:	http://www.qualityoflife2008.com/ em 11/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	100	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	50	10	
Val. (-)	0	0	Índice

Índice composto pelos seguintes sub-índices:
Cost of Living (15% of the final ranking); Freedom (10%); Health (10%); Climate (10%); Culture and Leisure (10%). Economy (15%). Environment (10%). Infrastructure (10%). Safety and Risk (10%).

Refer.:	2	BE	Queixas	*Dados*:	2008	*Bibl.*:	(FFP, 2008) http://www.fundforpeace.org/web/index.php
Indic.:	Legacy of Vengeance – Seeking Group Grievance or Group Paranoia						
Fonte Origem:	http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140 em 01/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	0	20	*Sub-Índice de*:
Val.(±)	5	10	
Val. (-)	10	0	9PO

History of aggrieved communal groups based on recent or past injustices, which could date back centuries.
Patterns of atrocities committed with impunity against communal groups.
Specific groups singled out by state authorities, or by dominant groups, for persecution or repression. Institutionalized political exclusion.

Public scapegoating of groups believed to have acquired wealth, status or power as evidenced in the emergence of "hate" radio, pamphleteering and stereotypical or nationalistic political rhetoric.

Refer.:	3	BE	WDH Felici.	*Anos-Dados*:	2000-06	*Bibliog.*:	(Veenhoven, 2009)
Indic.:	Average Happiness - How much people enjoy their life-as-a-whole on scale 0 to 10						
Fonte Dados:	http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/hap_nat/nat_fp.php em 20/01/2009						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	10	20	*Unidades Origem*:
Val.(±)	5	10	
Val. (-)	0	0	WDH

Data from 2000 up to and including 2006. If the below mentioned questions had been used more than once in this era, the average score is used.
Average enjoyment of life assessed by means of surveys in general public samples. Data taken from RankReport 2009-1a

Refer.:	4	BE	WDH Temp	*Anos-Dados*:	2000-06	*Bibliog.*:	(Veenhoven, 2009)
Indic.:	HLY - Happy Life Years - How long and happy people live						
Fonte Dados:	http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/hap_nat/nat_fp.php em 20/01/2009						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:
Val.(+)	80	20	*Unidades Origem*
Val.(±)	40	10	
Val. (-)	0	0	WDH

Life expectancy is estimated on the basis of civil registrations of birth and death arouns 2005. Source: Human Development Reports, table 1. Missing cases taken from World Life-expectancy Chart
http://geography.about.com/library/weekly/aa042000b.htm

'Happy Life Years' is an estimate of how long and happy the average citizen will live in that nation in this era.
Computation: 0-1 enjoyment of life multiplied by expected length of life

Refer.:	5	BE	WDH Desig	*Anos-Dados*:	1995-05	*Bibliog.*:	(Veenhoven, 2009)
Indic.:	Inequality of Happiness - How much citizens differ in enjoyment of their life-as-a-whole						
Fonte Dados:	http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/hap_nat/nat_fp.php em 04/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	1	20	*Unidades Origem*:	In this ranking the focus is not on the *level* of happiness in the country, but on *inequality* in happiness among citizens. Inequality in happiness can be measured by the dispersion of responses to survey-questions.
Val.(±)	2,5	10		
Val. (-)	5	0	WDH	

Refer.:	6	BE	WDH Ajust.	*Anos-Dados*:	1995-05	*Bibliog.*:	(Veenhoven, 2009)
Indic.:	Inequality-Adjusted Happiness - How well nations combine level and differences in happiness						
Fonte Dados:	http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/hap_nat/nat_fp.php em 04/12/2008						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	*Observ.*:	
Val.(+)	100	20	*Unidades Origem*:	In this ranking the focus is not only on the *level* of happiness in the country, but also on *inequality* in happiness among citizens. Inequality-Adjusted-Happiness is measured as a linear combination of the mean and the standard deviation of the distribution of happiness in a nation.
Val.(±)	50	10		
Val. (-)	0	0	WDH	

Refer.:	7	BE	Happiness	*Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(NationMaster, 2008)
Indic.:	Happiness net						http://www.nationmaster.com/statistics
Fonte Dados:	http://www.nationmaster.com/graph/lif_hap_net-lifestyle-happiness-net em 18/12/2008 World Values Survey 2005						

Escalas	*Orig.*	*Conv.*	
Val.(+)	100	20	Dados obtidos a partir da pergunta: "Taking all things together, would you say you are: very happy, quite happy, not very happy, or not at all happy?". Com os dados obtidos aplicou-se a fórmula seguinte: a percentagem das pessoas que ou " se classificaram como bastante feliz " ou " muito feliz " menos a percentagem das pessoas que se classificaram em cada um dos outros "graus" de felicidade.
Val.(±)	50	10	
Val. (-)	0	0	

Aos 50 países inquiridos obteve-se uma média de 53,9%. Apenas foram inquiridos dois países subsarianos: Nigéria (46%), Gana (43%). Registaram-se valores negativos como por exemplo: Ucrania (- 4%) e Bulgária (- 24%).

5.4.4. Comparação do IBESE Provisório com outros Índices

Neste subcapítulo, são comparados os valores do *PIB/capita* inicial, com os valores do índice que se lhe seguiu, o IDH. Por sua vez, estes dados são confrontados com o *Índice de Qualidade de Vida* (IQV) e com os resultados obtidos no nosso IBESE provisório (Índice de Bem-estar Sócio-espacial). Apesar deste último índice não passar de uma ideia metodológica, não se podendo, como tal, dar grande relevância ao seu resultado, até que ponto, o somatório dos erros presentes em cada um dos seus componentes pode minorar o erro final?

Ilustração 48: Comparação do IBESE provisório com outros Índices

ZAF
CPV
AGO
NGA
STP
GNB
MOZ
GNQ
20
15
10
5
0
PIB/c
IDH
ICV
IBESE
CE
DS
SE
EF
PO
IC
BE
IBESE

Refer.:	1	BE	IQV	*Dados*:	2008	*Bibliog.*:	(IL, 2008) http://www.internationalliving.com/
Indic.:	QLI - Índice de Qualidade de Vida					*Fonte de Origem*:	http://www.qualityoflife2008.com/ em **11/12/2008**

Índice composto pelos seguintes sub-índices já referenciados:

CE3 - Cost of Living (15% of the final ranking)	PO6 - Freedom (10%)	DS21 - Health (10%)	EF2 - Climate (10%)

Sub-Índices Não referenciados:
Culture and Leisure (10%). To calculate this score, we look at literacy rate, newspaper circulation per 1,000 people, primary and secondary school enrollment ratios, number of people per museum, and a subjective rating of the variety of cultural and recreational offerings.
Economy (15%). We consider interest rates, GDP, GDP growth rate, GDP per capita, the inflation rate, and GNP per capita to determine each country's Economy score.
Environment (10%). To figure a country's score in this category, we look at population density per square kilometer, population growth rate, greenhouse emissions per capita, and the percentage of total land that is protected .
Infrastructure (10%). To calculate a country's Infrastructure score, we look at the length of railways, paved highways, and navigable waterways in each country, and equated these things to each country's population and size. We also consider the number of airports, motor vehicles, telephones, Internet service providers, and cell phones per capita.
Safety and Risk (10%). For this category, we use the U.S. Department of State's hardship Differentials and danger allowances, which are based on extraordinarily difficult, notably unhealthy, or dangerous living conditions.

Escolheu-se este indicador como termo de comparação com o IBESE, por se fazer representar por um grupo de sub-indicadores, sociais, políticos e económicos, abrangendo deste modo três das áreas de maior relevância na sociedade humana actual. Para além disso, este indicador, ao contrário do WDH, apresenta resultados sobre um maior número de países referidos neste estudo.

Refer.:	0	BE	IBESE	*Anos-Dados*:	Vários*	*Bibliog.*:	Vários
Indic.:	Índice de Bem-Estar Sócio-Espacial					*Fonte de Origem*:	Vários

Índice composto pelos seguintes sub-índices:
*Tentou-se obter dados o mais actualizados possíveis à data da pesquisa.
Escolheu-se este indicador como termo de comparação com o IBESE, por se fazer representar por um grupo de sub-indicadores, sociais, políticos e económicos, abrangendo deste modo três das áreas de maior relevância na sociedade humana actual. Para além disso, este indicador, ao contrário do WDH, apresenta resultados sobre um maior número de países presentes neste estudo.

5.4.5. O Índice de Bem-Estar Sócio-Espacial

O IBESE é um índice quanto-qualitativo que pretende mensurar o bem-estar de uma determinada Unidade sócio-espacial específica (USEE) ao nível da sociedade que a compõe, do espaço que ocupa e da inter-relação existente entre estes dois inervenientes.
Este índice também pretende determinar as motivações e os anseios das populações, assim como as potencialidades e os estrangulamentos presentes em cada USEE, no mínimo, de um modo qualitativo.
A média do somatório dos resultados quantitativos obtidos em cada USEE, traduzir-se-á num IBESE Nacional, que eventualmente poderá estar subdividido em Espaço Urbano (USEU) e Espaço Rural (USER).

A partir do conhecimento obtido sobre o estado em que se encontra cada uma das USEE, poderá ser possível uma intervenção dirigida, sempre que tal se julgue necessário:

- para melhorar o bem-estar do grupo social, se for essa a sua vontade, ou
- por estar a colocar em risco a estabilidade de terceiros ou do próprio planeta.

O IBESE é uma variável dependente de *n* termos (sub-índices) constituido por uma componente quantitativa e outra qualitativa.
É realizado a partir da aquisição de índices já elaborados por outros organismos, sempre que estes se enquadrem no objectivo pretendido, sendo que para que tal aconteça, obriga a acordos de colaboração inter-institucionais e acertos de metodologias. A partir da agregação de alguns destes dados é possível definir um novo conceito capaz de ser quantificado ou qualificado.

Nos quadros que se seguem faz-se uma primeira abordagem a alguns dos factores que poderão estar incluídos na fórmula do IBESE.

	Sigla	Primeira abordagem à fórmula
Segurança e Estabilidade	SE	$SE \cong i+c+p+r+x$
Imprevistos	i	$i \cong 20-\Delta$
Conflitos	c	$c \cong 20-\Delta$
Capacidade de Prevenção	p	$p \cong 0+\Delta$
Capacidade de Reacção	r	$r \cong 0+\Delta$
Factores específicos	x	Média de outros factores
Outros Factores	Δ	Média de factores específicos
Outros		

	Sigla	Primeira abordagem à fórmula
Espaço Físico	EF	$EF \cong Crq+SE+Est+x$
Criação de Riqueza ou Capacidade Produtiva	Crq	$Crq \cong Csc+Cep+Cie+Cmc$
Capacidade Social	Csc	$Csc \cong pot\text{-}est$
Capacidade Espacial	Cep	$Cep \cong pot\text{-}est$
Capacidade Infra-estruturas	Cie	$Cie \cong pot\text{-}est$
Capacidade de Mercado*	Cmc	$Cmc \cong pot\text{-}est$
Potencialidades	pot	$pot=20$
Estrangulamentos	est	$est \leq 20$
Segurança e Estabilidade	SE	$SE \cong i+c+p+r+x$
Espaço Sustentado	Est	$Est \cong Cep+(Melhorias\text{-}Degradação)$
*USEG (exportação) (G)		
Outros		

	Sigla	Primeira abordagem à fórmula
Comportamento Económico Específico	**CE**	$CE \cong Pib/c+Eee+x$
Eficiência Económica Específica*	Eee	$Eee \cong Cre\text{-}Prs$
Criação Riqueza Específica**	Cre	$Cre=20$
Perda Riqueza Específica***	Prs	$Prs \leq 20$

*Comércio Justo, ou não? ** Riqueza criada na USEE *** Riqueza que sai da USEE	Qual a mais-valia económica que essa mesma USEE obtêm do potencial do seu espaço físico? Uma medição possível poderia ser a *Eficiência Económica Específica*

	Sigla	Primeira abordagem à fórmula
Motivação Social	**MS**	$MS \cong Mg + Me + Mc$
Motivação Civil	Mc	$Mc \cong \sum \frac{Mh+Mh+\ldots}{n}$
Motivação Humana	Mh	
Motivação do Poder Empresarial - Económico	Me	$Me \cong \sum \frac{Me1+Me2+\ldots}{n}$
Motivação do Poder Governativo ou Chefia*	Mg	$Mg \cong \sum \frac{Me1+Me2+\ldots}{n}$
Consumo		
Controlo de Natalidade		
* Politico, tribal, etc		

Alguns problemas se levantam na utilização da equação do IBESE:

- Cada um dos seus sub-índices pode ser analisado *per si*, ou em conjunto sob a forma de um único índice. A utilização de uma fórmula geral que agrega os seus vários factores levanta o problema da pondeação existente entre estes. $n = x \times \frac{n^x}{x} \mp x$
  Qual a vantagem de apresentar um único valor final como no caso do IDH?
  O ideal será a elaboração de cada indicador de um modo estanque e, em seguida, estudar as correlações existentes entre eles?

- Como pode um factor qualificado entrar na fórmula? Não pode. Mas pode complementá-la e dar-lhe uma apreciação global positiva (+), nula ou negativa (-). Pode haver um crescimento ou um decréscimo; um desenvolvimento ou um retrocesso.

- O IBESE como um índice isolado ou acoplado ao IDH?

Pode ser um Índice Independente do IDH:

$$IBESE \cong ICE + IDS + ISE + IEF + IPO + IIC + IMS$$

Pode estar acoplado ao IDH como um afinador para cada USEE:

$$IDHE \cong IDH + IBESEE$$

5.4.6. Representação Gráfica

O IBESE permite realizar uma leitura gráfica de quatro tipos de resultados: *Tendência*, *Evolução*, *Estabilidade* e *Eficiência*.
Para que se possa analizar com segurança os três primeiros comportamentos ao longo do tempo, é necessário que os valores utilizados obedeçam às mesmas regras de aquisição e metodologia de tratamento de dados. Quando tal não acontece devido a revisões entretanto introduzidas, é necessário realizar conversões que permitam homogeneizar os resultados.
Sobre este problema refere o (PNUD, 2007 p. 224) que as estatísticas apresentadas em diferentes edições do Relatório podem não ser comparáveis devido a mudanças na metodologia.

"Por esta razão, o GRDH desaconselha fortemente uma análise de tendências baseada em dados fornecidos por diferentes edições."

A construção do gráfico A, utilizando valores fornecidos pelo RDH de 2007/2008, cobre um período em que se registaram alterações de processo na elaboração do seu IDH[113]. No entanto, como indica o mesmo relatório, os dados foram tornados compatíveis através de uma metodologia consistente"[114] o que nos permite realizar uma análise evolutiva da *tendência* ou *estabilidade* de um determinado parâmetro.

No que diz respeito à *Eficiência*, uma vez que se considerou tratar de um comportamento que apenas diz respeito a uma unidade de tempo, tal problema não se coloca, permitindo mesmo realizar comparações entre diferentes USEEs.

Comparando o Gráfico A com o gráfico B, torna-se visível a possibilidade de conversão da escala de 1 a 0 do IDH para a escala de 20 a 0 do IBESE.

Ilustração 49: Possível representação gráfica do IBESE - Estudo 1

Continuando a utilizar dados considerados credíveis, por se encontrarem na dependência do IDH, onde a técnica de homogeneização de dados foi processada, apresenta-se em seguida uma outra possibilidade de análise.

A partir dos valores relativos ao IDH e PIB/capita de Cabo Verde, para o período de tempo 2000 2004, é visível o comportamento positivo dos dois indicadores, do mesmo modo que se consegue percepcionar uma tendência de

Ilustração 50: Possível representação gráfica do IBESE - Estudo 2

[113] Algumas delas já abordadas no subcapítulo da *História do IDH*.

[114] Fontes: Dados de 1980 a 2000 calculados com base nos dados da esperança de vida à nascença de UN 2007e; os dados das taxas de alfabetização de adultos são do Instituto de Estatística da UNESCO 2003 e 2007a; os dados das taxas de escolarização bruta combinada são do Instituto de Estatística da UNESCO 1999 e 2007c e os dados do PIB per capita (PPC em USD de 2005) são do World Bank 2007. (PNUD, 2007 p. 239)

maior crescimento do PIB em relação ao IDH. Ou seja: no comportamento de determinada variável pode haver uma evolução positiva, nula ou negativa; pode haver um crescimento ou um decréscimo; um desenvolvimento ou um retrocesso.

Neste tipo de análise, um problema se coloca: Qual o intervalo de tempo a escolher. Dessa escolha depende o resultado obtido. Se atendermos aos resultados obtidos para o Crescimento Económico da Guiné-Bissau entre 2000 e 2005, expressa na sequência gráfica seguinte, constata-se que os valores da tendência se alteram para diferentes períodos de tempo. No entanto, o tipo de evolução sofrida pelo declive *m* da equação *y=mx* pode ser um dado interessante a ser estudado com mais detalhe.

Ilustração 51: Possível representação gráfica do IBESE - Estudo 3

Como seria de esperar, para o mesmo período de tempo, a linha de tendência linear E apresenta um resultado muito diferente da linha que caracteriza a evolução entre duas datas sem os valores intermédios F. No primeiro caso observamos um comportamento negativo de 0,002 e no segundo, um comportamento positivo de 0,013.

É apresentada em seguida uma aplicação do que anteriormente foi descrito. Por uma questão prática vamos utilizar as linhas definidas entre duas datas, o que nos permite ter uma ideia da *evolução* comparada de dois indices:

- O tradicional *PIB/capita*
- A subtração do IDH pelo mesmo PIB/capita, do qual se obtêm a média do somatório dos valores referentes à *saúde* e *educação*, por nós já referido como factor incluido no "novo ìndice" *Desenvolvimento Social*.

Qual o desvio existente entre a realidade e a interpretação que realizamos sobre os resultados quantitativos obtidos?

Ilustração 52: Análise gráfica decomposta do IDH: (PIB/cap); (IDH-PIB/cap)

Partindo do princípio que os dados obtidos para a construção destes gráficos, traduzem uma aproximação válida à realidade sócio económica de um país, podemos afirmar que estes primeiros seis exemplos, apresentam um comportamento positivo no quadrante Bom a Muito Bom. É de salientar que a partir da escala de valores actual o *Pib* Americano e Norueguês não têm hipótese de crescer mais. Para estes mesmos dois países é perceptível que um crescimento do *Pib* não tem vindo a ser acompanhado por um comportamento do desenvolvimento, similar.

A realidade apresentada neste grupo de países é bem diferente da anterior. De qualquer modo, os primeiros quatro países ainda se encontram situados no quadrante de valores suficientes, sendo os dados referentes a Cabo Verde e China os mais positivos, especialmente por apresentarem comportamentos de desenvolvimento crescente já situados no quadrante Bom para além de serem superiores ao *Pib*. Quando comparamos Cabo Verde com Angola, é visível uma inversão dos valores dos dois factores, o que denota para o caso de Angola, um desenvolvimento insuficiente face ao Pib. No entanto, a sua inclinação da recta do desenvolvimento apresenta-se francamente positiva. Pelo contrário, comparando a Nigéria com Angola, apesar do primeiro país ainda apresentar valores de desenvolvimento suficientes, encontram-se numa fase decrescente, atingindo a linha de charneira que separa os valores positivos dos negativos, num comportamento convergente negativo. Já no caso de São Tomé

e Príncipe o comportamento é francamente atípico, na medida em que apresenta uma divergência positiva de comportamento entre os dois factores o que poderá não ser sustentável no futuro.

No caso do Botão, os resultados mostram um comportamento convergente positivo. No que diz respeito à Guiné Equatorial, os dados referem uma convergência negativa, com um acentuado decréscimo do *Pib*, o que poderá tornar insustentável a manutenção dos valores de desenvolvimento. Por fim, no caso de Moçambique e Guiné-Bissau, todos os resultados se apresentam no quadrante de insuficiência. No entanto, no caso particular de Moçambique, existe um paralelismo positivo no comportamento dos dois parâmetros, o que parece indicar que a a continuidade de um comportamento económico positivo se poderá traduzir num também sustentado desenvolvimento humano ou, como por nós mais preferido, desenvolvimento social.

Refer.:	T	CE	PIB/cap	*Anos*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 231)
Indic.:	PIB per capita (Dólares PPC)			*Fonte de Origem*:		Banco Mundial 2007b	
Refer.:	T	CE	PIB/cap	*Anos*:	2000	*Bibliog.*:	(PNUD, 2002 p.)
Indic.:	PIB per capita (Dólares PPC)			*Fonte de Origem*:		Banco Mundial 2007b	

Refer.:	T	DS	Média	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 231)
Indic.:	IDH-PIB/capita					*Fonte de Origem*:	Calculo
Obtido a partir da subtracção do *Índice PIB/capita*, ao *Índice de Desenvolvimento Humano*. O valor obtido é a média do somatório do *Índice de Esperança de Vida* com o *Índice de Educação.*							
Refer.:	T	DS	Média	*Anos-Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 231)
Indic.:	IDH-PIB/capita					*Fonte de Origem*:	Calculo
Obtido a partir da subtracção do *Índice PIB/capita*, ao *Índice de Desenvolvimento Humano*. O valor obtido é a média do somatório do *Índice de Esperança de Vida* com o *Índice de Educação.*							

5.5. DA QUANTI-QUALIFICAÇÃO AO CONTEXTO

As considerações que se irão realizar em seguida, partem do princípio fictício que se tinham conseguido reunir todas as condições para que se tornasse possível um considerável aumento da capacidade estatística a nível mundial.
Para que tal fosse possível, foi necessário começar por ultrapassar uma série de obstáculos, especialmente ao nível da obtenção de um consenso mundial sobre a necessidade urgente de uma mudança de atitude perante os factos.
O primeiro obstáculo ultrapassado, foi o reconhecimento desta situação pela generalidade dos países, havendo no entanto ainda casos pontuais por resolver, ao nível de governos legitimamente aceites, ou não, pelas suas populações. No entanto, as barreiras externas criadas contra estas formas de poder desajustadas do novo paradigma, assim como uma nova consciência dos seus governados, vão diminuindo gradualmente o número de casos não alinhados. De facto, não se pretende que a soberania e a cultura dos países seja colocada em causa, salvo nos casos em que algumas das suas atitudes sejam declaradamente atentatória aos princípios declarados na "carta dos deveres sociais e ambientais, deliberada a nível mundial, estando neles incluídos, à partida, a obrigação de transparência, particularmente em assuntos que dizem respeito ao interesse global.
Por outro lado, o esforço tecnológico limpo e a gestão dos recursos e sua reutilização são reconhecidamente valorizados nas trocas comerciais. Em particular o problema da energia está a ser gradualmente resolvido especialmente através da fonte contínua e inesgotável dos fluidos oceânicos.
Um segundo obstáculo ultrapassado que surgiu desta problemática, e consequentemente lhe serviu de suporte, foi o reconhecimento da idoneidade e independência do organismo coordenador multidisciplinar (CCG), assim como das instituições científicas (CIE) que, hierarquizadas por áreas do conhecimento e por graus de especialização, lhe servem de base.

Ilustração 53: Aplicação do IBESE em contexto Específico

Após um período de experimentação e rectificação do modelo de análise realizado *in locu* ao nível das mais diversificadas USEEs, o sistema de recolha de dados torna-se homogéneo, sistemático no tempo e no espaço, conseguindo-se ultrapassar o problema da falta de *capacidade estatística* existente ao nível mundial.
O sistema funciona num ciclo de recolha de dados, seu processamento, aplicação de politicas, levantamento de dados… .

Uma representação rotativa[115] do CCG ao nível de cada USEE (suportada ou não pelo poder local ou regional) encarrega-se da recolha de dados. Foram seleccionadas três fontes de informação que se julgam representar três intervenientes capazes de transmitir os indicadores em falta à realização do IBESE. Inquéritos dirigidos aos *media* (CE) e ao poder legitimado ou não pela vontade civil, e sondagens orientadas ao "poder" da própria sociedade civil. Com estas três fontes, pretende-se detectar fenómenos de convergência ou divergência de opinião, face à realidade sócio-espacial vivida por cada USEE. Esta informação é enviada directamente para a CCG, onde todos os dados são processados, cruzados com os dados obtidos por outras instituições, e classificados qualitativa ou quantitativamente. Neste intercâmbio, para além de ser possível complementar de uma forma mútua o conhecimento entre instituições, surge também o aconselhamento político ao nível nacional para resolução dos seus problemas locais mais prioritários, com necessidade, ou não, de ajuda ou cooperação externa. O ciclo repete-se com o levantamento dos resultados da aplicação das intervenções, sua análise e consequente aconselhamento na rectificação ou manutenção das políticas ou, se caso disso, envio de relatórios de incumprimento ao nível social ou ambiental para o organismo judicial[116] que possui na sua dependência a força militar internacional.

Não nos querendo nem devendo perder mais por áreas ficcionais, não conseguimos deixar, no entanto, de as referenciar por se julgarem ser assuntos de capital importância para que, juntamente com outras medidas e abrangência global, seja mais viável a criação de consensos, assim como, para que o combate ao "terrorismo" nas suas mais diversas vertentes, se encontre verdadeiramente legitimado.

Feito este exercício, iremos finalizar o nosso trabalho apresentando algumas considerações que poderão ter importância, quando se pretende que a capacidade estatística permita conjugar as potencialidade e os estrangulamentos entre USEEs de países considerados desenvolvidos e subdesenvolvidos, e a partir daí rentabilizar de um modo mais eficaz e justo, as potencialidades de cada uma delas em particular através de políticas de parceria.
Exemplificamos este objectivo com a apresentação de um estudo comparado entre dois países de características muito díspares. A escolha dos indicadores apresentados foi realizada de modo a fazer representar factores que apesar de julgados pertinentes, não foram incluídos no IBESE provisório, devido ao facto de não ter sido possível convertê-los na escala por nós estabelecida[117]. Deste modo são apresentados dados sobre o comportamento dos países em investimentos sociais, tecnológicos, etc. Por outro lado, faz-se referência a alguns indicadores agrários, por se considerar o *Sector Primário*, o motor de arranque necessário à generalidade das sociedades, não se podendo conceber qualquer tipo de desenvolvimento sem que, primeiro, estejam garantidas todas as suas necessidades nutricionais.

---

[115] Todas as equipas humanas da CCG são internacionais, remodeladas e recolocadas todos os anos de um modo aleatório. Objectivos, estrutura, linhas de funcionamento simples e claras tentam limitar ao mínimo a fraude.
[116] Que tal como o CCG funciona e delibera de um modo livre de qualquer tipo de pressão, onde cada país representa um voto, independente da contribuição militar ou outra, que eventualmente disponibilize para o que se considerou ser o "bem comum".
[117] Os seus valores, máximo, médio e mínimo são variáveis segundo as necessidades do país. O que é positivo para um país, pode não o ser para outro.

SWE	MOZ

CE05 - Repartição da Despesa: Pública e Privada - 2002-2006
(% do PIB Nacional)

CE06 - Despesa Pública Corrente por Nível de Ensino - 2002-2005
(% do PIB referente à Educação)

CE07 - Importação – Exportação de Bens e Serviços - 2005
(% do PIB Nacional)

CE08 – Exportação de Produtos: Matérias Primas; Manufacturados; Alta Tecnologia - 2005
(% das exportações de Mercadorias)

CE09 - Produtos Agrícolas: Importação – Exportação - 2004
(% do PIB referente às Exportações)

CE10 - PIB Agrícola - 2004
(% do PIB Nacional)

Ilustração 54: Comportamento Económico - Estudo comparado

Refer.:	5	CE	Despesa	*Anos*	Vários	*Bibliog.*:	Vários
Indicador.:	Repartição da Despesa: Pública e Privada					*Unidades*	% do PIB Nacional

REf.	*Sub-Indicador*	*Anos de Referencia*	*Bibliografia*	*Fonte de dados Original*
5A	Educação	2002 - 2005*	(PNUD, 2007 p. 296)	UNESCO 2007b
5B	I&D	2000 - 2005*	(PNUD, 2007 p. 275)	Banco Mundial 2007b
5C	Saúde Pública	2004	(PNUD, 2007 p. 296)	Banco Mundial 2007b
5D	Saúde Privada	2004	(PNUD, 2007 p. 249)	Banco Mundial 2007b
5F	Divida	2005	(PNUD, 2007 p. 296)	Banco Mundial 2007b
5E	Militar	2005 - 2006*	https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2034rank.html	

*Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

Refer.:	6	CE	Despesa	*Anos*	2002 – 2005*	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 267)
Indicador.:	Despesa Pública Corrente por Nível de Ensino					*Fonte Origem*	UNESCO 2007b

REf.	*Sub-Indicador*	*Unidades*	% do PIB referente à Educação
6A	Pré-Primário e Primário	*Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.	
6B	Secundário		
6C	Superior		

Refer.:	7	CE	Comércio	*Anos*	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 287)
Indicador.:	Importação/Exportação de Bens e Serviços					*Fonte Origem*	Banco Mundial 2007b

REf.	*Sub-Indicador*	*Unidades*	% do PIB Nacional
7A	Importação		
7B	Exportação		
7C	Balanço		

Refer.:	8	CE	Comércio	*Anos*	2005	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 287)
Indicador.:	Exportação de Produtos					*Fonte Origem*	Banco Mundial 2007b

REf.	*Sub-Indicador*	*Unidades*	% das exportações de mercadorias
8A	Primários	As exportações de produtos primários incluem as exportações de matérias em bruto para a agricultura, alimentos, combustíveis, minérios e metais de acordo com a Classificação Internacional Normalizada para Comércio (SITC) da ONU	
8B	Manufacturados		
8C	Alta-Tecnologia		

Refer.:	9	CE	Comércio	*Anos*	2004	*Bibliog.*:	(FAO, 2007 p. 185)
Indicador.:	Produtos Agrícolas: Importação/Exportação					*Unidades*	% do PIB referente às exportações

9A	Importação	http://www.fao.org/es/ess/fr/sitemap.asp ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1200f/a1200f00.pdf em 08/07/2008
9B	Exportação	

Refer.:	10	CE	Comércio	*Anos*	2004	*Bibliog.*:	(FAO, 2007 p. 195)
Indicador.:	PIB Agrícola					*Unidades*	% do PIB Nacional

10A	PIB Agrícola	http://www.fao.org/es/ess/fr/sitemap.asp ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1200f/a1200f00.pdf em 08/07/2008

SWE	MOZ

AA01 - Crianças com Peso Deficiente (% de crianças) - 1998-2005
AA02 - Sub-Nutrição (% da população) - 2002-2005

AA03 - Produtos Alimentares: Importação – Exportação (% do total agrícola) - 2004

AA04 – Terra Cultivável (% do total da área) - 2005
AA05 - Terra Irrigada (% da terra cultivável) - 2003
AA06 - Força de Trabalho Agrícola (% do total da força de trabalho) - ?

AA07 – CPI - Índice de Produção Vegetal (%) 2004
AA08 – LPI - Índice de Produção Animal (%) 2004

Ilustração 55: Alimentação e Agricultura – Estudo comparado

Refer.:	01	AA	Sub-Nutric.	*Dados*:	2002-2004*	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 253)
Indicador.:	Sub-Nutrição			*Fonte Dados*	FAO 2007	*Unidades*	%
*Os dados referem-se à média para os anos indicados.							

Refer.:	02	AA	Peso Def.	*Dados*:	1998-2005*	*Bibliog.*:	(PNUD, 2007 p. 253)
Indicador.:	Crianças com peso deficiente			*Fonte Dados*	UNICEF 2006	*Unidades*	%
*Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.							

Refer.:	03	AA	Comércio	*Dados*:	2004	*Bibliog.*:	(FAO, 2007 p. 190)
Indicador.:	Produtos Alimentares: Importação/Exportação					Unidades	% do Total Agrícola
Fonte Dados	http://www.fao.org/es/ess/fr/sitemap.asp ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1200f/a1200f00.pdf em 08/07/2008						

Refer.:	04	AA	Espaço	*Dados*:	2005	*Bibliog.*:	(NationMaster, 2008)
Indicador.:	Terra Cultivável					*Unidades*	% do Total
Fonte Dados	http://www.nationmaster.com/graph/agr_agr_lan_of_lan_are-agriculture-agricultural-land-of-area em 18/12/2008 World Development Indicators database						
Arable land includes land defined by the FAO as land under temporary crops (double-cropped areas are counted once), temporary meadows for mowing or for pasture, land under market or kitchen gardens, and land temporarily fallow. Land abandoned as a result of shifting cultivation is excluded.							

Refer.:	05	AA	Tecnologia	*Dados*:	2003	*Bibliog.*:	(NationMaster, 2008)
Indicador.:	Terra Irrigada					*Unidades*	% da área de cultivo
Fonte dados	http://www.nationmaster.com/graph/agr_irr_lan_of_cro-agriculture-irrigated-land-of-cropland em 18/12/2008 World Development Indicators database						
Irrigated land refers to areas purposely provided with water, including land irrigated by controlled flooding. Cropland refers to arable land and permanent cropland.							

Refer.:	06	AA	Força Trab.	*Dados*:	?	*Bibliog.*:	(NationMaster, 2008)
Indicador.:	Força de Trabalho Agrícola					*Unidades*	% da força de trabalho Total
Fonte dados	http://www.nationmaster.com/graph/agr_lab_sha-agriculture-labor-share World Resources Institute						
Agricultural labor as a percent of total labor force. Agricultural labor as a percentage of the total labor force is calculated by WRI by dividing the number of agricultural workers by the total number of workers in the labor force. Agricultural labor for							

Refer.:	07	AA	CPI	*Dados*:	2004	*Bibliog.*:	(NationMaster, 2008)
Indicador.:	Índice de Produção Vegetal					*Unidades*	%
Fonte dados	http://www.nationmaster.com/graph/agr_cro_pro_ind-agriculture-crop-production-index World Development Indicators database						
Crop production index shows agricultural production for each year relative to the base period 1999-2001. It includes all crops except fodder crops. Regional and income group aggregates for the FAO's production indexes are calculated from the underlying values in international dollars, normalized to the base period 1999-2001.							

Refer.:	08	AA	LPI	*Dados*:	2004	*Bibliog.*:	(NationMaster, 2008)
Indicador.:	Índice de Produção Animal					*Unidades*	%
Fonte dados	http://www.nationmaster.com/graph/agr_liv_pro_ind-agriculture-livestock-production-index World Development Indicators database						
Livestock production index includes meat and milk from all sources, dairy products such as cheese, and eggs, honey, raw silk, wool, and hides and skins.							

Entrando um pouco no campo da ficção, a partir do momento em que estão bem definidas as potencialidades e os estrangulamentos das USEEs, um programa informático conjuga os dados e estabelece possíveis parcerias, com a respectiva probabilidade de êxito, sendo dada especial atenção ao estabelecimento prioritário de capacidades dos países se aproximarem o máximo possível da auto-suficiência alimentar, tendo como condição a prática eficiente do controlo de natalidade que mais se ajuste à sua estabilidade.

Estando a caracterização sócio-espacial das USEEs realizada, falta conhecer o que motiva a conduta existente nas suas populações e no sistema político que bem as deveria servir.

Para isso é necessário inquirir sobre essas opiniões. A Divisão Estatística das Nações Unidas, permite-nos ter uma ideia do trabalho desenvolvido por cada país ao nível da elaboração de questionários estatísticos, demográficos e sociais[118], sendo notória a grande heterogeneidade de critérios utilizados.
Como já atrás foi referido, seria necessário a elaboração de questionários estandardizados dirigidos aos órgãos do poder e comunicação social, e sondagens à sociedade civil. Pretende-se através deles qualificar a motivação do poder e a motivação social e a partir dela inferir situações de convergência ou divergência de opiniões e atitudes.
Debroçando-nos mais em concreto sobre a elaboração de sondagens públicas simples e concisas, apresentam-se em seguida algumas considerações sobre uma possivel aplicação dos seus resultados, na "afinação" final do IBESE.

Deste modo, a sondagem estaria dividida em três partes.
A primeira seria composta por perguntas sobre: o agregado familiar e o seu espaço, o tipo de religião professada, o grau de instrução, formação profissional e trabalho.
Na segunda seria feita uma auscultação à opinião sobre o funcionamento ou ausência das infra-estruturas sociais, fruto do investimento público ou privado, servindo estes dados para um confronto com a caracterização já realizada no IBESE provisório, respeitante aos factores analisados na sua componente de Desenvolvimento Social. Estas respostas poderiam ter um tipo de resposta situado entre uma escala de valores qualitativa de Muito bom; Bom; Suficiente; Mau; Muito mau, com a possibilidade de poderem vir a ser posteriormente convertida numa escala numérica.
Na terceira parte, procurar-se-ia indagar sobre as faltas, os anseios, os medos ou as motivações das populações. As respostas seriam realizadas pela colocação por ordem de prioridade. (por exemplo três factores). Todo este processo seria facilitado se fosse desenvolvido um processo de comunicação universal, sendo a imagem provavelmente o sistema mais eficaz como complemento da língua.

Qualitativo		**Quantitativo**	**Tendência***		**Valor adaptado à escala do IBESE**
Língua	**Sinalética Universal**				
Muito bom	☺☺	5	Para manter Para descer	⇨ ⇘	20 18,3
Bom	👍☺	4	Para subir Para manter Para descer	⇗ ⇨ ⇘	16,7 15 13,3
Suficiente	😐	3	Para subir Para manter Para descer	⇗ ⇨ ⇘	11,7 10 8,3
Mau	☹👎	2	Para subir Para manter Para descer	⇗ ⇨ ⇘	6,7 5 3,3
Muito Mau	☹☹	1	Para subir Para manter	⇗ ⇨	1,7 0

Ilustração 56: Adaptação dos resultados qualitativos à escala do IBESE

[118] http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/censusquest.htm#A Página consultada em 15/10/2007

Ilustração 57: A Sondagem como "afinador" do IBESE Específico

CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES

O Planeta Terra, apesar de na sua globalidade não estar a atravessar o melhor momento, tanto ao nível social como ambiental, continua a ser uma realidade viva, capaz de fornecer mais, ou menos conforto à generalidade da raça humana. Perante este contexto e preocupados com o futuro dos nossos filhos, interrogamo-nos sobre o que poderia ser feito, para contrariar esta tendência crescente de mal-estar, geradora de motivações extremamente perniciosas para muitos adultos, jovens e crianças.
Sendo este trabalho especialmente dirigido para a grande região a Sul do Sara que viveu e continua a viver, em muitos dos seus locais, situações particularmente dramáticas e partindo do princípio que, neste espaço de interacção global, cada vez surte menos efeito sentirmo-nos bem se os nossos "vizinhos" não o sentirem, a primeira conclusão que tirámos prende-se com o facto de considerarmos muito difícil, ou mesmo praticamente impossível, resolver o problema africano, se não for ultrapassado o grande problema da conduta humana mundial.
Conscientes que não existirão muitos processos de transformar esta utopia em realidade, considerou-se que, para a efectivação de toda e qualquer mudança civilizada, será necessário dar prioridade aos sistemas de informação. As principais razões da nossa escolha, foram o facto de estes meios, para além de poderem facultar o acesso ao conhecimento e de serem um dos processos mais eficazes na "moldagem" da motivação humana, deverem a sua existência à capacidade do Homem, e como tal, por ele terem a possibilidade de ser alterados. Orientados por estas premissas, esta Tese defende a necessidade de um sistema integrado de informação global, processado a dois níveis:

Um sistema de informação que permita avaliar com clareza o estado em que se encontra cada *unidade sócio espacial específica* (USEE), de modo a, sempre que necessário, elaborar e aplicar políticas direccionadas para os factores causadores de desequilíbrio ou, por outro lado, para maximizar as suas potencialidades.
Um sistema de informação global dirigido à motivação humana, capaz de alterar atitudes sociais ou ambientais negativas, acompanhadas por processos de informação e controlo da natalidade ainda mais eficazes.

Foi sobre o primeiro processo, ou seja, sobre o modo como se obtém o conhecimento do estado das sociedades e do seu espaço que se orientou o presente trabalho, permitindo tecer as considerações que se seguem.
O conhecimento dos limites e potencialidades dos indicadores é uma mais-valia que todos os governos ou instituições envolvidas no processo de organização social deveriam possuir, uma vez que, se bem elaborados e aplicados, podem ser um dos métodos mais poderosos de interpretação da realidade. Já conscientes das suas potencialidades, são muitas as instituições de nível mundial, regional ou nacional a aplicar estes modelos de informação para o conhecimento, como fica provado através da sua inclusão em inúmeros estudos, relatórios e índices de maior ou menor abrangência temática que, com determinada periodicidade, são tornados público.
Uma das publicações de referência mundial, no que diz respeito à problemática do desenvolvimento humano, é o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), perpetrado pelas Nações Unidas desde 1990, através do seu programa para o desenvolvimento (PNUD). Deste relatório faz parte o designado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No entanto, apesar do trabalho consistente do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH), são inúmeras as críticas que se lhe levantam, algumas das quais corroboradas pelo próprio PNUD.

Um dos grandes problemas com que se depara o IDH diz respeito ao facto de, para cada país, não apresentar as especificidades presentes em cada uma das suas regiões. Alguns países tentam contornar estas situações com a elaboração de relatórios de desenvolvimento humano nacionais o que, não deixando de ser meritório e de grande interesse nacional, provoca grandes assimetrias no nível de conhecimento existente entre Estados, uma vez que, embora possuam como base comum, a metodologia disponibilizada pelos RDH, em alguns casos, os seus indicadores acessórios tornam-no demasiado "pesado" e de difícil aplicação prática sustentada.
Um outro problema que se levanta ao IDH, diz respeito ao facto de este combinar num único indicador sintético, três indicadores parciais: saúde, educação e rendimento, podendo este último provocar distorção quanto à ideia do desenvolvimento humano, traduzido pelas duas primeiras dimensões.
Deste modo, somos levados a considerar que *Crescimento Económico* e *Desenvolvimento Humano* devem ser analisados em separado, uma vez que, é possível haver crescimento económico sem desenvolvimento humano, como parece ter ficado provado através dos gráficos em que se desagregou a linha de tendência do Pib/*capita* da linha referente à média saúde e educação.
Partindo do princípio que haja crescimento e desenvolvimento, isso poder-se-á não traduzir em aumento do bem-estar das populações. De facto qual o interesse do desenvolvimento, se este não se traduzir num aumento deste bem-estar, situação perceptível através do cruzamento entre estes indicadores com as notícias de insegurança presente em alguns dos países classificados de desenvolvidos? Esta situação permite pensar que crescimento, saúde e educação, embora possam ser suficientes para classificar desenvolvimento, não o são para classificar o bem-estar de uma determinada unidade sócio espacial nacional (USEN) e muito menos a de uma unidade sócio espacial específica (USEE).
Por outro lado, são várias as dificuldades que podem surgir a quem pretende realizar uma análise estatística a partir dos dados disponibilizados tanto pelo IDH como por outros índices, como foi o caso presente nesta tese. Em especial, a falta de valores ou as diferentes metodologias de tratamento, não permitiram avaliar com o rigor desejado a evolução ou a estabilidade dos indicadores tomados como referência.
Perante este tipo de situações, quando o objectivo final diz respeito à recolha e análise de dados que permitam ter uma ideia do nível global de desenvolvimento, só possível de obter a partir de uma comparação de valores no tempo, é fácil imaginar a extrema complexidade de tal processo.

A partir da necessidade urgente de criar capacidade estatística, vaticinada pelo PNUD, pedindo para isso a colaboração de quem possa contribuir com novas ideias ou acções, ousámos também nós apresentar a nossa visão do que poderia ser o novo modelo de análise praticado a nível global e que poderá passar pela elaboração de um novo índice onde possam incluir indicadores do IDH, ou pela criação de um "afinador" para o IDH já existente. Seja qual for o processo de construção deste índice terá de partir de uma base holística porque o seu contexto também o é.
Não passando este estudo de um ensaio de metodologias que, numa fase inicial e devido à sua temática, obriga à utilização de um grande leque de factores, todos eles merecedores de uma investigação muito mais profunda, não nos será possível obter grandes conclusões quanto à sua viabilidade prática, limitando-nos por isso, a tecer apenas algumas considerações sobre os diferentes pontos em análise.

Procurando determinar quais os factores em falta no IDH, houve a necessidade de, a partir de um extenso número de conceitos, seleccionar e hierarquizar aqueles que parecem ser a fonte de motivação da generalidade humana, ao longo de toda a sua existência, independentemente do espaço que ocupa.

O conceito de "Bem-Estar Social" acabou por se destacar como o aglutinador de outros sub-conceitos referentes tanto ao ser humano, como à sua incontornável envolvência social e ambiental.
Deste levantamento e perante o grande número de instituições que em diferentes áreas de intervenção, realizam os seus índices de um modo mais, ou menos autónomo, sente-se a necessidade prioritária de uniformização destes conceitos, para que seja possível um entendimento global.
No entanto, para que a criação de um novo índice seja exequível, para além de uma definição homogénea dos factores, é fundamental que estes sejam passíveis de quantificação.
Mais uma vez, disparidades de critérios ou a utilização de distintas escalas de valores praticadas nos diferentes índices pelas várias instituições, ou mesmo dentro delas, não permitem ou dificultam o tão necessário cruzamento e correlação de dados.
A criação e utilização de tabelas de conversão, permitiu homogeneizar as diferentes escalas em que se encontravam representados os valores referentes aos índices por nós seleccionados e hierarquizados. Deste modo, foi possível criar um modelo provisório da fórmula do nosso índice, que designámos por *Índice de Bem-Estar Sócio-Espacial* (IBESE) composto pelos sub-índices de: *Comportamento Económico*, no qual se inclui entre outros factores o PIB/capita; *Desenvolvimento Social*, no qual se encontram incluídos os parâmetros de saúde e educação presentes no IDH; *Segurança e Estabilidade*; *Espaço Físico*; *Poder e Organização*; *Informação e Conhecimento*; *Motivação Social*.
Também foi possível, através dos resultados obtidos, efectuar um estudo comparado entre países, sobre o qual se apresenta uma representação gráfica que ilustra a posição "aproximada" para cada um dos factores que compõem a fórmula do IBESE em estudo.
Comparando os resultados obtidos no IBESE provisório com os valores do *PIB/capita*, do IDH e do *Índice de Qualidade de Vida* (IQV) é perceptível a existência de algumas disparidades, sendo que, para os casos analisados, os países considerados mais desenvolvidos pelo PIB e IDH, sejam os mais penalizados tanto pelo IBESE como pelo IQV. Pelo contrário, alguns dos países que apresentam valores de IDH e PIB muito baixos, apresentam valores mais altos, tanto ao nível do IBESE como do IQV. Não podendo afirmar qual dos índices anteriores se aproxima mais da realidade de um país, somos no entanto tentados a acreditar que, no caso particular do IBESE, os hipotéticos erros conferidos por alguns dos seus componentes, podem ser diluídos pelos erros dos outros, especialmente se provenientes de fontes multi-paradigmáticas.
Mas se até aqui tudo parece ter sido possível de quantificar, como medir as motivações sociais específicas presentes em cada USEE? Considerando que seria interessante conhecer a relação de forças e tipo de motivações existentes entre os órgãos do poder instituído e a sociedade civil presente em cada USEE, isso tornar-se-ia possível através da realização de um modelo de inquérito ou sondagem simples e objectivo, capaz de transmitir o tipo de anseios, ou as maiores necessidades da população, podendo-se aproveitar o momento para obter informação sobre a eficiência das infra-estruturas sociais, fruto do investimento público ou privado. Estes mesmos dados que, no mínimo poderiam ser qualitativos, encarregar-se-iam de fazer o acerto final ao IBESE.
Muitas questões ficaram por responder, como por exemplo, os problemas levantados pela utilização de uma fórmula geral agregada e consequente ponderação entre factores. Também a representação gráfica apresenta dificuldades quando se pretende estudar a tendência ou comportamento de um factor através de uma linha de tendência, uma vez que o seu resultado difere consoante o intervalo de tempo escolhido.

Quanto à interrogação inicialmente colocada, de qual seria a organização mundial mais habilitada a coordenar todo este sistema, consideramos ser a ONU a instituição com mais potencial para o fazer, sendo para isso necessário que seja unanimemente reconhecida a sua

credibilidade ao nível mundial, só possível se se encontrar livre de qualquer tipo de pressão ou condicionalismo.

Uma pergunta que se deixa em aberto, diz respeito ao papel que a CPLP poderia desempenhar em todo este processo que busca o conhecimento e o modelo de acção mais adequado para a existência de um mundo mais justo e saudável.

BIBLIOGRAFIA

Abbagnano, Nicola. 1998. *Dicionário de Filosofia.* [trad.] Alfredo Bosi. 3ª Edição. São Paulo : Martins Fontes, 1998. Título riginal: Dizionario di Filosofia; Unione Tipografico-Editrice; Torino; 1971. ISBN: 85-336-0865-9.

Abbott, Chris, Rogers, Paul e Sloboda, John. 2007. *As Ameaças do Mundo Actual - alterações climáticas; escassez de recursos; marginalização; militarização; terrorismo.* [trad.] Saul Barata. 1ª Edição. Lisboa : Editorial Presença, 2007. Título original: Beyond Terror. Oxford Research Group; 2006; Publicada por Rider - The Random House Group.

Alkire, Sabina. 2002. *Dimensions of Human Development.* The Horld Bank, Washington, DC, USA : Pergamon - Elsevier Science Ltd, 2002, Vols. Horld Development Vol. 30, Nº 2, pp. 181-205. www.elsevier.com/locate/orlddev.

Amador, João R. F. 1970. *A Terra na África Negra - Estudo Etno-Sociológico.* Instituto Superior de Cências Sociais e Política Ultramarina, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa : s.n., 1970.

Amorim, António. 2005. Pirâmide invertida. [Online] 17 de 08 de 2005. [Citação: 04 de 11 de 2007.] www.abrhba.com.br/artigos.cfm?Artigo=108.

Balandier, George. 1987. *Antropologia Política.* [trad.] Rodrigues Martins. 2ª Edição. Lisboa : Editorial Presença, Lda., 1987. Título Original: Anthropologie Politique. Copyright by Presses Universitaires de France.

Bank, World. 2007. World Bank list of economies (July 2006). [Online] 2007.

Barreiro, Ivone C. 2006. *Human Development Assessment through the Human-Scale Development Aproach: integrating different perspectives in the contribution to a Sustainable Human Development Theory.* Terrassa : Universitat Politècnica de Catalunya - Càtedra UNESCO de Sustenibilitat, 2006. http://www.tesisenxarxa.net/TDX-0308107-121708/index.html . B.25524-2007/978-84-690-5624-0.

Beaud, Stéphane e Pialoux, Michel. 2004. *Violences Urbaines, Violence Sociale. Genèse de Nouvelles Classes Dangereuses.* France : Librairie Arthème Fayard, 2004. IS: 2-213-61457-1.

Beng, Mekinda. 2000. Relecture des composantes socio-économique de la pauvreté de l'Afrique. [autor do livro] François Houtart. *Comment se Construit la Pauvreté? - Le Point de Vue du Sud.* Paris : L'Harmattan, 2000.

Black, Robert E., Morris, Saul S. e Bryce, Jennifer. 2003. Where and why are 10 million children dying every year? *Child Survival I.* [Online] 28 de Junho de 2003. [Citação: 25 de Outubro de 2008.] The Lancet. Vol nº 361. www.thelancet.com.

Boniface, Pascal. 2000. *Atlas das Relações Internacionais.* 2ª Edição. Lisboa : Plátano - Edições Técnicas, 2000. Título Original: Atlas des Relations Internationales; Hatier - Paris; 1997.

Boorstin, Daniel. 1994. *Os Descobridores - De como o Homem procurou conhecer-se a si mesmo e ao mundo.* [trad.] Fernanda Rodrigues. 2ª Edição. Lisboa : Gradiva Publicações Lda, 1994. Título Original: The Discoverers; 1983. Depósito Legal nº 73 845/94.

Caillois, Roger. 1979. *O Homem e o Sagrado.* [trad.] F. Geminiano. Lisboa : Edições 70;Perspectivas do Homem, 1979. Título original: L'Homme et le Sacré; Édition Gallimard, 1950.

Carneiro, Emmanuel M. 2004. *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana - Caracterização e Consequências.* 1ª Edição. Cascais : Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 2004. ISBN: 972-8818-32-7.

Carvalho, Helena. 2004. *Análise Multivariada de Dados Qualitativos - Utilização da HOMALS com o SPSS.* Lisboa : Edições Sílabo, 2004. ISBN: 972-618-324-3.

Castel, Odile. 2002. *Le Sud Dans la Mondialisation. Quelles Alternatives?* Paris : Éditions La Découverte & Syros , 2002. ISBN: 2-7071-3718--9.
Chapman, Alan. 2006. Abraham Maslow. Original Hierarchy of needs concept. [Online] 2006. [Citação: 23 de 09 de 2007.] www.businessball.com/maslow.htm.
Choo, Chun W. 2003. *Gestão da Informação para a Organização Inteligente - A arte de explorar o meio ambiente.* [trad.] Ana Fonseca. Lisboa : Editorial Caminho, A, 2003. Título Original: Information Management for the Intelligent Organization - The art of scanning the environment; Amercan Society for Information Science; 1998. ISBN: 972-21-1506-5.
CIA. 2008. Central Intelligence Agency. [Online] 2008. Washington. https://www.cia.gov/index.html.
Clément, Élisabeth, et al. 2007. *Dicionário Prático de Filosofia.* [trad.] Manuela Torres, et al. 5ª Edição portuguesa. Lisboa : Terramar, 2007. Título original: Pratique de la Philosophie, de A a Z. Edição original: Hatier, Paris,1994.. ISBN-10: 972-710-141-0.
Coutsoukis, Photius. 2008. Total Population by Country, 1950, 2000, 2015, 2025, 2050. [Online] 2008. http://www.photius.com/rankings/world2050_rank.html.
Cravinho, João G. 2002. O Futuro da Cooperação Portuguesa. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2002. Actas.
Cristóvão, Fernando, et al. 2007. *Dicionário Temático da Lusofonia.* 2ª Edição. Lisboa : Texto Editores, Lda., 2007. 978-972-47-3507-8.
Doek, Jaap E. 2008. Coalition to Stop the Use of the Child Soldiers. [Online] 2008. [Citação: 10 de 08 de 2008.] www.child-soldiers.org.
Eboua, Samuel. 1999. *Interrogations sur l'Afrique Noire.* Paris : L'Harmattan -Collection Études Africaines, 1999. ISBN: 2-7384-7945-6.
Echaudemaison, Claude D. 2001. *Dicionário de Economia e Ciências Sociais.* [trad.] Irene Querós e Maria J. Sousa. Porto : Porto Editora, Lda., 2001. ISBN: 972-0-05277-5.
Fagan, Brian. 2007. *O Longo Verão - Como o Clima Mudou a Civilização.* [trad.] Jaime Araújo. Lisboa : Edições 70, Lda, 2007. Título Original: The Long Summer: How climate change civilization; Basic Books, 2004. ISBN: 978-972-44-1400-3.
Fay, Michael. 2008. Planeta Terra 2007. *DVD.* Lisboa : Lusomundo Editores, Lda, 2008. Versão original: Earth Report 2007; Estudios da National Geographic.
FFP. 2008. The Fund For Peace. [Online] 2008. Washington, DC.
Fongang, Siméon. 2000. *L'Indicateur de Développement Humain du PNUD.* Paris : L'Harmattan, 2000. ISBN: 2-7384-8845-5.
Fonte, Eliane M. M. 2004. Considerações sobre a importânia do conceito de "qualidade de vida" para a construção e uso de indicadores sociais de desenvolvimento na formulação e análise de políticas públicas. [autor do livro] VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. *A Questão Social no Novo Milénio.* Coimbra : Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. http://www.ces.uc.pt/LAB2004.
Frattini, Eric. 2006. *ONU - História da Corrupção.* [trad.] Serafim Ferreira. 1ª Edição. Porto : Campo das Letras Editores, S.A., 2006. Título Original: ONU, História de la Corrupción; 2005. ISBN: 989-625-061-8.
FreedomHouse. 2008. Freedom House. [Online] 2008. Washington. http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=1.
Giddens, Anthony. 2007. *Sociologia.* [trad.] Alexandra Figueiredo, et al. 5ª Eição. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. Traduzido do original inglês "Sociology 4ª Edition" 2001 por Polity Press em associação com Blackwell Publishers Lda. Coordenação e revisão científica de José Manuel Sobral. ISBN 978-972-31-1075-3.
Gould, Stephen J. 2004. *A Falsa Medida do Homem.* [trad.] Ana L. Coelho. 1ª Edição. V. N. Famalicão : Quasi Edições, 2004. ISBN: 989-552-055-7.

Gresh, Alain, et al. 2003. *Atlas da Globalização Le Monde Diplomatique.* [trad.] Elsa Neves, Júlio Henriques e Vítor Santos. 2ª Edição. Lisboa : Campo da Comunicação, 2003. Título original: L'Atlas du Monde Diplomatique. ISBN: 972-8610-16-5.
Hammersley, M. 1990. *The Dilemma of Qualitative Method-Herbert Blumer and the Chicago Tradition.* New York : Routledge, 1990. ISBN 0-415-01772-6.
Hatzfeld, Hélène. e Spiegelstein, Jackie. 2000. *Méthodologie de L'Observation Sociale-Comprendre, évaluer, agir.* Paris : Dunod, 2000. ISBN 2 10 004242 4.
HIV/SIDA. 2006. Nigéria: Idosos e Jovens Carregam o fardo da Sida. *Portal de HIV/Sida Moçambique.* [Online] 2006. [Citação: 04 de 09 de 2008.] Maputo. http://www.sida.org.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=293&Itemid=9.
Houaiss, António e Villar, Mauro. 2003. *Dicionário Wouaiss da Língua Portuguesa.* 5511. Lisboa : Círculo de Leitores, 2003. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. - Rio de Janeiro. ISBN: 972-42-2809-6.
IDA. 2009. International Development Association. [Online] The World Bank Group, 2009. http://go.worldbank.org/QAFU9RGOY1.
IL. 2008. International Living. [Online] 2008. http://www.internationalliving.com/.
Kempen, Lauk V. 2006. Basic Life Needs. [Online] 2006. [Citação: 04 de 11 de 2007.] www.design4billions.com/.../sh-user.html.
Landes, David S. 2005. *A Riqueza e a Pobreza das Nações. Porque são algumas tão ricas e outras tão pobres.* [trad.] Lucínia Azambuja. 7ª Edição. Lisboa : Gradiva, 2005. Título original: The Wealth and Poverty of Nations; 1999, 1998. Depósito legal nº 223 472/2005.
Laurent, Éric. 2007. *A Face Oculta do Petróleo - A mentira, a manipulação, a corrupção* . [trad.] Paulo O. Castro. 1ª Edição. Lisboa : Temas e Debates, 2007. Título Original: La Face Cachée du pétrole; Plon, 2006. ISBN: 978-972-759-901-1.
Lebègue, Olivier. 2008. Bonheur Intérieur Brut - Les indicateurs du bien-être. [Online] 2008. http://www.ql.umontreal.ca/volume12/numero10/societev12n10a.html.
Lopes, Luís F. e Santos, Octávio. 2006. *Os Novos Descobrimentos. Do Império à CPLP: Ensaios sobre a História, Política, Economia e Culturas Lusófonas.* Coimbra : Edições Almedina, SA, 2006.
Mokhtar, G. 1983. Introdução Geral. [autor do livro] J. Zerbo. [trad.] C. ...et al. Davidoff. *História Geral da África. II- A África Antiga.* São Paulo : Ática - Unesco, 1983. Título original: Histoire Generale de L'Afrique. Vol II - Afrique ancienne; Unesco; Paris; 1980.
Mora, José F. 1977. *Dicionário de Filosofia.* [trad.] António J. Massamo e Manuel J. Palmeirim. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1977. Edição original: Editorial Sudamericana, S. A., Buenos Airesl.
Moreira, Adriano (a). 2004. A Persistência do Racismo. [autor do livro] A. Centro de Estudos Africanos. Coordenação de Gonçalves. *O Racismo, Ontem e Hoje - Estados, Poderes e Identidades na África Subsariana.* Porto : Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2004. Actas do VII Colóquio Internacional.
Moreira, Adriano (b). 2005. *Notas do Tempo Perdido.* [ed.] Instituto Superior d Ciências Sociais e Políticas. Lisboa : s.n., 2005. ISBN: 972-8726-52-X.
Morin, Edgar. 1988. *O Homem e a Morte.* [ed.] Francisco L. Castro. [trad.] João G. Boto e Adelino S. Rodrigues. 2ª Edição. s.l. : Publicações Europa América, LDA. Biblioteca Universitária, 1988. Título Original: L'Homme et la Mort. Editions du Seuil, 1970.
NationMaster. 2008. [Online] 2008. Sydney. http://www.nationmaster.com/statistics.
NG. 2007. *O Estado do Planeta.* . [ed.] RBA Revistas Portugal. [trad.] António Torres. Edição Especial. Lisboa : National Geographic - Portugal, 2007. Sob licença da National Geographic Society; Washington, DC. Depósito legal nº 160242/01.
Nobre, Fernando. 2007. *Gritos contra a Indiferença* . 1ª Edição. Lisboa : Temas e Debates - Actividades Editoriai, Lda., 2007. ISBN: 978-972-759-908-0.
Nunes, Pe. 2008. O Idoso na Cultura Africana. *Missão Jovem.* [Online] 2008. [Citação: 04 de Setembro de 2008.] http://www.pime.org.br/missaojovem/mjevangincultidoso.htm.

Ouedraogo, Youssouf. 2006. The African Union and Conflict of Resolution. *African Geopolitics - The African Union in Search of Peace.* Paris : Quarterly Magazine, 2006, Vols. Nº 23; Julho-Setembro 2006.
Passet, René. 2002. *A Ilusão Neoliberal - O Homem é Joguete ou actor da História.* [trad.] Manuela Torres. Lisboa : Terramar - Editores, Distribuidores e Livreiros, Lda, 2002. Título Original: L'Illusion Néo-Liberále; Édition Fayard, Paris, 2000. ISBN: 972-710-310-3.
Pestana, Maria H. e Gageiro, João N. 2005. *Análise de Dados Para Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS.* 4ª Edição. Lisboa : Edições Sílabo, Lda, 2005. ISBN: 972-618-391-X.
Pimenta, Carlos. 2004. *Globalização - Produção, Capital Fictício e Redistribuição.* 1ª Edição. Lisboa : Campo da Comunicação, 2004. ISBN: 972-8610-27-0.
PNUD. 2003. *Relatório de Desenvolvimento Humano.* Lisboa : Mensagem - Serviço de Recursos Editoriais, Lda, 2003. ISBN: 978-8730-08-X.
—. 1990. Relatório de Desenvolvimento Humano. [Online] 1990. [Citação: 07 de 04 de 2006.] HDR90_fr_complete[1].pdf.
—. 1992. Relatório de Desenvolvimento Humano. [Online] 1992. [Citação: 02 de 07 de 2007.] hdr_1992_foreword.pdf. ISBN 0-19-50777-3.
—. 1997. *Relatório de Desenvolvimento Humano.* s.l. : ??, 1997.
—. 1993. Relatório de Desenvolvimento Humano. [Online] 1993.
—. 1991. Relatório de Desenvolvimento Humano 1991. [Online] 1991. [Citação: 02 de 07 de 2007.] hdr_1991_foreword.pdf. ISBN: 0-19-507147-6.
—. 1999. *Relatório de Desenvolvimento Humano 1999.* Lisboa : Trinova Editora, 1999. ISBN: 972-9338-20-5.
—. 2000. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2000.* Lisboa : Edições Trinova, 2000.
—. 2001. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2001.* Lisboa : Edições Trinova, 2001.
—. 2002. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2002.* Lisboa : Edições Trinova, 2002.
—. 2004. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2004.* Lisboa : Mensagem - Serviço de Recursos Editoriais, 2004. ISBN: 972-8730-18-7.
—. 2006. Relatório de Desenvolvimento Humano 2006. *http://www.pnud.org.br/rdh.* [Online] 2006. [Citação: 09 de 11 de 2006.]
—. 2007. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007 / 2008.* New York : Palgrave Macmillan, 2007.
http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf. ISBN: 978-0-230-54704-9.
—. 1994. *Relatório de Desenvolvimento Humao.* New York : Oxford University press, 1994. ISBN: 0-19-509170-1.
—. 1995. *Relatório do Desenvolvimento Humano.* 1995.
—. 2005. *Relatório do Desenvolvimento Humano - 2005.* Lisboa : Ana Paula Faria Editora, Unipessoal, Lda., 2005. Cooperação Internacional numa Encruzilhada. ISBN: 972-8920-17-2.
—. 1998. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1998.* Lisboa : Trinova Editora, 1998. ISBN 972-9338-20-5.
PTS. 2008. Political Terror Scale. [Online] University of North Carolina, 2008.
Reis, J. 2008. *E-Dicionári de Termos Literários.* [Online] 2008. [Citação: 11 de 03 de 2008.] http://www.fesh.unl.pt/edtl. ISBN: 989-20-0088-9.
Ribeiro, Orlando. 1989. *Opúsculos Geográficos - Síntese e Método.* Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. Vol. I.
RSF. 2008. Reporters Without Borders. *For Press Freedom.* [Online] 2008. Paris. http://www.rsf.org/rubrique.php3?id_rubrique=20.
Ruas, Maria G. ????. [Online] ???? [Citação: 01 de 08 de 2008.]
http://www.sare.http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fUFAM-MariadasGraEstudoIndicadores-novo.pdf.

Rufin, Jean-Christophe. 2001. *As causas Perdidas - As acções humanitárias nem sempre são aquilo que aparentam.* [trad.] Isabel ST. Aubyn. Porto : ASA Editores S.A., 2001. Titulo original: Les Causes Perdues, Éditions Gallimard, 1999. ISBN: 972-41-2520-3.
Santos, Ana M. 2003. Comportamentalismo. [Online] 11 de 2003. [Citação: 01 de 08 de 2008.]
Sen, Amartya. 2003. *O Desenvolvimento como Liberdade.* [ed.] Guilherme Valente. [trad.] Joaquim C. Rosa. 1ª Edição. Lisboa : Gradiva-Publicações, Lda., 2003. Título Original: Development as Freedom. Depósito Legal: 191 126/2003.
SM. 2008. Statistiques Mondiales. [Online] 2008. Lausanne. http://www.statistiques-mondiales.com/.
Sousa, Teresa N. 2005. Alma Negra. [autor do livro] Cátia Vieira. *Kontáki - Olhares voluntários pelas letras e cores do mundo.* Lisboa : Fundação Evangelização e Culturas, 2005.
Steiner, George. 2005. *As Lições dos Mestres.* [ed.] Guilherme Valente. [trad.] Rui P. Cabral. 2ª Edição. Lisboa : Gradiva Publicações Lda., 2005. Título original: Lessons of the Masters; 2003. D.L. Nº 234 070/2005.
—. 2002. *Depois de Babel - Aspectos da Linguagem e tradução.* [trad.] Miguel S. Pereira. Lisboa : Relógio D'Água Editores - Antropos, 2002. Título original: After Babel - Aspects of Language and Translation; 1975. D. L. Nº 187678/02.
—. 2007. *O Silêncio dos Livros.* [ed.] Guilherme Valente. [trad.] Margarida S. Correia. 1ª Edição. Lisboa : Gradiva Publicações, Lda., 2007. Título original: Le Silence des Livres; Publicado em França na revista Esprit em Janeiro de 2005, com o título: O Ódio ao Livro. D. L. Nº 260 388/2007.
Surowiecki, James. 2007. *A Sabedoria das Multidões - Como a inteligência colectiva tranforma a economia e a sociedade.* [trad.] Maria. E.F. Moura. Edição: 1ª. Lisboa : Lua de Papel, 2007. Título original: The Wisdom of the Crowds. 2005.. ISBN: 978-972-41-5045-1.
TI. 2008. Transparency International. [Online] 2008.
UA e CEA. 2008. Coordenação de Esforços para Reforço de Capacidades Estatísticas em África: Uma Perspectiva Africana. [Online] Janeiro de 2008. Primeira Reunião Conjunta Anual da Conferência da UA de Ministros de Economia e Finanças e Conferência da CEA de Ministros Africanos e Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico. Adis Abeba, Janeiro de 2008.
http://www.uneca.org/cfm/2008/docs/Portuguese/StatisticalCapacityBuilding.pdf.
UN. 2008. Population and Vital Statistics Report - Data available as of 1 July 2008. *Series A Vol. LX, Nº 2.* [Online] 2008. New York.
http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/vitstats/Sets/SeriesA_July2008_complete.pdf. ISBN: 978-92-1-161514-2.
UNEP. 2006. Africa Environment Outlook 2 - Our environment, our Wealth. [Online] 2006. [Citação: 07 de 02 de 2008.] http://www.unep.org/dewa/africa. ISBN: 92-807-2691-9.
Vasconcelos, Rita, et al. 1997. A Estatistica a Decifrar o Mundo. Lisboa : Edições Salamandra, Lda. Colecção: Novas Tecnologias Estatisticas, 1997. Actas do IV Congresso Anual : Sociedade Portuguesa de Estatística; Funchal, 1996.
Veenhoven, R. 2009. Happy Life Years in 143 nations 2000-2008. *World Database of Happiness, Rank Report 2009-2a.* [Online] 2009. [Citação: 20 de 01 de 2009.] worlddatabaseofhappiness.eur.nl.
Victoria, Velkoff e Paul, Kowal. 2007. U.S. Census Bureau Population Aging in Sub-Saharan Africa: Demographic Dimensions 2006. *International Population Reports.* [Online] Junho de 2007. [Citação: 04 de Setembro de 2008.]
http://www.census.gov/prod/2007pubs/p95-07-1.pdf.
Vieira, António. 2005. *História do Futuro.* Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2005. Organizador: Aleixo, José. ISBN: 85-230-0846-2.
Visionofhumanity. 2008. Vision of Humanity. [Online] Amplitude Tecnologies, 2008.

Weber, Max. 2005. *Três Tipos Puros de Poder Legítimo.* [trad.] Artur Morão. Versão digital. Lisboa : s.n., 2005. http://www.lusosofia.net/textos/weber_3_tipos_poder_morao.pdf Acedido em Dezembro de 2008.
Weiner, Eric. 2008. *A Geografia da Felicidade. Uma viagem à procura dos países mais felizes do mundo.* [trad.] Maria J. Camacho. 1ª Edição. Lisboa : Lua de Papel, 2008. Título original: The Geography of Bliss. Publicado com a permissão de Grand Central Publishing, New York. ISBN: 978-989-23-0197-6.
Wintrebert, Raphaël. 2007. Mesurer le bonheur : des indicateurs pertinent pour la France ? *www.fondapol.org.* [Online] 04 de 2007. [Citação: 04 de 07 de 2007.] document de travail. WP_Mesurer-le-bonheur_Wintrebert.pdf.
Worldwatch, Institute. 2005. Annual Report 2005. [Online] 2005. http://www.worldwatch.org/system/files/Annual_Report_2005_0.pdf.
WRI. 2008. World Resources Institute. [Online] 2008. http://www.wri.org/.
WWF. 2008. World Wide Fund for Nature. [Online] 2008. Gland - Suiça. http://www.panda.org/index.cfm.
Yahmed, Danielle Ben. 2000. *L'Atlas de L'Afrique.* Paris : Les Édition du Jaguar, 2000. ISBN: 2-86950-328-8.
Ziegler, Jean. 2007. *O Império da Vergonha.* [trad.] Armando P. Silva. 1ª Edição. Porto : ASA Editoras S.A. - Ler e Saber, 2007. ISBN: 978-972-41-4976-9.

ANEXOS

- **Anexo 1: Cálculos do IDH e PIB**

Cálculo do IDH

Esta ilustração do cálculo do IDH utiliza dados para a África do Sul.

1. Cálculo do índice da esperança de vida

O índice da esperança de vida mede a realização relativa de um país na esperança de vida à nascença. Para a África do Sul, com um valor observado de 48,4 anos em 2003, o índice da esperança de vida é 0,391.

$$\text{Índice da esperança de vida} = \frac{48{,}4 - 25}{85 - 25} = 0{,}391$$

2. Cálculo do índice da educação

O índice da educação mede a realização relativa de um país tanto na alfabetização de adultos como na escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. Primeiro, são calculados os índices da alfabetização de adultos e da escolarização bruta combinada. Depois, estes dois índices são combinados para criar o índice da educação, atribuindo uma ponderação de dois terços à alfabetização de adultos e de um terço à escolarização combinada. Para a África do Sul, com uma taxa de alfabetização de adultos de 82,4% em 2003 e uma taxa de escolarização bruta combinada de 78% no ano escolar de 2002-03, o índice da educação é 0,809.

$$\text{Índice de alfabetização de adultos} = \frac{82{,}4 - 0}{100 - 0} = 0{,}824$$

$$\text{Índice de escolarização bruta} = \frac{78 - 0}{100 - 0} = 0{,}780$$

Índice da educação = 2/3 (índice de alfabetização de adultos) + 1/3 (índice de escolarização bruta)
= 2/3 (0,824) + 1/3 (0,780) = **0,809**

3. Cálculo do Índice do PIB

O índice do PIB é calculado utilizando o PIB per capita ajustado (dólares PPC). No IDH, o rendimento entra como um substituto para todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no conhecimento. O rendimento é ajustado porque, para alcançar um nível elevado de desenvolvimento humano, não é necessário um rendimento ilimitado. Por isso, utiliza-se o logaritmo do rendimento. Para a África do Sul, com um PIB per capita de 10.346 dólares PPC em 2003, o índice do PIB é 0,774.

$$\text{Índice do PIB} = \frac{\log(10.346) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0{,}774$$

4. Cálculo do IDH

Uma vez calculados os índices de dimensão, a determinação do IDH é muito fácil. É uma média simples dos três índices de dimensão.

IDH = 1/3 (índice da esperança de vida) + 1/3 (índice da educação)
+ 1/3 (índice do PIB)
= 1/3 (0,391) + 1/3 (0,809) + 1/3 (0,774) = **0,658**

- **Anexo 2: Balança comercial: Tendência e Estabilidade**